



UnB

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (FAU)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**A CIDADE CRIATIVA E A NOVA AGENDA URBANA: ANÁLISE
EXPLORATÓRIA DE CONCEITOS COM PROPÓSITO METODOLÓGICO**

FERNANDA BOCORNY MESSIAS

Orientador: Caio Frederico e Silva

BRASÍLIA-DF

2025

**A CIDADE CRIATIVA E A NOVA AGENDA URBANA: ANÁLISE
EXPLORATÓRIA DE CONCEITOS COM PROPÓSITO METODOLÓGICO**

Tese de Doutorado

Autora: Fernanda Bocorny Messias

Orientador: Caio Frederico e Silva

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Universidade de Brasília

Brasília-DF, 2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de ensino, estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

(Obs.: esta catalogação é fornecida pela BCE/UnB – deve ser colocada exatamente como fornecida pelo bibliotecário)

Ficha Catalográfica

FERNANDA BOCORNY MESSIAS

**A CIDADE CRIATIVA E A NOVA AGENDA URBANA: ANÁLISE EXPLORATÓRIA
DE CONCEITOS COM PROPÓSITO METODOLÓGICO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Brasília, 5 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Caio Frederico e Silva (Orientador)
Universidade de Brasília

Professor Doutor Ricardo Trevisan
Examinador Interno – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB

Professora Doutora Wilza Gomes Reis Lopes
Examinadora Externa – Universidade Federal do Piauí

Professora Doutora Luciana Andrade dos Passos
Examinadora Externa – Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Agradeço todas as experiências e aprendizados que acumulei nessa travessia da pós-graduação, período em que fui posta à prova em todas as áreas da vida: foram os 12 trabalhos de Hércules! Agradeço os erros e os acertos e ao orientador, que persistiu e não desistiu da minha pesquisa multidisciplinar, que dialogava com todas as linhas de pesquisa da FAU UnB, sempre insistindo na sua importância.

Agradeço à Capes/MEC e à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU UnB) por terem acreditado e investido em me tornar doutora.

Aos meus mestres, professores, colegas e amigos da FAU UnB, de hoje e de sempre, escola onde me apaixonei pela arquitetura, pela cidade e pela arte e experimentei parcerias e trocas de conhecimento de alto nível.

Aos meus mestres, professores, colegas e amigos ambientalistas, do *design*, da cultura, da arquitetura, do Estado e da IBM, com quem aprendi sobre as minhas ignorâncias e minha capacidade de aprendizado diante de novas fronteiras de conhecimento.

Contudo, encontrei um espaço na FAU diferente da que formei: estava adensada como centro de cidade grande, em horário de pico. O choque desse retorno também inspirou os resultados desta pesquisa.

Ao meu filho Gabriel, à minha irmã, à revisora Yana Palankof e aos amigos Carlos Rosseti, Rodrigo Studart e Marilu Cerqueira pela paciência de ler a pesquisa em diferentes fases.

Aos meus filhos e amigos pela paciência, ao grupo do Instituto Serendy, ao Círculo das Rosas de Maria Madalena e à Dra. Wânia Alvarenga pelo suporte afetivo, emocional e psicológico, que foram preciosos.

Aos honoráveis membros das bancas de qualificação e de defesa por terem aceitado o convite para avaliar e contribuir com esta pesquisa — vocês foram fundamentais na apresentação deste resultado.

Mais ainda às minhas famílias — a natural e a escolhida.

“Gracias a la vida, que me ha dado tanto!”

Dedico o esforço desta pesquisa
a meus descendentes presentes, Gabriel e Lucas, fontes de amor e inspiração nesta vida;
à minha ascendência, na presença de meu pai e de minha mãe, por quem cheguei nesta vida;
àqueles em quem me inspirei e com quem aprendi nas trajetórias estudantil, profissional e de
vida;
e ao papel público que acredito ser do urbanista: agente técnico e político inspirador a serviço
da qualidade e da sustentabilidade da vida nas cidades.

Em especial,
dedico esta conquista à memória do meu primeiro amigo na FAU UnB,
arquiteto Paulo Roberto Alves dos Santos, o Paulo Beto,
uma vítima da pandemia da covid-19, em 2020,
que deixou saudades eternas em mim e em muitos.

“As cidades

Cidades como nuvens,
Céus como poluição.
Ah coração!
Ah coração!
Bate como um martelo,
Bate, bate até quebrar.

A cidade começa a quebrar
Como o sonho de paz
Oh coração! Pare!
Pare de quebrar, enquanto não para
Eu nunca vou amar

Portanto, a cidade como morcego
Vive no escuro, deve parar
Mesmo que meu coração
Eu deva sacrificar”.

Poesia de meu filho Lucas Dimitrios, aos 15 anos, sobre a cidade sem paz e desafetiva nas brumas da poluição. Sarau Brasil 2018, Concurso Nacional Novos Poetas, Série Novos Poetas, nº 27, p. 257.

RESUMO

Esta tese explora o debate vivo sobre as dimensões da sustentabilidade nas ciências ambientais, inserido no contexto da Nova Agenda Urbana (NAU), e investiga sua relação com os termos usados na literatura para definir economia criativa (EC) e cidades criativas. A pesquisa parte da premissa de que a criatividade pode ser um recurso estratégico para o planejamento e o *design* urbano regenerativos, especialmente diante dos desafios das mudanças climáticas, das desigualdades sociais e das dinâmicas predatórias de urbanização. A interface teórica entre sustentabilidade e economia criativa é uma arena de dimensões ambiental, social, econômica, cultural, territorial-espacial, político-jurídico-institucional, tecnológica e ética, que também se conecta com postulados e *brandings* urbanos da NAU. Investigam-se essas dimensões nos escritos pioneiros que influenciaram a Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN), e na vanguarda da literatura produzida nesse contexto, conceitos que alcançam outra compreensão nessa arena. Os resultados indicam que as dimensões de Sachs (2002) influenciaram a formulação da NAU, as novas economias baseadas em ativos intangíveis e a construção de estratégias contemporâneas de *brandings* urbanos, como cidades criativas. Entre os resultados da pesquisa destacam-se os seguintes pontos: 1) fundamentação de dimensões orientadoras para a implementação da NAU; 2) localização entre os temas da Agenda das dimensões que indicam os papéis do urbanista no século XXI; 3) uma proposta de integração metodológica com base nessa arena teórica para: a) revisão de conceitos de sustentabilidade urbana e de cidades criativas no âmbito da Unesco na busca por ações complementares à UCCN para a implementação da NAU; b) formulação e regulamentação de políticas urbanas e de programas de necessidades para projetos de urbanismo alinhados à Agenda; e 4) identificação da necessidade urgente de adaptação dos currículos das escolas de arquitetura e urbanismo à realidade profissional futura.

Palavras-chave: economia criativa; planejamento urbano sustentável; desenvolvimento sustentável; *clusters* criativos; sustentabilidade urbana; *design* regenerativo.

ABSTRACT

This thesis explores the lively debate on the dimensions of sustainability in environmental sciences, inserted in the context of the New Urban Agenda (NAU), and investigates its relationship with the terms used in the literature to define creative economy and creative cities. The research is based on the premise that creativity can be a strategic resource for regenerative urban planning and design, especially in the face of the challenges of climate change, social inequalities and the predatory dynamics of urbanization. The theoretical interface between sustainability and creative economy is an arena of environmental, social, economic, cultural, territorial-spatial, political-institutional-legal, technological, and ethical dimensions, which also connects with NAU's urban postulates and branding. This arena is investigated in the pioneering writings that influenced the Unesco Creative Cities Network, and in the vanguard of the literature produced in this context, concepts that achieve another understanding in this arena. The results indicate that the dimensions of Sachs (2002) influenced the formulation of the NAU; the new economies based on intangible assets; and the construction of contemporary urban branding strategies, such as creative cities. As results of the research, the following points stand out: 1) the foundation of guiding dimensions for the implementation of the New Urban Agenda; 2) the location among the themes on the agenda of the dimensions that indicate the roles of the urban planner in the twenty-first century; 3) a proposal for methodological integration from this theoretical arena for: a) review of concepts of urban sustainability and creative cities within the scope of Unesco, in the search for complementary actions to the Creative Cities Network for the implementation of the NAU; and b) formulation and regulation of urban policies and programs of needs for urban planning projects aligned with it; and 4) the identification of the urgent need to adapt the curricula of schools of architecture and urbanism to the future professional reality.

Keywords: creative economy, sustainable urban planning, sustainable development, creative clusters, urban sustainability, regenerative design.

RESUMEN

Esta tesis explora el animado debate sobre las dimensiones de la sostenibilidad en las ciencias ambientales, inserto en el contexto de la Nueva Agenda Urbana (NAU), e investiga su relación con los términos utilizados en la literatura para definir la economía creativa y las ciudades creativas. La investigación parte de la premisa de que la creatividad puede ser un recurso estratégico para la planificación y el diseño urbano regenerativo, especialmente frente a los desafíos del cambio climático, las desigualdades sociales y las dinámicas depredadoras de la urbanización. La interfaz teórica entre sostenibilidad y economía creativa es un ámbito de dimensiones ambientales, sociales, económicas, culturales, territoriales-espaciales, político-institucionales-legales, tecnológicas y éticas, que también conecta con los postulados urbanos y el branding de NAU. Este campo se investiga en los escritos pioneros que influyeron en la Red de Ciudades Creativas de la Unesco, y en la vanguardia de la literatura producida en este contexto, conceptos que logran otra comprensión en este campo. Los resultados indican que las dimensiones de Sachs (2002) influyeron en la formulación de la NAU; las nuevas economías basadas en activos intangibles; y la construcción de estrategias de branding urbano contemporáneo, como las ciudades creativas. Como resultados de la investigación se destacan los siguientes puntos: 1) la fundamentación de dimensiones orientadoras para la implementación de la Nueva Agenda Urbana; 2) la ubicación entre los temas de la agenda de las dimensiones que indican los roles del urbanista en el siglo XXI; 3) una propuesta de integración metodológica desde este ámbito teórico para: a) revisión de los conceptos de sostenibilidad urbana y ciudades creativas en el ámbito de la Unesco, en la búsqueda de acciones complementarias a la Red de Ciudades Creativas para la implementación de la NAU; y b) formulación y regulación de políticas urbanas y programas de necesidades para proyectos de planificación urbana alineados a la misma; y 4) la identificación de la urgente necesidad de adaptar los planes de estudio de las escuelas de arquitectura y urbanismo a la realidad profesional futura.

Palabras clave: economía creativa, planificación urbana sostenible, desarrollo sostenible, clústeres creativos, sostenibilidad urbana, diseño regenerativo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Triple-bottom-line</i> do desenvolvimento sustentável e sua origem na economia clássica	12
Figura 2 — As dimensões de Sachs (1986) e a sustentabilidade da Agenda 21 (1992)	12
Figura 3 – As oito dimensões e o imperativo ético da sustentabilidade de Sachs (2002)	14
Figura 4 – Infográfico com dados de distribuição territorial dos distritos criativos de Buenos Aires ...	22
Figura 5 – Mapa de Buenos Aires com destaque para a área turística	23
Figura 6 – Planejamento territorial urbano de Buenos Aires em distritos criativos	23
Figura 7 — A economia criativa na arena da sustentabilidade	33
Figura 8 — Setores criativos (Unesco; Banco Mundial, 2021)	34
Figura 9 — Dezesete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (2015).....	42
Figura 10 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030	52
Figura 11 — A Nova Agenda Urbana e os temas do Afínia para o urbanismo na arena da sustentabilidade	65
Figura 12 — Seis fatores de análise do Índice Global de Poder das Cidades (2022) na arena da sustentabilidade	73
Figura 13 — Índice 3 Ts de Florida na arena da sustentabilidade	76
Figura 14 – As oito categorias <i>Creative City Index</i> (2012) na arena da sustentabilidade.....	79
Figura 15 — Os dez critérios holísticos de Landry e Hyams (2012) na arena da sustentabilidade	84
Figura 16 — Os dez critérios do quadro ético da cidade cívica (Landry, 2018) na arena da sustentabilidade	85
Figura 17 – Os cinco domínios das cidades de Landry e Hyams (2012) na arena da sustentabilidade	88
Figura 18 – Quadro de análise sistêmica do discurso do ICC de Landry e Hyams (2012) na arena da sustentabilidade	90
Figura 19 – Os três elementos de Reis e Urani (2011) para toda cidade criativa na arena de dimensões da sustentabilidade	93
Figura 20 – Expansão dos elementos da teoria de Reis e Urani (2011) – abril/2022	95
Figura 21 — Quadro sistêmico do discurso de Reis e Urani (2011) em dimensões da sustentabilidade	96
Figura 22 — Os seis objetivos de <i>Future of Cities</i> na arena da sustentabilidade (Reino Unido, 2013)	99
Figura 23 — Campos de governança das cidades culturais e das cidades criativas (Pratt, 2014) nas dimensões da sustentabilidade	103

Figura 24 — Campos de valores culturais das cidades da cultura e das cidades criativas nas dimensões da sustentabilidade	104
Figura 25 — As cinco direções para mudanças culturais (Pratt, 2014).....	106
Figura 26 — Estrutura de recursos, ativadores e resultados esperados em cidades culturais e em cidades criativas (2021) nas dimensões da sustentabilidade.....	112
Figura 27 — Projeto <i>Cité du Design 2025</i> — informações de setembro de 2024.....	125
Figura 28 — Projeto <i>Cité du Design 2025</i> , Saint-Étienne — funções do projeto.....	126
Figura 29 — Boas práticas de cidades para maior resiliência climática.....	128
Figura 30 — <i>Brandings</i> urbanos na Nova Agenda Urbana nas dimensões da sustentabilidade.....	141
Figura 31 — Eixos e temas norteadores do urbanismo na arena da Nova Agenda Urbana	146
Figura 32 — Diagrama de recursos, ativadores e resultados esperados em cidades culturais e em cidades criativas (diagrama original).....	181
Figura 33 — Campos de valores culturais de cidades da cultura e das cidades criativas (diagrama original).....	182
Figura 34 — <i>The five drives of cultural change</i> (diagrama original)	183
Figura 35 — Seis fatores de análise do índice <i>Global Power Cities Index</i> (GPCI, 2022) (diagrama original).....	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número anual de publicações com o termo <i>creative cities</i> registrado no <i>Google Scholar</i> (1990-2024)	4
Gráfico 2 – Desenhando culturas regenerativas.....	6
Gráfico 3 — Variações de temperatura e precipitações médias em Saint-Étienne (2024)	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ordenamento de requisitos desejáveis para as cidades criativas – uma revisão de autores.....	24
Quadro 2 — Evolução do conhecimento e da igualdade urbana nos Habitats I, II e III.....	37
Quadro 3 — Compatibilização entre os ODS e a NAU (2018).....	48
Quadro 4 — Impactos nos ODS por tema-chave (adaptado do Afinua, 2022).....	52
Quadro 5 – Desconexão entre o texto e a correlação do Afinua com os ODS	53
Quadro 6 — Dimensões e métodos para a implementação da Nova Agenda Urbana no Brasil	60
Quadro 7 — Indicadores do ICC de Florida (2002) na arena da sustentabilidade (adaptado de Hartley <i>et al.</i> , 2012)	76

Quadro 8 — Quadro de fluxo sistêmico entre 16 dimensões reiteradas em índices de cidade criativa na arena da sustentabilidade (adaptado de Hartley <i>et al.</i> , 2012).....	81
Quadro 9 – Dezesesseis dimensões recorrentes em índices de cidades (Hartley <i>et al.</i> , 2012)	82
Quadro 10 – Comparativo entre os campos de governança das cidades culturais e das cidades criativas (Pratt, 2014).....	102
Quadro 11 — <i>Design</i> de Singapura e o desenvolvimento sustentável (2020).....	130
Quadro 12 — Comparativo entre os modelos de cidade tradicional e cidade criativa.....	179
Quadro 13 A matriz de futuro das cidades e da cultura: temas e abrangência.....	180
Quadro 14 — Dimensões e indicadores para o ICC de Florida segundo Hartley <i>et al.</i> (2012).....	180

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

3 Ts	Talento, tolerância e tecnologia
Afinua	Action Framework for Implementation of the New Urban Agenda
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Caba	Ciudad Autonoma de Buenos Aires
CCC	Cities, culture and creativity
CCI	Creative City Index (traduzido para ICC)
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
CNM	Confederação Nacional de Municípios
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
Cnods	Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Cnumad	Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo
CMD	Centro Metropolitano de Diseño da Cidade Autonoma de Buenos Aires (Caba)
EC	Economia criativa
EUA	Estados Unidos da América
FAU UnB	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília
FAU USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GCPI	Global Power City Index
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBM	International Business Machines Corporation
ICC	Índice de Cidades Criativas
ICLEI	International Council of Local Environmental Initiatives (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais)
INCT	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NAU	Nova Agenda Urbana
NUP	National Urban Policies

Nesta	National Endowment of Science, Technology and the Arts do Reino Unido (Fundo Nacional para a Ciência, Tecnologia e Artes do Reino Unido)
NUA	New Urban Agenda
Obec	Observatório de Economia Criativa
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PI	Propriedade intelectual
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUB	Public houses
QI	Quociente de inteligência
SbN	Soluções baseadas na natureza
SIIC	Sistema de Informações e Indicadores de Cultura
TI	Tecnologia da Informação
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UCCN	Unesco Creative Cities Network, sigla em inglês da Rede de Cidades Criativas da Unesco usada nesta tese
UCLG	United Cities and Local Governments
UF	Unidade da Federação
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
WCED	World Commission on Environment and Development (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)
WTC	World Heritage Centre

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	O QUE É A TESE?.....	2
1.2	JUSTIFICATIVA	3
1.3	OBJETIVOS	7
1.4	METODOLOGIA	7
1.5	ESTRUTURA	9
2	SUSTENTABILIDADE E CIDADES CRIATIVAS: MARCOS, CONCEITOS E CONTRADIÇÕES.....	11
2.1	AS DIMENSÕES DE SACHS (2002) PARA O DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE.....	12
2.2	A SUSTENTABILIDADE NO DISCURSO URBANO E OS PRIMEIROS <i>BRANDINGS</i>	15
2.3	CIDADES CRIATIVAS SÃO SUSTENTÁVEIS?.....	18
2.4	É POSSÍVEL OBTER EFEITOS POSITIVOS DA CRIATIVIDADE NA URBANIZAÇÃO?.....	29
2.5	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	30
3	A ECONOMIA CRIATIVA, A SUSTENTABILIDADE E A NOVA AGENDA URBANA: DIMENSÕES SISTÊMICAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO.....	32
3.1	REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE	32
3.2	CONFERÊNCIAS HABITAT	35
3.3	A AGENDA 2030 E O ODS 11: UM CAMINHO PARA A NOVA AGENDA URBANA (NAU).....	38
3.4	CONECTANDO A NOVA AGENDA URBANA (NAU) AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	44
3.5	QUADRO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA AGENDA URBANA (NAU) (AFINUA, 2022).....	49
3.5.1	<i>Design e planejamento urbano – pilar de implementação da Nova Agenda Urbana (NAU) associados à política</i>	<i>54</i>
3.5.2	<i>Desafios da implementação da Nova Agenda Urbana (NAU) no Brasil</i>	<i>57</i>
3.6	AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE DA NOVA AGENDA URBANA (NAU): UMA POSSIBILIDADE PARA A REDE DE CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO (UCCN) ..	61

3.7	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	66
4	CIDADES CRIATIVAS E SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DE ÍNDICES E TEORIAS DE CIDADES NO CONTEXTO DA NOVA AGENDA URBANA ...	69
4.1	DIMENSÕES DA NOVA AGENDA URBANA (NAU) EM AUTORES PIONEIROS DE TEORIAS E ÍNDICES QUE INFLUENCIARAM O CONCEITO DA REDE DE CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO (UCCN)	71
4.1.1	<i>Índice Global de Poder das Cidades (GPCI, 2022)</i>	71
4.1.2	<i>Índice de Florida (2002) – economia urbana do trabalho e da criatividade</i>	74
4.1.3	<i>Índice de Cidade Criativa de Hartley et al. (2012) e a sustentabilidade</i> ..	77
4.1.4	<i>O Índice de Cidade Criativa de Landry e Hyams (2012) e o framework ético de Landry (2018)</i>	83
4.1.5	<i>Os termos econômicos de Reis (2006-2012) para a cidade criativa</i>	92
4.1.6	<i>A dimensão cultural das cidades britânicas (2014)</i>	96
4.1.7	<i>Ativadores, recursos ativos e benefícios de cidades culturais e criativas segundo a Unesco e o Banco Mundial (2021)</i>	111
4.2	A DIMENSÃO CULTURAL NA NOVA AGENDA URBANA	115
4.3	CIDADES CRIATIVAS DA REDE DA UNESCO (UCCN) COM BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE URBANA	122
4.4	INTEGRAÇÃO SISTÊMICA DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CIDADES CRIATIVAS	132
4.5	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	150

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa explora os conceitos de cidades sobre a relação entre *brandings*¹ urbanos criativos e sustentabilidade, que estava concluída quando foi publicado o primeiro relatório de avaliação da Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN, na sigla em inglês, *Unesco Creative Cities Network*). O documento chegava aos mesmos resultados desta tese: as cidades criativas são voltadas para o turismo e a economia, sem diretrizes ou abordagens metodológicas claras para a convergência das ações em cultura e inovação, da Unesco, com as agendas de sustentabilidade urbana das Nações Unidas (Unesco UCCN, 2024).

O relatório de avaliação da UCCN² (Unesco UCCN, 2024) indica a ausência de instrumentos e metodologias eficazes para integrar os conceitos de cidade criativa com as agendas de desenvolvimento e planejamento urbano sustentáveis. Segundo o documento, grande parte dos projetos urbanos implementados pelas cidades criativas da Rede são de revitalização urbana voltada para o turismo e a valorização imobiliária, com raros casos de integração com a Agenda 2030 e nenhum com a Nova Agenda Urbana. Ademais, a investigação das dimensões da sustentabilidade em teorias e índices que influenciaram o conceito da UCCN chegou a resultados semelhantes, mostrando que a classe artística é um produto de *marketing* para o turismo de cidades criativas, em vez de protagonista de transformação das agendas das Nações Unidas.

A Nova Agenda Urbana (NAU) é resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em Quito (Equador), em 20/09/2016, um acordo entre representantes de 167 países. O documento para discussão é um compilado de sugestões de especialistas de todo o mundo sobre dez diferentes temas de políticas urbanas: 1) Direito à cidade e cidades para todos; 2) Quadro sociocultural urbano; 3) Políticas urbanas nacionais; 4) Governança urbana, capacidades e desenvolvimento institucional; 5) Finanças municipais e sistemas fiscais locais; 6) Estratégias espaciais urbanas: Mercado de terras e segregação; 7) Estratégias Urbanas de

¹*Brandings* urbanos, ou *city branding*, são estratégias que visam fortalecer a identidade e o posicionamento de uma cidade, destacando suas características únicas e atrativas para diversos públicos. O conceito vai além de simples *slogans* ou logotipos, envolvendo um conjunto de ações que moldam a percepção da cidade tanto internamente (entre seus habitantes) como externamente (para turistas, investidores, etc.).

²Nesta tese foram escolhidas as siglas em inglês por serem mais utilizadas na literatura das agências das Nações Unidas e por serem premissa desta investigação o impacto político dessas instâncias no desenvolvimento local.

desenvolvimento econômico; 8) Ecologia urbana e resiliência; 9) Tecnologia e serviços urbanos; e 10) Políticas habitacionais (ONU-Habitat III, 2016).

A NAU é a principal agenda internacional para a sustentabilidade urbana no século XXI, seu objetivo é transformar as cidades em espaços habitáveis, inclusivos, saudáveis, seguros, organizados, compactos, resilientes aos fenômenos naturais e sustentáveis. A Agenda visa auxiliar os países a lidar com os desafios da urbanização, sendo ela subsequente à Agenda 2030 e ao Acordo de Paris para as emergências climáticas, firmado em 2015, atualmente adotado por 195 países e pela União Europeia. Portanto, a NAU está vinculada aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (2015), especialmente o ODS 11, que trata de cidades e assentamentos sustentáveis (ONU-NAU-Habitat III, 2019).

O debate específico da NAU é resultado da crescente complexidade dos desafios urbanos contemporâneos, que impõe a necessidade de abordagens inovadoras para a regulamentação, o planejamento e o *design* de espaços urbanos e a gestão das cidades. No contexto da Agenda e da UCCN emerge a pergunta central desta tese: como integrar de forma metodológica os conceitos de criatividade urbana e desenvolvimento sustentável no planejamento urbano contemporâneo, superando a lacuna entre a Rede de Cidades Criativas da Unesco e a Nova Agenda Urbana?

Ademais, esta tese trata da disciplina do urbanismo, aqui considerada a que abrange os campos do planejamento, do desenho, da regulamentação e das políticas de uso e expansão do espaço urbano.

1.1 O QUE É A TESE?

Esta tese visa preencher uma lacuna metodológica para a implementação da Nova Agenda Urbana (NAU), especialmente no contexto da Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN). A pesquisa investiga a ausência de uma conexão teórica entre as ciências ambientais e o planejamento urbano, bem como a subutilização da UCCN como instrumento para a implementação da NAU. Essa questão levou a esta pesquisa, que seria inicialmente realizada no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), ambos os centros na Universidade de Brasília (UnB).

Criada em 2004, a UCCN busca promover a cooperação internacional entre as cidades que reconhecem a criatividade como um fator-chave para o desenvolvimento

sustentável. Os resultados das pesquisas não indicam que haja integração da Rede com o planejamento urbano ou as agendas da ONU. Embora o fortalecimento das indústrias culturais e a promoção de políticas urbanas inovadoras sejam narrativas em comum com as da NAU (Unesco, 2022), não se encontram indícios de ações complementares nesse sentido. O relatório da Rede afirma que o planejamento urbano não foi indicado em estratégias ou planos de suas cidades criativas, uma inconsistência na missão de desenvolvimento urbano sustentável anunciada pela UCCN.

A excepción de las cuestiones relacionadas con la revitalización urbana y la recuperación tras los desastres, la planificación urbana no es un factor propicio para la aplicación de los planes de Ciudad Creativa, según los coordinadores. Además, se encuentra poca complementariedad entre la UCCN y la Nueva Agenda Urbana. Aunque este marco de la ONU se menciona en las Conclusiones de la Conferencia de la UCCN, suele estar ausente de los informes de evaluación periódica (MMR) y del discurso de los coordinadores de las Ciudades Creativas. De hecho, las referencias explícitas a la urbanización y al espacio público son escasas (Unesco UCCN, 2024, p. 45)³.

Além da Agenda 2030, a implementação da NAU é uma missão imperativa da UCCN, como destacado nas conclusões da Conferência de Cidades Criativas (Unesco UCCN, 2024). As oito dimensões – ambiental, econômica, cultural, social, tecnológica, territorial-espacial, político-jurídico-institucional e ética – são uma metodologia sistêmica de análise da sustentabilidade, mostrando-se integradora dos termos utilizados para definir economia criativa (Messias; Nascimento; Silva, 2020).

Fundamentado nas dimensões da sustentabilidade urbana propostas por Sachs (2002), este estudo contribui para a integração da NAU ao campo do urbanismo com base em seu diálogo com os termos da economia criativa e das cidades criativas. Argumenta-se que a integração de práticas urbanas criativas pode ampliar as diretrizes de implementação da NAU, sentido em que a tese destaca o potencial estratégico de integração dos conceitos de cidade criativa na UCCN. Essas dimensões também se encontram na NAU, e aqui são citadas aquelas endereçadas ao urbanismo do século XXI, campo que reúne planejamento, *design* e políticas urbanas.

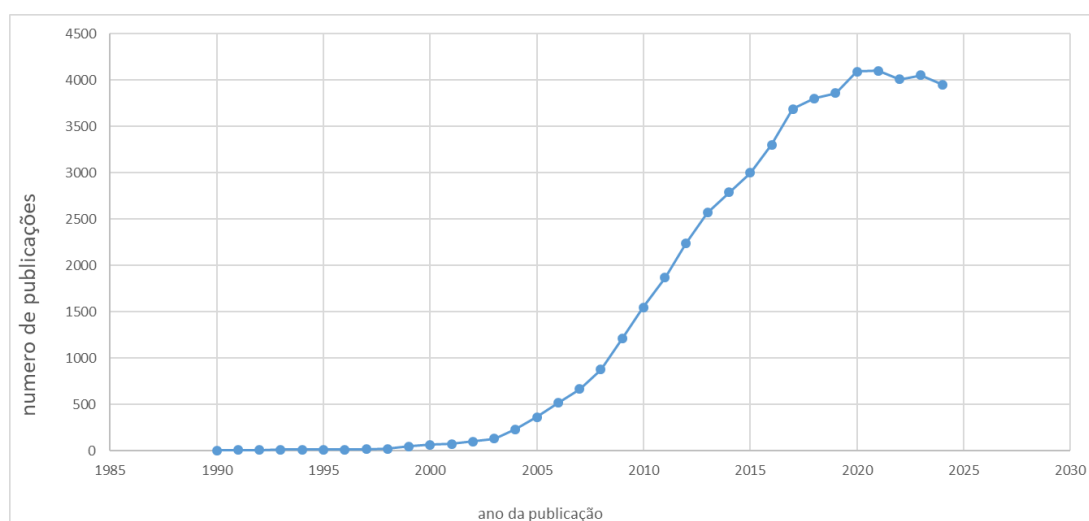
1.2 JUSTIFICATIVA

Segundo Scott (2014), a ideia da criatividade na economia e na geografia urbanas é decorrente do paradigma sustentável proposto nos 1990, quando o trabalho de baixo custo e a modernização da indústria chinesa provocaram processos de desindustrialização

³Optou-se por deixar as citações no original em língua estrangeira – espanhol e inglês. A tradução por meio de plataformas digitais é acessível a qualquer leitor deste documento, sem prejuízo do texto original.

no Ocidente (Scott, 2014, p. 568). Isso se reflete no aumento significativo de publicações com o termo *creative cities*, encontrado nos registros do *Google Scholar* (Gráfico 1). A partir de 2005, ano seguinte à criação da Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN), em 2004, há um crescimento exponencial de publicações com o uso do termo, conforme o Gráfico 1. O fenômeno sinaliza o potencial da influência das Nações Unidas em pesquisas urbanas globais.

Gráfico 1 – Número anual de publicações com o termo *creative cities* registrado no *Google Scholar* (1990-2024)



Fonte: elaboração da autora com base em informações do *Google Scholars* em 14/05/2025.

O debate a respeito do papel das cidades no desenvolvimento sustentável intensificou-se com a criação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) por meio da Resolução da Assembleia Geral da ONU nº 56/206 de 21/12/2001. A Nova Agenda Urbana (NAU), de 2016, é uma das principais expressões contemporâneas da governança urbana global (Habitat, 2018; NAU Habitat III, 2019), voltada à orientação de políticas para o desenvolvimento urbano sustentável, especialmente diante da crescente urgência imposta pelas mudanças climáticas (ONU-Habitat, 2018; NAU Habitat III, 2019).

As metodologias de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, disponíveis para gestores urbanos e urbanistas, vêm sendo aprimoradas desde a implementação das Agendas 21 locais. Embora centradas na cultura do planejamento urbano participativo e sistêmico, tais metodologias ainda são pouco exploradas no âmbito da UCCN, que carece de instrumentos para contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável.

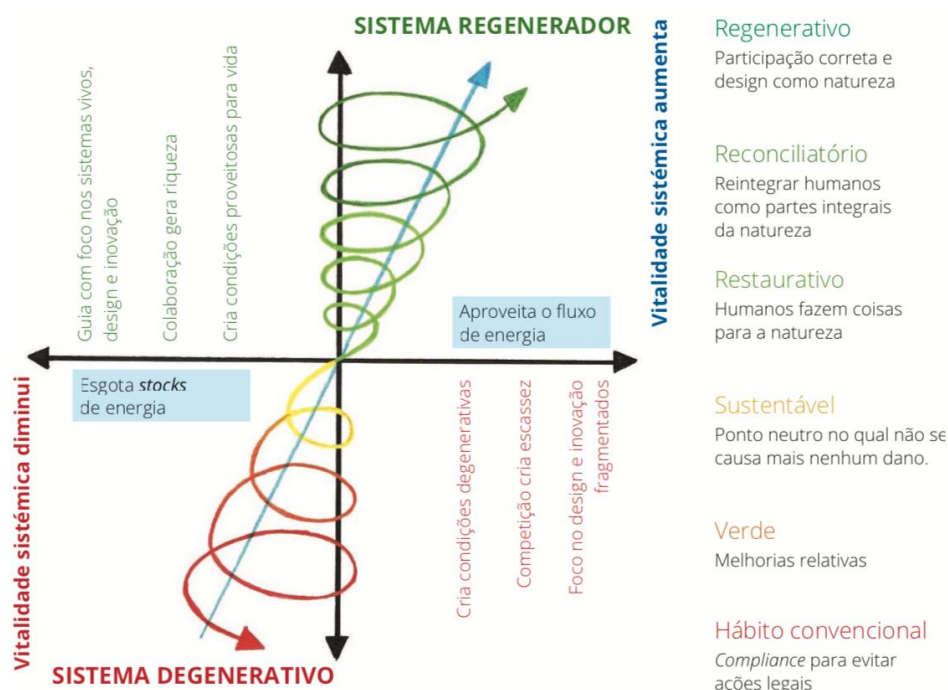
Este trabalho parte da premissa de que o planejamento urbano sustentável permanece como um paradigma em consolidação, carente de investigações que contribuam para o aprimoramento de instrumentos metodológicos aplicáveis. Estudos recentes (Conversa, 2020) revelam, por exemplo, que ainda não existem instrumentos ou diretrizes legais que garantam a integração, pelo menos, do tripé econômico, social e ambiental em projetos urbanos no Distrito Federal brasileiro. Isso evidencia um vácuo normativo nacional que compromete a efetividade das agendas globais.

Adicionalmente, essa lacuna metodológica na UCCN enfraquece a missão imperativa de promover o desenvolvimento urbano sustentável, o que se evidencia nas críticas à ênfase no turismo e na economia, em vez de nas agendas da Organização das Nações Unidas (ONU) (Unesco UCCN, 2024). Apesar de as cidades-membros relatarem alguns avanços na localização dos ODS, a elevada complexidade dos indicadores — que somam 17 objetivos, 169 metas e 254 indicadores — representa um desafio substancial para o planejamento urbano.

Com base no crescimento exponencial de publicações sobre cidades criativas (Gráfico 1), a UCCN é uma via importante para integrar os conceitos de criatividade urbana que dialogam com os princípios da NAU, mas se mostra insuficiente em diretrizes para a urbanização regenerativa e o uso dos espaços públicos (Unesco UCCN, 2024). Apesar das diretrizes gerais da NAU para o planejamento urbano participativo, a governança inclusiva e as políticas habitacionais e de mobilidade, ainda faltam instrumentos técnicos claros que orientem sua aplicação efetiva nas cidades, onde o planejamento urbano continua pressionado pelos interesses do mercado imobiliário.

Nesse sentido, explora-se a hipótese de que as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs podem constituir uma base fundamental e robusta para que a voz do urbanismo possa superar o descompasso entre o complexo contexto da NAU e a atuação da UCCN (2024). A interação entre os paradigmas da criatividade e da sustentabilidade pode contribuir para o fortalecimento de uma cultura regenerativa no planejamento e no urbanismo, conforme sugerido por Wahl (2020) (Gráfico 2), tornando-se uma diretriz estratégica para enfrentar os desafios urbanos e climáticos contemporâneos.

Gráfico 2 – Desenhando culturas regenerativas



Fonte: Wahl (2020, p. 59).

Para Wahl (2020), qualquer perspectiva de pesquisa e de projeto deve cultivar soluções regenerativas, porque o termo sustentabilidade já não é suficiente para lidar com a complexidade dos desafios e das incertezas que caracterizam o futuro da ocupação humana no planeta. Independentemente do campo que a apoie, não importa qual ciência ou filosofia a sustente ou quão “transdisciplinar e inclusiva” a pesquisa ou o projeto tente ser, sempre será uma visão limitada sobre a natureza da causalidade, que é “geralmente circular em vez de linear”. A interconectividade radical e os ciclos de *feedback* significam que “efeitos se tornam causas, e causas se tornam efeitos na dinâmica de outros sistemas” (p. 33). O autor defende a persistência de boas perguntas para lidar com os desafios futuros, abrindo mão da previsibilidade e do controle em favor de uma postura mais flexível e aberta a incertezas (Wahl, 2020). Nesse contexto, Wahl introduz o conceito de *design* para culturas regenerativas, em que diferencia princípios fundamentais entre ecologia e economia:

Ecologia é o estudo do funcionamento saudável, da mudança e da adaptação contínuas dos ecossistemas e da biosfera. Essas dinâmicas não estão abertas para discussão e concessões. Dizem respeito a como a vida cria condições que favorecem a vida. As regras econômicas da atual administração da nossa casa, por outro lado, são 100% feitas por nós. Podem, portanto, facilmente ser desconsideradas com base no fato de serem deficientes e anacrônicas. Somos livres para dispensá-las em favor de novos sistemas econômicos que levam em conta a sobrevivência a longo prazo da casa e os *insights* ecológicos como a melhor base para uma boa gestão do que as do atual sistema autodestrutivo e estruturalmente disfuncional. Ao contrário do que muitos economistas querem que você acredite, economia não é uma ciência! *Em seu pior momento, a economia se tornou uma ideologia* (WAHL, 2020, p. 34).

1.3 OBJETIVOS

Esta pesquisa é motivada pela dialética existente entre a promoção cultural voltada ao turismo, na Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN), e a falta de diretrizes claras para avaliar essa criatividade no contexto da Nova Agenda Urbana (NAU). Essa lacuna revela a necessidade de metodologias que melhor integrem os aspectos culturais e urbanos, alinhando a promoção da criatividade com as práticas sustentáveis necessárias para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos.

Dessa maneira, esta tese tem como objetivo geral explorar o diálogo entre a sustentabilidade e a criatividade urbanas no contexto da UCCN.

Objetivos específicos:

- 1) apresentar um estado da arte sobre o debate da sustentabilidade e das cidades criativas;
- 2) investigar as dimensões da sustentabilidade na economia criativa e na NAU;
- 3) investigar as dimensões da sustentabilidade em índices e teorias que influenciaram a UCCN;
- 4) contribuir com a integração das cidades criativas da UCCN com os objetivos das Nações Unidas, propondo a revisão do conceito com base na NAU.

1.4 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, que discute contradições, conflitos e consensos encontrados na literatura de cidades criativas, explorando a relação entre o conceito e a sustentabilidade urbana. Apresenta uma análise sistêmica ao tratar das inter-relações e das interdependências entre os termos que definem economia criativa, cidades criativas e as dimensões da sustentabilidade das ciências ambientais.

O trabalho tem início com a revisão teórica dos termos e dos conceitos relacionados à Nova Agenda Urbana (NAU), à economia criativa e às cidades criativas, além de analisar possíveis indicadores, conforme descrito a seguir. Esse conjunto de temas para análise é executado com base na literatura acadêmica, em documentos e diretrizes provenientes das conferências das Organizações das Nações Unidas e estudo de caso no Capítulo 4.

A escolha teórica obedeceu ao principal critério de impacto das publicações e reconhecimento de seus autores dentre os pioneiros e os com maior número de citações. Nesse contexto, fundamenta este estudo a literatura acadêmica de Ignacy Sachs (1927-2023) sobre as dimensões da sustentabilidade, cujas contribuições foram revisitadas para

o debate contemporâneo da NAU (2016; 2019), considerando seu impacto nas agendas das Nações Unidas. Conforme Boff (2012), a contribuição de Sachs ajudou a definir o conceito de *triple-bottom-line*, da cunha de John Elkington, co-fundador da Organização Sustain Ability, criada no ano de 1998.

A análise sistêmica do subsídio teórico possibilitou, por exemplo, comparar narrativas, hermetismo das sintaxes, conjunto de associações das unidades em teorias de cidade criativas. Os parâmetros para análise foram: incorporação de termos, exclusão de termos, frequência de termos e compatibilidade de termos.

A frequência do termo sustentabilidade na NAU (citação a seguir) demonstra o desgaste no uso da palavra, aqui revisada para os desafios urbanos do século XXI. Segundo Kuhner (2023), “o termo ‘sustentável’ tornou-se bastante inflacionário e tem sido amplamente utilizado na política, na ciência, na economia, na literatura e nas notícias em todo o mundo”, especialmente nas agendas da ONU. Na NAU os termos “sustentabilidade” ou “sustentável” são mencionados 162 vezes (Kuhner, 2023, p. 18, tradução da autora).

A metodologia desta tese está estruturada em cinco momentos principais, que visam compreender o papel e as orientações para urbanistas na NAU:

(A) Revisão bibliográfica: a pesquisa começa explorando o conceito de cidades criativas, as dimensões de Sachs e os documentos orientadores para a implementação da NAU.

(B) Estado da arte: discute a relação entre o conceito de cidades criativas e as dimensões da sustentabilidade na literatura. Ademais, as referências de Sachs, do passado, são integradas com as propostas de Wahl (2020) para o futuro, oferecendo uma perspectiva metodológica contemporânea para o urbanismo regenerativo no âmbito da NAU e da UCCN.

(C) Análise das dimensões da sustentabilidade: são revisadas as oito dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (1986, 2002), com foco na aplicação metodológica dessas dimensões na NAU. É resgatado o histórico das Conferências ONU-Habitat e investigada a NAU. Nesse momento busca-se conectar as teorias da sustentabilidade ao planejamento e ao *design* urbano regenerativo da NAU, que podem ser implementados no contexto da UCCN.

(D) Análise da cidade criativa para implementação da NAU: a pesquisa analisa teorias pioneiras de cidades criativas que influenciaram a UCCN e a interseção com as dimensões da sustentabilidade da NAU. Foram analisados estudos de casos de índices e

teorias que apontam para indicadores nesse contexto. Também é explorada a dimensão cultural na NAU e a desconexão entre a Agenda e a UCCN, comprovada por estudos de casos de boas práticas de sustentabilidade em cidades da Rede que não se refletem nos relatórios ou nos planos quadrienais de monitoramento da UCCN.

(E) Reflexões e resultados alcançados: é apresentada uma visão sistêmica que visa auxiliar na implementação da NAU.

1.5 ESTRUTURA

Esta tese está organizada em cinco capítulos, conforme a seguir:

O Capítulo 1 está dividido em introdução, justificativa, objetivos, metodologia e esta estrutura da tese. No Capítulo 2 é demonstrada a influência do eixo cidades sustentáveis, da Agenda 21, no surgimento dos *brandings* urbanos contemporâneos, com foco nas cidades criativas, dividindo-se nas seguintes seções:

2.1 – São resgatados os estudos de Sachs sobre as dimensões da sustentabilidade e como eles impactaram as agendas de desenvolvimento das Nações Unidas, sendo especialmente investigados os desafios que levaram à Nova Agenda Urbana (NAU).

2.2 – São visitados os *brandings* urbanos e o desenvolvimento urbano sustentável como critério comum e pouco claro entre eles. É explorado o conceito de cidades criativas nos autores que mais influenciaram a literatura, os que incorporaram a cultura no conceito.

2.3 – É discutido o papel da Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, especialmente no que se refere ao potencial de resultados a partir da intenção de implementação da NAU.

2.4 – São apresentadas as considerações do capítulo.

No Capítulo 3 são examinadas as dimensões da sustentabilidade encontradas na economia criativa e na NAU, um achado metodológico que pode ser aplicado por urbanistas no contexto de implementação da Agenda e dos ODS. É apresentado um histórico das Conferências das Nações Unidas até a NAU, introduzindo o ODS 11 (cidades e assentamentos humanos sustentáveis). O capítulo é dividido em sete seções:

3.1 – São pesquisadas as dimensões da sustentabilidade para cidades na revisão do artigo “A economia criativa na arena da sustentabilidade” (Messias; Nascimento; Silva, 2020).

3.2 – É apresentado o histórico do debate de cidades sustentáveis a partir das Conferências ONU-Habitat até a outorga da NAU em 2016.

3.3 – É aprofundada a relação entre os ODS e a NAU, que surge vinculada ao ODS 11 – cidades e assentamentos humanos sustentáveis.

3.4 – A NAU é conectada ao conjunto de ODS.

3.5 – É avaliado o quadro de ação para implementação da NAU, o Afinua⁴ (2022), no contexto dos impactos nos ODS.

3.6 – São investigadas as dimensões da sustentabilidade na NAU, sendo analisado o encontro entre os dois paradigmas, o sustentável e o criativo, com base em uma metodologia possível para a implementação da NAU no âmbito da UCCN.

3.7 – São apresentadas as considerações do capítulo.

No Capítulo 4 são investigadas as dimensões da sustentabilidade em índices e teorias de cidades criativas, que confirmam as considerações sobre as conclusões do relatório de avaliação da UCCN, com destaque para o papel do urbanista na implementação da Agenda. O capítulo foi organizado em cinco seções:

4.1 – São pesquisadas as dimensões da sustentabilidade da NAU em autores pioneiros de teorias e índices que influenciaram o conceito de cidades criativas dominante na UCCN.

4.2 – É investigada a dimensão cultural no contexto da NAU, e cidades criativas não são um *branding* para implementação. A distância entre as direções das agências da ONU se confirma na seção 4.3, que trata de exemplos em cidades que não estão nos relatórios periódicos nem em planos de futuro.

4.3 – É tratado o confronto entre cidades da UCCN, algumas são conhecidas por adotarem políticas de sustentabilidade urbana e boas práticas regenerativas, as quais não se alinham às de cidade criativa. Em nenhum dos exemplos estudados essas práticas se refletem nos relatórios e nos planos de monitoramento periódico.

4.4 – É investigada criticamente a possível integração sistêmica da sustentabilidade para a revisão do conceito de cidades criativas no âmbito da UCCN.

4.5 – São apresentadas as considerações sobre este capítulo e ordenados em dimensões da sustentabilidade os *brandings* urbanos estimulados pela NAU, entre os quais não se encontra o de cidades criativas. O ordenamento possibilita a percepção de inter-relação entre os conceitos e as dimensões, um norte para a ação da UCCN para a implementação da NAU.

A conclusão das análises é a mesma que a encontrada no relatório de avaliação da UCCN de 2024, a de que o *branding* criativo, ademais das narrativas de desenvolvimento sustentável, é uma articulação econômica e de turismo em torno da cultura.

Por último, no Capítulo 5 encontram-se as considerações finais.

⁴Action Framework for the New Urban Agenda (Afinua) (ONU-Habitat, 2022b).

2 SUSTENTABILIDADE E CIDADES CRIATIVAS: MARCOS, CONCEITOS E CONTRADIÇÕES

Este capítulo analisa as dimensões da sustentabilidade e sua interseção com a economia criativa. A pesquisa investiga como a criatividade pode ser um recurso estratégico para o planejamento urbano regenerativo, considerando as mudanças climáticas e as desigualdades sociais. Essa análise permite uma melhor compreensão do papel da criatividade na promoção de soluções urbanas sustentáveis.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 — conhecida como Rio 92 ou Eco 92 —, marcou o início da construção de agendas políticas internacionais voltadas para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, firmada por 179 países, foi a primeira de uma série de pactos globais que definem diretrizes para revisar padrões de produção e consumo. Um de seus principais eixos, “cidades sustentáveis”, inaugurou tanto uma abordagem integrada para o planejamento urbano sustentável (Malheiros; Philippi Jr.; Coutinho, 2008; United Cities And Local Governments, 2004) quanto, segundo Silva e Franz (2020), foi o precursor de uma série de *brandings* urbanos, como cidades criativas, cidades inteligentes e *smart cities*.

Malheiros, Philippi Jr. e Coutinho (2008) observaram o engajamento de mais de 6.400 governos locais em 113 países até 2002, mostrando que o engajamento de municípios às Agendas 21 locais impulsionou uma cultura de planejamento participativo. Pela primeira vez, diversas vozes sociais passaram a ser ouvidas, além das tradicionais instâncias políticas e econômicas que historicamente definiam os destinos das cidades.

Com a intensificação do crescimento urbano ao longo do século XX, tornou-se evidente que não se atingiriam as metas globais de sustentabilidade sem transformar o modelo de desenvolvimento das cidades. O conceito de desenvolvimento sustentável, introduzido pelo Relatório Brundtland (1987), fundamentou o avanço de políticas públicas baseadas na integração entre as dimensões sociais, ambientais e econômicas, definidas posteriormente no modelo conhecido como *triple-bottom-line*. A relação direta dos termos com os da economia clássica, de Adam Smith, comprova a centralidade da dimensão econômica e o esforço da ressignificação do tripé (Figura 1, p. 12).

Figura 1 – *Triple-bottom-line* do desenvolvimento sustentável e sua origem na economia clássica



Fonte: elaboração da autora com base em Smith (1723; 1988) e no Relatório Brundtland (1987).

2.1 AS DIMENSÕES DE SACHS (2002) PARA O DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE

O termo ecodesenvolvimento foi articulado por Sachs, Leff e Strong em 1974 como resposta aos limites do crescimento (1973). De forma espraçada, o conceito incorporava as dimensões culturais, políticas e ambientais às questões econômicas e sociais, próprias à noção de desenvolvimento (Leff, 2005). Mais tarde, antes do Relatório Brundtland (1987), Sachs (1986) refere-se a cinco dimensões interconectadas para o desenvolvimento e a ação política para a sustentabilidade, as quais foram sumarizadas em três na Agenda 21, em 1992, conforme a Figura 2: 1) social, pela redução das desigualdades; 2) ecológica, pela qualidade do meio ambiente e a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as gerações futuras; 3) econômica, pelo aumento da produção e da riqueza social, sem a dependência externa; 4) espacial, para se evitar excesso nas aglomerações; e 5) cultural, pelo potencial regressivo da cultura para apaziguar conflitos (Sachs, 1986). Naquele momento (1986), Sachs inicia uma trajetória em defesa da conservação e da preservação de paisagens, do manejo dos recursos naturais, de redução das perdas produtivas pela indústria e da educação ambiental para o futuro sustentável. Tratava-se, então, de uma nova cultura de desenvolvimento e planejamento urbano a ser construída.

Figura 2 — As dimensões de Sachs (1986) e a sustentabilidade da Agenda 21 (1992)



Fonte: elaboração da autora com base em Sachs (1986) e na Agenda 21 (1992).

As dimensões de Sachs (1986) influenciaram o Relatório Brundtland (1987) e as agendas de desenvolvimento das Nações Unidas, assim como a definição do *triple-bottom-line*, mais conhecido como os pilares do desenvolvimento: ambiental, econômico e social. O debate proposto pelo Relatório Brundtland (1987) é vivo, começando pela incompatibilidade dos termos desenvolvimento e sustentável, que alguns autores defendem terem sentidos respectivamente lineares e orgânicos (Wahl, 2020; Sen, 2000; Veiga, 2008; Nascimento, 2012; Iaquinto, 2018; Gorz, 2005; Méda, 2000).

Ademais, o tripé da sustentabilidade difundido pela Agenda 21 foi uma redução das dimensões interconectadas da sustentabilidade elencadas por Sachs (1986), com a exclusão da dimensão cultural, que é importante tanto para a criatividade quanto para o resgate de soluções baseadas na natureza. A arena mais ampla de debates inaugurada pelo autor considerava um cenário ecossistêmico que historicamente vinha sendo conduzido por decisões centralizadas (Sachs, 1986). Uma das consequências dessa prática foi a cisão da noção de desenvolvimento e a ampliação da noção de planejamento urbano, que deveria considerar outras vozes sociais.

Como ensina Boff (2012),

[...] desenvolvimento e sustentabilidade obedecem a lógicas diferentes e que se contrapõem [...] uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo; uma enfatiza a competição, a outra a cooperação; uma a evolução do mais apto, a outra a coevolução de todos juntos e inter-relacionados (Boff, 2012, p. 45).

Para Sachs (1986), a dimensão política era implícita, reforçada pelo papel do Estado na alocação de recursos como indutor de políticas, da economia e especialmente da função social de investimentos públicos diretos e indiretos. A compreensão máxima de Sachs sobre a política, a partir de 2002, exalta o poder de articulação do Estado e da participação social para a colaboração de entes privados.

A dimensão social, por sua vez, referia-se ao crescimento estável, com melhor distribuição das riquezas e redução das desigualdades sociais.

A dimensão espacial correspondia ao conceito de território geográfico, com ênfase na fragilização do meio urbano provocada por desequilíbrios demográficos e pela expansão descontrolada das cidades.

A dimensão ambiental estava relacionada aos desequilíbrios naturais em áreas urbanizadas, como os modelos capitalistas de produção e consumo ilimitados, a dependência de combustíveis fósseis e o uso extensivo de substâncias poluentes (Sachs, 1986).

Os conceitos de Sachs (1986), que propõem um futuro solidário com as próximas gerações, a valorização do indivíduo mais do que de bens materiais e um melhor destino para

os recursos do planeta, ainda reverberam nas agendas das Nações Unidas, avançando cada vez mais em demandas para o ensino, a extensão e as pesquisas acadêmicas.

As oito dimensões do desenvolvimento sustentável foram articuladas por Sachs (2002) (Figura 3).

Figura 3 – As oito dimensões e o imperativo ético da sustentabilidade de Sachs (2002)



Fonte: elaboração da autora (2024) com base em Sachs (2002).

Na obra *Caminhos para o desenvolvimento sustentável* (2002), Sachs introduz uma ideia central para o debate contemporâneo: a de que a sustentabilidade deve ser compreendida para além de um objetivo técnico ou econômico, mas, sobretudo, como um imperativo ético. Dessa maneira, estabelece que a busca por sustentabilidade transcende os limites da eficiência ambiental ou da inovação tecnológica. Trata-se, em última instância, de uma obrigação moral com as gerações futuras, com os demais seres vivos e com a integridade dos ecossistemas. Essa formulação assume uma postura crítica ante a visão convencional de desenvolvimento, que historicamente negligenciou os limites ambientais e as desigualdades sociais, priorizando o crescimento econômico a qualquer custo.

A proposta de Sachs desloca, dessa forma, o centro do debate sobre sustentabilidade do campo da técnica para o âmbito da ética e da justiça. O desenvolvimento sustentável, nesse sentido, passa a ser entendido como um compromisso que envolve escolhas coletivas orientadas por valores como solidariedade intergeracional, resiliências ambiental e social, respeitando a diversidade ecológica e cultural.

O imperativo ético formulado por Sachs (2002) baseia-se na constatação de que os sistemas naturais fornecem os serviços ecossistêmicos essenciais à manutenção da vida, como a regulação climática, a purificação da água, a fertilidade dos solos e a polinização das plantas.

Esses serviços sustentam não apenas a economia, mas a própria existência da sociedade humana.

Além disso, Sachs defende que o reconhecimento do valor dos ecossistemas deve caminhar lado a lado com o reconhecimento dos direitos da natureza. Embora não formule esse conceito em termos jurídicos, sua defesa da gestão negociada da biodiversidade aponta para uma concepção de natureza como sujeito de direito, e não apenas fonte de recursos, que deve ser protegida por sua utilidade econômica, seus valores culturais, estéticos, espirituais e éticos (Sachs, 2002).

O que o autor propõe é uma mudança de paradigma: que o desenvolvimento deixe de ser um projeto de dominação da natureza e se torne um de reconciliação entre humanidade e meio ambiente. Essa transição exige um novo tipo de racionalidade — mais complexa, sistêmica e sensível aos limites do planeta —, que reconheça a interdependência entre os seres e a necessidade de construir uma civilização pautada no cuidado, na precaução e na cooperação (Sachs, 2002).

Em suma, a contribuição de Ignacy Sachs reside em oferecer uma visão holística e normativamente comprometida com um futuro viável para a vida no planeta. O imperativo ético da sustentabilidade, conforme formulado por ele, convoca-nos a repensar os rumos do desenvolvimento sob a ótica da justiça, da prudência e da solidariedade. Considerando as crises climáticas atuais, essa convocação assume caráter ainda mais urgente e inadiável.

2.2 A SUSTENTABILIDADE NO DISCURSO URBANO E OS PRIMEIROS *BRANDINGS*

O Gráfico 1 comprova que a partir dos anos 2000 aumentou o uso do termo cidades criativas na produção científica. Segundo Scott (2014), essa expressão cresce na economia e na geografia urbanas aliada ao paradigma da sustentabilidade, termo que também se consolidou nos discursos políticos de governos locais, instituições multilaterais e, progressivamente, do mercado. Silva e Franz (2020) argumentam que o conceito de cidades sustentáveis foi o precursor de uma série de *brandings* urbanos, como cidades criativas, cidades inteligentes, *smart cities*, entre outros. Conforme os autores, a noção de sustentabilidade urbana que gerou esse movimento ganha corpo com o eixo cidades sustentáveis, da Agenda 21, que originou os conceitos sobrepostos, que, em comum, passaram a competir por excedentes econômicos e nos circuitos globais de turismo.

A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (Brasil MDR, 2021) exemplifica essa sobreposição de conceitos ao fundir sustentabilidade, tecnologia e criatividade como ativos econômicos para atração de investimentos e turistas, com menor ênfase na integração social ou

nas metas climáticas. Essa sobreposição conceitual consolidou uma ambiguidade: por um lado, a sustentabilidade foi apropriada como linguagem hegemônica nas agendas globais e locais; por outro, passou a ser instrumentalizada como estratégia econômica, em geral desvinculada de práticas transformadoras.

O discurso da sustentabilidade foi progressivamente associado a políticas de competitividade entre cidades, especialmente como estratégias de *marketing* para consumo no meio urbano. Autores como Arantes (2000) e Sanchez (2010) já alertavam para a transformação da gestão urbana para a atração de consumo em detrimento da função pública do urbanismo. Essa ambiguidade originou a questão central desta pesquisa: a relação entre sustentabilidade e criatividade é de fato substantiva ou se trata de uma apropriação oportunista das agendas verdes e azuis por meio de estratégias de *marketing* urbano, os *brandings*, notadamente pelos setores imobiliário e turístico?

A origem do termo cidade criativa é atribuída a Landry e Bianchini (1995), conquanto Scott (2014, p. 566) resgate uma arqueologia da ideia, referindo-se a Jane Jacobs (1984) como a primeira a registrar a expressão na literatura. Jacobs (1984) fez alusão à cidade criativa inspirada em questões de desenvolvimento industrial de pequena escala artesanal, vistas por Sabel (1984) na *Third Italy*⁵. Piore e Sabel (1984) descreveram o modelo peculiar de inovação que se desenvolvia em aglomerações produtivas no fim dos 1970 e início dos 1980 (Piore; Sabel, 1984; Scott, 2014). Mais tarde, Bianchini (1991) definiu o *case study* da *Third Italy* como um *framework of our overal study*, elencando distintas dimensões em suas observações:

[it] is justified because these geographical areas have been able over the last three decades to attain a remarkably balanced form of regional development, by combine good economic performance with social cohesion, cultural diversity and environmental attractiveness (Bianchini, 1991, p. 336, grifo da autora).

Como política pública, a economia criativa (EC) foi lançada na Austrália a partir da publicação do *Creative Nation: Commonwealth Cultural Policy* (Austrália, 1994), inovadora ao integrar setores governamentais diversos em torno de uma agenda comum voltada à promoção comercial e simbólica da cultura australiana. À época, o governo do país reconhecia valores culturais singulares como ativos estratégicos, fundamentais para fortalecer a identidade nacional, fomentar o turismo e gerar empregos na economia da cultura. O documento foi a primeira

⁵*Third Italy* foi um termo cunhado por Arnaldo Bagnasco (1977) para as partes nordeste e central da Itália, onde são encontrados distritos industriais especializados, principalmente em setores tradicionais da indústria – tecelagens de lã e seda, confecção de roupas, de óculos, de produtos metalúrgicos, móveis, botas de esqui, calçados esportivos, artigos de couro e calçados (Bianchini, 1991).

formulação integrada com alcance econômico, social e diplomático de cultura, defendida como motor legítimo de crescimento, inovação e coesão social (Austrália, 1994, p. 1-3).

A política não utilizava ainda o termo “economia criativa”, mas antecipava seus fundamentos ao investir diretamente em áreas culturais para impulsionar o desenvolvimento local, a diplomacia cultural e a competitividade global do país. Um dos elementos centrais foi o reconhecimento do multiculturalismo e da diversidade étnica como vantagens comparativas para a exportação cultural da Austrália, assim como o reposicionamento do país no cenário cultural global após anos de desvalorização. Essa estratégia foi apresentada ao mundo como uma declaração de identidade cultural, articulando cultura, indústria e inovação, mobilizando pastas-chave como: Comunicação, Indústria, Educação, Relações Exteriores, Tesouro e o próprio gabinete do primeiro-ministro, em um movimento inédito de integração interministerial (Austrália, 1994, p. 7-10).

O investimento inicial foi de 252 milhões de dólares australianos, destinado a áreas como audiovisual, artes performáticas, preservação patrimonial, infraestruturas criativas e políticas de fomento a talentos emergentes, mídias indígenas e arquivos nacionais (p. 11-17). A política enfatizava ainda que a cultura indígena deveria ser tratada como fundacional e estruturante da identidade australiana, e não apenas como elemento folclórico (p. 18-19). A política era, portanto, profundamente transformadora, defendendo a cultura como fundacional e estruturante da identidade australiana e um motor legítimo de crescimento, inovação e coesão social (Austrália, 1994, p. 6-8).

A política previa, ainda, impactos estruturantes, como desenvolvimento regional, inclusão social e geração de empregos qualificados em setores criativos, consolidando a cultura como infraestrutura essencial para o bem-estar coletivo (Austrália, 1994, p. 6-8). Essa projeção internacional da cultura australiana teve como consequência o fortalecimento dos produtos culturais, dos símbolos nacionais e da diplomacia cultural no exterior, promovendo uma imagem de país dinâmico, diverso e criativo (Madeira, 2014).

Em 2013, a política foi atualizada por meio do *Creative Australia*, que aprofundou o papel da cultura na inovação digital, no empreendedorismo criativo e no reconhecimento legal da cultura aborígene e da herança multicultural. Em 2023, a publicação *Revive: a place for every story, a story for every place* avançou em direção à justiça cultural, à regionalização do financiamento e à centralidade das culturas na formulação de políticas públicas. A ênfase foi em inclusão, acesso universal, equidade em distribuição e acesso a recursos e fortalecimento institucional de artistas e comunidades criativas em todo o país (Austrália, 2013; 2023).

O interesse na economia criativa e na ideia de cidades criativas ganhou fôlego e visibilidade internacional a partir da criação da UCCN em 2004, que incentiva cidades a multiplicarem experiências de criatividade como fator estratégico de desenvolvimento. Cada cidade-membro da Rede ingressa em uma das sete categorias que melhor expressa sua criatividade: 1) artesanato e artes folclóricas; 2) artes midiáticas; 3) cinema; 4) *design*; 5) gastronomia; 6) literatura; e 7) música. O discurso endereça claramente a questão ao “papel transformador da arquitetura e do urbanismo contemporâneos sobre a cidade”: a “*provisión de infraestructura cultural a gran escala (nuevos teatros, bibliotecas y museos emblemáticos, a menudo diseñados por arquitectos relevantes) y en los beneficios económicos que genera*”, especialmente para o turismo (ONU UNCTAD, 2013, p. 47; Unesco UCCN, 2024). A UCCN funciona como uma plataforma de intercâmbio eficiente que permite às cidades de todo o mundo compartilhar boas práticas, promovendo mobilidade artística e profissional, mas não apresenta diretrizes orientadoras às cidades.

No contexto desta pesquisa, a atuação da UCCN deveria ser interpretada como um instrumento de disseminação de boas práticas urbanas orientadas à resiliência social e ambiental, entre outras diretrizes de sustentabilidade. Contudo, segundo o Relatório de Avaliação da UCCN (2004-2024), são raras as ações das cidades-membro que indicam compromissos concretos com a localização dos ODS, menos ainda com a NAU. A análise demonstra um descompasso entre os objetivos da UCCN e sua efetiva contribuição ao urbanismo sustentável, o que reforça a pertinência crítica desta tese.

2.3 CIDADES CRIATIVAS SÃO SUSTENTÁVEIS?

As transformações urbanas do século XXI colocaram as cidades no centro das agendas de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a noção de cidades criativas surgiu como uma proposta para articular inovação, economia do conhecimento, valorização cultural e inclusão social. No entanto, abordagens contemporâneas (Felizola; Marques; Silva, 2024; Mould, 2015) indicam que a criatividade urbana só é socialmente legítima quando articulada a compromissos estruturantes com a sustentabilidade ambiental, a justiça territorial e a equidade sociocultural.

Esta seção analisa criticamente a relação entre criatividade e sustentabilidade no contexto urbano, com foco especial na influência da Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN), entre outras redes de cidades no âmbito das Nações Unidas. O objetivo é compreender se o discurso da criatividade aplicado ao espaço urbano, conforme institucionalizado por essa rede global, representa uma transformação social sustentável ou uma apropriação retórica voltada ao turismo e ao mercado imobiliário.

A escolha do conceito de cidade criativa é justificada pela centralidade da cultura como dimensão estruturante desse *branding* urbano. Ao contrário de outros *brandings* como *smart cities* ou cidades resilientes, o conceito de cidade criativa valoriza expressões culturais locais como força motriz da renovação urbana, mas vem sendo criticado por sua aplicação esvaziada e instrumentalizada em políticas que priorizam a valorização imobiliária em detrimento da inclusão social (Evans, 2009; Vivant, 2012; Florida, 2005).

O *environmental attractiveness* (Bianchini, 1991, p. 336) nas cidades criativas é voltado, por definição, mais a turistas do que a moradores, o interesse imobiliário sobre o solo urbano pressiona ações políticas para sua valorização econômica, sobrepondo-se, desse modo, aos benefícios sociais, culturais ou ambientais. Há uma conveniente contradição que aproxima a tradicional instabilidade social e econômica do meio artístico dos interesses econômicos neoliberais nas relações de trabalho.

O termo cidade criativa pode, assim, ser interpretada como um projeto político liberal no sentido norte-americano do termo, ou seja, mais tolerante em matéria de costumes e de escolhas de vida. Como não ser seduzido pela ideia de que essa passagem à cidade criativa é acompanhada de uma revalorização das qualidades dos espaços urbanos, com a transformação da imagem das metrópoles e o arquivamento da imagem da cidade industrial, cujos miasmas, poluição e sujeição do proletariado simbolizam a submissão dos homens e da natureza à obsessão da produção? (Vivant, 2012, p. 23-24).

A definição de cidade criativa tem sido explorada por diversas teorias sobre como as cidades podem ser impulsionadas pela economia da criatividade sob conceitos amplos e variados (Apêndice C, p. 187). Consoante Vivant (2012, p. 23-24), a ideia de cidade criativa precisa ser reformulada com maior clareza para evitar as críticas que suscita:

Seu primeiro mérito é o de atualizar a ideia original da cidade como entidade emancipadora, a qual facilita a expressão das singularidades, a reivindicação e a manifestação das diferenças e da diversidade [...]. Por outro lado, como evitar ser enganado por uma retórica que mostra novas facetas da cidade e esconde seus perigos [...] associados ao retorno de uma classe criativa à cidade, tendo como custo a rejeição daqueles que nela vivem? Como acreditar que dessa forma se pode valorizar, e até mesmo programar, uma criatividade que se apoia na liberdade de extravasar onde se quer, ou seja, onde menos se espera? (Vivant, 2012, p. 23-24).

Sennett (2018, p. 72) destaca que a superficialidade de certos projetos de revitalização urbana compromete a função pública do espaço, favorecendo intervenções espetaculares que encobrem desigualdades territoriais reais. Nesse sentido, é necessário distinguir entre cidades criativas gentrificadoras e cidades criativas inclusivas, conforme defendido por Pratt (2011), que argumenta que a criatividade urbana só se torna legítima quando promove redistribuição de oportunidades culturais e econômicas. Essas abordagens se contrapõem à noção restrita de “classe

criativa” formulada por Florida (2005), criticada por ignorar as desigualdades raciais e sociais que marcam os territórios urbanos onde a criatividade é explorada como ativo econômico, mas nem sempre redistribuída.

O termo cidades criativas evidencia o meio urbano como *locus* principal da economia criativa, justamente onde se concentram os maiores impactos ambientais e o consumo de recursos naturais. O conceito dialoga com as noções de cidade inteligente, *smart city*, cidade sustentável e resiliência urbana (Gomyde *et al.*, 2020). Na literatura, as cidades criativas são descritas como aquelas que fomentam um ambiente cultural dinâmico, estimulam áreas verdes e promovem diversidade e inovação. Ademais, destacam-se pela implementação de políticas voltadas para o turismo, o meio ambiente, o planejamento urbano sustentável, o patrimônio cultural (material e imaterial) e a educação criativa e múltiplas conexões tecnológicas (Lerner, 2011; Letaifa, 2015; Messias; Nascimento; Silva, 2020).

No campo das cidades criativas, o termo “ambiente criativo” refere-se a um ecossistema que integra fatores urbanos e econômicos essenciais para sustentar negócios criativos em longo prazo (Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID; Unesco, 2021). Esses espaços dependem da colaboração entre agentes culturais, de infraestrutura urbana adequada, conexões digitais, políticas de apoio e engajamento cívico, o que inclui edifícios, ruas e áreas para fruição cultural, potencializados pelo uso da internet.

As críticas mais contundentes dos autores de cidades criativas pesquisados podem ser associadas às duas lógicas de ocupação do espaço urbano que deram origem à noção de *clusters* criativos: 1) a de Bianchini (1991), sobre novas formas produtivas inspiradas na *Third Italy* e associadas às *creative industries*; 2) e a de Landry (1995), acerca da efervescência de movimentos da contracultura (1980-1990), quase espontâneos, de artistas, que começavam a ocupar estruturas pós-industriais em centros urbanos. Em comum, os dois autores perceberam um empoderamento social a partir de organizações sustentadas em ocupações urbanas emergentes, construção coletiva e novas culturas socioprodutivas. Nos dois casos, a noção de ambiente cultural sobrepõe-se ao natural.

Uma infraestrutura criativa é uma combinação de *hard* e *soft*, incluindo a infraestrutura mental, o modo como a cidade lida com oportunidades e problemas; as condições ambientais que ela cria para gerar um ambiente e os dispositivos que fomenta para isso, por meio de incentivos e estruturas regulatórias. [...]. Ser uma pessoa ou empresa criativa é relativamente fácil, mas ser uma cidade criativa é diferente, tendo em vista as culturas e os interesses envolvidos (Landry, 2011, p. 14).

O conceito de *cluster* criativo difere da definição industrial de Porter (1990), pois ele descreve espaços que integram moradia, trabalho e infraestrutura tecnológica e urbana voltados à produção e ao consumo de bens culturais. Esses espaços promovem interações por meio de

práticas culturais, tecnológicas e ambientais, representando alternativa econômica nas transformações urbanas do século XXI, sendo exemplos o Soho (Londres) e Barracas (Buenos Aires), onde se localiza o Centro Metropolitano de Diseño (CMD). A noção de cidade criativa refere-se a espaços de produção baseados no talento, impulsionados pela mobilidade de profissionais da cultura e do conhecimento. A concepção desses ambientes varia conforme os enfoques de Landry (ocupação cultural) e Bianchini (modelos de produção).

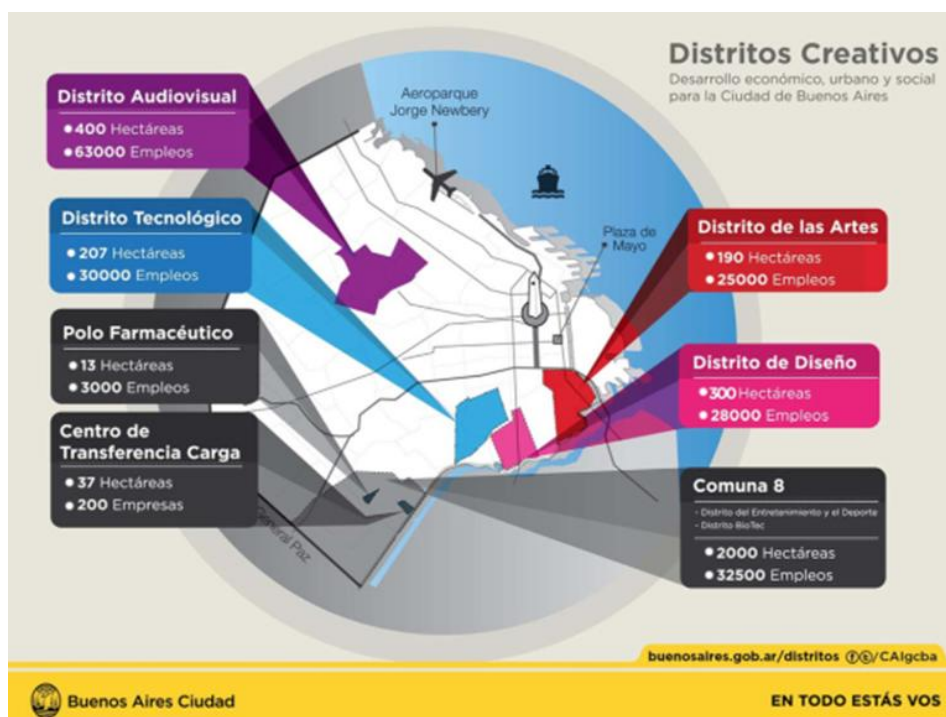
Posteriormente, Bianchini e Parkinson (1993) influenciaram tanto as ideias de cidades criativas (Landry; Bianchini, 1995) como planos publicados em países do Sul Global acerca de fenômenos produtivos, populares e culturais de revitalização urbana (Colômbia Cultura, 2010; Argentina Pebpa, 2018).

A popular theme was to have waterfront development schemes for offices and residential uses, but driven by a cultural theme (Lofman and Nevin 1995). This drew on an emergent Northern European experience of culture-led urban regeneration at the time (Bianchini; Parkinson, 1993 apud Colômbia Cultura, 2010, p. 12).

Desde a publicação conjunta com Bianchini (1995), Landry tornou-se referência ativa em publicações e trabalhos relacionados a cidades criativas, por ser considerado pioneiro no registro do movimento de ocupação cultural e criativa pós-industrial por artistas. Segundo Landry (2011), é no contexto dos anos 1990 que os setores culturais e criativos adquirem importância, emitindo “uma mensagem clara para estimular a abertura mental, a imaginação e a participação pública” (Landry, 2011, p. 13) na dinâmica da cidade. “Ser criativo, portanto, parecia ser a resposta, e a busca da criatividade ocorreu em todos os setores” (Landry, 2011, p. 12).

Desde 2001, as políticas nacionais e locais em Buenos Aires adotam a estratégia de distribuição territorial com base em *clusters* criativos, voltada à geração de emprego e renda (Figura 6), chamados de *Distritos* (Argentina, 2017). O objetivo é atrair excedentes econômicos por meio: 1) do turismo, com o fortalecimento da área turística e a criação do *Distrito de las Artes*; e 2) de incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento de competências nos territórios a partir da concentração de empresas criativas, como no bairro de Barracas, onde está o *Centro Metropolitano de Diseño*, e para o *Distrito del Audiovisual* (Figura 4). Em todos os distritos criativos da CABA há incentivos à restauração de imóveis com valor patrimonial por agentes privados.

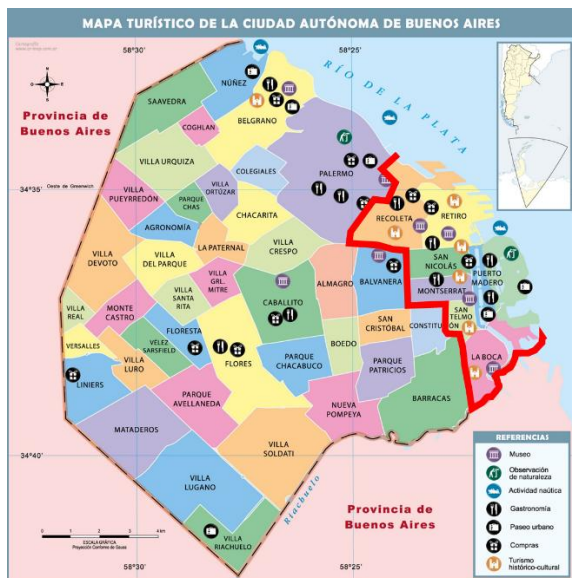
Figura 4 – Infográfico com dados de distribuição territorial dos distritos criativos de Buenos Aires



Fonte: Argentina (2017).

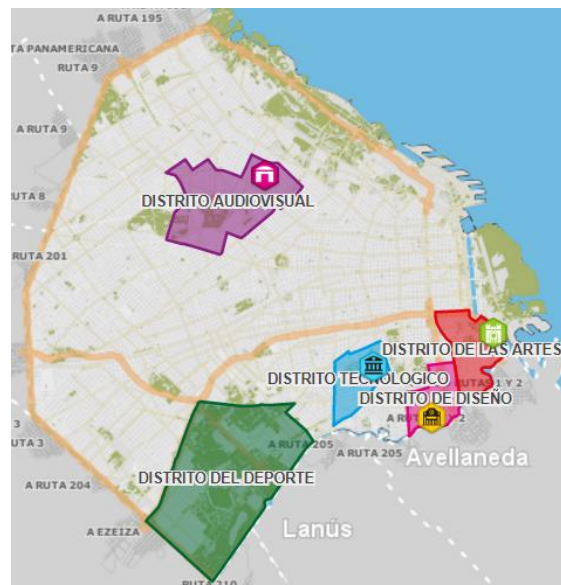
Os distritos criativos de Buenos Aires ilustram bem essa articulação entre cultura e economia urbana. Esses distritos, como os de *Design*, Audiovisual e Artes, são organizados em torno de *clusters* criativos, conceito importado da literatura sobre economia da criatividade, que associa concentração territorial de empresas a políticas públicas de incentivo. Tais distritos recebem benefícios fiscais e incentivos regulatórios — como isenção de impostos municipais, uso incentivado do espaço público e subsídios à recuperação de imóveis patrimoniais — para atrair empresas e profissionais da economia criativa (Argentina, 2017).

Figura 5 – Mapa de Buenos Aires com destaque para a área turística



Fonte: <https://www.mapas-del-mundo.net/americadel-sur/argentina/buenos-aires/grande-turisticas-y-administrativas-subdivisiones-mapa-de-ciudad-de-buenos-aires>, intervenção da autora.

Figura 6 – Planejamento territorial urbano de Buenos Aires em distritos criativos



Fonte: Argentina (2017).

Os modelos de *cluster* criativo, adaptados de experiências em Londres, Montreal e Barcelona, tendem a produzir uma cidade culturalmente rica, mas socialmente desigual. A lógica da gentrificação criativa naturaliza a exclusão em nome da valorização estética e simbólica dos territórios, deslocando populações e remodelando o espaço segundo os interesses de mercado (Lees; Slater; Wyly, 2008; Harvey, 2012).

O aumento de trabalhadores nômades digitais e a expansão de vistos criativos em cidades como Lisboa e Buenos Aires acentuam esse fenômeno. A retórica da mobilidade e da inovação digital justifica políticas de incentivo à ocupação de centros históricos, muitas vezes ignorando os efeitos sobre o tecido social preexistente. Esse processo foi denominado gentrificação digital (Sassen, 2016; Fernández, 2023), comum em cidades com *branding* turístico forte.

Outrossim, a crítica metodológica à UCCN aponta para a ausência de indicadores de sustentabilidade e inclusão que orientem os relatórios e os planos de ação das cidades. A Rede carece de critérios capazes de aferir impactos urbanos, sociais e ambientais de longo prazo alinhados às diretrizes das Nações Unidas. Portanto, defende-se a tese de que a avaliação das cidades criativas seja orientada por um quadro analítico sistêmico, como o das oito dimensões da sustentabilidade aqui apresentadas: ambiental, social, econômica, cultural, territorial-espacial, político-jurídico-institucional, tecnológica e ética.

O movimento das cidades criativas está diretamente relacionado à ascensão da classe criativa, o “motor da cidade criativa” (Reis, 2012), uma articulação de Florida (2002) em torno de profissionais da cultura e do conhecimento. De acordo com estudos sobre a classe criativa (Bendasolli; Borges-Andrade, 2011; Ipea, 2013; Sebrae Nacional, 2015), ela é principalmente constituída por jovens, formados com uma maior consciência ambiental. Eles desempenham papel central na economia criativa, e, segundo Pratt (2014), espera-se que esses trabalhadores gerem excedentes econômicos às cidades no século XXI. Localizadas no centro da competição internacional, essas novas gerações de trabalhadores buscam espaços criativos e autênticos, associados a narrativas de compromisso ambiental, fomentando o mercado de ambientes *vintage*.

Alguns autores que buscaram sistematizar narrativas a uma teoria de cidades criativas foram organizados por Santos (2012) no Quadro 1 com base em fontes textuais. Entre as narrativas, as de Lerner, na dimensão territorial-espacial, as de Strickland, na social, e as de Pardo, na política, estão entre as mais éticas. Lerner é o único entre os autores listados no Quadro 1 que se refere textualmente à sustentabilidade. As narrativas de Verhagen referem-se a uma cidade “verde”, possivelmente ambiental, e as de Pardo e Howkins são as mais políticas, as de Landry e de Reis e Urani (Quadro 1) são de culturas portadoras de valor para a economia. A teoria de Florida está entre as mais polêmicas, porém ela introduziu no discurso a dimensão da tecnologia e da ética a partir do contexto de tolerância entre culturas diferentes.

Quadro 1 – Ordenamento de requisitos desejáveis para as cidades criativas – uma revisão de autores

Autores	Requisitos e condições urbanas
3 T's Florida	Talento, tecnologia e tolerância.
3 C's Landry	Cultura, comunicação, cooperação.
Verhagen	Limpa, verde e segura.
Howkins	Aprendizagem, colaboração e novidade.
Strickland	Justiça, igualdade e diversidade.
Kageyama	Funcional, segura, confortável e festiva.
Reis e Urani	Conexões, cultura e inovações.
Lerner	Sustentabilidade, mobilidade e solidariedade.
Pardo	Exercício livre da cidadania, ambientes socialmente complexos, áreas culturalmente dinâmicas, qualidade de vida democrática e segurança.

Fonte: Santos (2012, p. 28) com base na síntese de Reis (2009, p. 17).

Para Lerner (2011), a cidade criativa deve ser boa primeiramente para seus cidadãos: “Uma cidade só pode ser atraente para turistas se for atraente para sua própria população” (p. 42). A ideia é compartilhada por Seldin (2015), cujos argumentos são observações importantes a urbanistas e ao urbanismo: cidade para quem?

Pontuamos que projetar a cidade com a finalidade de ressaltar seu poder simbólico e incentivar o turismo é pensá-la a partir de movimentos superficiais, baseados em trajetórias limitadas em que os sujeitos apenas se esbarram, não havendo real interação com o “outro”. Em suas reflexões sobre a “modernidade líquida”, Bauman (2001) aponta que os projetos recentes das cidades – e destacamos aqui especialmente os projetos para os espaços públicos – dificultam o encontro entre os diferentes. Os espaços de hoje são projetados para a passagem, não para a permanência, de modo que a presença daqueles que não se encaixam no padrão seja “meramente física e socialmente pouco diferente” (Seldin, 2015, p. 72 *apud* Bauman, 2001, p. 119).

Mould (2015) é geógrafo e defende a cidade como resultado da experiência e da experimentação, onde produtos e espaços urbanos seriam resultado dessa dinâmica, em vez de projetados. Esse autor reflete sobre narrativas conflitantes que se desenvolveram em paralelo sobre a ideia de cidades criativas, em que distingue os dois sentidos originais de ocupações com base em Landry e Bianchini (1995) – produtivistas ou artísticas: 1) a Cidade Criativa, grafada com maiúsculas, que se refere ao espaço urbano projetado para atrair a classe criativa e as *creative industries*, o contexto econômico-produtivo de ocupação urbana com base no capital; e 2) cidade criativa, em minúsculas, para referir-se à perspectiva social, subversiva, fundamentada e vernácula, resultado de ações espontâneas no urbanismo: o *tactical urbanism* (Mould, 2015).

O objetivo da UCCN é promover a cooperação internacional entre as cidades que reconhecem a cultura e a criatividade como motor do desenvolvimento urbano sustentável a fim de levar a criatividade para o coração do planejamento municipal. Apesar de sua missão de integrar a criatividade aos ODS estar sendo gradualmente incorporada aos planos de ação e aos relatórios de avaliação periódica das cidades (Unesco UCCN, 2024, *Synopsis*), o potencial de resultados não vem sendo explorado adequadamente.

Ademais, o único relatório de avaliação da UCCN identifica um desequilíbrio geográfico entre as conexões das cidades-membro a favor do hemisfério norte, e, ainda, a prioridade dos objetivos econômicos na relação com os objetivos sociais ou ambientais. Nessa conjuntura, o documento levanta dúvidas sobre se as ações da UCCN estão alinhadas com as prioridades da Unesco (Unesco UCCN, 2024).

Entre 2015 e 2016, a UCCN passou por um processo de normalização, estabelecendo as bases para seu funcionamento, o que trouxe como resultado a definição de um marco estratégico em 2017⁶, que destaca a contribuição transversal da cultura para os ODS (Unesco UCCN, 2024, p. 15). A ata da XI Conferência Anual da UCCN registrou a necessidade de equilibrar a presença geográfica nas cidades e a integração entre elas no hemisfério sul, bem como o alinhamento da política da Rede com as agendas das Nações Unidas.

⁶XI Conferência Anual da Rede, realizada em Enghien-les-Bains, França.

Na esteira da publicação da Agenda 21 para a Cultura e da criação da UCCN em 2004, ganham espaço narrativas que sugerem o turismo cultural para a sustentabilidade e a competição entre cidades por públicos específicos (Ribeiro, 2016; ONU; Unesco, 2022; Mareque; Creo; Álvarez-Díaz, 2021): “*Turistas y migrantes cualificados (la clase creativa) a través del posicionamiento de una imagen urbana apropiada para una ciudad global, apoyando a su vez un estilo de vida culturalmente enriquecido*” (ONU UNCTAD, 2013, p. 47).

O programa mundial de turismo e patrimônio da Unesco (2022) reitera o diálogo e a cooperação entre partes interessadas, da Agenda 21, como metodologia de planejamento e gestão para proteção do patrimônio cultural e natural com base na atividade econômica do turismo. A dimensão político-jurídico-institucional dessa agência da ONU, portanto, mais demanda do que integra os campos do urbanismo a partir dos fluxos flutuantes de pessoas e dos novos modelos de hospedagem e moradia que se apresentam para a cidade.

The Unesco World Heritage and Sustainable Tourism Programme represents a new approach based on dialogue and stakeholder cooperation where planning for tourism and heritage management is integrated at a destination level, the natural and cultural assets are valued and protected, and appropriate tourism developed (ONU Unesco, 2022).

No Brasil, os centros históricos urbanos foram preservados a partir da decadência imobiliária de áreas outrora centrais. O caso do Porto Digital, no Recife Antigo, ou o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, buscam resgatar áreas históricas centrais com diferentes abordagens que finalmente irão incorporar valor imobiliário a terrenos urbanos. O tripé econômico ancora-se no trabalho criativo

O movimento das cidades criativas, iniciado por Landry e Bianchini (1995), expandiu-se pela literatura ao identificar novos paradigmas culturais e produtivos nas dinâmicas urbanas. Um exemplo prático de urbanismo integrado foi a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), com *clusters* criativos voltados ao turismo e à valorização de vocações produtivas em áreas vulneráveis. Essas iniciativas estavam documentadas no *site* institucional da cidade, que apresenta os distritos como ecossistemas dinâmicos e abertos a profissionais criativos (Argentina, 2020).

De mais a mais, os incentivos à diversidade e à tolerância estão presentes em obras de vários autores de cidades criativas (Florida, 2011; Landry; Hyams, 2012; Hartley *et al.*, 2012) e de países como o Reino Unido como quesitos desejáveis ao turismo e à migração de profissionais da cultura e do conhecimento. Mesmo que esses autores não citem diretamente os nômades digitais⁷, o crescimento desse perfil de visitante enfatiza a competição entre as cidades

⁷“Nômades digitais são profissionais que usam a tecnologia para trabalhar de forma remota. Isso permite que eles vivam de maneira itinerante e em diferentes partes do mundo. Em vez de estar em um escritório fixo, podem trabalhar em cafés, espaços de *coworking* ou qualquer lugar com uma boa conexão à internet.” Fonte: *O Globo*,

por esse capital humano de alta renda. Em cidades como Lisboa e Cidade do México, a presença maciça desses trabalhadores vem causando distorções no mercado imobiliário, um fenômeno que se adiciona a uma equação já complexa para a urbanização — população local *versus* visitantes⁸.

O mesmo fenômeno chega a cidades do Brasil, como Brasília, que foi eleita a melhor cidade para nômades digitais do mundo. Para obter o ranqueamento, foram pesquisadas cidades de quarenta países que oferecem modalidade de visto para esses trabalhadores. Na capital, a autorização de residência e permanência temporária para nômades digitais é regulamentada pela RN 45/2021 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Entre as exigências para o visto estão a comprovação pelo imigrante de renda mínima igual ou superior a U\$ 1,5 mil/mês ou a disponibilidade de fundos bancários de ao menos U\$ 18 mil⁹.

Yet the investment in such “hardware” may well take place at the cost of the “software”, in other words of the capacity of local arts practitioners to actually create new work or produce cultural goods and services. And even more important perhaps, is to recognize and build upon the ways in which architecture “structures the human experience of the city, how it sets the terms on which people are brought together in urban space” (Brook, 2013, p. 310).

Os desafios enfrentados pelas cidades criativas incluem a gentrificação, que pode resultar na exclusão de comunidades locais e na perda de diversidade cultural. Esse fenômeno socioespacial ocorre quando áreas urbanas anteriormente desvalorizadas são revitalizadas, atraindo investimentos e novos residentes, mas também elevando o custo de vida e deslocando os moradores originais. Essa dinâmica levanta questões éticas sobre a equidade no acesso aos benefícios do *branding* criativo para o desenvolvimento urbano integrado e sustentável.

Na literatura a respeito de cidades criativas, os processos de gentrificação dos artistas pioneiros (Kirchberg; Kagan, 2013) são exemplos da negligência da dimensão ética no planejamento urbano em favor da porção econômica da sustentabilidade. Kirchberg e Kagan (2013) identificaram quatro etapas do fenômeno de gentrificação em cidades criativas associado a requalificações urbanas. Eles consideraram a importância do papel e os estágios da presença da

disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2025/01/29/brasil-e-eleita-a-melhor-cidade-para-nomades-digitais-no-mundo-veja-ranking.ghtml>.

⁸O jornal *O Globo*, em matéria publicada em 21/09/2023, informa que os nômades digitais no mundo já somam 35 milhões, com estimativas de chegarem a 1 bilhão até 2035. Somente nos Estados Unidos o aumento entre 2019, antes da pandemia, e 2023 foi de 131%, com estimados 17 milhões de trabalhadores nômades naquele país. Mais informações: https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2023/09/21/o-impacto-dos-nomades-digitais-em-grandes-cidades-do-mundo-estimativa-e-que-cheguam-a-1-bilhao-ate-2035.ghtml?utm_source=share-universal&utm_medium=share-bar-app&utm_campaign=materias.

⁹Matéria de *O Globo*, de 29/01/2025, disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2025/01/29/brasil-e-eleita-a-melhor-cidade-para-nomades-digitais-no-mundo-veja-ranking.ghtml>.

classe criativa nesses lugares: 1) os pioneiros, quando jovens artistas mudam para vizinhanças desvalorizadas no mercado imobiliário; 2) a valorização simbólica, que ocorre ancorada no alto investimento da classe artística para autopromoção, podendo ser observada na proliferação de galerias e espaços descolados e na presença na mídia. Nesta fase, a presença de criativos começa a mudar a imagem de territórios urbanos ainda desvalorizados — certos cuidados alteram a atmosfera do espaço, que começa a atrair consumidores de maior renda; 3) a primeira valorização econômica, decorrente especialmente da ampliação do acesso rodoviário e dos investimentos públicos em infraestrutura, reivindicados pelo público. A despeito da vulnerabilidade de renda, as melhorias urbanas não favorecem os pioneiros, mas facilitam o estabelecimento de marcas comerciais globais que se beneficiam dos investimentos na região; 4) é a segunda valorização econômica, quando pessoas com maior poder aquisitivo começam a frequentar o local, onde passam a ser praticados preços que inviabilizam a permanência de determinados níveis de renda na região, como os artistas pioneiros (Kirchberg; Kagan, 2013, p. 140).

As experiências são bens de valor simbólico (Bourdieu, 1980), consideradas produções intensas em serviços na cadeia *lato sensu* de um novo paradigma produtivo, criativo e urbano mais sustentável, que podem ser de dimensão: 1) ambiental-ecológica, 2) tecnológica ou 3) espacial-territorial, com base no *design* para lazer e turismo cultural, esportivo ou espiritual, voltado a experiências para o consumo em cidades criativas. Adicionalmente, articula-se o termo “ecologia criativa”, que associa ecologia e criatividade e trata de experiências geradas com base em uma cultura empreendedora, em que “pessoas comuns podem fazer o extraordinário acontecer se lhes for dada uma chance” (Lerner, 2011, p. 8).

Desse modo, as cidades criativas têm a oportunidade de se tornarem modelos de sustentabilidade ao adotar práticas que priorizem a inclusão social, a preservação cultural e a proteção ambiental, onde a criatividade deriva de comunidades de *designers*. Este é um indicador do índice de cidades criativas de Landry e Hyams (2012) e um capítulo do plano de ação para a implementação da NAU.

Estudos mais recentes propõem uma ampliação do conceito, incorporando explicitamente dimensões de sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental. Felizola, Marques e Silva (2024) mostram que entre 2020 e 2024 houve um crescimento expressivo de estudos que associam indústrias criativas, ecossistemas de inovação e políticas urbanas sustentáveis. A sustentabilidade passou a ser um eixo transversal nos debates sobre cidades criativas. Para Davidson *et al.* (2023), os distritos de inovação urbana precisam equilibrar objetivos econômicos, sociais e ambientais em vez de apenas promoverem o crescimento econômico. Os autores argumentam que cidades criativas devem ser também cidades

resilientes, com espaços públicos inclusivos e infraestrutura verde. Peck (2010) e Mould (2014) já advertiam sobre a possibilidade de captura do discurso criativo pelo urbanismo neoliberal, gerando gentrificação e exclusão de comunidades locais.

A Unesco tem reforçado esse vínculo ao incorporar a sustentabilidade como critério de ingresso em sua Rede de Cidades Criativas. Segundo Felizola, Marques e Silva (2024), as articulações entre políticas culturais, inovação territorial e sustentabilidade têm crescido significativamente no cenário ibero-americano, especialmente a partir da atuação de redes como a UCCN.

O avanço na literatura mostra que o conceito de cidade criativa amadureceu: não se trata mais apenas de atrair talentos, mas de construir cidades justas, plurais e ambientalmente responsáveis. Portanto, o conceito de criatividade em cidades pode erguer-se como plataformas vivas de experimentação democrática, inovação regenerativa e cultural. Essa é a visão aqui explorada.

2.4 É POSSÍVEL OBTER EFEITOS POSITIVOS DA CRIATIVIDADE NA URBANIZAÇÃO?

Em tempos atuais, a maioria das sociedades enfrenta a desalentadora e angustiante perspectiva de crescente caos urbano, decorrente do obsoleto e contraditório modelo de ocupação urbana implementado desde a era industrial. O cenário de acúmulo de riquezas sem a necessária distribuição equitativa de benefícios sociais acentuou os conflitos intraurbanos. Se para Aristóteles a cidade era o lugar para se viver bem, atualmente esta se tornou antônimo à qualidade de vida, desprivilégio não só das cidades latino-americanas ou de economias de desenvolvimento tardio, como também das cidades ditas industrializadas e desenvolvidas (Silva; Romero, 2010, p. 1).

As narrativas econômicas que se ergueram com base no eixo de cidades sustentáveis da Agenda 21 evidenciam a força do discurso que emana das agências da ONU. Cidades como Curitiba, no Brasil, e Copenhague, na Dinamarca, tornaram-se referência para outras cidades em razão de suas práticas inovadoras de planejamento urbano sustentável. Nesse contexto, a Nova Agenda Urbana (NAU) é o paradigma do urbanismo do século XXI, cujo impacto internacional deverá ser maior do que foi a Carta de Atenas (1933) para a arquitetura.

A matéria da sustentabilidade urbana confunde-se com as perturbações à qualidade de vida nas cidades, onde desigualdades sociais e desequilíbrios ambientais se ampliam, mobilizando pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento em favor de um futuro sustentável. Como movimento contrário a modelos de produção e consumo, o debate sobre dimensões da sustentabilidade é essencialmente urbano. Autores agregam ao *triple-bottom-line* do desenvolvimento sustentável outras dimensões que repercutem sobretudo no território, tais como materiais que impactam na arquitetura e no urbanismo (Sachs, 2002; Romero, 2022; Amodeo *et al.*, 2006).

O compasso e a escala, surpreendentes, de urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem-estar humano? Como resgata David Harvey (2012), a cidade para Robert Park é “a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo” (Park, 1967, p. 3). No entanto, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Por isso, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo (Park, 1967, p. 3 *apud* Harvey, 2012, p. 73). Seguindo com Harvey, (1980, p. 167), a cidade é resultado das fricções do capital, de interesses e contradições, desde onde “uma teoria geral do urbanismo provavelmente [seja] impossível de ser construída” (p. 167). Foi Harvey, sobretudo, quem percebeu as raízes e a multiplicidade de conflitos para o fenômeno urbano.

As teorias, como as definições, têm suas raízes na especulação e na ideologia, e dependem, também, dos objetivos do pesquisador e das características do fenômeno que está sendo investigado. Há, parece, demasiadas posições ideológicas a serem defendidas, demasiadas especulações ocultas a serem seguidas, demasiados pesquisadores e demasiados contextos nos quais o fenômeno urbano pode ser encontrado para que uma teoria geral do urbanismo possa emergir facilmente [...] O urbanismo é um fenômeno bastante complicado para ser incluído facilmente em alguma teoria abrangente (Harvey, 1980, p. 166-167).

2.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Este capítulo apresentou um panorama crítico e evolutivo dos marcos da sustentabilidade urbana, da emergência das cidades criativas e dos desdobramentos institucionais da Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN). Introduzindo o conceito de cidades criativas, foi possível demonstrar a trajetória de consolidação do discurso da sustentabilidade nas políticas urbanas, bem como sua captura por interesses econômicos.

Entre os principais achados destacam-se:

- A sustentabilidade urbana nos discursos da UCCN, que deveria ser um eixo transformador de práticas degenerativas, foi progressivamente apropriada pela economia e pelo turismo, cenário em que as cidades são produtos para nômades digitais e turistas, e nem a população residente nem os urbanistas refletem adequadamente a respeito: uma nova onda de públicos flutuantes que consomem, vivem e circulam em cidades que não foram planejadas para essa instabilidade populacional.
- O conceito de cidade criativa perdeu densidade crítica ao ser instrumentalizado para fins turísticos, dissociando-se da justiça social, da equidade territorial e da sustentabilidade ambiental. A atuação da UCCN apresenta baixos níveis de

integração com os ODS e a NAU, conforme relatado na avaliação de 2024, apontando a necessidade de uma revisão metodológica em seu desempenho.

A tese propõe uma nova abordagem para as cidades criativas, fundamentada nas oito dimensões da sustentabilidade de Sachs (2002) — ambiental, social, econômica, cultural, territorial-espacial, político-jurídico-institucional, tecnológica e ética —, como matriz analítica ao conceito de cidade criativa no âmbito da UCCN. Com base em Wahl (2020), articula-se a alternativa conceitual e prática de cidade criativa regenerativa sobre um planejamento urbano que supere a sustentabilidade retórica em direção a processos que regenerem os tecidos social, ambiental e simbólico dos territórios urbanos.

Esse conjunto de dimensões estabelece a base metodológica para as análises dos capítulos seguintes, nos quais a criatividade será tratada como vetor de regeneração urbana, em vez de instrumentalizada para a projeção simbólica e fins essencialmente econômicos. Aqui, reforça-se que a criatividade deve ser um recurso para o desenvolvimento e o planejamento urbano integrado e sustentável, aquela que poderá traduzir os anseios das vozes de cada território em qualidade espacial em diferentes dimensões.

Diante desse cenário, a necessidade de integrar a criatividade aos desafios urbanos do século XXI torna-se cada vez mais evidente. A cultura deve ser compreendida não apenas como patrimônio histórico, mas como um elemento dinâmico e estratégico para o planejamento urbano contemporâneo. Assim, a concepção de cidades criativas deve equilibrar desenvolvimento econômico e necessidades sociais e ambientais, evitando impactos como a gentrificação e a exclusão de comunidades locais.

3 A ECONOMIA CRIATIVA, A SUSTENTABILIDADE E A NOVA AGENDA URBANA: DIMENSÕES SISTÊMICAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO

Este capítulo trata da articulação entre economia criativa, sustentabilidade e a Nova Agenda Urbana (NAU) no contexto das cidades criativas. Avança-se na análise das dimensões da NAU com base em Sachs (2002) por meio da associação de termos utilizados para definir economia criativa nessa arena (Messias; Nascimento; Silva, 2020).

A NAU propõe uma abordagem urbana centrada em direitos humanos, equidade social, inclusão, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico integrado (ONU-Habitat, 2016). Esses princípios encontram ressonância nas oito dimensões da sustentabilidade — ambiental, econômica, social, cultural, político-jurídico-institucional, territorial-espacial, tecnológica e ética — formuladas com base no pensamento sistêmico de Sachs (2002). Considerando essa convergência conceitual destaca-se a necessidade de uma melhor integração entre as dimensões da NAU e os aspectos culturais e urbanos específicos de cidades criativas em metodologias, como apontado no relatório de avaliação da UCCN (Unesco UCCN, 2024).

Essa análise insere-se em um contexto no qual a cultura e a inovação são vetores de adaptação urbana ante a crise climática, exigindo uma nova abordagem sobre como as cidades organizam suas dinâmicas culturais, econômicas, sociais e ambientais. No Brasil, por exemplo, índices como o Ibeu e o IVS (2020) ainda não consideram a dimensão cultural em suas metodologias, o que compromete a representação completa do bem-estar urbano, como apontado pelo Observatório das Metrópoles (2020).

No contexto da criatividade como recurso para a sustentabilidade urbana, a interseção entre as dimensões da sustentabilidade e a economia criativa (Messias; Nascimento; Silva, 2020) revela outra compreensão a respeito do conjunto de narrativas que a definem. A possível relação dos termos utilizados para definir economia criativa com as dimensões da sustentabilidade (Apêndice C – Artigo: A economia criativa na arena da sustentabilidade (2020), p. 187) indica que as dimensões de Sachs (2002) parecem ter sido referências subliminares na articulação da EC, o que mais parece decorrência do que uma intenção primeira de se vincular ao paradigma da sustentabilidade

3.1 REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE

Esta seção retoma criticamente os achados do artigo publicado na *Revista Pós FAU/USP* (Messias; Nascimento; Silva, 2020) (Apêndice C, p. 187), que integra a fundamentação conceitual desta tese. O artigo investigou os termos mais frequentes da literatura sobre

economia criativa (EC), organizando-os em uma matriz sistêmica de oito dimensões da sustentabilidade — ambiental, econômica, social, cultural, político-jurídico-institucional, territorial-espacial, tecnológica e ética —, em referência ao pensamento de Sachs (2002). Essa sistematização partiu da hipótese de que a EC compartilha fundamentos estruturais com o paradigma do desenvolvimento sustentável, podendo, por consequência, contribuir para a renovação do planejamento urbano contemporâneo.

Contudo, o aprofundamento crítico realizado nesta tese evidencia que essa convergência entre EC e sustentabilidade, embora conceitualmente plausível, não se traduz em compromissos políticos nem em metodologias práticas. Como demonstrado no relatório de avaliação da UCCN (2024), as ações associadas à economia criativa nas cidades-membro permanecem orientadas majoritariamente por fins promocionais, turísticos e mercadológicos, sem incorporar de maneira substancial dimensões como a ética, a equidade territorial ou a regeneração socioambiental das agendas das Nações Unidas.

No artigo original, destaca-se a divergência entre a categorização proposta pelos autores — que posicionam o termo “formação cultural” como pertencente à dimensão cultural — e o relatório BID Unesco (2021), que o aloca na dimensão social (p. 17). A Figura 7 é uma representação gráfica do artigo, atualizada com esta classificação.

Figura 7 — A economia criativa na arena da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora com base na categorização de Messias, Nascimento e Silva (2020), revisada em 2023 com base no Banco Interamericano de Desenvolvimento e na Unesco, 2021.

A imagem representa visualmente as camadas de sentido que estruturam a EC em campos como economia da experiência, do conhecimento, da cultura e compartilhada (Reis, 2012), articuladas a esferas territoriais, tecnológicas, políticas multissetoriais e éticas. A Figura 7 demonstra que a dimensão ética frequentemente permanece à margem da formulação prática das políticas de cidades criativas, mesmo diante das críticas de gentrificação.

Também são muitos os setores que definem economia criativa, como mostrado no artigo. A classificação mais recente encontrada nesta pesquisa é a do BID Unesco (2021) (Figura 8).

Figura 8 — Setores criativos (Unesco; Banco Mundial, 2021)

1. Audiovisual and Interactive Media



2. Performing Arts



3. Intangible Cultural Heritage



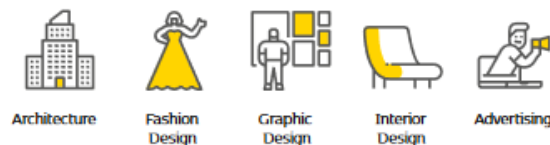
4. Literature and Press



5. Visual Arts and Crafts



6. Design and Creative Services



7. Heritage and Tourism Activities



Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento; Unesco (2021, p. 31).

O artigo também aponta que a EC transita entre práticas simbólicas, funcionais e produtivas, com especial ênfase nas cadeias do *design*, do audiovisual, da educação criativa e da formação cultural. Ainda assim, sua aplicação majoritária restringe-se à instrumentalização econômica da cultura, com baixa incidência em inclusão social, equidade territorial ou regeneração ambiental (Messias; Nascimento; Silva, 2020).

Nesta tese, reforça-se a crítica de que a economia criativa, em sua forma hegemônica, alinha-se ao modelo neoliberal urbano, frequentemente atuando como instrumento de *rebranding* de territórios, gentrificação e financeirização da cultura. Essa crítica encontra respaldo em autores como Kirchberg e Kagan (2013), que analisam os efeitos excludentes da regeneração criativa.

Dessa leitura crítica emerge o conceito de “economia criativa regenerativa”, proposto nesta pesquisa como alternativa ao modelo dominante, a qual não seria limitada a gerar capital simbólico, mas orientada por valores de justiça e inclusão socioterritorial, bem-estar coletivo e regeneração ecossistêmica. Enraíza-se, portanto, na capacidade de promover interações positivas entre cultura, território, natureza e inovação, resgatando o papel transformador da cultura urbana preconizado pela NAU (ONU-Habitat III, 2019).

Esse conceito também se alinha à noção de “biofilia urbana” proposta por Wahl (2020), segundo a qual a reconexão com a natureza — inclusive simbólica — é chave para o futuro das cidades. A EC regenerativa, portanto, não se restringe a um campo emergente de produção simbólica, é sim um instrumento político e ético de transformação territorial quando orientada por critérios de sustentabilidade urbana.

Como ensina Milton Santos (1998), o território é uma entidade falante, e cabe ao planejamento escutá-lo, bem como escuta o povo, a economia e a alma. Desse modo, a EC regenerativa também pode ser compreendida como mediadora simbólica e concreta entre sujeitos, territórios e políticas públicas. Nesse sentido, o *design* urbano, na NAU, é reconhecido como tradutor de demandas diversas em soluções espaciais inclusivas e adaptativas (ONU-Habitat, 2022b).

A ausência de mecanismos de avaliação sistêmica na chancela da UCCN compromete a capacidade da Rede de influenciar de fato os rumos do urbanismo sustentável. Questões como gentrificação, exclusão simbólica e desigualdade na circulação de bens culturais — documentadas na literatura crítica — seguem desconsideradas, o que reforça a pertinência desta tese em propor uma reconfiguração da EC nas políticas urbanas globais.

As próximas seções traçam um histórico do debate da sustentabilidade urbana na ONU-Habitat e exploram as oito dimensões da sustentabilidade no texto da NAU, revelando uma possibilidade para as lacunas na articulação da EC nesse contexto.

3.2 CONFERÊNCIAS HABITAT

As Conferências Habitat, promovidas pelas Nações Unidas, constituem marcos históricos fundamentais na construção das agendas urbanas globais. Nos três eventos principais — Habitat I (1976), Habitat II (1996) e Habitat III (2016) — foram estabelecidas diretrizes internacionais para o desenvolvimento urbano sustentável que refletem as dinâmicas políticas, epistemológicas e institucionais de seus respectivos períodos. Conforme discutido por Cociña *et al.* (2019), cada conferência não apenas definiu prioridades políticas e técnicas como evidenciou as relações de poder envolvidas na produção e na circulação do conhecimento sobre o meio urbano.

A primeira conferência Habitat foi realizada em Vancouver em 1976 (Quadro 2, p. 37) e representou a consolidação inicial da questão urbana como tema de relevância global. A Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos e a criação do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UNCHS), antecessor do ONU-Habitat (Nações Unidas, 1976), foram importantes resultados. O evento teve forte influência da modernização na indústria, na qual o planejamento urbano era instrumento técnico para a resolução de desigualdades e desenvolvimento econômico. O conceito de igualdade urbana foi reivindicado por países do Sul Global, conectado à proposta da Nova Ordem Econômica Internacional¹⁰ e atrelado à soberania nacional e ao direito ao desenvolvimento (*New International Economic Order* — NIEO) (Cociña *et al.*, 2019).

A Habitat II, realizada em Istambul vinte anos depois (Quadro 2), refletiu a consolidação das ideias neoliberais e da governança como estratégia multissetorial urbana. O documento final — Agenda Habitat — enfatizou a cooperação entre os setores público e privado, a descentralização decisória e o fortalecimento dos governos locais, contexto de tradução do conhecimento tecnocrático, com a produção acadêmica integrada a práticas de gestão urbana. Entretanto, a integração frequentemente marginalizava os conhecimentos das comunidades periféricas (Cociña *et al.*, 2019).

A segunda conferência também marcou o surgimento de redes globais de cidades, como UCLG (*United Cities and Local Governments*)¹¹ e ICLEI (*International Council for Local Environmental Initiatives*)¹², que passaram a desempenhar papel cada vez mais relevante na formulação e na implementação de políticas urbanas internacionais (Acuto, 2018).

A terceira conferência, Habitat III, ocorreu em Quito e culminou na formulação da Nova Agenda Urbana (NAU). Diferentemente das edições anteriores, a NAU apresenta uma abordagem mais ampla e intersetorial, alinhada aos ODS, especialmente ao ODS 11, que trata de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Um sentido mais inclusivo do conhecimento marca o reconhecimento de epistemologias plurais e de saberes locais e comunitários nos processos

¹⁰A Nova Ordem Econômica Internacional foi proposta oficialmente pela ONU em 1974, visando corrigir desigualdades históricas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, particularmente aquelas resultantes do colonialismo e da ordem econômica estabelecida por Bretton Woods. Esse movimento é apontado em textos sobre a conferência como o articulador de demandas do Sul Global por equidade, soberania e redistribuição internacional de poder e recursos.

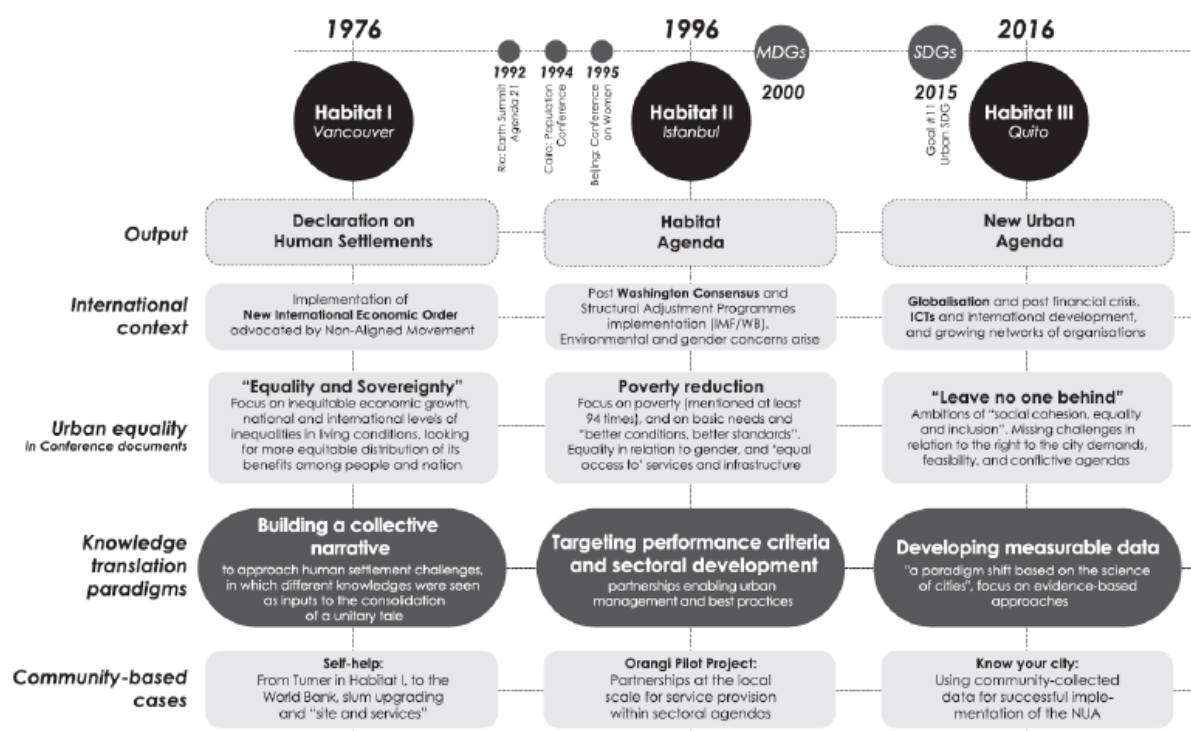
¹¹A CGLU é a maior organização de representação de governos locais e regionais no mundo. Criada em 2004, é resultado da fusão de várias organizações históricas de municipalismo e busca representar os interesses das cidades junto a organismos internacionais, como a ONU.

¹²O ICLEI é uma rede global de governos locais e regionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Fundado em 1990, o ICLEI atua como uma plataforma para apoiar cidades, regiões e municípios a implementarem políticas públicas ambientais, climáticas e de sustentabilidade urbana. Nome atual, ICLEI – *Local Governments for Sustainability*. Fonte: *site iclei.org*.

decisórios (Cociña *et al.*, 2019). Para Thomas, Boufford e Talukder (2016), a Habitat III representou a primeira grande conferência urbana alinhada a uma agenda de desenvolvimento sustentável de escala planetária, estabelecendo parâmetros mensuráveis e metas para áreas como habitação, mobilidade, resiliência e acesso a serviços básicos.

A conferência também consolidou a participação de atores privados e fundações filantrópicas (como a Fundação Gates), além de redes comunitárias transnacionais, revelando uma ecologia urbana global complexa e diversificada. Contudo, alguns autores (Cociña *et al.*, 2019; Watson, 2012) alertam que foram inclusões permeadas por desigualdades estruturais e representações simbólicas, que ainda privilegiam o conhecimento do Norte Global.

Quadro 2 — Evolução do conhecimento e da igualdade urbana nos Habitats I, II e III



Fonte: Cociña *et al.* (2019, p. 133).

A Conferência Habitat III, realizada em 2016, constituiu um marco para a formulação de políticas urbanas globais e para o fortalecimento da interface entre ciência e planejamento urbano. A NAU, principal resultado da conferência, é um documento de referência estratégica com validade de vinte anos que trata de cidades e comunidades sustentáveis.

O conceito de resiliência urbana foi fortalecido na Habitat III como um *branding*, compreendido como a capacidade dos sistemas urbanos de resistirem e se adaptarem a perturbações ambientais, sociais e econômicas (Mariño; Rozenblat, 2022). Nesse sentido, a Habitat III promoveu uma visão estratégica em que as "cidades inteligentes" não se restringem à

eficiência tecnológica, englobam também a transparência, a participação cidadã e a justiça espacial. De mais a mais, reconheceu e impulsionou o uso de tecnologias digitais, como dados geoespaciais, sensores urbanos, inteligência artificial e sistemas de informação geográfica (SIG), como ferramentas para a modelagem e a gestão das cidades. Conforme destacado por Ribeiro e Câmara (2018), essas inovações foram incentivadas como meios de viabilizar o monitoramento contínuo de indicadores urbanos e apoiar decisões de planejamento (Ribeiro; Câmara, 2018).

Os avanços promovidos pela Conferência Habitat III, com base na NAU, incluem a noção de resiliência urbana, o uso de tecnologias digitais, o alinhamento com os ODS, a incorporação de saberes plurais e a construção de métricas globais. Juntos representam um salto qualitativo no modo como se concebe e se planeja o meio urbano no século XXI, com base em governos locais, para o enfrentamento de desafios complexos: o fortalecimento de uma cidadania urbana global, participativa e orientada por dados.

A NAU trouxe uma abordagem crítica e transversal para o planejamento urbano, centrando-se na equidade social, na sustentabilidade ambiental e na participação cidadã. A implementação da Agenda, no entanto, ainda representa um desafio significativo tanto como política global quanto como ação local complementar à atuação da UCCN. De um lado, enfrenta-se a urgência de resiliência e adaptação urbanas diante das emergências climáticas, de outro, as agendas da ONU são um universo complexo que demanda metodologias, integração intersetorial e governança multinível.

3.3 A AGENDA 2030 E O ODS 11: UM CAMINHO PARA A NOVA AGENDA URBANA (NAU)

A Agenda 2030 é a mais recente entre as agendas de desenvolvimento das Nações Unidas (Acordo de Paris, 2015), a qual dedica um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a cidades e comunidades sustentáveis, o ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ONU-Habitat III, 2016). Estudo recente demonstra que o ODS 11 e o ODS 6 — Água potável e saneamento — são os mais presentes como objeto em pesquisas de pós-graduação em ciências ambientais (Sampaio; Philippi; Sobral, 2023). Esses resultados reafirmam a necessidade de envolvimento de gestores de cidades com as pautas da Agenda 2030 e o porquê da Nova Agenda Urbana (2016), dedicada a esse desafio maior (ONU-Habitat III, 2016).

A partir da *World Urban Campaign*, ONU-Habitat, há informações sobre boas práticas, mas não há referências metodológicas que orientem a implementação da Nova Agenda Urbana (NAU). Esses processos reforçam a abordagem do planejamento, dos campos da administração e do *marketing* para integrar o meio urbano com a participação social inclusiva, em vez de

imperativa, para a sustentabilidade. Esta é uma lógica que vem sendo difundida em municípios desde os processos de implementação das Agendas 21 locais nos anos 1990, o que amplia consideravelmente os campos de estudo do urbanismo.

La Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo (CNUMAD) celebrada en 1992 marca un punto de inflexión importante en la geopolítica ambiental global. A partir de Río-92, las políticas del desarrollo sostenible han promovido y puesto en operación un nuevo marco legal internacional, basado en un conjunto de Acuerdos Multilaterales Ambientales (AMAs), que incluyen una serie de instrumentos jurídicos que buscan establecer normas a los agentes económicos y sociales para limitar y revertir los impactos de los procesos económicos y tecnológicos sobre el ambiente (LEFF, 2005, p. 266).

Kuhner (2023) reitera o impacto da Agenda 21 em diferentes áreas do conhecimento no campo do urbanismo. Silva e Franz (2020) revelam a influência do eixo “cidades sustentáveis” para a difusão dos *brandings* urbanos, direcionando políticas urbanas para o turismo e o uso intensivo da tecnologia. Do ponto de vista do campo do urbanismo, a atração de pessoas para o trabalho criativo ou remoto, como os artistas e suas plateias e os nômades digitais, pressiona a ocupação de territórios urbanos a partir da intensidade no fluxo e na diversidade de pessoas. As demandas por abrigo, mobilidade e acessibilidade expandidas a territórios e aos usos dos espaços públicos é uma equação que precisa chegar a um denominador comum, levando em conta as dimensões do debate da sustentabilidade contemporânea.

O discurso da ONU exerce influência significativa no contexto político-cultural da sustentabilidade, atualmente por meio da Agenda 2030 e dos 17 ODS. Esse contexto político busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O ODS 11, em particular, destaca a urgência de enfrentar os desafios urbanos contemporâneos, com ênfase na necessidade de o planejamento urbano considerar as dimensões sociais e ambientais, ademais do crescimento econômico (ONU-Agenda 2030, 2016).

In recent years, the term “sustainable” has become quite inflationary and has seen distinguished use in, politics, science, economics, literature, and news all over the world. Especially international agendas, such as the Agenda 2030 comprising the SDGs and the NUA¹³, make extensive use of the term. Sustainability seems to be key for the successful implementation of international guidelines at the national and regional levels (Kuhner, 2023, p. 18).

Os textos da Agenda 2030 — Transformando nosso mundo e de detalhamento dos 17 ODS — são importantes referências históricas e subsídios às reflexões em curso nesse novo mundo interconectado: trata-se do registro máximo do alcance a que se conseguiu chegar com o diálogo entre os povos presentes na sociedade mundial. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é resultado de um processo global participativo coordenado pela

¹³New Urban Agenda (NUA).

ONU, que por mais de dois anos colheu contribuições de governos, da sociedade civil, da iniciativa privada e de instituições de pesquisa por meio da Plataforma *My World*.

A Agenda 2030 foi adotada em setembro de 2015 por 193 Estados-membros da ONU, composta por 17 ODS, interdependentes e indivisíveis (*UN General Assembly Resolution 70/1*). Em síntese, a Agenda 2030 é composta por quatro partes centrais:

1. **Declaração** — estabelece a visão, os princípios e os compromissos. A visão é transformar e se libertar de problemas atuais como pobreza, miséria, fome, doença, violência, desigualdades, desemprego, degradação ambiental, esgotamento dos recursos naturais, entre outros, com o princípio de não deixar ninguém para trás. Os compromissos são mensurados em objetivos, metas e indicadores a serem atingidos por meio de uma maior cooperação internacional.

2. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** — são 17 objetivos e 169 metas de ação global para serem alcançados até 2030. As metas nacionais de cada país são guiadas pelas metas globais e definidas de acordo com a realidade de cada um a fim de incorporá-las às suas políticas, programas e planos de governo.

3. **Acompanhamento e avaliação da Agenda 2030** — são fundamentais para a implementação nos níveis global, regional e nacional. A produção periódica dos indicadores necessários ao monitoramento dos objetivos e das metas requer dados de qualidade, acessíveis, atualizados, confiáveis, desagregados e baseados em fontes oficiais nacionais.

4. **Implementação** — sobretudo do ODS 17 e de outras metas dos demais ODS; trata de parcerias e solidariedade na mobilização de recursos e do engajamento entre governos, setor privado, sociedade civil e o Sistema ONU como alguns meios necessários.

5. **Agenda de Ação de Adis Abeba** — documento final da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento que apoia a implementação de estratégias e programas de ação (IBGE, 2020).

A Agenda 2030 abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança (Ipea, 2024; Cnods, 2018). Nos documentos gerados no Brasil, as metas dos ODS são apresentadas como finalísticas ou de implementação, cujo objeto se relaciona diretamente a um ou a vários ODS específicos; ou de implementação, relacionadas ao arranjo institucional, como recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de governança e arranjo institucional, bem como instrumentos legais, planos, políticas públicas e programas necessários ao alcance dos objetivos (Ipea, 2024; IBGE, 2020).

A implementação da Agenda 2030 teve início em janeiro de 2016 e representa a continuidade e a ampliação do escopo da Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), o primeiro conjunto de oito Objetivos de Desenvolvimento globais. No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Brasil figurou como um dos países com mais avanços (Cnods, 2018; Ipea, 2024). Os 17 ODS representam o avanço no detalhamento das agendas contendo áreas de desenvolvimento.

O Estado brasileiro internalizou a Agenda 2030 após a aprovação nas instâncias nacionais competentes e disponibilizou mecanismos para o efetivo monitoramento dos ODS no país. O Decreto nº. 8.892, de 27/10/2016, criou a Cnods no âmbito da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR), instância que constitui a governança nacional da Agenda 2030 no Brasil, cuja composição foi apresentada anteriormente. Segundo o Ipea (2024), o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a estabelecer uma instância voltada a orientar a territorialização dos ODS.

A análise das metas globais e sua adequação ao país pela Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Cnods) estão relacionadas aos níveis de dificuldade (*Tiers*) encontrados por cada país para disponibilizar os indicadores ODS: nível I (*Tier I*) – os indicadores em que há disponibilidade de bases de dados para cálculo; nível II (*Tier II*) – aqueles indicadores que não podem ser estimados por falta de informações; e o nível III (*Tier III*) – os indicadores que sequer possuem definição conceitual e operacional consolidada. Os casos de indicadores com classificação *Tier II* e *Tier III* só poderão ser monitorados à medida que se firmarem consensos metodológicos e/ou dados necessários forem coletados (Ipea, 2024; Cnods, 2018).

Sob a liderança do IBGE, os indicadores classificados como *Tier I* pela Cnods estão sendo adequados à realidade brasileira; é preciso tornar os *Tier II* mais claros do que em seu conteúdo original; está sendo avaliada uma forma de quantificar os *Tier III* com precisão (Cnods, 2018; Ipea, 2024).

No âmbito da Cnods, o IBGE¹⁴ e o Ipea¹⁵ são instâncias nacionais de dados, pesquisas e informações sobre a sociedade brasileira, são as instituições do Estado brasileiro que coordenaram os trabalhos de pesquisa e articulação institucional inicialmente para adequar as metas globais à realidade brasileira. Desde 2019, uma equipe multidisciplinar do Ipea vem

¹⁴Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁵Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

detalhando cada um dos 17 ODS na realidade brasileira em uma série de publicações — os Cadernos ODS (Ipea, 2024; Cnods, 2018).

Os Cadernos ODS não se limitam apenas à análise do progresso de cada indicador; eles também oferecem uma análise elucidativa da trajetória de cada um desses indicadores ao longo do período 2016-2022, reforçando o compromisso da transparência à sociedade. Com esta publicação, o Ipea reitera sua firme adesão à agenda do desenvolvimento sustentável, alinhada com os princípios fundamentais da “prosperidade compartilhada” e do imperativo de “não deixar ninguém para trás” (Ipea, 2024, p. 4).

Figura 9 — Dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (2015)



Fonte: Plataforma ODS (Brasil IBGE, 2019).

O ODS 11, relacionado às cidades sustentáveis, é uma prioridade no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e está vinculado ao eixo estratégico de desenvolvimento social e garantia de direitos de médio prazo entre as prioridades nacionais (p. 5). Em 2024, o Ipea atualizou os avanços do Caderno ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O documento faz parte da série de Cadernos ODS do Ipea e analisa o progresso brasileiro em tornar cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, alinhado ao ODS 11 da Agenda 2030 (Ipea, 2024).

O Caderno ODS 11 destaca o retorno do Brasil à Agenda 2030 após mudanças políticas e a reativação da Comissão Nacional para os ODS (CNODS) e analisa metas específicas do ODS 11, como habitação, transporte público, urbanização compacta e gestão de riscos de desastres. O documento aborda contradições, como o contexto histórico de urbanização desigual, déficit habitacional e problemas de infraestrutura urbana e a importância de políticas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida, embora critique sua limitação em reduzir o déficit qualitativo. Mostra avanços pontuais em transporte e urbanização, mas aponta estagnação ou retrocesso em gestão de resíduos e redução de impactos de desastres e reforça a necessidade de indicadores confiáveis e integrados com o Plano Plurianual 2024-2027. A covid-19 é apontada como um fator que agravou desafios urbanos, como moradia precária e vulnerabilidade e compara metas globais com políticas nacionais, sugerindo revisões e ampliações de programas habitacionais e de infraestrutura.

Ipea (2024) afirma que especialmente as médias e grandes cidades brasileiras enfrentam desafios de moradia digna, infraestrutura e serviços urbanos e o aumento das desigualdades

socioespaciais. Ademais, cita o relatório de monitoramento dos ODS pela sociedade civil, de 2023, que mostra um contraste importante: mesmo com programas federais ativos, o monitoramento independente da sociedade civil revela estagnação nas metas urbanas (Ipea, 2024).

Dizem respeito ao ODS 11: i) construção de um conceito de cidades sustentáveis; ii) definição de uma política habitacional e urbana; iii) acesso ao saneamento básico; iv) acesso à cultura, ao esporte e ao lazer; e v) combate à pobreza e às desigualdades sociais (Ipea, 2024, p. 5).

As dez metas do ODS 11 desdobram-se em 15 indicadores globais, dos quais nove contam com séries históricas que permitem a análise de sua evolução no país. Dentre os demais, cinco não foram calculados, e um ainda não conta com dados atualizados. De modo geral, as análises do Ipea (2024) mostram evolução positiva dos indicadores nacionais relacionados à habitação (meta 11.1), à mobilidade e ao transporte urbano (meta 11.2) e à proteção e à salvaguarda do patrimônio cultural e natural (meta 11.4) (Ipea, 2024).

Dentre as metas de implementação, o estudo do Ipea observou evolução positiva do indicador 11.b.2 – Estratégias locais de redução de risco de desastres. Dois outros indicadores qualitativos ou binários obtiveram “sim” para todos os quesitos, sinalizando que o Brasil cumpriu as metas globais referentes à existência de políticas urbanas nacionais (meta 11.a) e à adoção de estratégias nacionais de redução de risco de desastres (meta 11.b) (Ipea, 2024).

O indicador que mede o desempenho relacionado ao impacto ambiental causado pelos resíduos sólidos, compreendido na meta 11.6, não mostrou evolução, o que gera preocupação pela continuidade do descarte inapropriado de resíduos com potencial danoso ao meio ambiente. É também preocupante a tendência de evolução negativa, ainda que muito volátil, mostrada pelos dois indicadores globais da meta 11.5, tanto o que contabiliza perdas humanas causadas por desastres quanto o que cuida das perdas econômicas (Ipea, 2024).

No contexto da complexidade e dos interesses econômicos que regem expansões urbanas, inauguram-se *brandings* urbanos ou marcas de cidades, que são como rótulos forjados para capturar fluxos de trabalhadores nômades e de turistas. Para a reinvenção da economia nas cidades pós-industriais, tais rótulos contabilizam diferenciais e atrativos dos lugares construídos como únicos também para bens e serviços de origem dos lugares, centralizando-os como valores culturais do consumo no século XXI. Os mais empregados são os de “cidade global, cidade sustentável, cidade resiliente, cidade criativa e cidade inteligente” (Hatuka *et al.*, 2018 *apud* Silva; Franz, 2020, p. 61), conceitos que se sobrepõem sob lógicas distintas. A cultura é uma motivação central entre as narrativas de cidades criativas, e aqui é o *branding* urbano escolhido para a análise da sustentabilidade em estudos de caso.

A adjetivação das cidades procura atribuir uma identidade ao território, pela qual a cidade será reconhecida em suas esferas de relacionamento, tanto regional, nacional

ou internacional. Esse rótulo ou marca busca representar a especialização do território, que pode ser construído através de um conjunto de ações estruturantes que desenvolvam e promovam uma atividade de interesse local (Ashton; Emmendoerfer, 2018 *apud* Silva; Franz, 2020, p. 62).

Diante da pluralidade dos campos de pesquisa que se impõem sobre territórios urbanos sustentáveis, os urbanistas tampouco contam com metodologias que conduzam a visões sistêmicas do planejamento que os sustentem de forma holística na tomada de decisões. A formação dessa visão desafia especialmente a escala do desenho urbano nas interações para um melhor equilíbrio espacial entre ambientes edificados e áreas verdes para a sustentabilidade.

No contexto da UCCN, o primeiro relatório de avaliação mostra que poucas cidades-membro aplicam as metodologias da ONU para localizar os ODS. Além do mais, há escassez de ações complementares à implementação da NAU, apesar das possibilidades de cooperação entre cidades. Os relatórios periódicos das cidades para a Unesco demonstram que os planos se voltam mais para o turismo e a economia urbana do que para a integração da criatividade como recurso para alcançar os propósitos da Agenda 2030, menos ainda voltada à implementação da NAU (Unesco UCCN, 2024).

A NAU se inicia com uma abordagem ao mesmo tempo alarmista e otimista, destacando inicialmente: “Chegamos a um ponto crítico no entendimento de que as cidades podem ser a fonte de soluções dos desafios enfrentados pelo mundo atualmente, em vez de sua causa”. Em seguida, avança em perspectiva positiva: “Se bem planejada e administrada, a urbanização pode ser uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento sustentável tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento” (NAU Habitat III, 2019, Prólogo, iv).

3.4 CONECTANDO A NOVA AGENDA URBANA (NAU) AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Nova Agenda Urbana (NAU) é um marco internacional para o desenvolvimento de políticas urbanas voltadas à sustentabilidade, à inclusão e à resiliência. Adotada na Conferência Habitat III em 2016 e fundamentada na Declaração de Quito, surge como uma resposta aos desafios globais decorrentes da urbanização crescente e descontrolada (NAU Habitat III, 2016; 2019).

A importância do debate sustentável em torno das cidades tem suas razões: a população mundial que vive em áreas urbanas pulou de 38% em 1976 (cerca de 1,6 bilhão de pessoas) para 55% (aproximadamente 4 bilhões) em 2016. A expectativa é passar dos 60% (mais de 5 bilhões) em 2030, prazo para que sejam atingidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU; ONU-Habitat, 2016). Em menos de um século o Brasil passou de uma população rural

(82%) em 1920 para outra predominantemente urbana (85%) em 2010. A expectativa é que mais de 90% da população brasileira viverá em cidades em 2030 (Brasil, 2015; IBGE, 2021).

Os 175 parágrafos da NAU apresentam contextualização, objetivo, visão, princípios, compromissos e chamada à ação, estando na Declaração 2 os principais desafios para o futuro das cidades: 1) habitação, 2) infraestrutura, 3) serviços básicos, 4) segurança alimentar, 5) saúde, 6) educação, 7) empregos decentes, 8) segurança e 9) recursos naturais (ONU-NAU-Habitat III, 2019). Esse é o complexo de gestão e de governança participativa a ser estimulado na viabilização de uma cidade para todos, seguindo a Agenda 2030, em que ninguém deve ser deixado para trás.

A chamada “cidades para todos” na NAU carrega visões para a proteção do planeta, responsivas ao desenvolvimento urbano centrado nas pessoas de diferentes idades e gêneros e no aumento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Com a garantia de plena e representativa participação, esses fundamentos formam a base para facilitar a convivência, acabar com todas as formas de discriminação e violência, reduzir desigualdades sociais e econômicas e empoderar todos os indivíduos e comunidades. Segundo a NAU, a urbanização desempenha um papel vital para a mudança positiva global de longo prazo, com indicadores de avaliação nas pessoas (social), no planeta (ambiental) e na prosperidade (econômica) (Relatório das Cidades do Mundo, 2022, p. 20). Ademais, a mudança é cultural, projetada sobre novas éticas de uso de espaços urbanos que precisam ser reinventados diante do imperativo tecnológico, que no século XXI configura as relações sociais.

The call in the New Urban Agenda of “cities for all” is a people-centred urban development vision that protects the planet, is age and gender-responsive, enhances the realization of human rights and fundamental freedoms, facilitates living together, ends all forms of discrimination and violence, reduces social and economic inequalities, and empowers all individuals and communities, while enabling their full and meaningful participation [...]. Indeed, the New Urban Agenda offers a global vision for people, the planet and long-term prosperity in which urbanization plays a vital role for positive change (World Cities Report, 2022, p. 20).

Os principais objetivos da NAU incluem a promoção de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, além do estabelecimento de diretrizes claras para o planejamento urbano integrado. A NAU herda a Agenda Habitat e a Declaração de Istambul (1996), representando uma continuidade no esforço de aperfeiçoamento de um planejamento urbano mais inclusivo e transformador, com a participação de diversos atores: governos subnacionais, povos indígenas, sociedade civil, setor privado e comunidades acadêmicas e científicas (ONU-NAU-Habitat III, 2016; 2019).

A NAU é estruturada em três componentes principais (ONU-NAU-Habitat III, 2016; 2019):

1) **Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos urbanos para todos**, com 13 declarações (p. 2 a 9) — apresenta a visão compartilhada, os princípios, os compromissos e a chamada para ação.

2) **Plano de Implementação de Quito para a Nova Agenda Urbana** (p. 10) — constituído por 162 “compromissos transformadores para o desenvolvimento urbano sustentável”.

3) **Implementação efetiva** — trata da construção da estrutura de governança urbana, estabelecendo uma estrutura de apoio, planejamento e gestão do desenvolvimento do espaço urbano e dos meios de implementação (ONU-Habitat, 2022)¹⁶.

Os compromissos da Agenda aprimoraram o conceito do novo paradigma urbano do planejamento integrado e participativo, que no Brasil foi inaugurado com os processos das Agendas 21 locais nos anos 1990. Nesse contexto, a NAU reforça o desafio do tripé do desenvolvimento sustentável – dimensões ambiental, social e econômica – nos processos de urbanização. Devido às migrações, aborda o aumento da demanda por recursos, vulnerabilidades climáticas e desigualdades sociais decorrentes das dinâmicas econômicas (NAU-Habitat III, 2016; 2019).

O Plano de Implementação de Quito para a Nova Agenda Urbana é o documento que antecede o Afina — *Action Framework for the New Urban Agenda* (2022), subdividido em três blocos: 1) “compromissos transformadores para o desenvolvimento urbano sustentável” (p. 11); 2) “implementação efetiva” (p. 22); e 3) “acompanhamento e visão” (p. 40), cada um organizado com subtítulos. O 1) “compromissos” se desenvolve em três seções: a) “desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza” (p. 11 a 14, compromissos 25 a 42); b) “prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos (p. 14 a 18, compromissos 43 a 62); e c) “desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente” (p. 18 a 22, compromissos 63 a 80 (ONU-NAU-Habitat III, 2016; 2019).

24. Para aproveitar plenamente o potencial do desenvolvimento urbano sustentável, assumimos os seguintes compromissos transformadores por meio de uma mudança no paradigma urbano fundamentada nas dimensões integradas e indivisíveis do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental (ONU-NAU-Habitat III, 2016; 2019, p. 11).

O urbanismo encontrado na NAU extrapola o que é ensinado nas escolas de arquitetura e urbanismo, precisamente no que toca a uma cultura de transição do planejamento urbano *in door*, a partir da prancheta do genial demiurgo, para *out door*, com as vozes sociais e a

¹⁶Ao longo desta pesquisa foram publicadas versões mais detalhadas de parte ou o todo da NAU. Por isso há variação de data e de versão quando se faz referência à Agenda.

governança. Apenas a multidisciplinaridade de políticas de desenvolvimento, gestão e planejamento territoriais urbanos que precisam de *design* para serem mais bem acomodadas em cidades compactas se exemplifica na Declaração 2, p. 3 da Agenda.

Na citação seguinte, as letras de [a] a [d] também se referem a quatro dimensões de Sachs (2002) (Figura 3, p. 14), e a letra [e] trata do imperativo ético da obra desse autor. Os termos de [1] a [9] formam o arcabouço político-institucional que cerca os desafios materiais para a vida humana em cidades, dos quais aqueles de [1] a [8] caracterizam a suposta qualidade de vida de populações urbanas mensurada em índices urbanos recentes (Observatório das Metrópoles, 2020). Os termos [1] e [2] referem-se diretamente à indústria da construção civil e ao ODS 11; [3] a [9] interagem com outros ODS, dos quais [3] e [4] se referem a direitos sociais fundamentais que são consenso no âmbito das Nações Unidas; [5] a [7] são promessas quanto à qualidade de vida nas cidades, e juntamente com o [8] representam ações políticas como resposta ao processo de urbanização. Destaque para os termos [6] e [7], que sofreram transformações consideráveis a partir da pandemia de covid-19 (2020-2022). Os recursos naturais [9], último termo da lista, são a fonte da energia, a água e os demais meios materiais para quaisquer outras atividades.

Até 2050, espera-se que a população urbana quase duplique, fazendo da urbanização uma das tendências mais transformadoras do século XXI. Populações, atividades [a] econômicas, interações [b] sociais e [c] culturais, assim como os impactos [d] ambientais e [e] humanitários, estão cada vez mais concentrados nas cidades, trazendo enormes desafios para a sustentabilidade em termos de [1] habitação, [2] infraestrutura, [3] serviços básicos, [4] segurança alimentar, [5] saúde, [6] educação, [7] empregos decentes, [8] segurança e [9] recursos naturais, entre outros (NAU Habitat III, 2016; 2019, p. 3, numeração da autora).

A primeira organização de temas da NAU contemplou seis grandes áreas: 1) Coesão Social Equitativa – cidades habitáveis; 2) Estrutura Urbana; 3) Desenvolvimento Espacial; 4) Economia Urbana; 5) Ecologia Urbana e Meio Ambiente; e 6) Habitação Urbana e Serviços Básicos. Santos (2018) elaborou a compatibilização dos temas das respectivas áreas aos ODS no Quadro 3 (p. 48), que também evidencia os *brandings* urbanos promovidos no âmbito da NAU: cidades inclusivas, cidades seguras e cidades inteligentes. Cidades sustentáveis não são citadas diretamente, são elencados temas das áreas de ecologia urbana e meio ambiente que dialogam com cidades resilientes (ONU-Habitat, 2022). A autora elenca as seis áreas da NAU, conforme a citação seguinte, e as relaciona com os ODS mirando os impactos sistêmicos.

A Nova Agenda Urbana apresenta uma **mudança de paradigma na ciência das cidades** e estabelece padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhora das áreas urbanas, ao longo de seus cinco principais pilares de implantação: [1] políticas nacionais urbanas; [2] legislação e regulação urbanas; [3] planejamento e desenho urbano; [4] economia local e finanças municipal; e [5] implantação local. É um **recurso** para realizar esse **ideal comum** em **todos os níveis de governo**, do local ao nacional, para as organizações da **sociedade**

civil, para o setor privado, para os grupos constituintes e para todos que chamem os espaços urbanos de “lar” (ONU-NAU-Habitat III, 2016; 2019, p. iv, numeração e grifos da autora).

Quadro 3 — Compatibilização entre os ODS e a NAU (2018)

HABITAT III		Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)															
ÁREA	TEMA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	15	16	
1. Coesão social equitativa – cidades habitáveis	Cidades Inclusivas	X			X	X	X		X	X	X	X				X	
	Migração e Refugiados em áreas urbanas	X	X	X	X	X				X	X	X				X	
	Cidades Seguras			X		X	X					X				X	
	Cultura e Patrimônio Urbano	X			X	X				X	X	X			X	X	
2. Estrutura Urbana	Normas e Legislação Urbana	X										X	X	X	X	X	
	Governança Urbana	X				X						X	X	X	X		
	Finanças Municipais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
3. Desenvolvimento Espacial	Planejamento e Desenho urbano e espacial	X	X	X			X			X	X	X	X	X	X	X	
	Terras Urbanas											X	X	X	X		
	Conexões Urbano/Rural	X	X	X						X	X	X		X	X		
	Espaço Público			X		X				X		X		X		X	
4. Economia Urbana	Desenvolvimento Econômico Local	X	X		X			X	X	X		X	X	X			
	Trabalhos e Meio de Subsistência	X	X		X	X			X	X	X	X	X	X		X	
	Setor Informal	X	X		X	X			X	X	X	X	X	X		X	
5. Ecologia Urbana e Meio Ambiente	Resiliência urbana		X				X			X	X	X	X	X	X		
	Ecossistemas Urbanos e Gestão de Recursos										X	X	X	X	X		
	Cidades e Mudanças Climáticas e Gestão de Risco de Desastres			X			X	X			X	X	X	X	X	X	
6. Habitação Urbana e Serviços Básicos	Infraestrutura urbana e serviços básicos, incluindo energia						X	X		X	X	X	X	X			
	Transporte e mobilidade			X	X	X		X		X		X		X			
	Habitação			X	X	X	X	X			X	X		X	X		
	Cidades Inteligentes				X					X	X	X	X	X	X	X	
	Assentamentos Informais		X		X	X	X				X	X		X	X		
Número de temas comuns das Agendas		10	9	9	11	12	9	6	5	14	15	22	13	18	13	12	

Fonte: Santos (2018, p. 8).

Em 2018, no Quadro 3, ainda não havia o ODS 17 (Parcerias e meios de implementação). Assim, em 2022 foi publicado pelo Afinua um quadro de ações para a NAU, que se investiga na próxima seção.

3.5 QUADRO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA AGENDA URBANA (NAU) (AFINUA, 2022)

O documento *Action Framework for the Implementation of the New Urban Agenda* (Afinua), publicado pela ONU Habitat, propõe um roteiro estratégico para transformar os compromissos assumidos na NAU em ações concretas e integradas, com forte alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Estruturado em cinco áreas temáticas e 35 elementos-chave, o Afinua busca apoiar os governos nacionais e locais na adoção de políticas urbanas inclusivas, participativas e sustentáveis (ONU-Habitat, 2022, p. 8).

As cinco áreas temáticas são: 1) políticas urbanas nacionais; 2) legislação e regulamentação urbana; 3) planejamento e *design* urbanos; 4) economia urbana e finanças municipais; e 5) implementação local. O Quadro 4 (p. 52) sintetiza como esses temas se correlacionam com os ODS, revelando as potencialidades e as limitações do *framework*.

Temas principais e relação com os ODS:

- 1) Políticas urbanas nacionais (tema 1): direcionam o desenvolvimento urbano sustentável com base em diretrizes integradas e multiescalares. Alinham-se diretamente ao ODS 11, mas também tocam os ODS 6, 7, 9, 12 e 15, evidenciando a centralidade da governança estratégica nas políticas de urbanização (ONU-Habitat, 2022, p. 13).
- 2) Legislação urbana, regras e regulamentos (tema 2): asseguram o marco jurídico para a implementação da NAU, regulando o uso do solo, garantindo a função social da propriedade e promovendo equidade territorial e estabilidade institucional. Relacionam-se aos ODS 1, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16 e 17 (ONU Habitat, 2022, p. 14-15). Segundo o próprio documento, a legislação urbana também atua transversalmente nos temas 1, 3 e 4.
- 3) Planejamento e *design* urbanos (tema 3): são um dos pilares centrais da NAU e serão abordados na subseção 3.5.1.
- 4) Economia urbana e finanças municipais (tema 4): reconhecem a importância da infraestrutura econômica para a redução das desigualdades sociais, propondo financiamento de políticas públicas com base em justiça fiscal, inclusão produtiva e emprego decente. Embora amplamente vinculado ao ODS 11, este tema também se conecta aos ODS 8 (trabalho decente), 9 (infraestrutura) e 12 (consumo e produção responsáveis) (ONU-Habitat, 2022, p. 22).

- 5) Implementação local (tema 5): trata da adaptação territorial das diretrizes da NAU, destacando a participação ativa dos governos subnacionais e da sociedade civil. Está conectado aos ODS 1, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16 e 17 (ONU-Habitat, 2022, p. 24).

A inclusão da defesa ao direito à cidade para todos, inclusive migrantes, mulheres e populações vulneráveis; a integração de políticas entre os níveis nacional, subnacional e local; e a inovação como estímulo à criatividade urbana, ao uso de tecnologias e a mecanismos financeiros inovadores são destaques conceituais do Afinua. Ademais, de acordo com o documento, os principais ODS vinculados à implementação do Afinua são destacados na Tabela 1.

Tabela 1 — Principais ODS diretamente vinculados à implementação do Afinua (2022)

ODS	Tema relacionado ao Afinua	Relação explícita no documento
1. ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Todos os temas	É o foco central. O Afinua é uma ferramenta de implementação da NAU e promove cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
2. ODS 1 – Erradicação da pobreza	Políticas urbanas, implementação local	A urbanização planejada reduz desigualdades territoriais e combate à exclusão.
3. ODS 3 – Saúde e bem-estar	Planejamento urbano (ambiente saudável)	Cidades bem planejadas promovem saúde pública e reduzem riscos ambientais e epidemiológicos.
4. ODS 5 – Igualdade de gênero	Legislação e regulamentação (participação e inclusão)	O Afinua apoia a participação de mulheres e o acesso igualitário aos espaços urbanos.
5. ODS 6 – Água potável e saneamento	Planejamento e <i>design</i> urbano (infraestrutura)	O Afinua reconhece a importância da água como insumo crítico para o funcionamento urbano.
6. ODS 7 – Energia limpa e acessível	Planejamento e <i>design</i> urbano (infraestrutura)	A energia é vista como estruturante da forma urbana.
7. ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	Economia urbana, inclusão	Foco em emprego urbano decente e fortalecimento de economias locais inclusivas.
8. ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima	<i>Design</i> urbano, resiliência	O Afinua propõe a regeneração urbana entre as medidas locais de adaptação climática e redução de riscos.
9. ODS 15 – Vida terrestre	Uso do solo e planejamento ambiental	O Afinua enfatiza a conservação da biodiversidade urbana e rural.

Fonte: Afinua (2022), elaboração da autora.

O Quadro 4 (p. 52) apresenta uma síntese da relação entre os temas do Afinua e os ODS, demonstrando como diferentes aspectos do planejamento urbano contribuem para a implementação da NAU. No entanto, a análise do documento revela desafios estruturais, especialmente no que se refere à inclusão de agendas ambientais mais amplas e à mitigação dos

impactos sociais da gentrificação. O ODS 13, por exemplo, enfatizado no texto com base nos princípios de regeneração urbana para o planejamento e o *design* urbanos, não é correlacionado a nenhum dos 35 elementos-chave.

Quadro 4 — Impactos nos ODS por tema-chave (adaptado do Afinua, 2022)

ODS	PLANO DE AÇÃO DA NAU	PIAR / TEMA	1. Políticas Urbanas Nacionais						2. Legislação urbana, regras e regulamentações¹									3. Planejamento e design urbano								4. Economia Urbana e finança municipal						5. Implementação local						INDICADORES ODS	EVALUAÇÃO DE INDICADORES	
			ITEM	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8	2.9	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5			5.6
			STATUS																																					
		1						1.4.2	1.4.2										2.4.1			3.6.1	3.6.1											1.4.1			2	3		
		2																																			1	1		
		3																																			2	2		
		4																																			0	0		
		5							5.a.2																												1	1		
		6						6.1.1							6.1.1						6.1.1												6.1.1			3	4			
		7						7.1.1							7.1.1						7.1.1												7.1.1	7.1.1			2	5		
		8						7.1.2																													1	1		
		9						9.c.1						9.a.1															8.3.1								4	4		
		10														10.3.1																					1	2		
		11		11.a.1	11.3.1	11.a.1	11.a.1 indireto 11.b.2	11.a.1 11.3.2 11.1.1 11.5.2	11.a.1 11.3.1 11.3.2	11.a.1	11.1.1 11.3.1 11.7.1	11.3.1	11.3.2 indireto	11.3.1	11.1.1 11.2.1 11.6.1	11.4.1 11.2.1 11.6.1 11.6.2	11.3.1	11.7.1	11.1.1 11.2.1 11.3.1 11.7.1	11.1.1 11.2.1 11.3.1 11.7.1	11.4.1 11.2.1 11.6.1 11.6.2	11.1.1 11.2.1 11.3.1 11.7.1	11.3.1 11.7.1			11.3.2				11.c.1 indireto 11.1.1	11.3.1 11.4.1 11.3.2 indireto	11.2.1 11.3.1	11.2.1 11.3.1	11.1.1 11.3.2 11.7.2	11.3.2	13	13			
		12						12.5.1							12.1.1 12.2.2 indireto																			12.2.1 12.5.2	12.2.1 12.5.1			5	5	
		13																																			0	0		
		14																																			0	0		
		15		15.1.1 indireto	15.1.1			15.1.2													15.1.2 15.2.1																3	3		
		16						16.6.2 indireto						16.6.1 16.7.1																					16.1.4 16.6.2 16.7.2		5	5		
		17															17.1.1																				3	3		
IMPACTO EM INDICADORES ODS			2	2	1	1	4	11	7	3	4	2	3	4	2	8	1	4	4	1	9	4	4	3	2	1	0	1	2	1	2	4	5	6	6	0	4			

Fonte: Habitat (2022), elaboração da autora.

Figura 10 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030

Fonte: imagem ilustrativa do quadro de Indicadores Brasileiros para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/> (Brasil IBGE, 2025).

Quadro 5 – Desconexão entre o texto e a correlação do Afimua com os ODS

ODS

PLANO DE AÇÃO DA NAU	PILAR / TEMA	1. Políticas Urbanas Nacionais						2. Legislação urbana, regras e regulamentações¹									3. Planejamento e design urbano								4. Economia Urbana e finança municipal						5. Implementação local						INDICADORES ODS	TE BNH/NAU/COM	INDICADORES ASSOCIADOS								
		ITEM / TEMA																																													
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8	2.9	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6											
1	2.1						1.4.2	1.4.2																															2	3							
2	3.2.1																	2.4.1			3.6.1	3.6.1																	1	1							
3	4.3																																							2	2						
4	5.4																																							0	0						
5	6																																								1	1					
6	7																																								3	4					
7	8																																										2	5			
8	9																																										1	1			
9	10																																										4	4			
10	11																																										1	2			
11	12	11.a.1	11.3.1	11.a.1	11.a.1 indireto	11.a.1 11.3.2 11.b.1 11.b.2	11.a.1 11.3.1 11.3.2	11.a.1	11.1.1 11.2.1 11.3.1 11.7.1	11.3.1	11.3.2 indireto	11.3.1	11.4.1 11.c.1	11.1.1 11.2.1 11.6.1		11.4.1 11.2.1 11.6.1 11.6.2	11.3.1	11.7.1	11.1.1 11.2.1 11.3.1 11.7.1	11.1.1 11.2.1 11.3.1 11.7.1	11.4.1 11.2.1 11.6.1 11.6.2	11.1.1 11.2.1 11.3.1 11.7.1	11.3.1			11.3.2			11.c.1 indireto 11.1.1	11.3.1 11.7.1 11.3.2 indireto	11.2.1 11.3.1	11.2.1 11.3.1	11.1.1 11.3.2 11.7.2		11.3.2		13	13									
12	13																																										5	5			
13	14																																													0	0
14	15	15.1.1 indireto	15.1.1																																										0	0	
15	16																																											3	3		
16	17																																											5	5		
17	18																																											3	3		
IMPACTO EM INDICADORES ODS		2	2	1	1	4	11	7	3	4	2	3	4	2	8	1	4	4	1	9	4	4	3	2	1	0	1	2	1	2	4	5	6	6	0	4											

Fonte: Habitat (2022), elaboração da autora.

De acordo com o Quadro 4, os cinco temas do Afinua estão intrinsecamente relacionados aos ODS, embora ainda sejam pouco abrangentes no potencial impacto em cadeia, especialmente nas agendas azul e verde. Os temas são como pilares de uma estrutura que se complementam para o equilíbrio, integrados para garantir um planejamento urbano alinhado aos postulados da NAU.

Nesse contexto, destaca-se que entre os cinco pilares estruturais do Afinua (2022), o planejamento e o *design* urbanos não são apenas funções técnicas ou estéticas do urbanismo, mas vetores estratégicos da transformação territorial sustentável. Sua abordagem, conforme delineada pelo documento (ONU Habitat, 2022), ultrapassa a dimensão espacial convencional para integrar atributos como participação, resiliência, estética, inclusão e adaptação climática, reforçando os princípios históricos da Agenda 21 Local e contemporâneos da NAU. Esse tema será aprofundado na próxima subseção.

3.5.1 *Design* e planejamento urbano – pilar de implementação da Nova Agenda Urbana (NAU) associados à política

A disciplina do urbanismo abrange os campos do planejamento, do desenho, da regulamentação e das políticas de uso do espaço urbano, que dizem respeito respectivamente às dimensões territorial-espacial e política-jurídica-institucional da Nova Agenda Urbana (NAU).

No Afinua (2022), o tema planejamento e *design* urbanos não é um eixo apenas técnico, mas um capítulo estratégico para materializar a urbanização sustentável e os princípios orientadores da NAU. O documento reafirma o papel do *design* urbano integrado como ferramenta de organização espacial, promotora de conectividade, inclusão, resiliência, forma estética e senso de lugar, contribuindo para cidades compactas, sustentáveis e humanas (ONU-Habitat, 2022, p. 18-20).

O planejamento e o *design* são indicados como instrumentos para garantir a segurança, a equidade e a eficiência do espaço urbano, sendo estruturantes para o uso misto do solo, a mobilidade urbana, o acesso à habitação e à preservação ambiental. Relaciona-se diretamente ao ODS 11 e complementarmente aos ODS 2, 3, 5, 6, 7 e 15, segundo o Quadro 4 (ONU-Habitat, 2022, p. 19-20).

A NAU propõe que as cidades planejem seus territórios evitando expansões descontroladas, protegendo zonas não urbanizáveis e aprimorando áreas vulneráveis às mudanças climáticas por meio de processos participativos, intergovernamentais e com clara definição de prioridades. Recomenda, ainda, que as escolas de arquitetura e urbanismo revisem

seus currículos a fim de preparar profissionais aptos a enfrentar os desafios do urbanismo contemporâneo e da regeneração urbana (ONU-Habitat, 2022a, p. 20). Nesse contexto, o planejamento e o *design* urbanos são compreendidos como atividades interdisciplinares que requerem competências políticas e técnicas.

No Afínua, o *design* é um capítulo à parte para as políticas e para a regulamentação urbanas, temas que, em comum, integram a noção de planejamento para cidades sustentáveis, que foi semeada nos processos de implementação de Agenda 21 locais, nos anos 1990: integrado, sustentável e participativo. Além de promover políticas urbanas de gestão como elementos centrais para a transformação das cidades, a NAU ainda incorpora o quesito “inclusão” para avaliar os efeitos positivos da urbanização social (ONU-Habitat, 2022a; ONU-Habitat, 2022b).

A NAU enfatiza a importância do planejamento e do *design* urbanos integrados como ferramentas de organização espacial e elementos essenciais para promover conectividade, inclusão, resiliência e forma estética. Ela os declara como princípios centrais para se obter resultados positivos no processo de urbanização, além de gerar empregos dignos e sustentáveis. De acordo com seus postulados, o planejamento e o *design* garantem a durabilidade dos benefícios para diversos setores urbanos, como o uso do solo, a habitação e o transporte. A abordagem é holística e complexa, e a recomendação é estabelecer prioridades claras para abordar os elementos fundamentais do planejamento e do *design* em todas as escalas urbanas (ONU-Habitat, 2022, p. 18).

A Agenda fornece orientações e requisitos para que governos locais desenvolvam ou revisem processos de planejamento e *design* para a criação de cidades, entre outras características, compactas e com forte senso de lugar. Ela orienta a identificação das zonas que não serão urbanizadas para evitar expansões indesejadas e também a adequação dos espaços formais e informais urbanos a desastres e mudanças climáticas. Essas orientações agregam, ainda, outros quesitos próprios da arquitetura: uma maior qualidade formal, justiça social, sustentabilidade, inclusão, conectividade e resiliência ambiental (ONU-Habitat, 2022, p. 18).

As diretrizes estabelecidas pela NAU incluem princípios fundamentais para garantir segurança e equidade de acesso ao espaço urbano, como uso misto do solo, proteção do patrimônio cultural e natural, promoção da interação social, oferta de habitação segura e acessível, espaços públicos de qualidade e infraestrutura de transporte eficiente. Para que sejam eficazes, governos subnacionais e locais devem assumir papel de liderança na implementação da NAU, promovendo coordenação intergovernamental e garantindo a participação ativa da sociedade civil e de outras partes interessadas (Habitat, 2022, p. 18). A Agenda também enfatiza que o planejamento urbano deve ser coordenado, integrado e de longo prazo, garantindo que as cidades

possam responder às dinâmicas sociais, ambientais e econômicas de forma adaptável e sustentável (p. 20). Para apoiar esse processo, a ONU-Habitat assume a missão de auxiliar governos locais na revisão e no desenvolvimento de seus instrumentos de planejamento urbano, promovendo a adoção de práticas alinhadas às diretrizes da NAU (ONU-Habitat, 2022)

O tema planejamento e *design* urbanos contém oito itens-chave vinculados ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), que interagem com os ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), 3 (Saúde e bem-estar), 5 (Igualdade de gênero), 6 (Água limpa e saneamento), 7 (Energia acessível e limpa) e 15 (Vida terrestre) (ONU-Habitat, 2022, p. 19-20), conforme o Quadro 4 (p. 52). Esse tema está interconectado com outros três pilares fundamentais no Afinua, os quais reforçam a abordagem integrada proposta pela Agenda:

1) Políticas urbanas nacionais (tema 1): direcionam processos de planejamento construídos com o envolvimento de diferentes partes interessadas.

2) Legislação urbana, regras e regulamentos (tema 2): definem o arcabouço legal que orienta o planejamento e o *design* urbanos, garantindo a conformidade das intervenções com as normativas.

3) Implementação local (tema 5): trata das ferramentas essenciais para traduzir as expectativas em espaço urbano na escala local, permitindo a adaptação do planejamento e do *design* às especificidades territoriais.

Além disso, tanto o tema planejamento e *design* como o tema legislação urbana e normativas urbanas ressaltam a necessidade de revisão dos currículos das escolas de arquitetura e urbanismo no intuito de alinhar a formação profissional às demandas do urbanismo contemporâneo. A Agenda destaca a importância de preparar urbanistas para lidar com ambientes urbanos degenerados, promovendo soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios urbanos do século XXI (ONU-Habitat, 2022).

O Afinua é mais que um plano técnico, é um roteiro prático e político para transformar os compromissos da NAU em ações concretas alinhadas aos ODS. Ele propõe um modelo colaborativo, com participação ativa de governos locais, setor privado, sociedade civil e agências da ONU para impulsionar a transformação urbana sustentável. No entanto, as relações entre as diretrizes do plano e os ODS ainda não foram examinadas em todo seu potencial criativo e regenerativo — uma possibilidade para a Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN).

3.5.2 Desafios da implementação da Nova Agenda Urbana (NAU) no Brasil

A implementação da Nova Agenda Urbana (NAU) no Brasil enfrenta um conjunto de desafios estruturais e institucionais que refletem a complexidade do cenário urbano brasileiro. Apesar da convergência de princípios entre a NAU e as diretrizes nacionais – como o direito à cidade, a função social da propriedade e o planejamento participativo –, persistem tensões entre discurso e prática, sobretudo no que tange à efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em territórios urbanos marcados por desigualdades socioespaciais históricas. De acordo com a ONU-Habitat (2022, p. 12-14), a NAU é estruturada em cinco temas principais: 1) políticas urbanas nacionais; 2) legislação e regulamentação; 3) planejamento e *design* urbano; 4) economia urbana e finanças municipais; e 5) implementação local. Cada um desses pilares guarda interações diretas com os ODS, em especial o ODS 11, mas sua aplicação no Brasil é frequentemente fragmentada e desvinculada de mecanismos orçamentários e normativos adequados. O documento reconhece que sem o fortalecimento da governança subnacional e de capacidades institucionais locais a aplicação efetiva da NAU será limitada (ONU-Habitat, 2022, p. 86-87).

Nesse contexto, estudo do Ipea aprofunda a análise crítica ao destacar a fragilidade da política urbana nacional no Brasil, a qual, apesar de formalmente definida desde o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), sofre descontinuidade administrativa, baixa articulação federativa e carência de financiamento estruturado. Como destacam Favarão e Costa (2018, p. 45-48), as políticas urbanas brasileiras enfrentam uma crise de implementação associada à fragmentação das competências entre os entes federativos e à prevalência de modelos setoriais desarticulados, sem integração transversal com os objetivos da NAU.

O planejamento e o *design* urbanos, centrais à NAU, também enfrentam entraves no Brasil. O documento da ONU-Habitat (2022b, p. 18-20) propõe um modelo integrado, participativo e sustentável de ordenamento territorial que exige coordenação entre escalas e setores. A comoditização do espaço urbano e a financeirização do solo intensificam processos de segregação e de remoção forçada de populações vulneráveis, comprometendo os princípios da NAU.

Outro desafio substantivo diz respeito à legislação urbana e aos marcos normativos, que, independentemente de avanços importantes, como o Plano Diretor e os instrumentos do Estatuto da Cidade, não têm garantido a regulação efetiva do solo urbano ou o controle da expansão periférica desordenada. A ONU-Habitat (2022b, p. 14) aponta que a ausência de um arcabouço legal robusto pode resultar em riscos sérios, como a degradação ambiental, a perda de áreas de proteção e a intensificação de vulnerabilidades sociais e territoriais. O documento

do Ipea (2024) complementa essa leitura de (Magalhães; Pinto, 2018) ao assinalar a baixa efetividade dos instrumentos urbanísticos e a insuficiente capacidade técnica e jurídica dos municípios médios e pequenos para sua aplicação.

As finanças municipais, por sua vez, continuam sendo um gargalo crítico para a materialização da NAU. O documento da ONU-Habitat sugere a ampliação de mecanismos inovadores de financiamento urbano (ONU-Habitat, 2022b, p. 81-83), mas o diagnóstico do Ipea (2024) mostra que a estrutura fiscal brasileira concentra receitas na União e impõe aos municípios responsabilidades que não são acompanhadas de transferências proporcionais, gerando um descompasso estrutural (Curi, 2018, p. 75-77).

O modelo participativo preconizado pela NAU também encontra desafios importantes. Ainda que o Brasil tenha uma longa tradição de participação institucionalizada – por meio de conselhos, conferências e orçamento participativo –, a redução de espaços de deliberação nos anos recentes e a crescente criminalização de movimentos sociais enfraqueceram os canais democráticos de formulação de políticas públicas participativas. A NAU enfatiza a necessidade de participação ativa da sociedade civil e de governos subnacionais (ONU-Habitat, 2022, p. 20), mas, como argumenta Costa (2018, p. 13), no Brasil “a cultura política centralizadora e a instabilidade dos mecanismos participativos configuram um obstáculo à governança urbana plural e equitativa”.

O Ipea (2024) ainda alerta para a ausência de mecanismos claros de monitoramento e avaliação, o que compromete o acompanhamento da implementação da NAU e sua integração com os ODS. Conquanto a ONU-Habitat proponha sistemas de relatórios quadrienais (ONU-Habitat, 2022, p. 146-149), a aplicação nacional permanece incipiente. A desconexão entre os planos locais e os objetivos globais compromete a geração de evidências para avaliar impactos, dificultando o *feedback* institucional necessário para a correção de rumos.

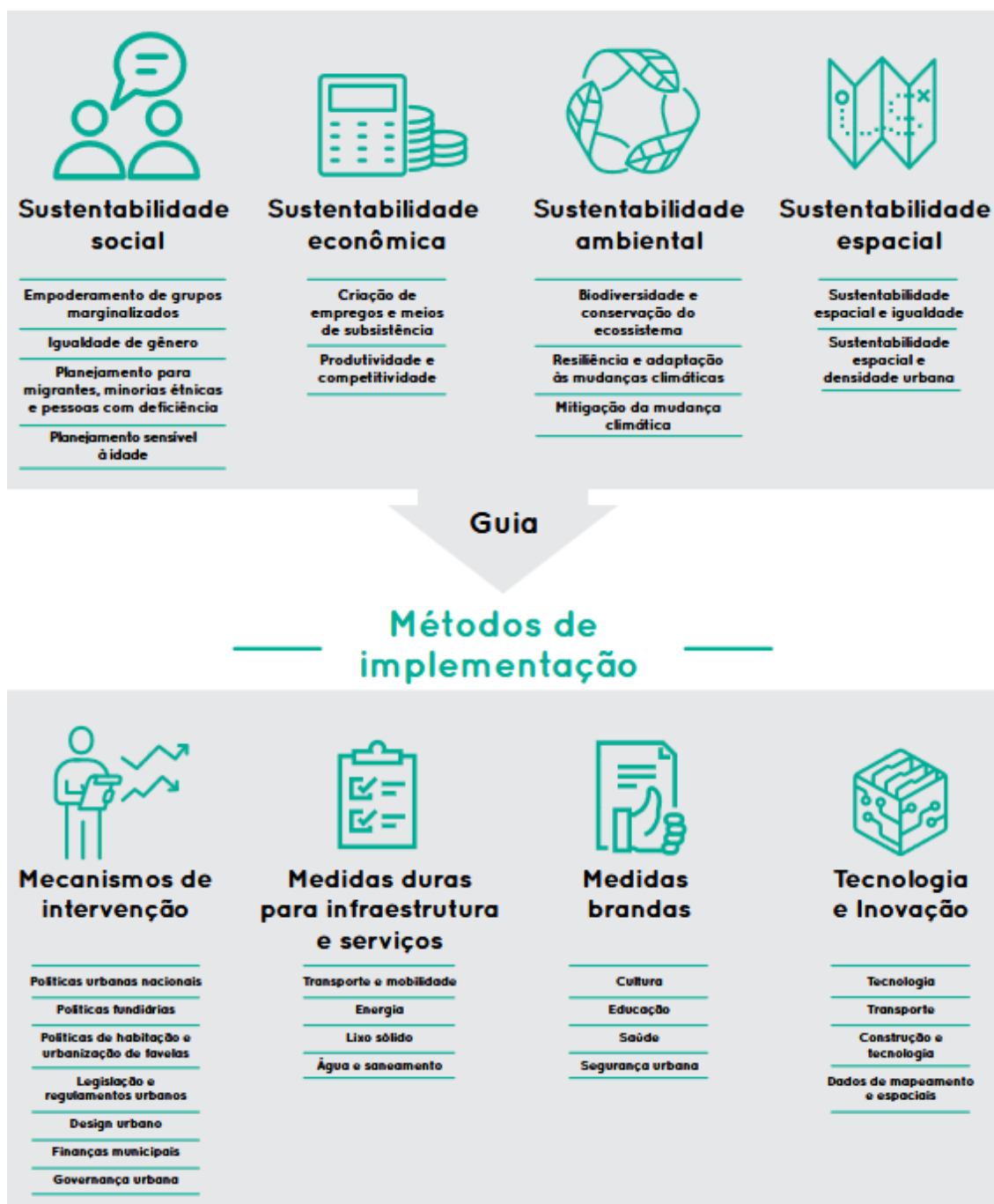
No Brasil, a NAU é um movimento de frentes municipais ainda não internalizado nas políticas nacionais. Em conjunto, as principais associações nacionais — Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP) — e suas representações estaduais lançaram um guia adaptado para gestores municipais. O guia é alinhado ao Afina e apresenta diretrizes genéricas de aplicação. O documento brasileiro aborda questões dessa realidade, como urbanização acelerada, desigualdades sociais e déficits habitacionais (ONU-Habitat, 2022) nas duas principais dimensões do urbanismo:

- 1) político-jurídico-institucional, com ênfase na regulamentação fundiária, na revisão de planos diretores e no fortalecimento da governança local;

2) territorial-espacial, com estratégias para mobilidade ativa e acessibilidade urbana (ONU-Habitat, 2022).

O documento brasileiro busca estabelecer um arcabouço normativo e técnico que fortaleça a gestão sustentável e promova um desenvolvimento urbano mais equitativo e eficiente, desafio que elenca quatro das oito dimensões encontradas na NAU: social, econômica, ambiental e espacial. Além disso, os mecanismos de implementação envolvem as dimensões político-jurídico-institucional, territorial, cultural e tecnológica (ONU-Habitat, 2022), conforme o Quadro 6. No entanto, a dimensão ética não é mencionada diretamente, apesar de sua relevância no contexto brasileiro devido às desigualdades estruturais e aos desafios socioeconômicos das cidades.

Quadro 6 — Dimensões e métodos para a implementação da Nova Agenda Urbana no Brasil



Fonte ONU-Habitat (2022), p. xviii.

Dessa maneira, todos os documentos reforçam que a implementação da NAU exige uma abordagem holística e multinível na formação e na atualização profissional, a qual deve contemplar a regulamentação urbana, o planejamento territorial e o *design* de soluções baseadas na natureza (SbN) para soluções urbanas locais. Adicionalmente, mecanismos financeiros inclusivos, governança participativa e outras estratégias de urbanismo regenerativo.

3.6 AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE DA NOVA AGENDA URBANA (NAU): UMA POSSIBILIDADE PARA A REDE DE CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO (UCCN)

Como um documento vivo no contexto complexo dos desafios das cidades contemporâneas, a NAU é um manifesto sistêmico de tarefas hercúleas aos profissionais do planejamento urbano, que também devem se voltar ao *design* das cidades. O sistema ainda disperso de conteúdo encontra outro sentido baseado nas dimensões da sustentabilidade, as mesmas que também orientaram os ODS da Agenda 2030.

O paradigma pós-moderno da sustentabilidade destaca-se nas questões relacionadas à mitigação dos efeitos do adensamento urbano, especialmente após o acordo da Agenda 21 e seu eixo sobre cidades sustentáveis. Exemplos incluem bioclimatismo, paisagismo voltado para agroflorestas, soluções baseadas na natureza (SbN) e outros *designs* regenerativos, intensivos em tecnologias. Esse campo abrange estudos sobre materiais, áreas verdes, percolação do solo, calor, ventilação, iluminação, energia, qualidade e disponibilidade de água, destinação de resíduos e mobilidade ativa.

De acordo com a NAU, o urbanismo é um campo do conhecimento especialmente provocado por outros, cuja atuação a partir dela e apenas nas dimensões político-jurídico-institucional e territorial-espacial representa uma revolução para o ensino e a pesquisa na arquitetura e no urbanismo.

O complexo sistema de diálogo local, técnico e político da NAU ainda demanda pesquisas e metodologias capazes de orientar gestores e urbanistas para a implementação de planejamentos urbanos integrados e sustentáveis a partir da governança local. A visão sistêmica das dimensões que se ordena aqui é um conjunto de critérios viáveis para a tomada de decisões em projetos que visam a qualificações urbanas. De mais a mais, para introduzir o diálogo com os ODS, a arena da sustentabilidade é mais efetiva para políticas e programas de necessidade de planejamento territorial e de espaços públicos.

Nesse contexto, o documento da NAU (ONU-Habitat, 2022) aborda temas que se relacionam às dimensões da sustentabilidade (Figura 7, p. 33) para o planejamento urbano integrado e sustentável (Figura 11, p. 65). Essas dimensões encontram-se nos seguintes contextos na NAU:

1) A **dimensão social** enfatiza os direitos iguais de todas as pessoas aos benefícios que as cidades podem oferecer, como inclusão de grupos marginalizados, igualdade de gênero, planejamento para migrantes, minorias étnicas e pessoas com deficiência e planejamento sensível à idade. Abrange a inclusão social pela garantia ao acesso equitativo a serviços básicos,

habitação adequada e oportunidades de emprego para todos os cidadãos, especialmente grupos vulneráveis, além de saúde e bem-estar. Promove, desse modo, o favorecimento pelos ambientes urbanos à saúde física e mental, ao acesso a espaços públicos de qualidade e a serviços de saúde eficientes (ONU-Habitat, 2022, p. 2-18).

2) A **dimensão econômica** refere-se ao desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, que deve promover a criação de atividades econômicas urbanas que beneficiem a todas as camadas da sociedade, assim como novas economias que contribuam para reduzir a pobreza, promovendo a criação de empregos decentes e a redução das desigualdades. Trata, ainda, da prevenção à especulação imobiliária e de inovação no sentido de incentivar a adoção de tecnologias inovadoras que impulsionem o crescimento econômico e melhorem a eficiência dos serviços urbanos (ONU-Habitat, 2022, p. 19-28). Neste quesito são citadas as indústrias culturais e criativas, mas o *branding* criativo não é reconhecido pela NAU (p. 20)

3) A **dimensão ambiental** trata de cultivar e implementar práticas integradas que protejam o meio ambiente e fortaleçam a capacidade das cidades de se adaptar às mudanças climáticas e mitigar seus impactos. As recomendações na NAU são para promover a resiliência urbana em todas as fases de políticas, planejamento, *design* e do desenvolvimento urbano, como exemplos: uso sustentável dos recursos naturais, energia limpa, proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, redução de riscos de desastres e *design* de soluções baseadas na natureza (SbN) (ONU-Habitat, 2022, p. 28-45).

4) A **dimensão territorial-espacial** é a que orienta o urbanismo na NAU nesses dois sentidos: espacial, da forma física, e territorial, de normas e legislações para adequação do uso do solo urbano para maior resiliência social e climática. No contexto espacial da forma, recomenda-se a criação de espaços públicos acessíveis e planejados para melhores resultados sociais, econômicos e ambientais. Nessa conjuntura, devem ser encorajadas relações e economias mais harmônicas social, ambiental e culturalmente com os ecossistemas naturais e entre a sociedade. Além disso, o planejamento deve garantir o acesso igualitário a empregos, habitação e interações sociais, para o que sugere serem fortalecidas economias de aglomeração e regeneração espacial e o cultivo de outros hábitos de produção e de consumo. Essas são atividades que se encaixam em descrições da EC.

Em paralelo ao re-*design* espacial para as culturas urbanas, para a NAU, a dimensão territorial é caracterizada pela regulação eficiente do uso do solo para maior resiliência, que deve vir acompanhada de medidas para conter a expansão descontrolada e a especulação imobiliária. Essa dimensão na cidade tem ênfase no planejamento urbano integrado associado à noção de territórios urbanos, os quais enfrentam barreiras físicas e sociais em defesa de uma visão holística de acesso e mobilidade. Exemplos são o fomento à criação de sistemas de

transporte eficientes e ativos que conectem diferentes setores da cidade, reduzam a dependência de veículos particulares, melhorem a acessibilidade e promovam a saúde da população (ONU-Habitat, 2022, p. 45-56).

5) A **dimensão político-jurídica-institucional** reforça a importância da participação cidadã nos processos de tomada de decisão, enfatizando o fortalecimento da governança urbana participativa e inclusiva. Este processo é o mecanismo para a garantia da transparência, da participação, da cooperação e da eficiência entre governos nacionais, subnacionais e partes interessadas para que decidam coletivamente sobre planejamento, financiamento e gerenciamento de áreas urbanas. A NAU também advoga pela descentralização administrativa e financeira, permitindo que as autoridades locais tenham maior autonomia ao planejar e implementar soluções adequadas às suas realidades específicas (ONU-Habitat, 2022, p. 134-140).

A NAU alinha-se a políticas subnacionais, nacionais e internacionais com o propósito comum de garantir o melhor destino ao solo urbano a partir de uma maior harmonia entre a governabilidade e as instâncias de governança participativa. Os princípios de direitos e de dignidade humanos mobilizam outras funções das cidades no século XXI, circunstância em que o ambiente de colaboração entre os setores público e privado e a sociedade civil seria capaz de viabilizar políticas públicas inovadoras. Este é um cenário em que a criatividade é um ativo econômico para a cultura, a sociedade e o ambiente.

Precisamente aqui cabe a ressalva de que Sachs diferenciava as políticas nacionais e internacionais como dimensões próprias (Figura 3, p. 14), possivelmente a origem do *slogan* “pensar global, agir local” da Agenda 21 (1992). Contudo, a globalização tomou outras proporções com a população da internet nos 2000, um cenário crescente de acesso à informação. A orientação para o planejamento, com base nas dimensões que alinham políticas urbanas a propósitos globais de sustentabilidade, é uma lacuna a que esta pesquisa se dedica.

6) A **dimensão cultural** aborda a valorização e a integração da cultura e do patrimônio histórico local no planejamento urbano, reconhecendo-os como elementos essenciais para a identidade e a coesão social das cidades, de acesso a atividades recreativas e culturais (ONU-Habitat, 2022, p. 17). Trata, ainda, de promover a diversidade cultural como um ativo para o desenvolvimento urbano, incentivando a participação eficiente de todas as comunidades na vida urbana para a sustentabilidade social (*Ibidem*, p. 5) e a promoção de indústrias culturais e criativas (*Ibidem*, p. 20). Ademais, lida com novas culturas para a implementação da NAU, que devem incluir grupos marginalizados, mulheres e meninas nas políticas. Entre os princípios:

Construir uma identidade urbana baseada em valores de inclusão e celebração da diversidade, incluindo a diversidade de migrantes, refugiados, pessoas deslocadas internamente e minorias étnicas. Apoiar comunidades e ONGs na criação de espaços que possibilitem o diálogo, o encontro intercultural e a celebração cultural. Dedicar recursos para apoiar esses esforços (ONU-Habitat, 2022, p. 13).

A título de reflexão sobre cultura, cidades criativas e sustentabilidade, o *Plan Estratégico de Culturas de Buenos Aires* (2018) elenca valores que pavimentam a natureza e o poder da cultura em uma sociedade. O *Plan* destaca como a cultura pode ser um motor de regeneração social e ambiental e de inclusão nas cidades. Além dos patrimônios histórico, material e construído, que contam a cultura do lugar, nesse plano ela é evidenciada no patrimônio imaterial, elemento fundante da condição cidadã. O contexto alia-se ao *design* e à criatividade, inerentes às expressões culturais, como fatores ativos do desenvolvimento urbano sustentável, em que a cultura é um motor de transformação social, ambiental e espacial apoiado no patrimônio histórico.

La cultura es el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos, que caracterizan y dan identidad a una sociedad o un colectivo social. Engloba las artes y las ciencias, la producción de conocimiento y la educación, los modos de vida, el patrimonio tangible e intangible, los derechos fundamentales del ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones, las creencias y las representaciones sociales. La cultura es un elemento central de las políticas de desarrollo sostenible y un medio para garantizar que éste se centre en el ser humano y sea inclusivo, equitativo y solidario. Hablar de “culturas” permite identificar la diversidad como constitutiva de las sociedades. Las culturas se construyen como estructuras dinámicas atravesadas por su vínculo con el territorio, la naturaleza, el estado y sus políticas culturales, las prácticas comunitarias y las diversas formas de organización social existentes (Argentina, 2018, p. 53).

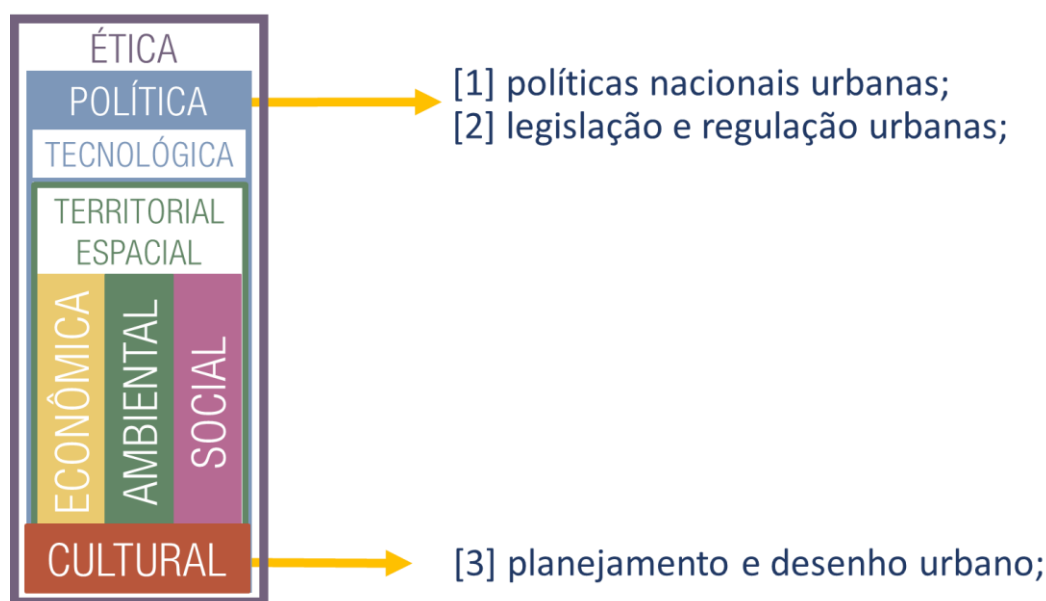
7) A **dimensão tecnológica** é imperativa na vida contemporânea, assim como a ética o é para a sustentabilidade. Seu reconhecimento pela NAU evidencia-se no *branding* de cidades inteligentes, eficientes e responsivas às necessidades dos habitantes. A Agenda sugere que a partir de tecnologias cotidianas governos fomentem a inovação, a melhoria na qualidade da vida urbana e a eficiência dos serviços públicos e da gestão urbana. Para o monitoramento de implementação da NAU, a ênfase é na inclusão digital e no acesso à informação a fim de assegurar a todos os cidadãos a conexão universal à internet, à comunicação digital e à educação tecnológica. Além de que, é instrumental a partir de padrões e plataformas para a gestão da informação nas etapas de coleta, análise e disseminação de dados e o acompanhamento do progresso. Ainda, o avanço tecnológico deve servir às inovações necessárias para a melhoria da qualidade de vida nas cidades (ONU-Habitat, 2022, p. 144-150).

8) Por fim, a **dimensão ética** é um imperativo da sustentabilidade e relaciona-se com a NAU ao assegurar que todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham acesso aos benefícios e aos recursos urbanos; e as políticas e as práticas urbanas devem ser orientadas para garantir a justiça social, promover a equidade e combater todas as formas de discriminação,

assegurando os direitos humanos, a dignidade e a liberdade aos indivíduos. A dimensão política deve afiançar transparência e equidade, com a participação de governos, empresas e cidadãos nos processos de governança urbana, e também promover resiliência social e ambiental, com o incentivo a práticas que beneficiem toda a comunidade (ONU-Habitat, 2022).

A Figura 11 é a representação das oito dimensões da NAU. Diferentemente da Figura 7 (p. 33), a dimensão ética é perceptível no contexto da Agenda.

Figura 11 — A Nova Agenda Urbana e os temas do Afimua para o urbanismo na arena da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora com base em ONU-Habitat (2019).

O texto da NAU (2019) não se esquivava da complexidade a que se dedica, um exemplo é a Declaração 109, que elenca as dimensões com base em conceitos:

109. Consideraremos o aumento da alocação de recursos financeiros e humanos, conforme o caso, para a urbanização e, na medida do possível, para evitar o surgimento de favelas e assentamentos informais com estratégias que vão além de [1] melhorias físicas e [2] ambientais, para garantir que favelas e assentamentos informais sejam integrados às dimensões [3] sociais, [4] econômicas, [5] culturais e [6] políticas das cidades. Essas estratégias devem incluir, quando pertinente, o acesso a [7] habitação sustentável, adequada, segura e economicamente acessível; serviços básicos e sociais; e [8] espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade; devendo promover a [9] regularização e a segurança da posse, bem como [10] medidas para a prevenção e a mediação de conflitos (ONU-NAU- Habitat III, 2019, p. 27-28, numeração da autora).

Em cada uma das oito dimensões da sustentabilidade na NAU encontram-se interfaces e perspectivas técnicas. Entretanto, com olhar mais atento observam-se dois campos em que o impacto é sobretudo quanto à formação de profissionais urbanistas: 1) a territorial-espacial, no sentido de planejamento e projeto de lugar e de espaços de qualidade; e 2) a político-jurídico-

institucional, um papel fundamental para gerar o suporte normativo e regulatório para as cidades do futuro.

3.7 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Esta seção reúne os principais achados e reforça a centralidade crítica da economia criativa regenerativa como proposta de superação das limitações atuais da UCCN no contexto da NAU. A atuação da Rede apresenta compromissos frágeis com a sustentabilidade territorial e climática, carecendo de metas vinculantes, indicadores de impacto e articulação concreta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 13 (Ação contra a mudança global do clima) (ONU-Habitat, 2022b, p. 86-88). Embora o discurso oficial promova inovação urbana e inclusão, a negligência em relação à dimensão ética na maior parte das ações revela um distanciamento entre o ideal transformador e as práticas observadas.

A Figura 7 (p. 33) deste Capítulo 3, baseada no artigo de Messias, Nascimento e Silva (2020), contribui visualmente para identificar essas lacunas com base nos elementos discursivos da EC relacionados às oito dimensões da sustentabilidade, evidenciando que a dimensão ética está à margem das práticas institucionais.

A Figura 8 (p. 34) apresenta a última classificação de setores criativos proposta pela Unesco e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (2021), delimitando os campos institucionais e produtivos reconhecidos internacionalmente, mas novamente sem articulação direta com os princípios regenerativos.

O documento Afinua (2022) aponta lacunas significativas na transversalização de agendas ambientais globais, particularmente ao não estabelecer correlação explícita entre seus 35 elementos-chave e o ODS 13. Apesar de o texto mencionar a regeneração urbana (ONU-Habitat, 2022, p. 18), a ausência de articulação formal com a meta climática observada no Quadro 4 (p. 52) é um entrave metodológico à adaptação climática integrada ao *design* urbano. Esse mesmo Quadro 4 mostra conexões significativas entre os temas do Afinua (2022) e os ODS, com ênfase no ODS 11, mas limita a identificação de impactos indiretos sobre os ODS 4 (educação), 13 (clima) e 14 (vida aquática).

Outro ponto crítico é a ausência de referência à gentrificação como impacto das dinâmicas urbanas contemporâneas. Ainda que o Afinua (2022) reconheça os efeitos negativos da fragmentação espacial e da segregação funcional, não se aprofunda nos processos de gentrificação gerados por projetos de revalorização urbana, frequentes em territórios criativos.

O Capítulo 2 discutiu o debate pós-moderno e a abordagem multidimensional da sustentabilidade na obra de Sachs (2002), que influenciou tanto os processos de Agenda 21 locais, nos anos 1990, quanto a NAU, a Agenda 2030 e a economia criativa, no século XXI. Sachs enfatiza a inter-relação entre as dimensões fundamentadas no imperativo ético. Desde a implementação das Agendas 21 locais, essa abordagem tem sido incorporada à gestão e ao planejamento urbano, promovendo a governança participativa, o que se perpetua na Agenda 2030 e na NAU.

No Capítulo 3 foi explorada a relação entre a economia criativa e as diretrizes da NAU a partir das dimensões da sustentabilidade, investigando possíveis sinergias para orientar políticas urbanas mais eficazes e sustentáveis. O Afinua (2022) propõe que o planejamento urbano adote estratégias baseadas na natureza, valorize a infraestrutura verde e azul, a arborização e a segurança alimentar, também requer que as soluções dialoguem com as desigualdades territoriais. O documento reforça a necessidade do protagonismo dos governos locais e de uma base normativa robusta, especialmente para realidades desiguais, como a brasileira.

O capítulo em questão também demonstrou que os termos da economia criativa, assim como os postulados da NAU (2016), podem ser sistematicamente relacionados às dimensões da sustentabilidade. Estabeleceu-se, assim, uma linha de base para analisar o conceito de cidade criativa, objeto do Capítulo 4, à luz dessas dimensões.

Os achados demonstram que a criatividade pode se constituir como uma nova dimensão do desenvolvimento urbano sustentável, desde que conciliada com critérios ético-políticos e estratégias urbanísticas voltadas à inclusão, à justiça climática e à valorização dos territórios. O Afinua (2022) defende a regeneração urbana como estratégia de redução de riscos e de ocupação eficiente dos centros urbanos, mas o reconhecimento dos impactos socioeconômicos da subutilização de imóveis urbanos ainda é limitado.

Nesse cenário, a EC pode representar um vetor regenerativo relevante, desde que desvinculada de estratégias exclusivamente turísticas ou econômicas de promoção do *branding* urbano. Como alertam Kirchberg e Kagan (2013), os processos de gentrificação afetam justamente os artistas pioneiros, transformando polos criativos em zonas de exclusão progressiva.

Críticas como essas a cidades criativas são diferentes para as cidades inteligentes, por exemplo, que ganham destaque na NAU como expressão do imperativo digital contemporâneo. O uso de tecnologias para ampliar a gestão urbana e promover sustentabilidade é visto como complementar à criatividade quando orientado por valores inclusivos e participativos.

Ademais, a NAU introduz conceitos alinhados à literatura de cidades criativas, como a integração entre cultura e tecnologia, a regeneração urbana baseada na criatividade e a colaboração intermunicipal como instrumento de desenvolvimento. O conceito de senso de lugar emerge como núcleo comum para o planejamento urbano e os processos culturais.

Pode-se concluir que a regeneração é um princípio-chave para a reconfiguração das economias urbanas, uma oportunidade de negócios, desde que orientada por uma cultura de modelos circulares, colaborativos e fundamentados no direito à cidade. A economia criativa regenerativa surge, dessa maneira, como proposta articuladora entre inovação social, cultural e ecológica, em consonância com os marcos das Nações Unidas, sendo uma oportunidade para ações efetivas da Unesco.

O Capítulo 4 aprofundará a análise de índices e teorias de cidades criativas à luz das dimensões da sustentabilidade, visando revisar criticamente o conceito e formular recomendações para a integração da NAU no âmbito da UCCN.

4 CIDADES CRIATIVAS E SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DE ÍNDICES E TEORIAS DE CIDADES NO CONTEXTO DA NOVA AGENDA URBANA

Neste capítulo apresentam-se reflexões sustentadas nos capítulos anteriores com o intuito de fornecer uma base crítica sobre o conceito de cidades criativas. Com base nisso, discutem-se as contradições, os conflitos e os consensos encontrados na literatura, explorando a relação entre o conceito de cidades criativas e a sustentabilidade urbana por meio de análises sistêmicas das teorias pioneiras. Conclui-se com diretrizes para integrar criatividade e sustentabilidade no contexto do adensamento urbano e das emergências climáticas, contribuindo para a formulação, o planejamento e a análise de políticas urbanas sustentáveis e criativas.

Pesquisa-se a interseção entre cidades criativas e sustentabilidade urbana no cenário das dimensões da sustentabilidade examinadas na economia criativa (EC) e na Nova Agenda Urbana (NAU), que aqui são investigadas em índices e teorias pioneiras de autores que influenciaram a formulação da Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN) e, ainda, no documento da Unesco com o Banco Mundial (2021) sobre a matéria. Vale registrar que nenhum desses índices foi adotado pela UCCN, que não utiliza os índices ou os indicadores aqui analisados. O conceito ainda amorfo de cidades criativas, que articula visão holística, governança, desenvolvimento econômico, inovação cultural e conexões urbanas, ganha outros contornos e outra compreensão nesta investigação. A análise é motivada pela lacuna identificada nos relatórios da UCCN (Unesco UCCN, 2024), que apontam a predominância de estratégias voltadas ao turismo e ao crescimento econômico, sem diretrizes explícitas para o planejamento urbano sustentável — a Agenda 2030 ou a NAU.

Também se examina o conceito de cultura no âmbito da NAU, mais amplo do que os potenciais econômicos dos setores culturais e criativos e/ou dos patrimônios culturais e naturais das cidades. Essa dimensão ingressa na Agenda também a partir do cultivo de outros hábitos de produção e consumo da cidade, da regulação da ocupação e do uso do solo urbano no ambiente de emergências climáticas e da concentração populacional urbana. Como disse Boff (2012) antes da NAU:

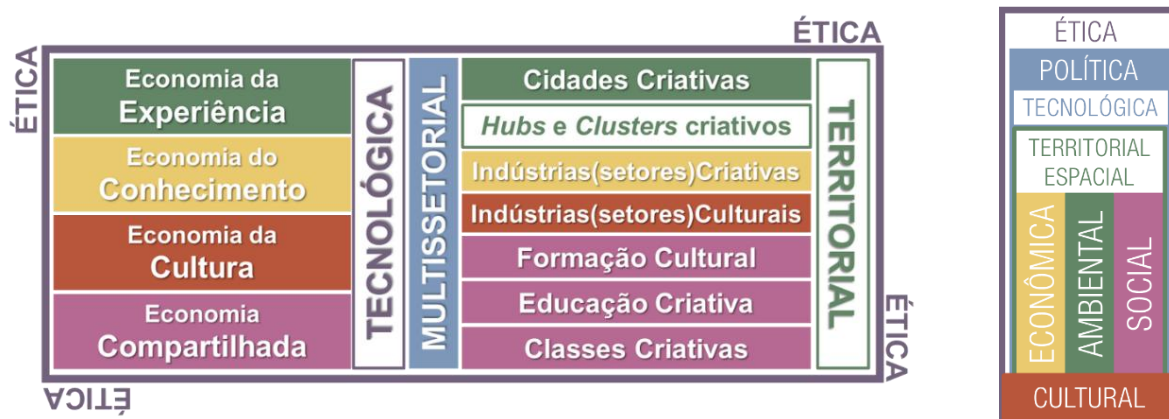
Aqui se deixa para trás a obsessão pelo lucro e pelo crescimento material, abrindo espaço para uma forma de habitar a Terra que condiz melhor com a natureza humana que sempre produz cultura, também na área da produção e do consumo. Esta dimensão da cultura, entretanto, não pode ser tomada em separado das outras dimensões, mas será seguramente uma das fontes a partir das quais beberá um novo paradigma de convivência. Então, sim, o desenvolvimento poderá ser considerado sustentável (Boff, 2012, p. 50).

Investiga-se aqui a literatura dominante sobre os conceitos de economia e cidades criativas relacionados à sustentabilidade. A UCCN vincula sua missão ao desenvolvimento sustentável urbano, mas não apresenta resultados nesse sentido, uma visão que desafia especialmente a escala do desenho urbano nas interações ao melhor equilíbrio espacial entre ambientes edificados, áreas verdes e soluções baseadas na natureza: outra forma de fazer arquitetura e urbanismo.

Nas próximas seções aprofunda-se a sustentabilidade em torno da noção de *branding* criativo com base nas oito dimensões da NAU (Figura 11, p. 65), avançando sobre as análises dos índices e das teorias de cidades criativas mais citadas na literatura. Os conceitos de cidades criativas em tela são todos os encontrados na literatura até 2022, e a escolha das teorias obedeceu ao principal critério de impacto da publicação e dos autores entre os pioneiros e os com maior número de citações. A criatividade e o desenho permitem ampliar as percepções iniciais e as reflexões que representam a livre interpretação da autora. Não houve interação com os autores para a validação das análises.

Como visto, os termos usados na literatura para definir economia criativa (EC) encontram outro sentido quando associados às dimensões da sustentabilidade, conforme representado na Figura 7 (p. 33), reproduzida a seguir. Aqui, avalia-se, de forma análoga, conjuntos de narrativas de teorias e de Índices de Cidades Criativas (ICC), bem como de uma amostra de outros *brandings* que influenciam o conceito. Busca-se, sobretudo, demonstrar que o conjunto de oito dimensões da sustentabilidade urbana, sintetizadas à direita, se sustenta na NAU, uma metodologia qualitativa aplicável a análises de teorias de cidades criativas que permite outro entendimento.

Figura 7 — A economia criativa na arena da sustentabilidade (repetição da p. 33)



O ordenamento sistêmico auxilia na compreensão da complexidade desse debate entre os dois paradigmas — o sustentável e o criativo —, porque “as unidades expressas encadeiam sintaxes que são processadas como mensagens” em seu conjunto, mesmo considerando cada elemento isolado (Santos, 2017, p. 45). Interessa o hermetismo das sintaxes que envolvem a sustentabilidade urbana na qual se tem interesse, em particular o conjunto de associações das unidades em teorias de cidades criativas, analisadas aqui simultânea e o mais sincronicamente possível para fugir de análises superficiais.

O estudo das linguagens presentes na cidade demanda conhecimentos de muitas áreas; assim, qualquer proposta de pesquisa que não trace relações transdisciplinares é muito superficial. Nas cidades contemporâneas, nenhum elemento está isolado. Mesmo quando as relações não são pensadas, as unidades expressas encadeiam sintaxes que são processadas como mensagens, e é na complexidade dessas sintaxes que temos interesse (Santos, 2017, p. 45).

Como possibilidade metodológica de avaliação da complexidade inerente ao debate urbano, nas próximas seções analisam-se os termos utilizados por autores de cidades criativas sob as oito dimensões da sustentabilidade. A análise se apresenta por meio do desenho, atribuindo a cada narrativa a cor em sua dimensão correspondente, conforme a Figura 7 (p. 33), formando diagramas nos quais se encontram outros sentidos quando analisados em seu conjunto.

4.1 DIMENSÕES DA NOVA AGENDA URBANA (NAU) EM AUTORES PIONEIROS DE TEORIAS E ÍNDICES QUE INFLUENCIARAM O CONCEITO DA REDE DE CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO (UCCN)

Esta subseção analisa estudos de caso de índices e teorias de cidades criativas entre pioneiros que influenciam o conceito de cidades criativas na arena de oito dimensões – ambiental, econômica, social, cultural, ética, tecnológica, territorial-espacial e político-jurídico-institucional — encontradas na NAU. Os índices alcançam outra compreensão quando associados a esse ordenamento de critérios, um dos resultados desta pesquisa.

4.1.1 Índice Global de Poder das Cidades (GPCI, 2022)

Aqui é abordado o Índice Global de Poder das Cidades (*Global Power City Index* — GPCI), um índice contemporâneo e relevante mencionado por Hartley *et al.* (2012) como um dos mais abrangentes e significativos no estudo das cidades globais e criativas. Formulado pelo Instituto de Estratégias Urbanas (Institute for Urban Studies) da The Mori Memorial Foundation, em Tóquio, Japão, em 2010, o GPCI tem como premissa a competição global entre as cidades com o objetivo de avaliar e classificar as principais urbes do mundo. Utilizam-se 69 indicadores divididos em seis

fatores (Figura 12, p. 73): 1) Economia; 2) Pesquisa e desenvolvimento; 3) Interação cultural; 4) Habitabilidade; 5) Ecologia e ambiente natural; 6) Acessibilidade (GPCI, 2022, p. 184, tradução da autora).

Para avaliar o desempenho criativo das cidades são aplicados questionários a diferentes categorias de públicos, incluindo gestores, pesquisadores, artistas, visitantes e residentes, cujas respostas são posteriormente agregadas. Cada categoria de público entrevistado tem seus próprios indicadores, organizados conforme os fatores do índice das cidades globais. Com essas informações é possível medir a atratividade da cidade e determinar as demandas e os indicadores pertinentes, considerando ainda as parcerias estabelecidas e os esforços de *marketing* direcionados a diversos públicos e setores. Análises desagregadas sugerem melhorias significativas na eficiência e na eficácia, especialmente no que se refere à promoção internacional da cidade (GPCI, 2022; Hartley *et al.*, 2012, tradução da autora). A dimensão econômica ocupa uma posição central na Figura 12 (p. 73) como um dos principais eixos do GPCI (2022), também associado à habitabilidade e à qualidade de vida, as quais, neste contexto, atuam como fatores atrativos de pessoas.

Dos seis fatores do GPCI, conforme ilustrado na Figura 12, “Pesquisa e Desenvolvimento” foi inicialmente classificado como uma dimensão socioeconômica, com os eixos diametrais representando a dimensão política. Esses eixos destacam as possibilidades de articulação de políticas nos âmbitos territorial-espacial e tecnológico, os quais configuram os ambientes de interação física e simbólica dos habitantes da cidade.

A avaliação abrangente das cidades com base em várias dimensões do GPCI utiliza um conjunto de critérios específicos, que abrangem dimensões da sustentabilidade, conforme a Figura 12. Na dimensão ambiental, o índice avalia: 1) o compromisso da cidade com a ação climática com base em iniciativas para redução de emissões de carbono; 2) a taxa de utilização de energia renovável em comparação à energia consumida; e 3) a qualidade do ar e da água. Na dimensão social, o índice avalia: 1) a qualidade de vida com base em fatores como segurança, saúde e bem-estar; e 2) a inclusão social, mensurada pela diversidade cultural e a acessibilidade a eventos culturais (Mori Foundation, 2024).

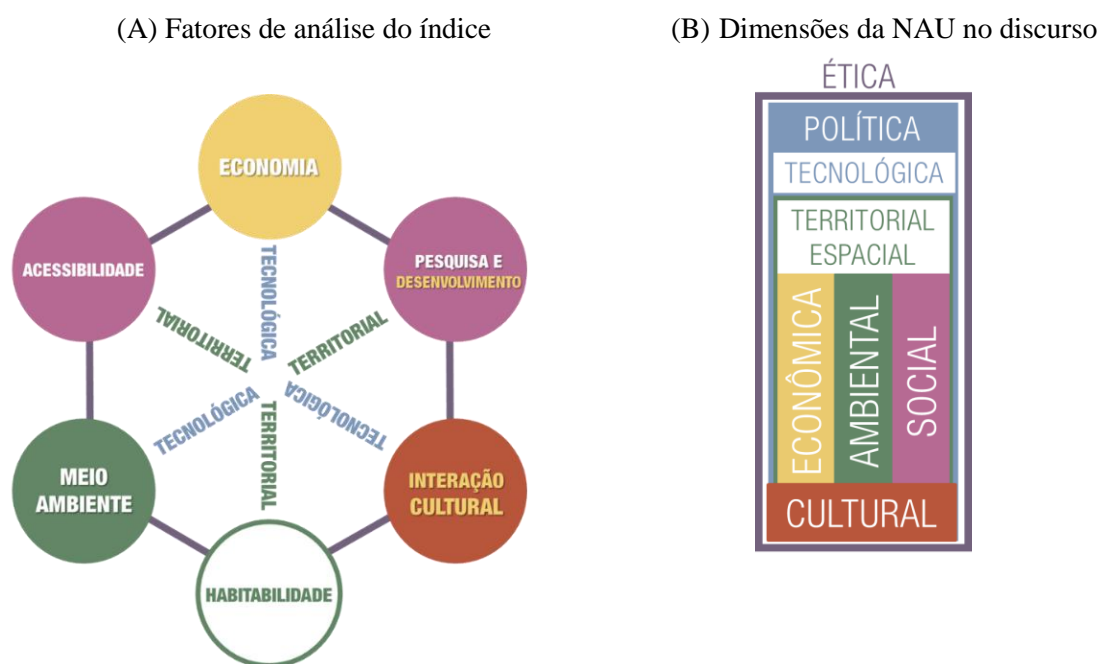
A dimensão econômica é avaliada: 1) por meio do crescimento do PIB; e 2) por meio do ambiente de negócios, sendo este último aquilatado pela facilidade de fazer negócios, pela atração de investimentos e pela competitividade. A dimensão cultural é avaliada em razão: 1) da quantidade e da diversidade de eventos culturais; 2) da relevância e da conservação do patrimônio cultural como local de interesse turístico. A dimensão territorial-espacial é notável

pela importância: 1) da acessibilidade para a conectividade do transporte e da mobilidade interna da cidade; 2) da quantidade e da qualidade de áreas verdes (Mori Foundation, 2024).

A dimensão tecnológica do índice conta com critérios de desempenho na inovação em instituições de pesquisa. A dimensão política reforça a confiança dos cidadãos na governança, na eficácia da administração pública e na transparência das ações governamentais. A dimensão ética é social, refere-se à equidade no acesso a recursos e oportunidades para uma sociedade mais justa (Mori Foundation, 2024).

O *site* apresenta as análises do ano anterior para pesquisa dinâmica em cada indicador de cada cidade com base nos seis fatores (Figura 12). O GPCI ranqueia as dez cidades com melhores resultados nas suas relações de dependência e integração em redes globais (GPCI, 2022, *online*, tradução da autora).

Figura 12 — Seis fatores de análise do Índice Global de Poder das Cidades (2022) na arena da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora com base na Figura 35, p. 184, em 04/2022.

A análise do GPCI e sua relação com as cidades criativas revela a complexidade das dinâmicas urbanas contemporâneas e a necessidade de uma abordagem holística para o desenvolvimento urbano, que é abrangente nesse índice. Embora a ênfase na competição domine os índices, como será comprovado nas próximas subseções, as análises sublinham questões importantes para o futuro das políticas urbanas no contexto da NAU.

4.1.2 Índice de Florida (2002) – economia urbana do trabalho e da criatividade

Florida (2002) é um dos autores que mais influenciaram o conceito dominante de cidades criativas. Apesar de não ter proposto um índice, o ordenamento das narrativas foi apresentado por Hartley *et al.* (2012) como etapa de pesquisa para a formulação de um Índice de Cidades Criativas (ICC).

A cidade criativa, segundo Florida (2002), une as ideias de *clusters* de Landry e Bianchini em torno da cultura e da tecnologia a partir de ambientes forjados para públicos descolados e no intuito de aumentar o fluxo de personalidades da cultura e profissionais da tecnologia e da criatividade. Aqui não será tratada toda a obra desse autor, sendo sublinhado que ele articulou a relação da classe criativa com a economia urbana e moldou um contexto de cidades mais atraentes para esse público¹⁷.

As teorias de Richard Florida (2002) sobre a economia urbana e a cidade criativa tiveram grande impacto nas discussões sobre a matéria nas últimas décadas. Seu trabalho, conquanto amplamente aceito e adotado por muitos gestores urbanos, também foi alvo de críticas, que destacam as limitações e as omissões da classe criativa e o índice de Florida (Hartley *et al.*, 2012), os 3 Ts – talento, tecnologia e tolerância –, que seriam determinantes para uma cidade criativa, os fatores responsáveis pela inovação econômica e pelo dinamismo cultural (Florida, 2002).

Florida não desenvolveu um índice formal para as cidades criativas, mesmo que suas teorias tenham influenciado metodologias com esse propósito, como o Índice de Cidades Criativas (ICC) proposto por Hartley *et al.* (2012). Tanto a teoria dos 3 Ts quanto a da classe criativa estão entre as principais referências desses autores, os quais exaltam o índice de Florida como o mais bem-sucedido com vereadores e gestores municipais.

a. A classe criativa

O conceito de classe criativa foi articulado por Florida (2002) como um grupo heterogêneo de trabalhadores altamente qualificados e atuantes nas áreas de tecnologia, arte, ciência e serviços de informação, que seriam as responsáveis pela transformação econômica das cidades. Essa teoria de Florida classifica uma série de profissionais de diferentes áreas da cultura e do conhecimento como “classe criativa”. Consoante esse autor, essa classe seria responsável por novas formas urbanas e significados sociais. A inclusão de profissionais do conhecimento, artistas e empreendedores digitais na mesma categoria levantou questões sobre a abrangência e os limites do conceito.

¹⁷*Cities and the creative class* (2005).

Críticas de Pratt (2008) apontaram para a ampla classificação das profissões criativas por Florida, que se mostrou pouco precisa nas fronteiras entre a economia do conhecimento e a classe artística. A visão econômica da cultura de Florida deixou de considerar as condições socioeconômicas dos trabalhadores nômades das artes ou do conhecimento, que não levam consigo o endereço fiscal, inclusive nas categorias criativas profissões tipicamente associadas ao mercado corporativo e à economia do conhecimento, como consultores e gestores de TI, que nem sempre compartilham dos mesmos valores culturais dos artistas ou dos profissionais da cultura.

b. Os 3 Ts e a sustentabilidade urbana

Os 3 Ts – talento, tecnologia e tolerância – foram articulados por Florida (2002) como os fatores socioeconômicos fundamentais para cidades criativas e a criação de ambientes urbanos dinâmicos e inovadores. Esses são, precipuamente, fatores econômicos do trabalho na economia da cultura e do conhecimento, conceitos de perfis desejáveis do **talento** que Florida apresentava a gestores. O objetivo é atrair profissionais altamente qualificados para o dinâmico ambiente de negócios e políticas públicas de áreas criativas e inovadoras. De alguma forma conectada com a **tecnologia**, a teoria sugere que as cidades precisam adaptar-se às transformações tecnológicas e promover tanto ambientes festivos como os que estimulem a pesquisa e o desenvolvimento, como centros de inovação e parques tecnológicos. Florida inova em mencionar o imperativo tecnológico da pós-modernidade a partir do *branding* criativo, possivelmente origem da confusão entre os conceitos de cidades criativas e cidades inteligentes ou *smart cities*.

A **tolerância**, talvez o aspecto mais inovador da teoria de Florida, trata da capacidade de uma cidade em aceitar e celebrar a diversidade sexual, cultural e étnica. O autor defendeu que cidades com maior diversidade seriam mais propensas a atrair indivíduos criativos e inovadores, pois seriam mais abertas às ideias e às experiências de diferentes culturas e estilos de vida. O conceito disruptivo de um índice de tolerância de Florida (2002) era dirigido a cidades globais, que para o autor deveriam ser criativas no intuito de atrair excedentes econômicos a partir de capital humano e de empresas de alta tecnologia (Florida, 2002). Esse indicador foi absorvido nos índices de cidades criativas de Landry e Hyams e de Hartley *et al.*, ambos de 2012.

No Quadro 7 (p. 76) foram qualificados em dimensões da sustentabilidade os 3 Ts e as narrativas da teoria de Florida (2002), discurso ordenado por Hartley *et al.* (2012) como indicadores associados a cada T a partir de *bullets*.

Dentre os 3 Ts de Florida, a tolerância é o indicador que inaugura novos índices, que foram replicados em outros: 1) a porcentagem de estrangeiros por parcela de população e o

número de escolas internacionais; 2) um índice de diversidade orientado aos conteúdos étnico-culturais agregados à cidade pelas comunidades de estrangeiros; 3) o índice *gay* entre residentes, público preferencial entre tantos, com poucos herdeiros diretos, os quais o autor defendeu refletir a abertura e a tolerância à diversidade da cidade; e 4) o índice boêmio, medido por atividades artísticas e experimentais de vanguarda como alcance de engajamento (Quadro 7, p. 76, tradução da autora).

A representação da sustentabilidade no discurso de Florida, na Figura 13 (p. 76), é uma síntese do entendimento da teoria dos 3 Ts: uma estratégia de política socioeconômica que se sustenta na cultura e na tecnologia como insumos para uma nova economia urbana. A teoria tangencia a dimensão da ética social no quesito da tolerância e ignora as dimensões territoriais-espaciais ou ambientais para além da natureza econômica do espaço urbano. Não se reconhece nos Ts de Florida as dimensões ambiental-ecológica nem a territorial.

Figura 13 — Índice 3 Ts de Florida na arena da sustentabilidade



Quadro 7 — Indicadores do ICC de Florida (2002) na arena da sustentabilidade (adaptado de Hartley *et al.*, 2012)

Florida's Creative Cities Index	
TALENT	
Human capital (e.g. number of university graduates, ranking of local universities, concentration of people with Bachelor's degrees)	
Creative class (e.g. percentage of workforce defined as the 'creative class', 'creative occupations' ISCO-88)	
Researchers (number of people working in R&D-intensive jobs; creative core)	
TECHNOLOGY	
Innovation (e.g. number of registered patents, patents per capita)	
High-tech innovation (e.g. number of registered high-tech patents, high-tech patents per capita)	
High-tech industry (e.g. Milken Institute's Tech Pole Index, number of technology-heavy companies, share of workforce employed in high-tech industry)	
TOLERANCE	
Foreign-borns (e.g. percentage of foreign-born population, size of foreign student population, number of international schools)	
Diversity Index (e.g. fragmentation index based on ethnic background of foreign born population $1 - \sum \text{pop. share}^2$)	
Gay Index (e.g. fraction of gay people living in a region divided by the fraction of the total (US) population living in the area, tolerance surveys)	
Bohemian Index (e.g. concentration of workforce engaged in artistic or avant-garde - experimental - activities)	

Fonte: Hartley *et al.* (2012, p. 39), adaptação da autora.

Nas próximas duas subseções são analisados dois índices de cidades criativas (ICC): o de Landry e Hyams (2012) e o de Hartley *et al.* (2012), um movimento simultâneo desses autores que confirma tanto a tendência ao ranqueamento de cidades quanto o aumento de pesquisas a respeito da criatividade urbana (Scott, 2014). Landry e Hyams (2012) afirmam terem contemplado no seu ICC critérios que supriam as ausências por eles encontradas.

4.1.3 Índice de Cidade Criativa de Hartley *et al.* (2012) e a sustentabilidade

John Hartley, primeiro nome desta pesquisa, não é urbanista, e apresenta a equipe como sendo composta por especialistas em políticas culturais e comunicação digital. Os autores destacam a criatividade como um motor essencial para a inovação, a coesão social e a qualidade de vida nas cidades, e assim percorreram surpreendentes 21 índices contemporâneos de ranqueamento de cidades em busca de indicadores. A pesquisa resultou num conjunto de 16 narrativas que não servem como indicadores porque avaliam mutuamente diferentes aspectos que não podem ser agregados ou desagregados para uma formulação. Nem todos os índices são analisados, mas na consolidação dos critérios realizados por Hartley *et al.* (2012) destacam o GPCI como o índice mais abrangente e Florida como o autor de maior influência nos critérios dos índices avaliados.

A investigação para a análise desta tese foi extensa, em parte pelas narrativas dispersas e predominantemente textuais dos autores, mas também pelo uso indireto do inglês e pela escolha de termos locais australianos. Contudo, os autores encontraram duas classes principais de métricas quantitativas utilizadas pelos índices para cidades criativas, as quais se amparam tanto nas teorias de Landry e Bianchini quanto nas de Florida:

1) estoques criativos, medidos por índices de base cultural e criativa, declaradamente inspirados no índice de Florida, organizados no Quadro 7 (p. 76);

2) fluxos criativos, bens, produtos e profissionais criativos que os autores relacionam ao vasto espectro de critérios do GPCI, precisamente a noção de *branding* criativo associado à tecnologia da comunicação e da informação (TIC) (Hartley *et al.*, 2012, p. 33).

Assim, Hartley *et al.* (2012) contribuem para consolidar a fusão entre os setores culturais, a tecnologia e a perspectiva do mercado global como palco para produções culturais locais e a promoção de celebridades na internet, que também passam a ser atrativos para o turismo. Os autores sugerem a avaliação dos estoques criativos em termos de setores *creative intensities* (Hartley *et al.*, 2012, p. 33), termo posteriormente utilizado pelo DCMS britânico (2014) em um estudo do Nesta¹⁸ (2013), o qual considerou limitados os critérios das *creative industries* do DCMS (1998). O estudo (Nesta, 2013) reposicionou a produção criativa do Reino Unido para empresas *creative intensities*, conceito válido para diferentes portes empresariais. As referências britânicas são atividades econômicas que ocupam muitos

¹⁸Nesta — National Endowment of Science, Technology and the Arts — é uma fundação para a promoção da inovação no Reino Unido e o Fundo Nacional para Ciência, Tecnologia e Artes do Reino Unido. Mais informações em: <http://www.nesta.org.uk>.

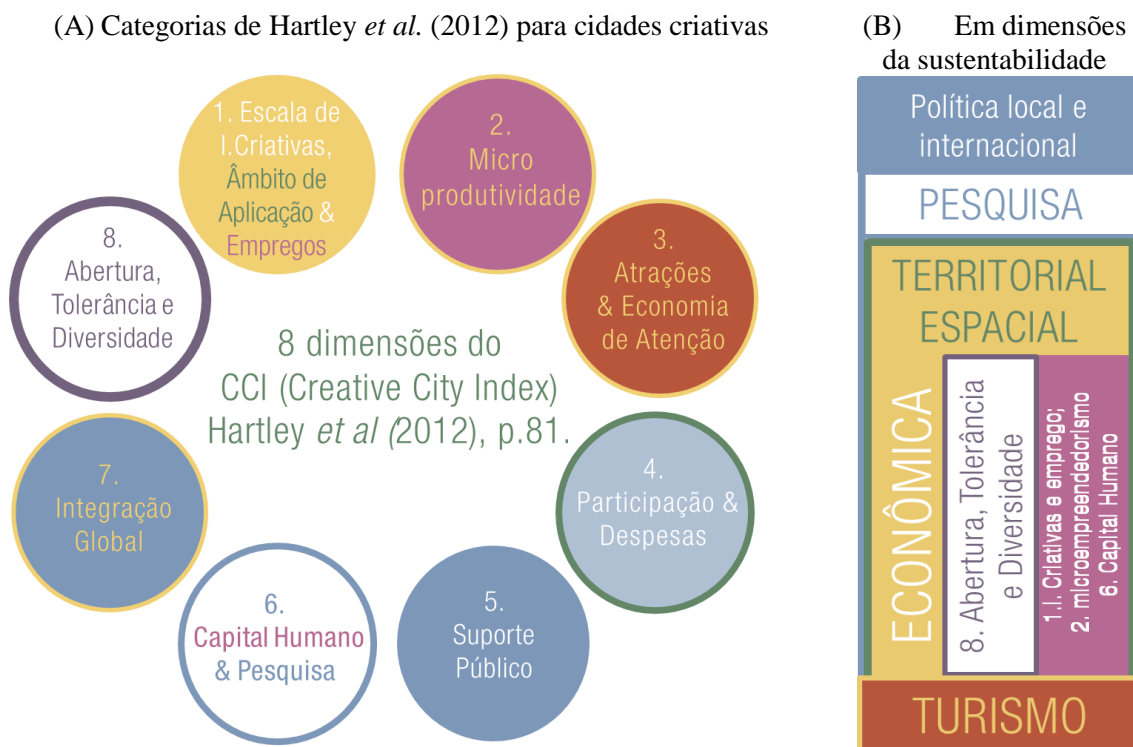
profissionais criativos, ou seja, indústrias intensivas em criatividade e geração de empregos — as *creative occupations* (DCMS UKTI, 2014).

Sublinha-se, aqui, que as *creative intensities* são os mesmos *setores-clusters criativos* ou *creative industries scope* ou *scale* de Hartley *et al.* (2012). Trata-se de atividades intensivas em *design* e comunicação a serviço de setores da cultura e do turismo: 1) publicidade e *marketing*; 2) arquitetura; 3) artesanato; 4) *design* de produto, gráfico e *design* de moda; 5) cinema, TV, vídeo, rádio e fotografia; 6) serviços de TI, *software* e informática; 7) publicação; 8) museus, galerias e bibliotecas; e 9) música, artes performáticas e artes visuais. Hartley *et al.* (2012) destacam os setores funcionais do *design* para a criatividade como os responsáveis pela articulação de produtos culturais no mercado global de cidades (DCMS, UKTI, 2014; Hartley *et al.*, 2012, p. 88-89).

A herança anglo-saxônica do estudo de Hartley *et al.* (2012) evidencia-se na escolha das seis cidades onde aplicaram o índice: duas australianas – Brisbane e Melbourne; duas alemãs – Bremen e Berlin; e duas britânicas – Londres e Cardiff. Independentemente de portes e países diferentes, encontram-se nesse contexto linguístico e produtivo dominante.

Hartley *et al.* (2012) descobriram e selecionaram oito categorias ou subíndices para o ICC, narrativas traduzidas e qualificadas em dimensões da sustentabilidade (Figura 14): 1) Escala das indústrias criativas, âmbito de aplicação e empregos; 2) Microprodutividade; 3) Atrações e economia de atenção; 4) Participação e despesas; 5) Suporte público; 6) Capital humano e pesquisa; 7) Integração global; e 8) Abertura, tolerância e diversidade (Hartley *et al.*, 2012, p. 81, tradução da autora). O item 8 claramente influencia o índice de Florida (Quadro 7, p. 76).

Figura 14 – As oito categorias *Creative City Index* (2012) na arena da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora com base em Hartley *et al.* (2012, p. 81).

The CCI Creative City Index comprises 8 categories of sub-indexes: 1. Creative Industries Scale, Scope & Employment 2. Microproductivity 3. Attractions & Economy of Attention 4. Participation & Expenditure 5. Public Support 6. Human Capital & Research 7. Global Integration 8. Openness, Tolerance & Diversity (Hartley et al., 2012, p. 81).

Na Figura 14, as narrativas concentradas esclarecem o esforço dos autores em fazer convergir para o mesmo tópico ideias que julgaram complementares. Nesse cenário dominam termos econômicos, gerando um desenho com fontes amarelas em três dos oito indicadores. Entre as primeiras percepções, o conjunto de oito narrativas coincide em número com as dimensões de Sachs (2002), ainda que os termos difusos de Hartley *et al.* (2012) não se relacionem estritamente com as dimensões da sustentabilidade. Todavia, diferentemente de Landry e Hyams (2012), Hartley *et al.* (2012) escolheram termos inéditos em cada narrativa da Figura 14 (p. 79), cujo conjunto reforça as dimensões econômicas, políticas e sociais da participação e do trabalho. A exceção é o subíndice 8, que trata de comportamentos esperados em cidades que se abrem para o turismo no século XXI, narrativas recorrentes nos índices e nas teorias aqui analisados. Entretanto, não se refere à singularidade de cada lugar, orgulhos e conflitos culturais que surgem de tendências comportamentais.

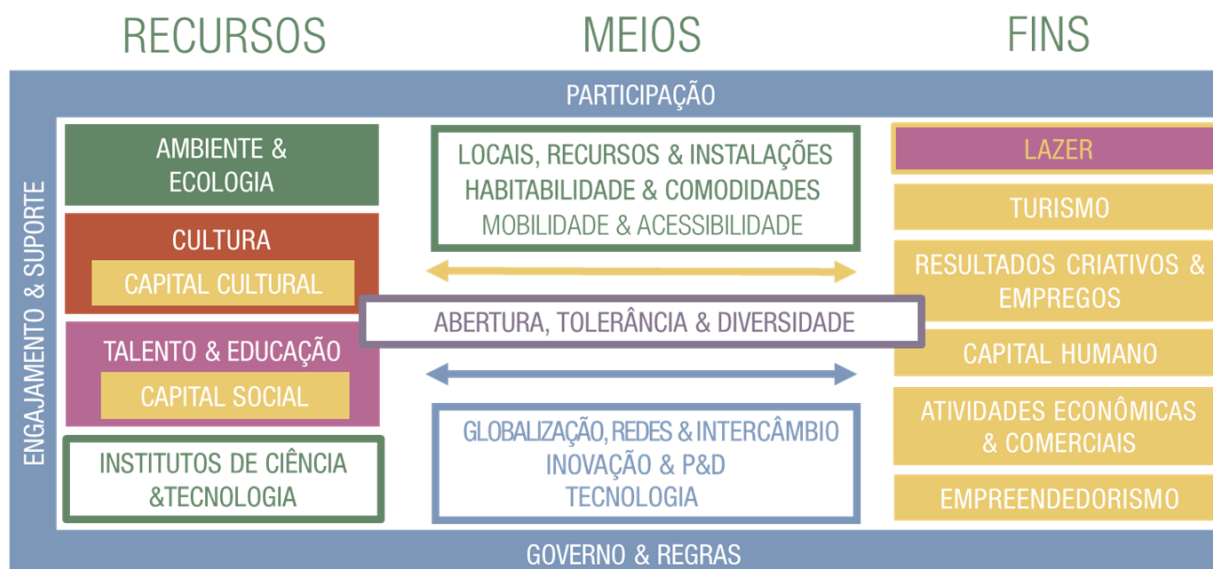
É relevante citar que Hartley *et al.* (2012) buscam indicadores de cidades criativas com base em índices de lugares onde pessoas transitam, locais para eventos que facilitem estruturas

associativas, redes sociais, conexões e interações humanas. Os autores destacam o espaço público urbano como o lugar do contato “olho no olho” com base em índices para habitabilidade e *network*, número de festivais e de organizações de caridade, entre outras sugestões de locais físicos para encontro e aglomeração (Hartley *et al.*, 2012, p. 95, tradução da autora).

Os termos da literatura priorizados por Hartley *et al.* (2012), listados no Quadro 9 (p. 82) em ordem de frequência nos índices pesquisados pelos autores e ordenados no Quadro 8 (p. 81), mostram resultados esperados para uma economia do trabalho social: geração de emprego, ocupação e renda e aumento na arrecadação, em que mesmo a cultura e o talento são capitais, e a política relaciona-se em contexto participativo de governança e da esfera político-jurídico-institucional tradicional da governabilidade.

A dinâmica urbana voltada para a economia e o turismo evidencia-se no ICC de Hartley *et al.* (2012), na relação entre os termos finalísticos na coluna 3 do Quadro 8 (p. 81), precisamente onde são esperados os resultados dos termos de políticas na coluna 1. A coluna 2 lista os meios territoriais, comportamentais, tecnológicos e políticos para que os ativos da coluna 1 alcancem os resultados econômicos esperados da coluna 3 – fins, setores e atividades econômicas finalísticas, como o lazer e o turismo e a atração de capital humano. O *lazer* – coluna 3 do Quadro 8 — é o único classificado como dimensão social devido à atividade referir-se aos moradores em vez de aos visitantes. No Quadro 8 avança-se em inter-relações sobre um quadro dinâmico e fluido o suficiente para que se multipliquem possibilidades de leitura. Entusiastas da competição global, os autores apresentam, mais ou menos detalhada no texto, uma lista de verificação de cidades interessadas nessa arena, sobretudo grandes temas de políticas econômicas.

Quadro 8 — Quadro de fluxo sistêmico entre 16 dimensões reiteradas em índices de cidade criativa na arena da sustentabilidade (adaptado de Hartley *et al.*, 2012)



Fonte: elaboração da autora (2024), tradução de acordo com o Quadro 8, p. 27.

Entendem-se os termos de dimensão política, em azul, como responsáveis pela gestão e pela ocupação dos espaços urbanos, por isso eles atravessam as três colunas do Quadro 8. A escolha foi representar o índice no Quadro 8 como um elo aberto, a ser unido para novos fins futuros. Curiosamente, na coluna *meios* reuniram-se as dimensões de fundo branco, cor adotada justamente pelo nosso entendimento de dimensões diretamente ligadas a outras, a saber: 1) dimensão territorial-espacial, margem e fonte verde, dependente da ambiental; e 2) dimensão tecnológica, margem e fonte azul, dependente da política. A dimensão ética, imperativa da sustentabilidade, é sempre acompanhada por margem e fonte cor violeta, tom mais vermelho (cultura) e mais azul (política) do que o rosa (social).

Este índice reforça a noção de criatividade na economia com base no potencial de produção, no giro de capital, na renda direta pelo trabalho e na arrecadação pelos serviços criativos prestados em diferentes setores, inclusive TIC. A lista de termos do Quadro 9 (p. 82) encontra diferenças se comparada à mesma citação no texto:

16 city index dimensions: [1] cultural tourism; [2] creative industries; [3] cultural capital; [4] venues; [5] liveability; [6] transportation; [7] globalization; [8] openness; [9] human capital; [10] social capital; [11] government; [12] business & economy; [13] entrepreneurship; [14] innovation & research; [15] technology & ICT; [16] environment (Hartley et al., 2012, p. 11, numeração da autora).

Quadro 9 – Dezesesseis dimensões recorrentes em índices de cidades (Hartley *et al.*, 2012)

1. Culture, Recreation & Tourism
2. Creative Output & Employment
3. Cultural Capital & Participation
4. Venues, Resources & Facilities
5. Liveability & Amenities
6. Transportation & Accessibility
7. Globalisation, Networks & Exchange
8. Openness, Tolerance & Diversity
9. Human Capital, Talent & Education
10. Social Capital, Engagement & Support
11. Government & Regulations
12. Business Activity & Economy
13. Entrepreneurship
14. Innovation & R&D
15. Technology & ICT
16. Environment & Ecology

Fonte: Hartley *et al.* (2012, p. 35), com base na citação.

Hartley *et al.* (2012) não avaliam outras sintaxes ou impactos nos territórios a partir da introdução de pessoas externas no ecossistema. Os autores posicionam as cidades na competição global como o principal fator para o desenvolvimento urbano e apresentam um apanhado de tendências de outros índices de cidades, de difícil aceção em seu conjunto.

As análises sobre o Índice de Cidade Criativa de Hartley *et al.* (2012) revelam que apesar de o índice buscar mensurar a criatividade e a inovação nas cidades ele carece de uma abordagem mais holística para o enfrentamento dos desafios urbanos contemporâneos. Esses autores reconhecem tal contexto como um motor para a coesão social e a qualidade de vida, mas a ênfase na competitividade econômica e na geração de capital pode obscurecer a necessidade de um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

O ICC de Hartley *et al.* (2012) é contemporâneo à pesquisa de Landry e Hyams (2012), coincidência que tanto indica a intensidade de pesquisas sobre cidades criativas, identificada por Scott (2014), quanto tendências da época em classificar cidades e acirrar a competição entre elas. O caminho percorrido pelos autores possivelmente foi semelhante, a despeito de os aqui analisados tratarem da pesquisa crítica em 21 índices de cidades globais e teorias de cidades criativas para encontrar indicadores a um índice ICC, termo cunhado por eles em inglês – *CCI, Creative City Index*.

4.1.4 O Índice de Cidade Criativa de Landry e Hyams (2012) e o *framework* ético de Landry (2018)

[...] how cities can create the enabling conditions for people and organizations to think, plan and act with imagination to solve problems and develop opportunities. The notion has become a global movement and changed the way cities thought about their capabilities and resources (Landry, 2022, *Biography*, 1º parágrafo).

O inglês filho de alemães Charles Landry (1948), urbanista e escritor, é pioneiro em escritos sobre cidades criativas (Landry; Bianchini, 1995), termo que ele diz ter inventado no final dos 1980. A provocação de Landry (2022) é como as cidades podem criar condições favoráveis para pessoas e organizações pensarem, planejarem e agirem com imaginação para solucionar problemas e desenvolver oportunidade (Landry, 2022). Sob argumentos que essa noção é um movimento global de mudança para as cidades, que deverão repensarem suas capacidades e recursos, como boa educação e pesquisa, reiterando, em diferentes fases, os componentes de incentivos políticos para a atmosfera da cidade, forjada para a cultura e a criatividade climática (Landry; Hyams, 2012).

Wider conditions, such as the level of openness, determine how a place can harness its collective imagination and punch above its weight. Then specific attributes are necessary components, such as good education and skills or research expenditure. Significantly, the rules and incentives regime of local and national governments set the atmosphere of a city, shape its culture and creative climate (Landry; Hyams, 2012, p. 5).

Landry está entre os autores sobre cidades e economia criativas mais ativos em escritos contemporâneos (Landry, 2011; Landry, 2013; Landry; Bianchini, 1995; Landry, 2008; Landry; Hyams, 2012; Landry; Murray, 2017; Landry, 2018). O escritor é uma autoridade no assunto, com atuação em 32 países, conquanto não exponha um perfil acadêmico (Landry, 2022, *Biography*).

Landry e Hyams (2012) escolheram como sua “linha de base estatística” para o ICC o índice *The business of cities: city indexes 2011*, sob o argumento de simplificar e condensar fatores-chave sobre a cidade (p. 7). Eles alegam que esse índice difere de outros pesquisados porque integra as perspectivas interna e externa com base na série de dez domínios (p. 5). Os autores incluíram-no a fim de medir o pulso criativo dos lugares para, então, a cidade explorar suas dinâmicas, seus processos e projetos urbanos (p. 5, tradução da autora) no conjunto de fatores-chave.

It differs from most indexes by looking at the city as an integrated whole from an insider and outsider perspective through a series of ten broad crosscutting domains. [...] Many cities have creative projects but are not necessarily creative as a whole. Crucially uncreative places decline and fail, since they do not interrogate their past and present or reassess their resources, prospects and potential for the future (Landry; Hyams, 2012, p. 5).

Esta subseção, contudo, não analisa sistemicamente a sustentabilidade na obra de Landry, mas sim um artigo sobre ética disponível em seu *site* (Landry, 2018) e no ICC *The Creative City*

Index: measuring the pulse of the city (Landry; Hyams, 2012) encontrado na literatura. Sobre os autores, pesquisa com o parâmetro “Jonathan Hyams” não encontra registros nem em plataformas científicas, como o Orcid, nem em busca ampla na internet. Sobre Charles Landry encontram-se um *site* autoral, publicações e domínio próprios, mas as informações sobre a formação do autor estão ocultas. Ademais, o acesso ao perfil de Landry no Orcid é privado.

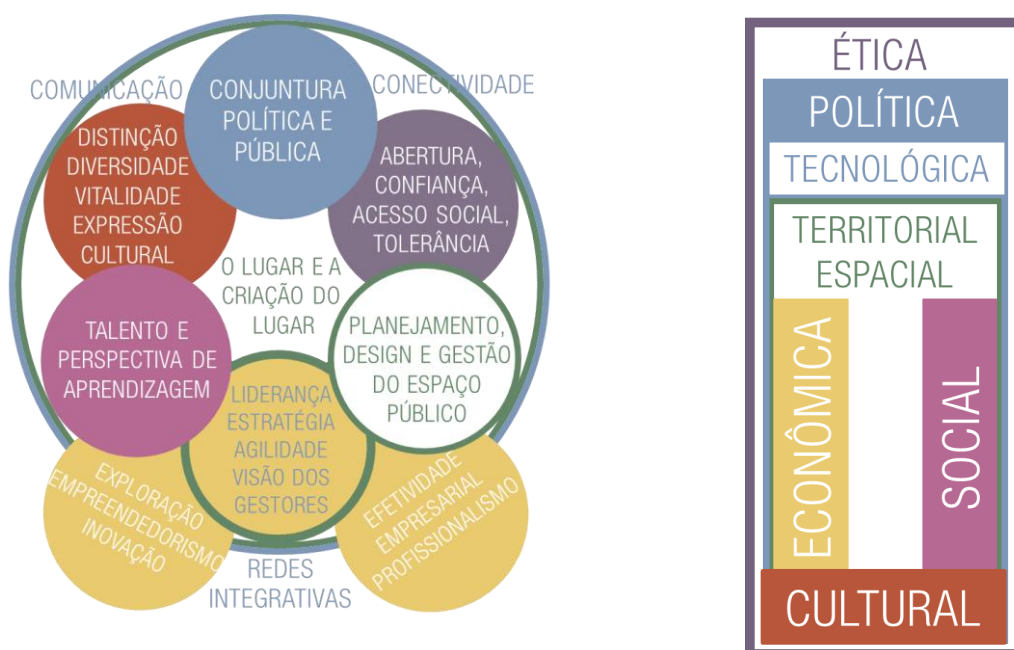
Os dez critérios holísticos de Landry e Hyams (2012) foram traduzidos por Junqueira e Anjos (2018) com base no turismo. Estes últimos acrescentam outros termos, disponíveis no conjunto de narrativas textuais: [2] “cultural”, [5] “dos gestores” e [8] “planejamento, design e gestão do espaço público (Junqueira; Anjos, 2018, p. 27)

[1] conjuntura política e pública; [2] distinção, diversidade, vitalidade e expressão cultural; [3] abertura, confiança, tolerância e acessibilidade social; [4] empreendedorismo, exploração e inovação; [5] liderança estratégica, agilidade e visão dos gestores; [6] talento e perspectiva de aprendizagem por parte da população; [7] comunicação, conectividade e redes integrativas; [8] o lugar e o *placemaking* (planejamento, design e gestão do espaço público); [9] habitabilidade e bem-estar coletivo; [10] profissionalismo e efetividade empresarial (Landry; Hyams, 2012, p. 8, tradução de Junqueira; Anjos (2018), p. 27, enumeração da autora).

Figura 15 — Os dez critérios holísticos de Landry e Hyams (2012) na arena da sustentabilidade

(A) Os dez critérios holísticos de Landry e Hyams (2012) para cidades criativas

(B) Dimensões da NAU no discurso



Fonte: elaboração da autora (2022) com base em Landry e Hyams (2012, p. 8) e em Junqueira e Anjos (2018).

[1] Political & public framework [2] Distinctiveness, diversity, vitality & expression [3] Openness, trust, accessibility & participation [4] Entrepreneurship, exploration

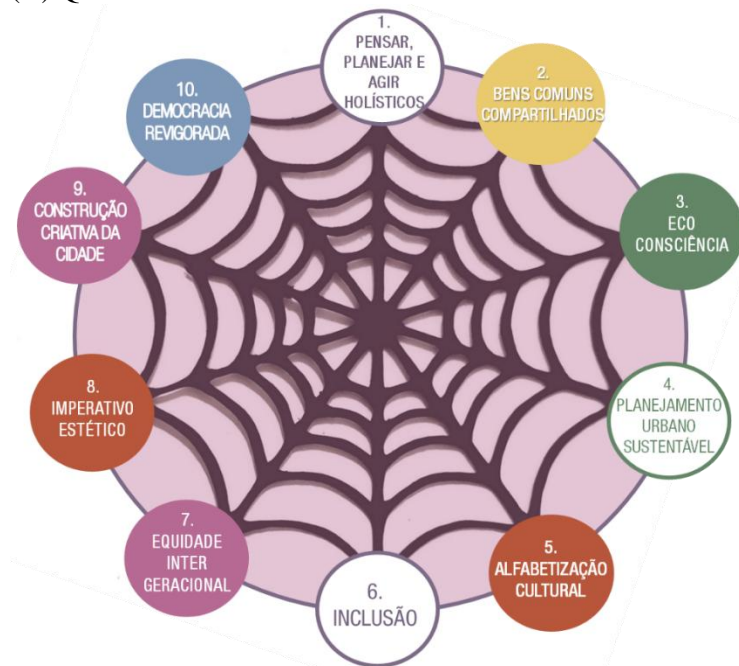
& innovation [5] Strategic leadership, agility & vision [6] Talent development & the learning landscape [7] Communication, connectivity, networking & media [8] The place & place-making [9] Liveability & well-being [10] Professionalism & effectiveness (Landry; Hyams, 2012, p. 8, enumeração da autora).

Independentemente de a preocupação com o planejamento e o lugar ser característica do urbanismo, os dez critérios holísticos de Landry e Hyams (2012) enfatizam mais as dimensões sociais e culturais a serviço da economia das cidades. Os autores defendem um desenvolvimento equilibrado (Landry; Hyams, 2012, p. 34, tradução da autora), argumentando que uma cultura empreendedora e um compromisso com uma cidade de mente aberta são essenciais, referindo-se à transversalidade de vozes na participação política e no empreendedorismo.

Landry (2018) refere-se a dez conceitos interligados que podem moldar conflitos, desafios e oportunidades para as cidades neste século, cada qual com relevância na forma como vivemos e tecemos os espaços urbanos (Figura 16, p. 85): 1) pensar, planejar e agir holísticos; 2) bens comuns compartilhados; 3) ecoconsciência; 4) planejamento urbano saudável; 5) alfabetização cultural; 6) inclusão; 7) equidade intergeracional; 8) imperativo estético; 9) construção criativa da cidade e 10) democracia revigorada (Landry, 2018, *online*, tradução da autora).

Figura 16 — Os dez critérios do quadro ético da cidade cívica (Landry, 2018) na arena da sustentabilidade

(A) Quadro ético da cidade cívica em dimensões da sustentabilidade



(B) Dimensões da NAU



Fonte: elaboração da autora (2023), tradução com base em Landry (2018, *online*).

Os autores também argumentam que mentes mais abertas são chave para promover maior coesão social e reduzir desigualdades na inter-relação, na comunicação e na mobilidade

entre grupos sociais nas cidades: um ingrediente essencial para o processo participativo. Por outro lado, se a cultura dominante for caracterizada por uma mentalidade fechada, haverá menor coesão e maiores desigualdades, impactando negativamente a vida econômica da cidade (Landry; Hyams, 2012, p. 34, tradução da autora).

Precursor da nova fronteira urbana criativa, Landry inaugurou esse debate com a promessa de ajudar cidades a tornarem-se mais resilientes, autossustentáveis e vivas, as quais deveriam identificar e aproveitar ao máximo seu potencial humano. Conforme o autor, seria a primeira tarefa para desencadear a inventividade urbana, seguida da abertura de espaços a novas vozes, conversas e pensamentos sobre o futuro (Landry, 2022, p. *Biography*). No entanto, seu recorte urbano a uma “cultura geral do empreendedorismo” para “fins sociais ou econômicos” (Landry, 2011, p. 14) vem de encontro ao senso comum sobre cidades autossustentáveis em matérias como zero resíduos, geração da própria energia, cultivo de alimentos próximos ao consumo, qualidade do ar e da água.

Para ser criativa, a infraestrutura *soft* da cidade precisa incluir: força de trabalho altamente capacitada e flexível; pensadores, criadores e implementadores dinâmicos, [...] ser capaz de dar vazão a personalidades diferentes; comunicação e redes fortes, internamente e com o mundo exterior, bem como uma cultura geral de empreendedorismo, seja com fins sociais ou econômicos (Landry, 2011, p. 14).

Mais tarde Landry trata de uma “dimensão oculta”, a “psicologia e a cidade” (Landry; Murray, 2017), que registra no debate da cidade criativa a dimensão espacial-psicológica da sustentabilidade de Sachs (2002). Ainda que essa dimensão mereça uma análise pormenorizada, nesta tese encontra-se sob os domínios da ética, entre fronteiras materiais e imateriais dos territórios, alguns critérios introduzidos no debate urbano por Landry (2018) (Figura 16, p. 85). A biografia e o conjunto da obra de Landry reforçam a multidimensionalidade do debate urbano criativo, a partir dessa matéria e de outras, como a digitalização da cidade, fazer boas cidades, burocracia criativa e um *ethical framework* para a cidade cívica (Figura 16) e critérios holísticos para cidades criativas (Figura 15, p. 84).

A visão de mão dupla de Florida é reiterada por Landry e Hyams (2012) – “*insider and outsider perspective*” (p. 5) —, respectivamente subjetiva a perspectiva interna e objetiva a externa (p. 34). Trata-se das mesmas perspectivas de efeito bumerangue do mantra “pensar global e agir local” da Agenda 21 sobre as dimensões políticas originais de Sachs (2002), nacional e internacional (Figura 3, p. 14), e a centralidade do adensamento urbano na arena da sustentabilidade.

Landry e Hyams (2012) elaboraram uma cartilha de qualidades para profissionais do futuro do urbanismo sob a perspectiva da participação, da cultura e da diversidade de usos e de usuários. Os autores concebem as cidades como “fenômenos” em que sistemas de indicadores

devem mensurar inovação, desempenho econômico, diversidade, qualidade de vida e economia criativa, entre outros, com base em cinco domínios interconectados da cidade (Figura 17, p. 88):

1) estrutura industrial, comercial e financeira — dimensão econômica;

2) comunidade de pessoas/sociedade — dimensão socioespacial;

3) ambiente projetado/artefato — dimensão espacial-territorial;

4) ambiente natural/ecossistema — dimensão ambiental; e

5) participação política na definição das regras — dimensão político-institucional, que envolve a governança ativa entre representantes políticos, acadêmicos, planejadores, arquitetos, empresários, gestores urbanos, polícias, ativistas sociais e cidadãos (Landry; Hyams, 2012, p. 34, tradução da autora).

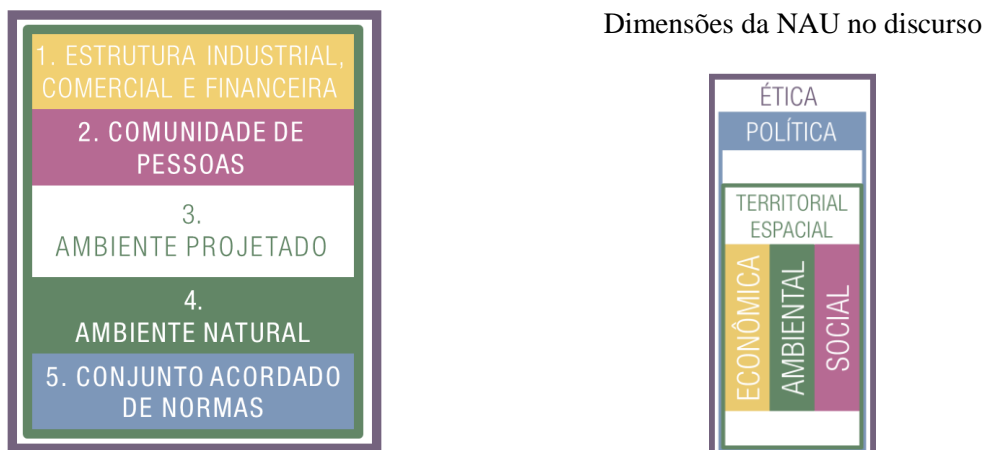
As ações são motivadas pelas características dos atores sociais e por perguntas-chave para captar indicativos de criatividade, principalmente metodologias e disciplinas do *design* como centrais nas expressões economia e cidade criativas, cujos domínios (Figura 17, p. 88) refletem essa percepção em diferentes escalas da vida urbana.

O diagrama da Figura 17 expressa prioridades e fronteiras simbólicas para um desenvolvimento equilibrado e comunitário entre os cinco domínios do ICC de Landry e Hyams (2012). A Figura 17 (A) e (B) representa a análise da autora no contexto das dimensões da NAU, cujo destaque é a ausência das dimensões tecnológica e cultural. Precisamente os autores tratam a cidade como uma entidade complexa e multifacetada, em que precisam ser vistas: 1) a estrutura industrial/comercial e financeira (economia); 2) a sociedade, como uma comunidade de pessoas; 3) o ambiente projetado, como um artefato; 4) o ambiente natural (ecossistema); e 5) as regras políticas (Landry; Hyams, 2012, p. 34, tradução da autora).

A city is a complex and multi-faceted entity. We can see it as [1] an industrial / commercial / financial structure (an economy); [2] a community of people (a society); [3] a designed environment (an artefact); [4] a natural environment (an ecosystem); and [5] all are governed by an agreed set of political rules (a polity). (Landry; Hyams, 2012, p. 34, numeração da autora).

Entre os cinco domínios da cidade criativa de Landry e Hyams (2012) (Figura 17), o termo “ambiente natural” não encontra respaldo entre os dez critérios holísticos (Figura 15, p. 84), que são os indicadores do índice; tampouco se expressa entre as 16 qualidades desejáveis para a expectativa de maior consciência com o ambiente ecológico, se não a ideia do lugar que precisa ser criado, a alma que vem das comunidades de *design* e de ações sociais voluntárias (Figura 18), como se a criatividade não precisasse de uma intenção. O isolamento do termo entre os demais está entre as principais inconsistências desse índice: a sucumbência do domínio ecológico/ambiental no planejamento e na gestão do espaço público para ambientes criativos quando analisadas as três referências do autor (Figura 18, p. 90).

Figura 17 – Os cinco domínios das cidades de Landry e Hyams (2012) na arena da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora (2024) com base em Landry e Hyams (2012, p. 34).

Sob as perspectivas interna e externa, os cinco domínios da cidade e os dez critérios holísticos, Landry e Hyams (2012) também listam 16 “precondições para a criatividade”, justamente comportamentos empreendedores, engajados e motivados para cidades “alertas, focadas no futuro e vivas” (p. 9), qualidades desejáveis que julgam necessárias para organizar o pensar criativo de indivíduos, instituições ou cidades com base na governança. Os termos selecionados pelos autores são voltados ao sucesso econômico, com base no conhecimento e na experiência, na satisfação com o trabalho — expresso no orgulho profissional — e no talento em *design*, apreciação sensorial e outras relacionadas à percepção do espaço (Figura 18, p. 90).

Assim, Landry e Hyams (2012) enumeram qualidades que devem ser perseguidas nos dez domínios: 1) motivação; 2) tenacidade; 3) conscientização; 4) clareza na comunicação; 5) mente aberta; 6) inspiração; 7) aspiração; 8) adaptabilidade; 9) abertura; 11) participação; 12) consciência de projeto; 13) apreciação sensorial; 14) orgulho profissional; 15) liderança e 16) visão de futuro (Landry; Hyams, 2012, p. 9, tradução da autora).

Within each of the 10 domains a strong showing is needed in the following qualities: [1] motivation, [2] tenacity, [3] awareness, [4] clarity of communication [5] broad thinking [6] inspiration, [7] aspiration, [8] adaptability, [9] dynamism, [10] openness, [11] participation, [12] design awareness, [13] sensory appreciation [14] professional pride [15] leadership and [16] vision (Landry; Hyams, 2012, p. 9, enumeração da autora).

Landry e Hyams (2012) listam, ainda, dez setores da cidade que devem ser avaliados sob perspectivas internas e externas, à luz dos dez critérios holísticos. Os setores mencionados pelos autores abordam funções tradicionais das cidades e expectativas sobre a vida cidadã, além de enfatizarem termos da economia criativa, como educação criativa e setores da cultura, do *design* e do turismo (Figura 18):

- 1) sistema de educação e formação – qualidade do ensino fundamental ao superior e índices de desenvolvimento profissional e de aprendizagem ao longo da vida;
- 2) indústrias e empresas – diferentes portes de empresas em setores do comércio e da indústria; iniciativas de *clusters*; e existência de organismos representativos, como Câmara de Comércio;
- 3) administração, organismos e instalações públicas — inclusive de cultura;
- 4) saúde e serviços sociais;
- 5) transporte e mobilidade;
- 6) profissionais das comunidades de *design* associados ao planejamento, ao *design* e à gestão do espaço público;
- 7) comunidade e setor voluntariado – sociedades e ações de grupos sociais locais;
- 8) cultura, artes e gastronomia;
- 9) lazer, esportes, indústria hoteleira e instituições de turismo; e
- 10) indústrias de mídia e comunicação (Landry; Hyams, 2012, p. 8-9, tradução da autora).

Na busca por causas e efeitos, ordenaram-se os três conjuntos de narrativas do ICC de Landry e Hyams (2012) na Figura 18, assim distribuídos: os cinco domínios das cidades estão na coluna 1, os dez critérios holísticos, na coluna 2, e os setores avaliados, na coluna 3. Nessa elaboração, cada conjunto de narrativas, que são independentes no discurso dos autores (colunas 1, 2 e 3), foi numerado conforme a ordem citada apresentada na obra, e as narrativas ordenadas e associadas nas colunas 2 e 3 por afinidade objetiva ou subjetiva, com base no texto do autor, aos termos da coluna 1 e entre as dimensões da NAU.

Reflexões sobre a sustentabilidade do ICC de Landry e Hyams (2012) são possíveis com base na qualificação visual das narrativas nas dimensões da NAU dos conjuntos de narrativas da Figura 18. O conceito desses autores sobre cidades criativas trata de inovações comportamentais, precisamente sobre a produção e o consumo da cidade, o que dialoga diretamente com as duas dimensões centrais do urbanismo na NAU: a político-jurídico-institucional e a territorial-espacial. Esses autores tratavam de formas de pensar o meio urbano com base nas culturas, na noção de pertencimento, na participação e na criatividade coletiva.

Figura 18 – Quadro de análise sistêmica do discurso do ICC de Landry e Hyams (2012) na arena da sustentabilidade

DOMÍNIOS DA CIDADE	CRITÉRIOS HOLÍSTICOS	SETORES AVALIADOS
1. Estrutura Industrial, Comercial e Financeira	4. Empreendedorismo, Exploração e Inovação 10. Profissionalismo e Efetividade Empresarial	2. Indústria e Empresas de todos os portes e representações patronais
2. Ambiente Projetado / Artefato	9. Habitabilidade e Bem-Estar Coletivo	5. Transporte e Mobilidade
3. Regras políticas aos governados	5. Liderança Estratégica, Agilidade e Visão dos Gestores 7. Comunicação, Conectividade e Redes Integrativas	9. Lazer, Esportes, Indústria Hoteleira e Instituições de Turismo 6. Profissionais nas Comunidades de Design
4. Ambiente Natural / Ecossistema	1. Conjuntura Política e Pública 8. O LUGAR E A CRIAÇÃO DO LUGAR (Planejamento, Design e Gestão do Espaço Público)	10. Indústrias de Mídia e Comunicação 3. Administração, Organismos e Instalações Públicas
5. Comunidade de Pessoas (sociedade)	6. Talento e Perspectiva de Aprendizagem por parte da População 3. Abertura, Confiança, Tolerância e Acesso Social 2. Distinção, Diversidade, Vitalidade e Expressão Cultural	1. Sistema de Educação e Formação em diferentes níveis ao longo da vida 4. Saúde e Serviços Sociais 7. Comunidade e Setor Voluntariado – ações de grupos sociais locais 8. Cultura, Artes e Gastronomia



Fonte: elaboração da autora (2024) com base em Landry e Hyams (2012).

a. O quadro ético da cidade cívica (Landry, 2018)

Landry (2018) aborda a dimensão ética em um artigo publicado em seu *site*¹⁹, focando no debate sobre cidades criativas. O autor propõe um “quadro ético” fundamentado em “valores cívicos”, virtudes da ciência e apoio de religiões ou outros sistemas de crenças que promovam uma “cidadania competente, confiante e engajada”. Essas posições humanistas seculares garantem que pessoas diferentes possam viver em relativa paz e acordo, sustentando uma nova urbanidade. Landry refere-se a padrões práticos e princípios que orientam comportamentos comuns e ajudam a resolver conflitos. O autor refere-se a valores espirituais, atitudes que precisam ser cultivadas e tornam algumas cidades mais habitáveis que outras (Landry, 2018, *online*, tradução da autora).

Secular does not mean emotionally barren. Indeed I treasure the heightened registers of being that spirituality evokes. It is an animating force may be just the thing that makes some cities more liveable in than others. Therefore, civic urbanity stakes a claim to playing a part in developing a new cosmopolis. The latter is not a defined project with a specific end result, but an attitude that we need to work on – continuously (Landry, 2018, *online*, p. 3).

O *framework* ético de Landry inaugura a discussão contemporânea sobre a cidade sob a dimensão política do espaço, apresentada em dez conceitos interligados (Figura 16, p. 85), que juntos enquadram a “ideia moderna de urbanidade cívica” — um discurso de caráter imperativo e conciliador sobre “remodelar” a cidade, o que requer mais *design* (Landry, 2018, *online*, tradução da autora) do que tecnologia.

Landry (2018) destaca a importância do engajamento, das responsabilidades e das intenções públicas a todos, o que “nem é padrão em cidadãos, profissionais urbanos ou políticos”. Ele impõe ao tempo, embora não o associe à dominação econômica, a degradação da urbanidade, certa relação entre o usuário e a cidade que teria ficado descompromissada, egocêntrica e distante da ideia coletiva (Landry, 2018, *online*, tradução da autora). O direito à cidade e o compromisso com a cidade traduzem a dimensão ética no discurso de Landry (2018), um desvio civilizatório que também foi percebido por Harvey.

Vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente. Uma considerável energia é gasta na promoção do seu significado para a construção de um mundo melhor. Mas, para a maioria, os conceitos em circulação não desafiam a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. Apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos de

¹⁹The ethical frame of the civic city, Charles Landry, de 22 de janeiro de 2018.

propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito (Harvey, 2012, p. 73).

Esses autores tratam de uma nova cultura, que dialoga com o imperativo ético no texto da Agenda 2030 — “Ninguém será deixado para trás” (Agenda 2030, ONU). No impasse entre interesses econômicos locais e práticas pouco éticas nas dimensões ambiental, cultural, social e espacial na ocupação das cidades é que as agendas da ONU para o século XXI se fazem mais importantes.

4.1.5 Os termos econômicos de Reis (2006-2012) para a cidade criativa

Para entendermos a criatividade no território urbano, é preciso antes de tudo salientar que a cidade é um ser vivo. Geograficamente localizado, fisicamente assentado em traçado viário, administrativamente autônomo, mas, acima de tudo, em constante mutação. Afinal, a cidade é formada por pessoas e suas relações físicas, sociais, culturais e econômicas (Reis, 2009a, p. 235).

Cainha (Reis), como prefere ser chamada, é brasileira e mulher nesta lista de pioneiros, com extensa produção e alto impacto na literatura de cidades criativas. A economista e doutora em urbanismo, como Florida, percebeu que a economia criativa era uma vertente de outras economias que emergiram no final do século XX. Essa foi a chave para fazer a associação dos termos da economia criativa às dimensões da sustentabilidade (Figura 7, p. 33), porque a autora elencou economias de intangíveis, um debate vivo nas ciências ambientais, que são tipicamente urbanas. Nesses primórdios, a noção de ecossistema urbano que ela definia não tratava de relações ambientais, mas do poder da cultura no *ethos* de cada lugar, do cultivo de valores — um propósito complementar da cultura no contexto da Nova Agenda Urbana (NAU).

Etimologicamente o conceito de cultura deriva do cultivo da terra. Transposto depois ao cultivo da mente, traz em si a ideia de que uma pessoa que se prepara, absorve conhecimento e dá as condições para a sua maturação colher bons frutos intelectuais — tornando-se uma pessoa “cult”. Em uma abordagem antropológica, cultura engloba os conhecimentos, crenças, línguas, artes, leis, valores, orais, costumes, atitudes e visões de mundo. Essa é a chamada *Cultura* com “c” maiúsculo, o amálgama e o diapasão da sociedade. Em um sentido estreito (*cultura* com “c” minúsculo), refere-se aos produtos, serviços e manifestações culturais, ou seja, que trazem em si uma expressão simbólica da *Cultura* em sentido amplo. É a essa cultura, que ao integrar a arena econômica adquire valor dual — simbólico e econômico —, que fazemos referência (Reis, 2006, p. 21).

Cainha entra no debate em 2006, e em 2011 associa-se a Urani para definir três elementos essenciais para que as cidades se tornem criativas, independentemente do histórico, da condição socioeconômica ou do tamanho da cidade: 1) inovações; 2) conexões intraurbanas; e 3) cultura. As inovações são vistas como o potencial econômico que surge da capacidade de solucionar problemas ou antecipar oportunidades, sendo o

termo central da ordem econômica criativa na visão dessa autora. Ela se refere às conexões intraurbanas como conexão física entre os territórios da cidade, reduzindo as fronteiras de acesso, e às práticas culturais como o amálgama de fluxos entre os espaços externos e domiciliares em face da popularização de tecnologias, mas não se conecta com os debates internacionais sobre sustentabilidade da segunda metade do século XX.

As práticas culturais [...] foram divididas entre domiciliares e externas (claramente mais dependentes de tempo e dinheiro). [...] o aumento das práticas culturais domiciliares é um fenômeno internacional, favorecido pela difusão dos aparelhos eletrônicos e computadores. Apoiam ainda essa tendência o fato de exigirem menos tempo e dinheiro (inclusive para locomoção) e por permitirem a simultaneidade de ações (ou seja, a prática domiciliar permite que se desenvolva outra atividade, em paralelo à cultural — o que também flexibiliza a restrição de tempo disponível). Seria interessante avaliar se adicionalmente conta a favor da prática domiciliar sua independência da companhia de outras pessoas, já que alguns levantamentos do exterior mencionam a falta de companhia como barreira para a maior participação cultural (Reis, 2006, p. 70).

Figura 19 – Os três elementos de Reis e Urani (2011) para toda cidade criativa na arena de dimensões da sustentabilidade

(A) Os três elementos da cidade criativa de Reis e Urani (2011)



(B) Dimensões da NAU



Fonte: elaboração da autora (2022) com base em Reis e Urani (2011, p. 33).

A aparente simplicidade do discurso oculta camadas que multiplicam as narrativas, chegando a uma dezena, similar ao pensamento complexo encontrado no conceito de Landry e Hyams (2012). A primeira expansão dessa trilogia é do elemento conexões intraurbanas, que ganha cinco sentidos na teoria de Reis e Urani (2011), abaixo associadas a dimensões da NAU:

a) conexão histórica, sobre a identidade da cidade, o olhar para o passado para projetar o futuro — dimensão cultural;

b) conexão geográfica, com temas como mobilidade e acessibilidade e a reconexão urbana com base em novos significados — dimensão territorial-espacial;

c) conexão entre setores públicos, privados e sociedade civil com base na governança, influenciando no planejamento e na construção de um sonho coletivo de cidade criativa — dimensão político-jurídico-institucional;

d) conexão de diversidades, referindo-se a pontos de vista, profissões, culturas e comportamentos diferentes que devem conviver no mesmo território — dimensão ética-social; e

e) conexão entre o local e o global, cenário de oportunidades pela globalização — dimensões econômica e de política internacional.

A segunda expansão é do elemento cultura, que se divide em quatro formas mais visíveis para cidades criativas:

[1] por seu conteúdo cultural *per se*, compreendendo produtos, serviços, patrimônio (material e imaterial) e manifestações de caráter único;

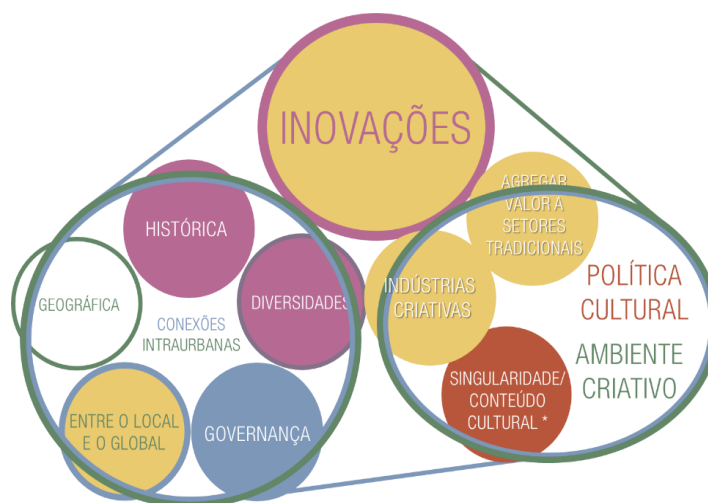
[2] pelas indústrias criativas, abrangendo cadeias culturais, da criação à produção, do consumo ao acesso, com impacto econômico na geração de emprego, renda e arrecadação tributária;

[3] ao agregar valor a setores tradicionais, dando-lhes diferenciação e unicidade, em um contexto mais amplo de economia criativa, a exemplo do impacto da moda sobre as indústrias têxtil e de confecções ou da arquitetura sobre a construção civil;

[4] ao formar um ambiente criativo, pela convivência de diversidades e manifestações, fonte de inspiração para olhares e ideias diferentes, em especial pelas artes (Reis; Urani, 2011, p. 33, numeração da autora).

Nesse detalhamento dos autores percebe-se a centralidade da economia da cultura, como patrimônio, produtos e serviços de cultura, indústrias criativas e ambientes criativos, que mais se aproximam do conceito de *cluster* criativo de Landry do que do *cluster* criativo de Bianchini. Os impactos econômicos são principalmente nas cadeias de setores culturais, e incrementais, a partir do *design*, em outros setores produtivos. A Figura 20 (p. 95) é uma representação do discurso expandido dos três elementos de Reis e Urani (2011), ilustrando que o discurso tem outros elementos associados.

Figura 20 – Expansão dos elementos da teoria de Reis e Urani (2011) – abril/2022



Fonte: Reis; Urani (2011, p. 33), qualificados como dimensões da sustentabilidade pela autora.

Todavia, é relevante a abrangência que o discurso ampliado de Reis e Urani (2011) alcança em dimensões, embora em narrativas ainda dispersas, mesmo diante do esforço dos autores em simplificar sob três elementos. Em especial, a autora evidencia a governança, precisamente a organização política e social para o melhor destino dos territórios urbanos. A força do discurso está em reconhecer os potenciais locais para o desenvolvimento da economia urbana, da cultura e da criatividade. O ordenamento da Figura 21 é uma interpretação da autora do conjunto do discurso em dimensões da sustentabilidade. Mesmo antes da NAU, as narrativas desses autores anunciavam novas economias e diversidades como ativos econômicos da cidade e o acesso à cidade e à participação em benefícios, o que se entende como princípios éticos. Ademais, a cultura enriquece o tecido social das cidades e desempenha papel transversal para a integração de políticas urbanas inclusivas e resilientes.

Figura 21 — Quadro sistêmico do discurso de Reis e Urani (2011) em dimensões da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora com base em Reis e Urani (2011).

À medida que se exploram as dimensões da NAU em conceitos seminais de cidades criativas, percebe-se o potencial regenerativo das cidades criativas, sobretudo nas teorias de Landry e Hyams (2012) pelo *design*, e nas de Reis e Urani (2011) pela economia da cultura. É importante citar que Reis (Cainha) prefere o termo classe artística à classe criativa, embora elenque os setores funcionais da economia criativa para o dinamismo econômico, que são os intensivos em *design*. Entretanto, o discurso não alcança adequadamente a intenção de cidades criativas serem sustentáveis, com certa desconexão entre o discurso e a prática da UCCN.

Na próxima subseção serão investigados a dimensão cultural na NAU e casos de cidades da UCCN com reconhecidas boas práticas na implementação de iniciativas sustentáveis pelo *design*, as quais são alheias aos planos de cidades criativas.

4.1.6 A dimensão cultural das cidades britânicas (2014)

Nesta subseção analisam-se as dimensões da sustentabilidade na obra *Future of cities: the cultural dimension*, de Andy Pratt (2014), o único estudo encontrado dedicado

a cenários futuros das cidades na dimensão cultural. Escolheu-se analisá-la como subseção da dimensão cultural da sustentabilidade devido ao esforço único do autor e porque sua obra é extensa o bastante para definir como teoria apenas esta publicação.

Segundo o autor, tradicionalmente a política cultural tem focado as artes plásticas e a conservação dos artefatos físicos do patrimônio. Desde o início do século XX, o tecido urbano tem sido marcado pelo *status* das arquiteturas de edifícios, muitos dos quais abrigam instituições encarregadas da tarefa da conservação de seu conjunto. No Reino Unido, na prática, essa dinâmica representou principalmente o patrocínio público das artes e a preservação do ambiente construído (Pratt, 2014).

*The traditional concern of **cultural policy** has been with the fine arts and the conservation of physical artefacts of heritage. **The urban fabric** is, and **has been since the start of the 20th century, marked by institutions charged with this task and the imposing landmark status of the buildings containing them. In practice this has represented the mainly public patronage of the arts: music and theatre, commissioning fine art work, and preserving, archiving and displaying artefacts** (Pratt, 2014, p. 6, grifo da autora).*

A obra *Future of cities: the cultural dimension* (2014)²⁰ foi publicada no âmbito do *Foresight Future of Cities Project*, do governo britânico, o único entre os 51 estudos patrocinados pelo projeto que trata especificamente da dimensão cultural. O projeto esteve a cargo do *Government Office for Sciences*, um grupo consultivo com o objetivo de oferecer suporte científico às políticas e às tomadas de decisão dos gestores. Embora o alerta (p. 4) de que não se trata de documento de política governamental ou organizacional, mas *Working paper*, são subsídios à formulação de políticas públicas de curto prazo para alcançar resultados desejáveis no longo prazo, cujo público-alvo são gestores nos governos central e locais (Pratt, 2014, p. 4).

O projeto *Future of Cities* patrocinou uma série de pesquisas em 19 cidades britânicas sobre como funcionam e como precisarão evoluir para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades das próximas décadas. A estratégia *Future of Cities Project* deixa explícita a motivação em associar o futuro do Reino Unido ao das cidades até 2065, uma força-tarefa que entre 2013 e 2016 reuniu especialistas para “análise, *design* e ação que irão moldar o futuro urbano” (REINO UNIDO, 2013, *online*, tradução da autora). Isso reforça, em especial, a ideia de cidades como ecossistemas econômicos,

²⁰Na pesquisa no site do *Foresight Future of Cities Project*, o título do *paper* é *Future of cities: the cultural dimension*, mas a expressão “*future of*” não está no corpo do documento disponível em PDF. Isso possivelmente porque o estudo não apenas projeta o futuro, como também explora a retrospectiva histórica de cinquenta anos.

precisamente onde esperam que haja o maior crescimento futuro no Reino Unido, seja em população seja econômico (REINO UNIDO, 2013, *online*).

Como objetivos específicos, o projeto *Future of Cities* buscou evidências, ferramentas e capacidades necessárias ao gestor, classificadas em seis temas principais: 1) morar em cidades; 2) economias urbanas; 3) metabolismo urbano (a cidade vista como ecossistema); 4) forma urbana; 5) infraestrutura urbana; e 6) governança urbana (Reino Unido, 2013, *online*, tradução da autora). Esses objetivos foram traduzidos e qualificados entre as dimensões da sustentabilidade urbana desta tese, representados na Figura 22. É claramente persistente a ideia do crescimento econômico baseado no trabalho e no consumo no contexto britânico.

O primeiro entre os temas principais, 1) morar em cidades, na Figura 22, é a dimensão territorial-espacial, precisamente o *locus* focal do projeto *Future of Cities*, a partir do entendimento primeiro de que nas cidades irá se concentrar o maior número de pessoas e de trocas econômicas. Estas são reforçadas em 2) economias urbanas, elenco de possibilidades a ser sistematizado no projeto com o objetivo de desenvolvimento econômico.

O 3) metabolismo urbano, na Figura 22, no projeto trata de como funciona a cidade, da sua cultura urbana e de suas dinâmicas. O 4) forma urbana é um tema precisamente endereçado à expansão das cidades e ao reconhecimento do desenho e do planejamento urbano para o futuro das cidades. Apesar de territorial, foi aqui classificado com a dimensão ambiental urbana, a que considera os três temas anteriores para a consolidação do espaço urbano.

O objetivo 5) infraestrutura urbana, apesar de ser claramente territorial, foi aqui classificado como a dimensão tecnológica no conjunto do discurso, precisamente porque se refere à infraestrutura urbana, como o saneamento, a mobilidade e as tecnologias digitais para a gestão das cidades. Este tema diz respeito principalmente à intenção do projeto de que cidades britânicas sejam cidades inteligentes no futuro, ainda que seja onde cabem inovações baseadas na natureza. Por fim, o tema 6) governança urbana, a dimensão política participativa que se vê na literatura pesquisada como um imperativo ao futuro urbano.

Figura 22 — Os seis objetivos de *Future of Cities* na arena da sustentabilidade (Reino Unido, 2013)

(A) Objetivos de futuro das cidades do Reino Unido



(B) Dimensões da NAU no discurso



Fonte: elaboração da autora com base em Reino Unido (2013), *online*.

A obra *Cities: the cultural dimension* (2014) é um dos documentos do projeto *Future of Cities*, que examinou “a relação mutante entre cultura e cidade” nos cinquenta anos entre os anos 1960 e 2010 no Reino Unido para projetar os cinquenta anos seguintes, uma investigação do passado, período de cem anos que dividiu em três tempos: 1) herança, 2) desindustrialização e 3) indústrias criativas. No documento, Pratt (2014) ressalta a mudança dramática no significado e na prática cultural entre o início do século XX e o período pós-guerra. Referiu-se ao movimento *City Beautiful*, que incorporava a cultura de grupos sociais locais ao ambiente, consagrando os espaços públicos e a construção da cidade. A pesquisa do autor revisita principalmente a cidade linda do ponto de vista da cultura com base no uso e na manutenção de espaços públicos urbanos, na necessidade de projetos para infraestrutura urbana, na governança local e nas relações da cidade com outras cidades e regiões (Pratt, 2014).

De acordo com Pratt (2014), até o início dos anos 1960 as cidades britânicas pesquisadas contavam com um legado cultural de edifícios do início do século XX, empreendimentos erguidos para celebrar a cultura, sem preocupação funcional ou mercantil. Alicerçadas na alta cultura, as instituições culturais de edifícios cívicos — como museus, galerias de arte, bibliotecas, teatros e salas de concerto — tinham o papel de educar e informar cidadãos sobre o patrimônio cultural. O autor afirma que a paisagem começa a mudar após a reorganização do varejo e a abertura de *shopping centers* fora da cidade, que implicam o uso

de carro. A nova localização do comércio reduziu a quantidade dos tradicionais *public houses* (PUBs), e a vida cultural do centro da cidade foi erodida (Pratt, 2014).

Pratt (2014) afirma que o período entre os anos 1960 e 2010 foi sem precedentes em transformação cultural e redesenvolvimento de espaços urbanos britânicos. Consoante o autor, foi nesse ínterim que valores culturais de uma elite social estreita dominaram e estabeleceram uma cultura restrita, alheia ao patrimônio cultural. Pratt não se refere apenas ao volume e à amplitude da cultura trazida por grupos sociais, com novos espaços que teriam mudado a relação com a cidade, mas aos novos papéis sociais de trabalhadores da cultura, reposicionados para o turismo a partir da articulação da classe criativa de Florida (2002) (Pratt, 2014).

O período de herança começa nos 1960, quando a popularização da TV colapsou a audiência em cinemas, seguida de uma reconfiguração urbana e econômica e de outros impactos culturais nos centros britânicos. Nas grandes cidades, a alta cultura também perde espaço a partir das culturas de músicas e danças populares locais e regionais, começando por Liverpool. Nos 1970, muitos cinemas fecharam e viraram salas de bingo, e a migração fez com que restaurantes étnicos abrissem em quantidade nas cidades, impactando a cultura alimentar, até então conservadora, pela prática de comer fora de casa. A localização, o equilíbrio das práticas materiais e imateriais, a produção e o consumo e o *mix* de atividades comerciais e não comerciais que possibilitaram o recente ingresso da cultura na pauta política e de desenvolvimento começaram a mudar entre 1960 e 1970. Pratt (2014) informa que é nesse período de herança que se muda a concepção sobre patrimônio material, passando-se a também considerar a arquitetura moderna e industrial (Pratt, 2014).

Corroborando Pratt (2014), Ribeiro (2006) trata da atualização de alguns elementos do campo político a partir do ativismo insurgente no período entre os anos 1960 e 1970, quando foram tecidos novos sentidos para os conflitos urbanos com base na nova composição social. Segundo a autora, como consequência da globalização econômica e do neoliberalismo se desdobram os nexos entre local e global (Ribeiro, 2006, p. 29).

Também eclode a ação fragmentada e imediata, em resistência ao artificialismo dos pactos sociais e expressando a carência de civilização. Esta carência não pode ser considerada exclusiva das sociedades periféricas; pois também surge em grandes cidades dos países centrais, como exemplificam os protestos da juventude, na França, ao final de 2005. Estes protestos explicitaram, em articulação com as desigualdades sociais, a existência de uma extraordinária lacuna nas trocas intersubjetivas, que são indispensáveis a qualquer experiência democrática (Ribeiro, 2006, p. 29).

Pratt (2014) localiza o período de desindustrialização entre o fim dos anos 1970 e dos anos 1980, prolongando-se nos anos 1990. Nesse hiato de tempo, instalações industriais rapidamente se esvaziaram e subitamente o desemprego aumentou, em particular nas regiões do norte do Reino Unido, onde a atividade industrial era maior. Londres foi uma exceção, apesar de ter passado a registrar altas taxas de desemprego e aumento no fluxo de migração de um contingente de desempregados, absorvido principalmente pelo mercado financeiro na capital.

Pratt (2014) trata das transformações aceleradas na paisagem urbana entre os anos 1990 e 2010, que representa um período de dinamismo na produção cultural e o despertar de interesse no potencial econômico da cultura tradicional britânica. A partir das plataformas digitais, música e televisão, no Reino Unido articula-se um novo marco na economia e no planejamento das cidades, que se expandiu nos termos econômicos das *creative industries*, precisamente por seu potencial de empregos e de ocupação turística. Ademais, Pratt reconhece contextos que anunciam papéis mais estratégicos e instrumentais ao planejamento urbano nos movimentos demográficos e de tecnologias da internacionalização por terem tornado possíveis manifestações e experiências culturais impensáveis até o século XX (Pratt, 2014).

Para Pratt (2014), o período das indústrias criativas começa quando a oferta cultural passa a alimentar um *city branding* para atrair visitantes a partir dos anos 1990. O autor afirma serem úteis para alavancar investimentos estrangeiros diretos por meio da internacionalização de atrativos urbanos. Atividades como o turismo e a hospitalidade introduzem o propósito do *marketing* identificado pelo autor no período, quando os marcadores de identidade da cidade começaram a ser construídos com base nos elementos das culturas e subculturas locais. Nesse contexto de reposicionamento econômico da cultura, Pratt (2014) identifica a introdução de novas formas de produção, consumo e fruição que alteraram as demandas de planejamento das cidades (Pratt, 2014). As demandas de planejamento identificadas por esse autor são extensivas a outros campos do urbanismo que precisam caminhar juntos com planejamento. Ademais das mudanças culturais identificadas por Pratt (2014) na última década do século XX, a noção de teletrabalho foi definitivamente introduzida na sociedade a partir da pandemia mundial da covid-19, com novas dinâmicas entre casa e trabalho que afetam o urbanismo.

Pratt (2014) defende o papel do Estado como mantenedor, em vez de projetista, dos espaços públicos como locais de manifestação social e cultural, em vez de esse tipo de atividade se dar em edifícios fechados. O autor argumenta principalmente sobre

mudanças culturais na ocupação urbana, sobre um urbanismo com melhor balanço físico entre cheios e vazios verdes e culturais na cidade, bem como mecanismos de controle que separem mais claramente o que são espaços privados e públicos.

De mais a mais, na obra *Cities: The cultural dimension* (Pratt, 2014), Pratt separa os campos de governança de cidades culturais e de cidades criativas com base em diferentes autores. Precisamente trata da dimensão política entre os dois conceitos, identificando características próprias de governança em cada um deles, como mostra o Quadro 10.

Quadro 10 – Comparativo entre os campos de governança das cidades culturais e das cidades criativas (Pratt, 2014)

CIDADE DA CULTURA	CIDADE CRIATIVA
1) Turismo e experiência.	1) Tomada de decisões criativas.
2) Preservação do patrimônio.	2) Mobilização da juventude, políticas culturais.
3) As artes.	3) Lugar de mercado (<i>place marketing</i>), atraindo investimentos.
4) “ <i>City beautiful</i> ” para o desenho e o planejamento da cidade da cultura.	4) Estratégia industrial, com duas propostas: a - bairros culturais; e b - política de indústrias culturais.
5) A cidade intercultural, cidade de múltiplas comunidades culturais.	5) ²¹ Mobilização da juventude, políticas culturais.

Fonte: Pratt (2014, p. 9), tradução da autora.

Com base no Quadro 10 qualificou-se cada um dos *brandings* em dimensões da sustentabilidade na Figura 23 (p. 103) (A) e (C), evidenciando que os campos de governança, voltados à ação política, são em maioria econômicos. Pelo desenho, em torno da cultura evidenciam-se as relações econômicas dominantes em políticas nesta pesquisa de Pratt (2014), respectivamente próprias a cidades criativas ou a cidades de cultura. As setas, nos dois casos – (A) e (C) –, indicam forças sociais representativas em cada caso, circunscritas às dimensões cultural, política ou econômica. As representações (A) e (C) evidenciam que os campos de narrativas políticas encontradas por Pratt (2014) em torno de cidades que pautam a cultura permanecem orientados ao desenvolvimento econômico.

As duas noções da governança de cidades, criativas ou culturais, dessa obra distinguem sobretudo entre a percepção do território da cidade como um todo nas cidades culturais e de parte dele nas cidades criativas. Na ideia de *city beautiful*, o autor reúne em torno do conceito políticas de preservação do patrimônio, o conjunto de comunidades

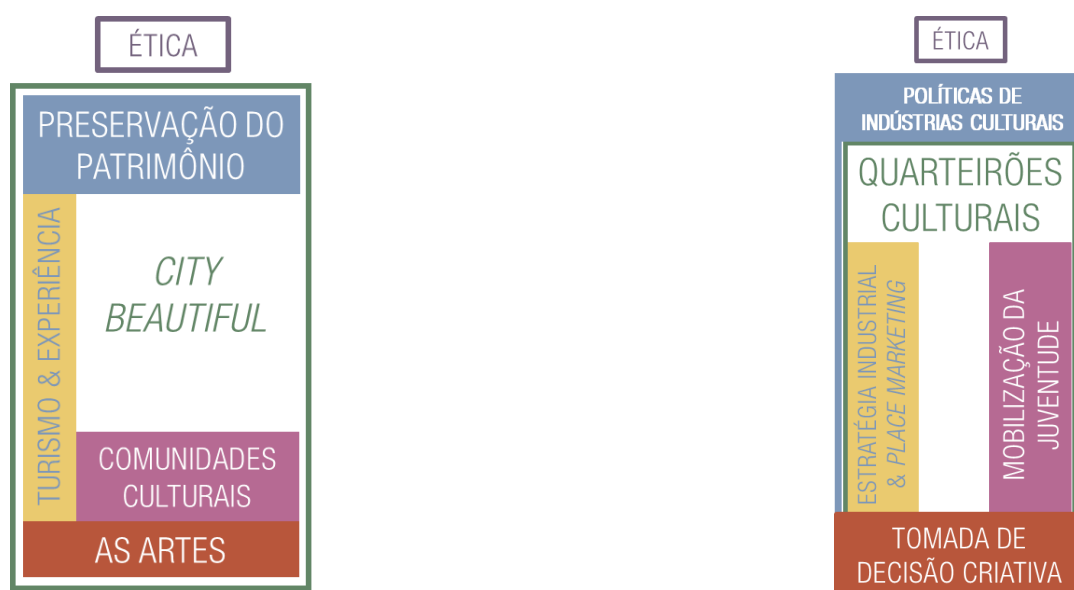
²¹A repetição do argumento do autor ao item 5), em cidades criativas, deu-se em face de a “mobilização da juventude” com formação superior e alta cultura ambiental ser uma qualificação explícita do capital humano esperado pelo Reino Unido (Pratt, 2014).

culturais e as artes para o turismo de experiência na concepção de um *place marketing* (Quadro 10, p. 102). Em cidades criativas, o autor dirige-se indiretamente a uma nova cultura na tomada de decisões, em um contexto menor de planejamento com base em políticas de *clusters*, como em Buenos Aires. Nos dois casos faltam referências às dimensões ambiental, tecnológica e ética, ainda que a segunda esteja presente entre os fragmentos de cidades para os mais abastados devido à facilidade concedida a esses usuários.

Figura 23 — Campos de governança das cidades culturais e das cidades criativas (Pratt, 2014) nas dimensões da sustentabilidade

(A) Governança em cidades de cultura

(B) Governança em cidades criativas



Fonte: elaborado pela autora com base no Quadro 9 (p. 98).

Ademais, Pratt (2014) trata de uma economia “*outside of these spaces*” (p. 6), que se divide em dois reinos: 1) fronteiras no espaço público, expressões culturais fortes que classifica como emergentes ou 2) atividades de lazer informais e cotidianas. Trata-se particularmente de atividades culturais comerciais fundamentais na cultura urbana, de um lado, e de negócios de varejo, como cinemas, restaurantes, cafés, bares e boates, que não alcançam nem os patrocínios públicos nem os comerciais, de outro. Além disso, entre cenas urbanas projetadas como desejáveis, também se refere às instalações desportivas e aos bons resultados de políticas para o esporte no Reino Unido, que têm formulações de domínio privado e comercial, em vez de cultural e público (Pratt, 2014).

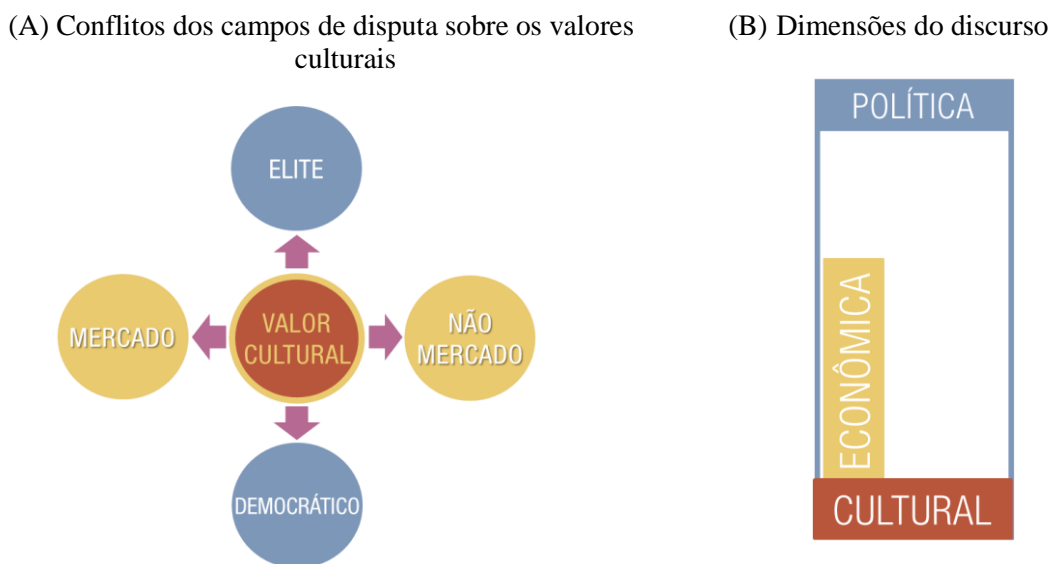
Segundo Pratt (2014), no cenário tradicional da política cultural britânica, o patrocínio das artes é predominantemente público e voltado para as artes plásticas e a conservação do patrimônio material. Em grande parte, o investimento vem das loterias,

com aportes em infraestrutura cultural e em atividades que oferecem boas condições de trabalho para atrair pessoas jovens, com alto capital intelectual e cultural e maior consciência ambiental (Pratt, 2014).

Para maior clareza dos leitores, Pratt (2014) desenha o conflito dual das influências sociais no período entre 1960 e 2010, que instauram fronteiras simbólicas, políticas e econômicas em torno dos patrimônios das cidades culturais e criativas como valores culturais do Reino Unido (Figura 24). O autor amplia a noção de cultura no meio urbano, que estava limitada ao patrimônio material e sua conservação, separada da dimensão econômica da cultura. Atualiza essa noção sobre valores culturais que refletem uma composição social mais diversa e democrática, dinâmicas culturais ao mesmo tempo econômicas e sociais no conjunto de novas ideias, grupos sociais e produtos e de transformação do que existe.

As forças sociais em torno da cultura são representadas pelo autor conforme representação da Figura 24 (p. 104), traduzida e qualificadas as narrativas em dimensões da sustentabilidade pela autora.

Figura 24 — Campos de valores culturais das cidades da cultura e das cidades criativas nas dimensões da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora com base na Figura 33, p. 182 (Pratt, 2014, p. 9).

The notion became limited to heritage, its material forms, and its conservation; the cultural realm was separate from the economic. Today culture is all of this and more: it is about new ideas, social groups and products, as well as the transformation of existing ones; it is at once economic and social, as well as cultural. Cultural values generally reflect a more diverse and democratic social composition (Pratt, 2014, p. 5).

De acordo com Pratt (2014), a dimensão econômica e as expressões culturais, no eixo horizontal, e a política e o social, no eixo vertical do diagrama da Figura 24 (A), representam os conflitos que pressionam os valores culturais. Precisamente os dois eixos representam os dilemas da sobrevivência econômica do artista – mercado e não mercado – e de público-alvo da produção cultural – elite, considerando o gosto da classe dominante, ou democrático, considerando a cultura popular.

A Figura 25 (p. 106) representa as narrativas dos *five drives* qualificadas em dimensões da sustentabilidade — à esquerda, em cima —, transparece o tripé econômico que sustenta o discurso: 1) população economicamente ativa (“*demographics*” – social econômica); 2) expansão de mercados conquistados em outros territórios (“*internationalization*” — territorial econômica) e 3) políticas de alocação de recursos (política econômica alocativa). As referências escolhidas por Pratt (2014) no estudo retrospectivo, bem como suas projeções registradas para o futuro, não elencam questões de educação ou ambientais nem escondem o tradicional viés econômico dominante do discurso britânico. O que faz, principalmente, é esclarecer que a cultura passa a ser a última articulação para o desenvolvimento urbano, instrumental ao turismo e à especulação imobiliária.

A questão-chave no estudo do autor é sua leitura contemporânea da dimensão cultural urbana, um discurso inovador sob a mesma ideia dominante do capital, que tudo submete à economia. *The five drives of cultural change* (Figura 25) representam cinco mudanças no campo cultural encontradas por Pratt (2014) na retrospectiva de cinquenta anos, as que interagiram com as reviravoltas e influenciam novas perspectivas econômicas e de desenvolvimento urbano no campo cultural (Pratt, 2014). Note-se que três entre os cinco *drives*, na Figura 25, são econômicos, dimensão que também se associa a outras mudanças indiretamente. A partir da sequência de qualificações das narrativas encontra-se um tripé econômico-social-político que sustenta o conjunto de cinco narrativas econômicas no entorno da cultura.

Conforme observa-se nas Figura 24 e Figura 25 (p. 106), as narrativas têm pouca empatia com a dimensão ambiental, em que a natureza e as outras espécies são esquecidas nessas cidades, ou a formação do capital humano desejável no discurso, senão a altos custos nos centros britânicos. A dominância da pauta econômica é evidente, em nuances próprias para atrair diferentes públicos com maior potencial de renda a ser gasto no Reino Unido (Pratt, 2014, p. 6-8).

Figura 25 – As cinco direções para mudanças culturais (Pratt, 2014)

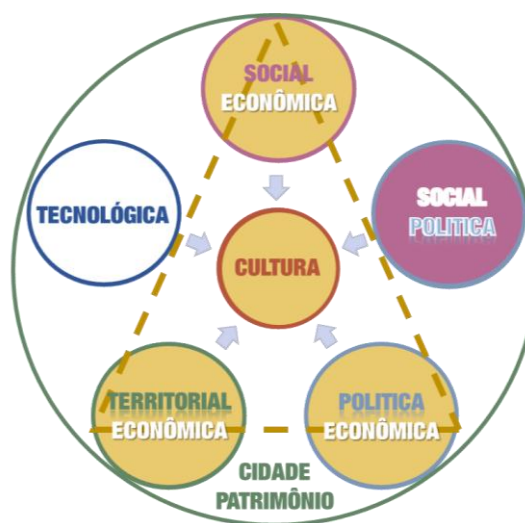
(A) Cinco diretrizes para a mudança cultural em dimensões da sustentabilidade



(B) Dimensões da agenda da sustentabilidade encontradas no discurso



(C) Dimensão econômica dominante no discurso



Fonte: elaboração da autora com base na Figura 34, p. 183 (Pratt, 2014, p. 20).

Considerando as reflexões do passado, Pratt (2014) apresenta seis cenários possíveis embasados nas formulações políticas e nos conceitos de espaços, o que chamou de “fragmentos de cidades culturais” (p. 28, tradução da autora). Trata-se de cenas para garantir ativos os valores do patrimônio material da cultura da Europa central, as quais reverberam nos países colonizados, e atrair capital humano qualificado, os ativos do conhecimento, da cultura e da economia criativa. Os seis fragmentos de cidades culturais de futuro prospectados por Pratt (2014) circundam a manutenção da hegemonia econômica britânica, tratados em mais detalhes a seguir.

1) A *tourist-experience city* (cidade do turismo de experiência) é identificada pelo autor como um fragmento da Sociedade do Espetáculo, de Debord (1967), tanto física quanto virtualmente expandida por recursos digitais de alto alcance, e práticas curatoriais museológicas. O objetivo é disseminar as experiências físicas do ambiente e da história da cidade, cuja seleção se dá pela singularidade da cidade linda e pelo conhecimento associado a cada localidade (Pratt, 2014).

2) A *homeland city* (cidade natal) é inspirada no novo urbanismo norte-americano, que oferecerá segurança e conteúdo do passado para pessoas com mais de 50 anos. É inspirada na tendência de aumento dessa população nas pesquisas demográficas, precisamente voltada a aposentados de alta renda, com os serviços de transporte e de saúde sendo gratuitos e regulares. O cenário de cultura criado pelo autor é espetacular para a cidade, com espaços reservados para atividades e treinamentos para lazer, como golfe e campos de bola. Jovens trabalhadores serviriam na cidade, mas viveriam fora dela, na *edge city*, sem as mesmas facilidades (Pratt, 2014).

3) O cenário da *campus city* (cidade universidade) é inspirado nas cidades científicas, nos *hubs* tecnológicos de Castells e Hall (1993) e nas *smart cities*, um ambiente de aprendizagem total, pesquisa e desenvolvimento de *campus* seguro e ajardinado. Nesta cidade, universidades, empresas de alta tecnologia e autoridades locais articuladas ocupar-se-ão de incubadoras econômicas, culturais e científicas. Apesar do nome, as universidades terão papel instrumental para as demandas corporativas nestas cidades, pois o objetivo é atrair empresas de alta tecnologia, como Google e Apple, e a classe criativa no conceito do conhecimento de Florida (2002). Em vez de entretenimento, os recursos culturais serão estímulos para as produções científicas, as relações sociais serão construídas em torno de iniciativas criativas e a seleção de trabalhadores para apoiá-las, dar-se-á pelo quociente de inteligência (QI) do candidato. A vida será gerida por aplicativos e moedas digitais, e a quantidade de alunos, regulada pelo planejamento urbano (Pratt, 2014).

4) Outro fragmento de cidade de Pratt (2014) é a *business lounge city* (cidade salão de negócios), inspirada na *dual city* (Mollenkopf; Castells, 1991), na *polarised city* (Sassen, 2001) e na *transnational capitalist class* (Sklair, 2001). O planejamento urbano proposto pelo autor é de ambientes lineares, condomínios fechados e *business lounge*, onde os grupos poderão editar suas interações com o mundo com exclusividade. O ambiente será forjado para a *high-end travellers* e moradores *rich enough*, aqueles que têm todos os direitos garantidos e acesso ao melhor da tecnologia, inclusive na cobrança de despesas. Serão oferecidos serviços de experiências, como *personal shoppers* e *a peripatetic force of*

education professionals to update, com portfólios de atividades profissionais adequadas às corporações da cidade. A oferta única de culturas permitirá degustação nos melhores equipamentos culturais e desportivos, símbolos de *status* de um padrão estético corporativo e de lazer que será cultivado para atender uma classe heterogênea de emergentes econômicos. Uma elite de moradores empoderados economicamente sustentará a alta cultura artística e de *design* e os melhores espetáculos e torneios desportivos. Quarteirões de bares e restaurantes oferecerão privacidade e ofertas exclusivas ao gosto desse público. Esses locais, e mais ainda os escritórios, tornar-se-ão repositórios de grande parte da arte mundial na medida em que decoram as instalações institucionais: a alta cultura como representação simbólica de confiança e solidez econômica (Pratt, 2014, p. 30).

Uma vez mais se faz a descrição de cidade cultural, com ambientes de espetáculos, gastronômicos, esportivos e tecnológicos forjados para uma elite econômica e excludente aos trabalhadores que a servem, elite esta pronta para receber o capital humano formado em *campus cities*. Trata-se de fragmentos de cidades protegidas de indesejados *outsiders* não residentes, dentre os quais os trabalhadores, por seus altos custos. Articula-se, assim, uma cidade ao mesmo tempo econômica e alinhada a políticas financeiras internacionais, um ambiente de escritórios com certa aspiração a centro de inteligência financeira mundial, apartada de outras classes econômicas.

Territórios onde fronteiras econômicas, sociais e políticas se reforçam mutuamente, onde instalações de infraestrutura serão fornecidas e apoiadas pelas cidades de negócios, na esperança e expectativa de que retenham tomadores de decisão corporativa e o investimento associado. Donos de grandes empresas competirão entre si para demonstrar seus valores culturais de elite (Pratt, 2014, p. 30).

5) A *omnivore city* (cidade onívora) é o fragmento de cidade para domicílio das classes médias-altas e instruídas, mas não de corporações, uma perspectiva baseada em Landry (2013). Seu posicionamento é uma contraposição à polarização social e cultural do conhecimento e ao foco no consumo das outras cidades. Projeta-se como um local onde influenciadores enfatizam a democracia e o envolvimento na tomada de decisões, e onde soluções criativas resolvem os problemas urbanos em benefício do interculturalismo (Pratt, 2014).

O *ethos* da *omnivore city* não terá normas culturais ou estará alinhado às necessidades de culturas corporativas a fim de encorajar miscelâneas de ideias e práticas em termos organizacionais e urbanos. Seriam cidades abertas à inovação, locais para acomodar culturas cosmopolitas em mutação e adaptadas à cultura mundial baseada na mobilidade de pessoas e ideias. O cidadão ideal dessa cidade é o onívoro cultural, que

contará com um ambiente de conhecimento, ecossistema dinâmico em cultura interativa para consumidores e produtores, arranjos em rede de alta densidade e *network*. Os espaços de *coworking* e edifícios de múltiplas ocupações serão a norma, ambientes de interação por redes laterais e multinodais de estúdios/trabalhadores domésticos, que crescerão nos antigos subúrbios (Pratt, 2014).

6) A *edge city* (cidade limite) representa a forma urbana mais populosa e menos culta, onde viverão os trabalhadores que servirão na maioria das outras cidades, a presença onipresente e periférica a todas as outras cidades. Provavelmente o único lugar que os produtores culturais, formal ou informalmente, poderão utilizar, em face dos custos, como local de produção e moradia. Estes serão os motivos geradores da expectativa de emergir ali uma nova cultura de atividades, ao vivo e *off-line*, onde haverá espaços para artistas e trabalhadores culturais e meios para que possam tirar seu sustento por meio de sua arte fora do âmbito corporativo. Deverá abrigar comunidades culturais nômades, análogas ao *touring*, onde produtores culturais irão estabelecer festivais/cidades temporárias e transitar entre zonas de fronteiras em busca de autonomia e liberdade criativa (Pratt, 2014).

A noção de *edge city* não é de uma expansão urbana ou de um urbanismo contínuo polinucleado e não focal, com um pequeno governo, mas cidades-dormitório funcionais, com ligações de transporte patrocinadas por interesses urbanos corporativos. As compras serão *online*, eliminando a necessidade de lojas, mas custará caro para as empresas o serviço de entregas. Em termos culturais, combina-se a polarização econômica e social com menor capacidade de consumo, o que resultaria num deserto cultural em muitos aspectos. As baixas remuneração e base tributária resultarão em poucos serviços públicos, que seriam dispendiosos ao serem oferecidos de forma tão dispersa, haja vista o improvável suporte à tributação excedente para sustentar equipamentos culturais. Assim, o autor vislumbra que deverão surgir espaços/centros de cultura informais, locais onde as pessoas irão auto-organizar seu próprio entretenimento (Pratt, 2014, p. 32).

Nessa obra, Pratt associa classe criativa aos capitais humanos desejáveis à economia da cidade, precisamente pessoas com alto potencial de gerar e girar riqueza: públicos-alvo definidos por sua renda como residentes ou trabalhadores em cada um dos fragmentos de cidades. Desse modo, o autor projeta atrair investimentos diretos para as cidades britânicas na forma de pessoas graduadas em outros países e mais conscientes ambientalmente, prontas, portanto, para a produção na economia britânica do século XXI; e a população 50+, identificadas como aquelas pessoas próximas a robustas aposentadorias em seus países de origem – condição para uma vida digna no Reino Unido

para as populações da América Latina, por exemplo. Nesse contexto, os artistas e suas obras são bens de consumo e serviços voltados para públicos internacionais com poder aquisitivo suficiente para pagar pelo *glamour* britânico²².

Na obra em tela (Pratt, 2014), o autor enfatiza o consumo de indústrias criativas que privilegiam novas formas de cultura, em lugar da promoção comercial tradicional. Uma mudança cultural que diz respeito tanto a infraestrutura física da cidade, que precisa adequar-se, como a necessidade de uma governança e da relação com outras cidades e regiões. Assim, a obra apresenta distinções na dimensão cultural que são dignas de nota:

- a) os fragmentos de cidades tampouco inovam em nada acerca da ética entre seus iguais, reforçadas as diferenças de acesso a moradia e serviços urbanos ao nível de renda, quesito ao público separado em classes cada um deles.
- b) as quatro modalidades nas quais cidade e cultura interagem: patrimônio, indústrias culturais e criativas, regeneração e economia da experiência;
- c) as cinco direções de mudança econômica do passado determinantes no futuro: educação e renda, migração, tecnologia, governança e desindustrialização; e
- d) os seis cenários futuros para as cidades, que surpreendem por sua racionalização de público e pouco caso com questões naturais, senão pelos consumidores mais conscientes. Os cenários deixam clara a intenção de manutenção da relação centro-periferia a partir de fronteiras de acesso econômico, com exaltação das desigualdades socioeconômicas persistentes;
- e) essa obra de Pratt é a única entre as aqui analisadas que inclui a cultura do esporte na dimensão cultural da cidade, precisamente nos fragmentos de cidades direcionados aos públicos mais abastados.

Em síntese, esta subseção investiga a dimensão cultural da cidade a partir da obra de Andy Pratt para o governo britânico (Pratt, 2014), que busca conexões entre cultura, economia e urbanismo na transformação das práticas culturais nas cidades britânicas ao longo dos séculos XX e XXI. Os temas centrais incluem a evolução do patrimônio cultural como um recurso econômico e o incentivo a indústrias criativas, o que reúne fatores produtivos que se somam ao trabalho em outra dinâmica produtiva urbana. O autor

²²A noção de supremacia cultural do Reino Unido e da União Europeia sobre a cultura de países colonizados, especialmente, expressão que se encontra literalmente em diferentes textos oficiais nessas duas instâncias.

questiona a necessidade de um planejamento urbano que valoriza a cultura, mas que não necessariamente promova a inclusão social ou a resiliência ambiental. Embora as mudanças climáticas fossem pauta intensa na virada do milênio, a matéria ainda não estava nas projeções da cultura em cidades do futuro.

As economias de intangíveis, que têm alto giro de capital e emprego de pessoas, tornam-se possíveis a partir da tecnologia e da globalização, sendo matéria viva no debate do desenvolvimento sustentável. Os fragmentos de cidades do futuro de Pratt (2014) tratam da conexão entre ecossistemas urbanos com diferentes *status* sociais, culturais e tecnológicos. Essas visões do autor são voltadas a determinados públicos, precisamente os mais abastados ou que possam girar a economia britânica, contextos urbanos dissociados da cidade periférica onde vive a classe dos invisíveis. Os prestadores de serviços que continuarão necessários na manutenção e na animação desses espaços permanecem alheios às políticas de bem-estar social, na *edge city*.

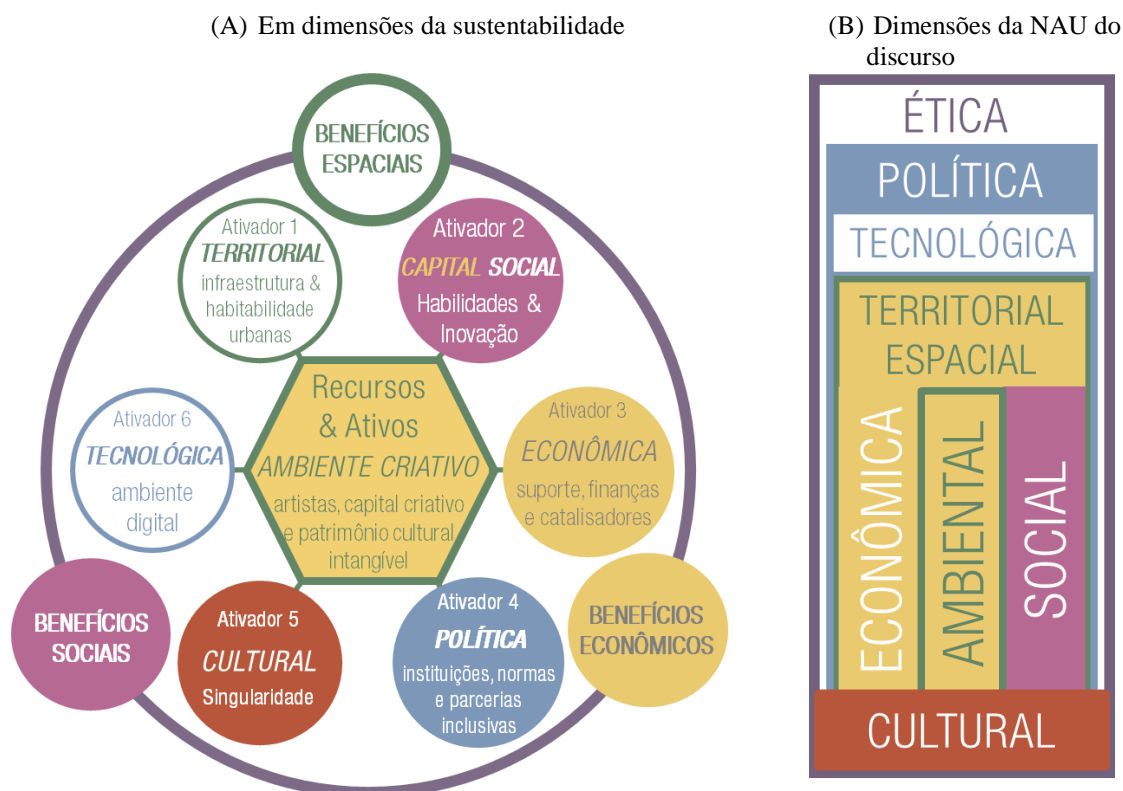
4.1.7 Ativadores, recursos ativos e benefícios de cidades culturais e criativas segundo a Unesco e o Banco Mundial (2021)

Nesta subseção foram investigadas as dimensões da Nova Agenda Urbana (NAU) no conjunto de narrativas do diagrama da obra *Cities, culture, creativity: leveraging culture and creativity for sustainable urban development and inclusive growth* (2021), Unesco e Banco Mundial. Entre os discursos avaliados neste capítulo, especialmente neste, da Unesco, espera-se que estejam incorporadas as dimensões da sustentabilidade como reflexo da NAU e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A Rede de Cidades Criativas da Unesco (UCCN) é a rede de cidades da ONU que se dedica a disseminar o *branding* criativo, declarando-se comprometida com o desenvolvimento urbano sustentável. Este termo tornou-se vago ante seu emprego exagerado. Ainda, é imperativo às agências a serviço das Nações Unidas pautarem-se pelos 17 ODS da Agenda 2030 e da NAU em sua missão institucional.

O *Framework Cities, Culture & Creativity* (CCC) (Figura 26, p. 112) é uma síntese da análise da obra, narrativas inter-relacionadas com o objetivo de orientar cidades em uma estratégia própria à cidade cultural e criativa. O elo de benefícios que delimita o conceito diz respeito ao *triple-bottom-line* – econômico, social e ambiental. Apesar da expectativa de benefícios ambientais, o ambiente criativo refere-se à social economia do trabalho, identificada nos índices e nas teorias de cidades criativas analisadas nas seções anteriores deste capítulo, principalmente a dimensão econômica dominante, que se reinventa a partir da cultura.

Figura 26 — Estrutura de recursos, ativadores e resultados esperados em cidades culturais e em cidades criativas (2021) nas dimensões da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora com base na Figura 32 (p. 181), tradução da autora.

La cultura también [...] dota a las personas de capacidades para apropiarse de sus propios procesos de desarrollo. Cuando un enfoque centrado en las personas y en los lugares se integra en los programas de desarrollo y las iniciativas de consolidación de paz [...] tienen el contexto cultural en cuenta, incluyendo valores diversos, condiciones, recursos, capacidades y limitaciones locales, puede darse un cambio duradero y transformativo (ONU UNCTAD, 2013, p. 9).

O ambiente criativo está no centro do diagrama da Figura 26, associado ao meio ambiente urbano desejável ao florescimento da EC na cidade, uma dimensão ambiental principalmente econômica. Como resultados do conjunto de ativadores, são esperados benefícios ambientais, sociais e econômicos, o *triple-bottom-line* do desenvolvimento sustentável claramente expresso na estratégia da ONU. Ligando esses benefícios, a dimensão ética, representada pelo círculo que os une, que no caso pressupõe o pensamento sistêmico e integrado em todas as frentes.

O ativador 1 (“*Enabler 1*”) do *Framework Cities, Culture & Creativity* (CCC) foi qualificado na dimensão territorial-espacial (Figura 26) porque se refere ao ambiente espacial e físico – infraestrutura e habitabilidade. Os argumentos são de que os criativos precisam de espaços para trabalho acessíveis, muitas vezes adaptáveis, que ofereçam proximidade a um ecossistema criativo mais amplo e às suas casas. Esses atores sociais

muitas vezes lideram ou contribuem para a regeneração urbana em bairros, utilizando espaços abandonados ou subutilizados. Também buscam ambientes que ofereçam boa qualidade de vida, incluindo infraestrutura básica, serviços e comodidades (Unesco; The World Bank, 2021, p. 16, tradução da autora). Este ativador remete a *clusters* criativos, ambientes de moradia e trabalho, qualificados na dimensão territorial-espacial da economia criativa, e aos movimentos de regeneração urbana observados nas cidades desde os primeiros movimentos de ocupação da classe artística a partir de Landry (2013).

O ativador 2 é o capital humano: habilidades e inovação de artistas e outros profissionais que trabalham em ecossistemas criativos, os quais precisam de oportunidades formais e informais para crescer e evoluir em seus ofícios. Qualifica-se, assim, essa narrativa na dimensão social da sustentabilidade (Figura 26), relacionada à uma combinação de formação cultural e educação criativa que emana da transmissão do patrimônio cultural imaterial (Unesco; The World Bank, 2021, p. 16, tradução da autora).

O ativador 3 — redes e infraestrutura de suporte: redes sociais, catalisadores, apoio e finanças — refere-se aos potenciais efeitos das redes, dentro e entre os setores culturais e criativos, em cidades sob esse *branding*. Ele está qualificado como dimensão econômica da sustentabilidade (Figura 26), com a auspiciosa ampliação da visão nesta dimensão, considerando aportes materiais (apoio e finanças) e simbólicos (redes e catalisadores). As redes melhoram as relações entre criativos e participantes desses setores, além de contribuírem para a inovação e o crescimento da economia intangível. Os catalisadores são aqueles que fazem conexões entre criativos e outros parceiros, facilitando o acesso a informações e serviços públicos, pois é comum os criativos buscarem inspiração uns nos outros e pularem de uma ocupação criativa para outra. Esse movimento estimula o crescimento e o desenvolvimento de setores culturais e criativos, não obstante serviços para o desenvolvimento de negócios e acesso a financiamentos adaptados aos riscos associados ao seu trabalho serem demandas recorrentes (Unesco; The World Bank, 2021, p. 16, tradução da autora).

O ativador 4 — ambiente institucional e regulatório: instituições inclusivas, regulamentos e parcerias — refere-se à necessidade de instituições e regulamentos propícios à salvaguarda das práticas e da capacidade de criativos (incluindo artistas e profissionais da cultura) em viver e produzir nessas cidades. Os tipos de intervenções necessárias a um ambiente propício aos setores culturais e criativos normalmente exigem parcerias entre uma gama de atores públicos e privados. A capacidade de articulação, a governança e as decisões políticas, qualificadas na dimensão político-jurídico-institucional

da sustentabilidade, estão presentes principalmente nos demais ativadores (Unesco; The World Bank, 2021, p. 16, tradução da autora).

O ativador 5 — singularidade — trata da combinação de recursos culturais e únicos relacionados a uma cidade, os quais permitem gerar valor e atrair e cultivar talentos criativos (Unesco; The World Bank, 2021, p. 16, tradução da autora). É um ativador associado à dimensão cultural da sustentabilidade em uma estratégia do *branding* de origem geográfica para o turismo. A aura de exclusividade/singularidade do lugar é componente-chave desse valor simbólico da cidade criativa, determinante para o *city marketing*. Em documentos da ONU, o setor turístico está associado à sustentabilidade, inclusive nas informações da Rede de Cidades Criativas (ONU; Unesco, 2013; ONU Unesco WTC, 2022). Nas cidades, em redes agenciadas pela ONU, prevalece o patrocínio de certa estética urbana criativa, onde o grafite e a arte de rua são atores de transformação urbana — um cenário impensável de paisagens higienizadas de inovação a partir da contracultura que entram no gosto da classe de maior poder aquisitivo.

Por fim, o ativador 6 — ambiente digital — trata da digitalização, que contribui para o desenvolvimento de métodos e ferramentas que possam aumentar a eficiência de toda a cadeia de valor de alguns setores culturais e criativos (Unesco; The World Bank, 2021, p. 16, tradução da autora). Este ativador é a dimensão tecnológica da sustentabilidade

A análise dos ativadores, dos recursos e dos benefícios das cidades culturais e criativas, conforme discutido pela Unesco e pelo Banco Mundial (2021), revela a importância da cultura como um ativo. Os principais achados destacam que a integração da cultura nas políticas urbanas não apenas promove a revitalização de áreas, como enfatiza a participação social e a cidadania, alinhando-se aos postulados da NAU.

Na América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem sido um ator fundamental na formulação de políticas culturais orientadas à economia criativa, inclusive em parceria com a própria Unesco. Seu relatório “Economía Naranja” (2013) propõe que a criatividade seja tratada como recurso renovável estratégico para a inclusão social e o crescimento econômico sustentável.

A seção 4.2 pesquisa a dimensão cultural na NAU, revelando que as culturas são o insumo para a transformação urbana, mas também trata de uma nova cultura de produção e consumo das cidades por meio da arquitetura, do urbanismo e do planejamento participativo.

4.2 A DIMENSÃO CULTURAL NA NOVA AGENDA URBANA

A cultura ingressa oficialmente como dimensão da sustentabilidade por iniciativa de governos subnacionais, marcada pela “Agenda 21 da Cultura: um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural”, firmada em Barcelona (2004). Outras publicações a sucederam, reforçando a cultura nas agendas comuns de sustentabilidade em municípios (United Cities and Local Governments, 2004, 2011, 2018). Hosagrahar (2017) indica que a Declaração de Hangzhou (2013) foi o primeiro reconhecimento formal da cultura como dimensão da sustentabilidade no âmbito da ONU, que indicava sua integração como pilar estrutural em estratégias de desenvolvimento urbano.

O entendimento foi de que a cultura é condição inerente e essencial ao ser humano, indispensável ao debate em nível local, e que apenas o *triple-bottom-line* não dava conta de responder às complexas relações e necessidades da sociedade pós-industrial. Houve o reconhecimento de que a criatividade, o conhecimento, a diversidade e a beleza são fatores intrinsecamente conectados às liberdades e ao desenvolvimento humano e bases irrefutáveis ao diálogo pela paz e ao progresso (United Cities and Local Governments, 2004; 2011).

Nós podemos tomar o espaço urbano como [1] território, como palco de movimentos sociais [...]. É o que a sociologia faz, é o que a antropologia faz. Nós podemos ler [2] o espaço urbano como um texto: é o que a semiologia faz, é o que a semiótica faz. Nós podemos ler também o espaço urbano como um [3] conjunto de regras e normas: é o que o direito faz, é o que o urbanismo faz. Ele pode ser [4] objeto da história, também: eu posso ler a história de uma sociedade, a partir do momento em que ela passa a ser urbana, pelo espaço urbano (Maricato, 2015, *online*, numeração da autora).

Como ensina Maricato (2015, *online*), o espaço urbano é objeto de diferentes leituras a partir de distintas áreas do conhecimento, como território, como texto, como conjunto de regras e normas ou objeto da história. A partir da Agenda 21, em 1992, esses campos passaram a absorver o desenvolvimento sustentável na literatura e no vocabulário, embora de forma fragmentada em algumas das dimensões.

A NAU destaca a importância da cultura como pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável das cidades, abordando a diversidade cultural e as práticas culturais locais como essenciais às identidades urbanas. Essas acumulam as experiências culturais e o conhecimento sobre determinado território, que devem ser incorporados ao planejamento para maior resiliência urbana. Além disso, a cultura local pode inspirar inovações sociais e econômicas culturais e o engajamento comunitário para o desenvolvimento das cidades.

As premissas desta tese sobre a dificuldade da UCCN em dialogar com a NAU (2019) se consolidam no documento de avaliação publicado em 2024 (Unesco UCCN, 2024). Ele confirma que as cidades criativas da Rede são mais centradas em estratégias de desenvolvimento econômico e turístico do que em planos para o desenvolvimento sustentável, seja a Agenda 2030 seja a NAU.

Além do compromisso 2 da Declaração de Quito, outros trechos da NAU referem-se à cultura, como o compromisso 4 (p. 3), sobre voltar-se aos desafios como oportunidades da urbanização. A Agenda não se refere precisamente a “cidades criativas”, mas aos termos indústrias culturais e criativas (p. 17, compromisso 60), trata de apoiar “novas economias urbanas”, alicerçando-se em termos usados para definir economia criativa.

4. Ainda estamos longe de lidar adequadamente com estes e outros desafios existentes e emergentes e há a necessidade de se aproveitar as oportunidades ensejadas pela urbanização, como um motor do crescimento econômico sustentado e inclusivo, do **desenvolvimento social e cultural e da proteção ambiental**, bem como suas contribuições potenciais para se alcançar um desenvolvimento transformador e sustentável (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 3, grifo da autora).

60. Comprometemo-nos a sustentar **e apoiar as economias urbanas** na transição progressiva para uma maior produtividade por meio de setores de alto valor agregado, promovendo a diversificação, modernização tecnológica, pesquisa e inovação, incluindo a criação de empregos decentes, produtivos e de qualidade, inclusive por meio da **promoção de indústrias culturais e criativas, turismo sustentável, artes performativas e atividades de conservação do patrimônio, entre outras** (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 17, grifo da autora).

Além do compromisso 60 (p. 17), no compromisso 45 a dimensão econômica da cultura elenca o patrimônio como uma atividade econômica. O termo sustentável aparece três vezes na citação: na primeira vez com sentido vago, na segunda vez oportunamente e na terceira vez de forma necessária. Além disso, na citação a seguir, os termos que buscam qualificar as novas economias podem ser associados às dimensões da sustentabilidade, enumeradas em: [1] econômica, [2] social, [3] ambiental, [4] cultural, [5] tecnológica e [6] ética. A dimensão política é o contexto próprio do compromisso e da governança na construção da NAU.

45. Comprometemo-nos a desenvolver [1] economias urbanas vibrantes, sustentáveis e [2] inclusivas, com base em potenciais [6] endógenos, [2] vantagens competitivas, [4] patrimônio cultural e [3] recursos locais, bem como [3] infraestrutura resiliente com utilização eficiente de recursos; promover o [1] desenvolvimento industrial sustentável e [2] inclusivo, e [4] padrões de consumo e de produção sustentáveis; e promover um [1] ambiente favorável aos negócios e à [5] inovação, bem como à [6] subsistência (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 14, enumeração da autora).

A dimensão político-jurídico-institucional- trata de uma nova geração de políticas públicas urbanas que integrem os aspectos culturais de migrantes (compromisso 48) e o “desenvolvimento de estruturas regulatórias adequadas e aplicáveis ao setor habitacional, incluindo, conforme o caso, códigos de construção resilientes, parâmetros, licenças, leis de uso e ocupação do solo” (compromisso 111, p. 28). Por sua vez, o compromisso 48 trata de incentivar a cultura da participação política efetiva e colaborativa de todos os setores da cidade (p. 14).

48. Incentivamos a participação efetiva e a colaboração entre todos os atores relevantes, incluindo governos locais, setor privado e organizações da sociedade civil, mulheres, organizações representando a juventude, bem como aquelas representando pessoas com deficiência, povos indígenas, profissionais liberais, instituições acadêmicas, sindicatos, organizações patronais, associações de migrantes e associações culturais, na identificação das oportunidades para o desenvolvimento econômico urbano, bem como na identificação e resposta aos desafios existentes e emergentes (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 14).

111. Promoveremos o desenvolvimento de estruturas regulatórias adequadas e aplicáveis no setor habitacional, incluindo, conforme o caso, códigos de construção resilientes, parâmetros, licenças, leis de uso e ocupação do solo, decretos e regulamentos e normas de planejamento, combatendo e prevenindo a especulação, a desapropriação, a condição de sem-teto e as desocupações forçadas, assegurando a sustentabilidade, a qualidade, a acessibilidade física e econômica, a saúde, a segurança, a eficiência energética e de recursos e a resiliência. Promoveremos também a análise diferenciada da oferta e da demanda habitacional com base em dados de alta qualidade, atualizados, confiáveis e desagregados nos níveis nacional, subnacional e local, considerando as dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais específicas (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 28, grifo da autora).

A NAU também aborda a cultura na dimensão ambiental, reconhecendo a diversidade cultural como fonte de enriquecimento simbólico e sistêmico da sociedade, essencial para o desenvolvimento urbano sustentável. Releva a capacidade da cultura em promover coesão social, identidade local e inovação adequada a cada território. Esta visão está explícita no compromisso 10, no qual a cultura é entendida como componente estratégico de desenvolvimento. Mesmo não citando a criatividade, o compromisso 10 da Declaração de Quito reconhece nas culturas a fonte para o desenvolvimento de padrões a serem criados para um ciclo virtuoso de economia urbana. Novas culturas de produção e de consumo para o enfrentamento dos impactos climáticos emergentes, questão relacionada diretamente ao desenvolvimento de *design* regenerativo. Caracteriza, assim, a necessidade de uma nova cultura de produção e de consumo, uma condição que no planejamento deve estar integrada a outras funções da cidade, o que representa justamente um novo programa de necessidades culturais para o *design* urbano.

10. A Nova Agenda Urbana reconhece que a cultura e a diversidade cultural são fontes de enriquecimento para a humanidade e constituem uma contribuição importante para o desenvolvimento sustentável das cidades, assentamentos humanos e cidadãos e cidadãos, para exercer um papel ativo e único em iniciativas de desenvolvimento. A Nova Agenda Urbana reconhece também que a cultura deve ser considerada na promoção e implementação de novos padrões de consumo e produção sustentáveis que contribuam para o uso responsável dos recursos e que enfrentem os impactos adversos das mudanças climáticas (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 4, grifo da autora).

A promoção de uma nova cultura ambiental também está no compromisso 119 (p. 30), relacionada à integração das questões culturais sensíveis no contexto da resiliência urbana. A despeito de não se referir exatamente aos conhecimentos tradicionais da cultura como fonte de conhecimento para a adaptação das cidades às mudanças climáticas, esse legado ganha contornos nos compromissos 124 e 125 (p. 32). O compromisso 125 também trata do uso de tecnologias para integrar esse conhecimento:

119. Promoveremos investimentos adequados em infraestruturas de proteção acessíveis e sustentáveis e em sistemas de serviços de água, saneamento e higiene, águas residuais, gestão de resíduos sólidos, drenagem urbana, redução da poluição do ar e gestão de águas pluviais a fim de melhorar a segurança contra desastres relacionados à água; melhorar a saúde; garantir o acesso universal e equitativo à água potável segura e a um preço acessível para todos, bem como o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos; e erradicar a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades e segurança das mulheres e meninas e pessoas em situação de vulnerabilidade. Trabalharemos para garantir que essas infraestruturas sejam resistentes às mudanças climáticas e façam parte dos planos integrados de desenvolvimento urbano e territorial, incluindo os de habitação e mobilidade, entre outros, e sejam implementadas de forma participativa, considerando soluções sustentáveis, inovadoras, eficientes no uso de recursos, acessíveis, **específicas ao contexto e sensíveis a questões culturais** (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 30, grifo da autora).

O compromisso 124 propõe integrar a dimensão cultural aos processos de planejamento e desenvolvimento urbano, incluindo planos diretores, regulamentações e estratégias de desenho urbano.

124. Incluiremos a cultura como um componente prioritário dos planos e estratégias urbanos na adoção de instrumentos de planejamento, incluindo planos diretores, diretrizes de zoneamento, códigos de obras, políticas de gestão costeira e políticas de desenvolvimento estratégico que salvaguardem uma gama diversificada de patrimônios culturais materiais e imateriais e paisagens, e iremos protegê-los de potenciais impactos negativos do desenvolvimento urbano (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 31, grifo da autora).

A NAU sugere, ainda, o uso inovador e sustentável da arquitetura baseada em identidade cultural local, no compromisso 125, reforçando a importância da linguagem arquitetônica enraizada. Além disso, orienta o envolvimento direto de povos indígenas e locais nas políticas culturais e de salvaguarda do território.

125. Fomentaremos a **valorização do patrimônio cultural** para o desenvolvimento urbano sustentável e reconheceremos seu papel como incentivador da participação e da responsabilidade. Promoveremos o uso

inovador e sustentável de monumentos e sítios arquitetônicos com a intenção de criar valor, por meio de **restauração e adaptação responsáveis**. Envolveremos os **povos indígenas e as comunidades locais** na promoção e disseminação de conhecimento do **patrimônio cultural material e imaterial** e da proteção de expressões e línguas tradicionais, em especial por meio do uso de novas tecnologias e técnicas (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 32, grifo da autora).

A dimensão cultural na NAU atravessa princípios, compromissos e meios de implementação, sendo abordada de forma transversal em suas diretrizes. A dimensão social da cultura na NAU está destacada em trechos como os compromissos 13 e 14, que tratam do cultivo de outra ética social e ambiental urbana, no sentido do *people climate*, de Florida, e do convite a estruturas físicas adequadas à fruição cultural e à qualidade ambiental acessíveis a toda a população em cada cidade. Além disso, a NAU considera a cultura um fator promotor de pertencimento e inclusão, no compromisso 13, promovendo sua valorização na construção de espaços que reflitam identidade coletiva.

13. Vislumbramos cidades e assentamentos humanos que [...] sejam participativos; promovam a participação cívica; estimulem sentimentos de pertencimento e apropriação entre todos seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados para famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política, conforme o caso; e propiciem a coesão social, a inclusão e a segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes sejam satisfeitas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade; (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 5).

14. Para concretizar nossa visão, resolvemos adotar uma Nova Agenda Urbana, orientada pelos seguintes princípios interligados:

(a) não deixar ninguém para trás, eliminando a pobreza em todas suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema; assegurando direitos e oportunidades iguais, diversidade socioeconômica e cultural e integração ao espaço urbano; melhorando a habitabilidade, a educação, a segurança alimentar e a nutrição, a saúde e o bem-estar, inclusive por meio da eliminação de epidemias de HIV/Aids, tuberculose e malária; promovendo a segurança e eliminando a discriminação e todas as formas de violência; garantindo a participação pública ao proporcionar acesso seguro e igualitário a todos e todas à infraestrutura física e social e aos serviços básicos, bem como à moradia adequada e economicamente acessível; (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 7).

Além desses, o compromisso 40 dialoga com termos de dimensão ética e social da cultura urbana contemporânea no conflito entre identidade e diversidade cultural e inovação e empreendedorismo. Além disso, se compromete em garantir a pluralidade institucional-legal “e a coexistência pacífica dentro de sociedades progressivamente heterogêneas e multiculturais” (p. 13).

40. Comprometemo-nos a acolher a diversidade em cidades e assentamentos humanos, a reforçar a coesão social, o diálogo intercultural e a compreensão, a tolerância, o respeito mútuo, a igualdade de gênero, a inovação, o empreendedorismo, a inclusão, a identidade e a segurança e a dignidade de todas as pessoas, bem como promover a habitabilidade e uma economia urbana vibrante. Comprometemo-nos também a adotar medidas que assegurem que nossas instituições locais promovam o pluralismo e a coexistência pacífica

dentro de sociedades progressivamente heterogêneas e multiculturais (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 13).

Na esteira desse imperativo da sustentabilidade de Sachs (2002), o compromisso 26 reforça os compromissos éticos de inclusão cultural e respeito à diversidade como elementos essenciais para a humanização de cidades e assentamentos urbanos e o desenvolvimento urbano centrado nas pessoas. Outras questões de ética cultural na NAU não dizem respeito diretamente ao planejamento e ao *design* urbanos, como a garantia cultural de refugiados.

26. Comprometemo-nos com o desenvolvimento urbano e rural que seja centrado em pessoas, que proteja o planeta e que seja sensível à idade e ao gênero, e a realizar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, facilitando a vida em coletividade, dando fim a todas as formas de discriminação e violência e empoderando todos os indivíduos e comunidades, além de promover sua participação plena e significativa. Comprometemo-nos, ademais, a promover a cultura e o respeito pela diversidade e igualdade como elementos fundamentais na humanização de nossas cidades e assentamentos humanos (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 11).

Contudo, outros públicos estrangeiros empoderados economicamente são agora desejáveis pelo seu potencial de consumo, como os nômades digitais. Eles²³ ganham ênfase com ambientes forjados para os negócios e o turismo. Esses trabalhadores bem remunerados causam impacto na capacidade da população em ter acesso a moradia segura e adequada, inclusive para a interação social e cultural. As condições de acesso universal e equidade cultural estão claramente fracionadas nos fragmentos de cidades de Pratt (2014).

34. Comprometemo-nos a promover o acesso equitativo e economicamente viável à infraestrutura física e social básica sustentável para todos, sem discriminação, incluindo terra urbanizada, habitação, energia moderna e renovável, água potável e saneamento, alimentação segura, nutritiva e adequada, coleta de resíduos, mobilidade sustentável, serviços de saúde e planejamento familiar, educação, cultura, e tecnologias de informação e comunicação. Comprometemo-nos, ainda, a assegurar que estes serviços estejam atentos aos direitos e às necessidades das mulheres, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas e comunidades locais, conforme o caso, e de outras pessoas em situações de vulnerabilidade. Nesse aspecto, encorajamos a eliminação de barreiras legais, institucionais, socioeconômicas e físicas. (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 12)

A dimensão territorial-espacial na NAU orienta o urbanismo em duas vertentes interligadas: o aspecto espacial, que se refere à forma física das cidades, e o aspecto territorial, que envolve as normas e as legislações que regulam o uso do solo urbano. O principal intuito, neste caso, é aumentar a resiliência em caso de desastres climáticos. Em termos espaciais, a criação de espaços públicos acessíveis e planejados é a orientação para alcançar resultados sociais, econômicos e ambientais positivos com a urbanização. A Agenda incentiva o

²³A percepção sobre os nômades digitais vem de duas vertentes: a imprensa, que divulga o fenômeno, e entrevista informal com dois deles: 1) artista plástico que comercializa sua arte pelas redes digitais; e 2) profissional de segurança da informação que trabalha para corporações.

desenvolvimento de relações sociais e econômicas mais harmônicas com os ecossistemas naturais, bem como entre os próprios membros da sociedade, promovendo uma integração mais equilibrada. O planejamento urbano deve, portanto, assegurar o acesso igualitário a recursos essenciais, como empregos e habitação, ao mesmo tempo em que fortalece interações sociais e culturais, favorecendo economias de aglomeração e regeneração espacial, além de estimular novas práticas de produção e consumo sustentáveis.

97. Promoveremos expansões urbanas planejadas e ocupações de vazios urbanos, priorizando a renovação, regeneração e reabilitação de áreas urbanas, conforme o caso, incluindo a urbanização de favelas e assentamentos informais; proporcionando edifícios e espaços públicos de alta qualidade; promovendo abordagens integradas e participativas que envolvam todos os habitantes e atores relevantes; evitando a gentrificação e a segregação espacial e socioeconômica; e ao mesmo tempo preservando o patrimônio cultural e prevenindo e contendo a dispersão urbana (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 24, grifo da autora).

No que se refere à regulação territorial, a NAU enfatiza a importância de regulamentar de forma eficaz o uso do solo para garantir maior resiliência. Isso deve ser complementado por políticas que combinem a contenção da expansão desordenada e da especulação imobiliária. Um dos pilares dessa abordagem é o planejamento urbano integrado, que leva em consideração as características e as necessidades dos territórios urbanos, os quais frequentemente enfrentam barreiras físicas e sociais. Esse planejamento visa, acima de tudo, garantir o desenvolvimento sustentável por meio de uma visão holística da mobilidade urbana. Exemplos incluem o incentivo a sistemas de transporte eficientes e acessíveis que conectem diferentes áreas da cidade, reduzam a dependência de veículos privados e promovam a saúde da população (ONU-Habitat, 2022, p. 45-56).

Além disso, ao integrar o desenvolvimento territorial com as economias digitais e tecnológicas, a Agenda reforça políticas multissetoriais voltadas para o dinamismo econômico, como no caso do turismo, que se torna um vetor de crescimento sustentável. Nesse cenário, a dimensão ética destaca-se ao enfatizar a geração de cidades criativas e resilientes tanto social quanto ambientalmente, desenhadas com base em princípios de criatividade voltados para a regeneração ambiental e social.

A dimensão territorial-espacial da cultura encontra-se no compromisso 37 (p. 13), que trata da criação de espaços urbanos que promovam a expressão cultural e social; o compromisso 38 (p. 13) aborda a integração dos patrimônios cultural e natural e os conhecimentos tradicionais no planejamento; o compromisso 124 (p. 32) relaciona-se à integração da cultura no planejamento urbano e na preservação do patrimônio cultural no território (ONU-NAU-Habitat III, 2019).

37. Comprometemo-nos a promover espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas, ciclofaixas e ciclovias, praças, orlas, jardins e parques que sejam áreas multifuncionais para interação e inclusão social, saúde e bem-estar humanos, trocas econômicas, expressões culturais e diálogo entre uma ampla variedade de pessoas e culturas, e que sejam desenhados e geridos para assegurar o desenvolvimento humano, para construir sociedades pacíficas, inclusivas e participativas, bem como promover a vida coletiva, a conectividade e a inclusão social..

38. Comprometemo-nos a valorizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, tanto material quanto imaterial, em cidades e assentamentos humanos, conforme o caso, por meio de políticas urbanas e territoriais integradas e investimentos adequados nos níveis nacional, subnacional e local, para salvaguardar e promover infraestruturas e locais culturais, museus, culturas e línguas indígenas, bem como o conhecimento tradicional e as artes, enfatizando o papel que exercem na reabilitação e revitalização de áreas urbanas, e no fortalecimento da participação social e do exercício da cidadania (ONU-NAU-Habitat III, 2019, p. 13).

A inovação reside na incorporação da cultura como um fator central no planejamento urbano, não apenas um ativo a ser preservado ou promovido, mas a ser direcionado para a regeneração urbana, a coesão social e a sustentabilidade ambiental. Esse entendimento aproxima o conceito de cidades criativas do conceito de cidades resilientes, em que a cultura impulsiona a economia, mas também transformações sociais e ambientais (ONU-Habitat, 2022). Mais ainda, contorna o conceito de economia criativa regenerativa, que foca na inovação cultural e econômica e promove a regeneração social e ambiental, alinhando essa economia a postulados coletivos das Nações Unidas — um paradigma ao planejamento urbano sustentável, em que criatividade, tecnologia e cultura convergem para soluções regenerativas para as cidades do futuro.

A seção 4.3 confirma que os relatórios e os planos das cidades da UCCN não estão conectados às práticas sustentáveis nessas cidades, resultado de uma investigação realizada em uma amostra de relatórios de monitoramento da rede de cidades.

4.3 CIDADES CRIATIVAS DA REDE DA UNESCO (UCCN) COM BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE URBANA

A UCCN tem um desenho que responde às necessidades de conhecimento das cidades e melhora a vinculação da cultura com os ODS. No entanto, seu marco estratégico é muito amplo, deixando as decisões estratégicas mais importantes totalmente nas mãos das cidades. A amplitude da Agenda 2030 e a falta de orientações específicas da rede resultam em definições discrepantes do impacto no desenvolvimento das cidades. Além disso, para muitas cidades criativas, adotar a agenda dos ODS às vezes é mais um exercício *ex post* ou teórico do que uma reflexão estratégica que influencie as políticas e programas da cidade (Unesco UCCN, 2024).

A Unesco publicou alguns documentos sobre as boas práticas das cidades da UCCN, como o *Voices of the city* (2023), que explora a interseção entre criatividade e desenvolvimento sustentável, além de apresentar uma série de resumos com estudos de caso que exemplificam como as cidades estão implementando iniciativas inovadoras para enfrentar desafios urbanos.

Katowice, na Polônia, cidade da música na UCCN, está investindo especialmente nesse setor para impulsionar sua transição econômica de um centro de produção de carvão do século XIX para outras economias. As indústrias criativas, em geral, oferecem caminhos de crescimento econômico mais inclusivos e sustentáveis para as cidades, especialmente em contextos pós-industriais. Além dessas perspectivas, também se alinham com a NAU as narrativas de empregos mais estáveis e inclusivos, mais integrados à cultura e às economias locais e, portanto, menos vulneráveis à realocação em um contexto global. O relato afirma que o planejamento levou as pessoas para o centro da cidade, substantivo especialmente diante de desafios ambientais globais, com a política de *hubs* criativos contribuindo para a regeneração de áreas urbanas empobrecidas e a inclusão de comunidades vulneráveis (Culture Lab 2030, 2023, p. 2).

Saint-Étienne, na França, cidade *design* na UCCN, era a principal produtora de tecidos — especialmente fitas decorativas em seda —, armas e bicicletas durante os séculos XVIII e XIX, e por muito tempo foi conhecida por esses itens. No início do milênio, devido ao sucesso da Bienal Internacional de *Design*, realizada na cidade desde 1998, e depois de passar por uma grande renovação cultural e urbana, despontou como uma cidade de prototipagens, inventores, visionários e criativos (*Cité du Design Saint-Étienne*, 2025).

A *La Cité du Design* é um complexo que ocupa um quarteirão. Seus edifícios foram convertidos em oficinas para pesquisa, criação e experimentação das mais diversas áreas do *design*. O projeto foi concebido onde funcionava uma fábrica de armas no período da Revolução Francesa, tendo sido assinado pelos arquitetos Finn Geipel e Giulia Andi. O complexo é o principal local de atividades da Bienal Internacional de *Design*, onde a torre de observação, com 32 metros de altura, oferece uma vista de 360° da cidade (*Cité du Design Saint-Étienne*, 2025).

O projeto *Rue la République* apresenta-se como “Regeneração do Centro através do *design*”, um ícone do processo de transição da cidade industrial e do espírito comunitário como a palavra de ordem nas políticas públicas. Em março de 2017, com duração de um mês, a cidade de Saint-Étienne realizou um projeto experimental de regeneração na Rua La République, localizada no centro da cidade. Alinhada com a

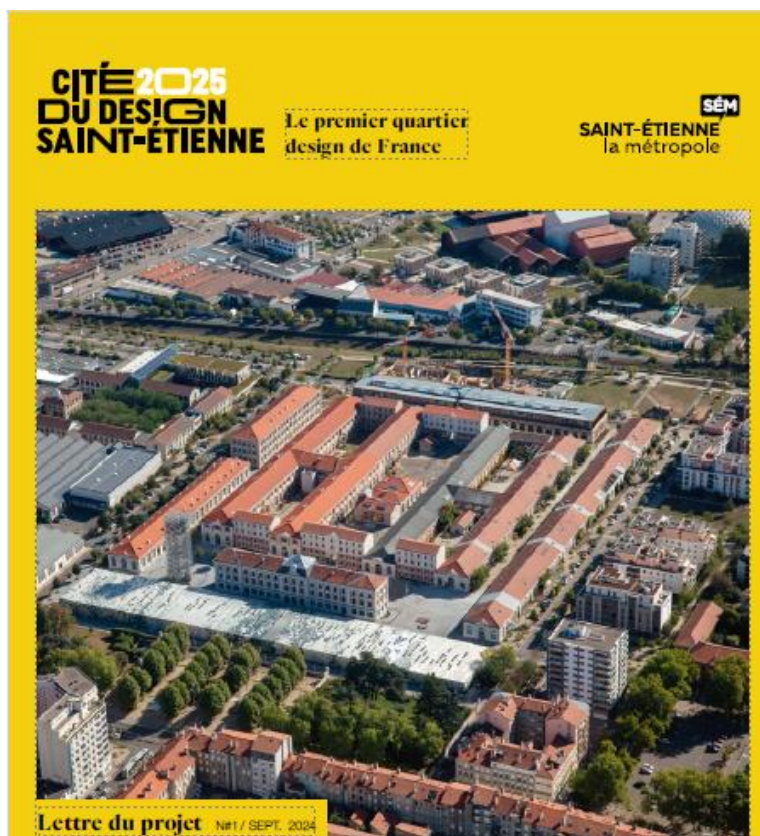
Bienal Internacional de *Design*, a cidade financiou a restauração de vinte edifícios comerciais com a expectativa de transformar a via comercial em uma área próspera, proporcionando benefícios sociais e econômicos (Culture Lab 2030, 2023, p. 2).

Por meio de uma colaboração entre a comunidade criativa local, negociantes e estudantes, os edifícios vagos ganharam forma de lojas, oficinas de artesanato e áreas comunitárias em uma rua economicamente em declínio, cheia de propriedades comerciais desocupadas. Essas melhorias tornaram a avenida vibrante e atraente ao empreendedor local, assim como deram aos *designers* a oportunidade de testar soluções experimentais para a infraestrutura desocupada (Culture Lab 2030, 2023, p. 2).

O projeto *Cité du Design Saint-Étienne 2025* (Figura 27, p. 125) tem o objetivo de atrair pessoas e empresas para o desenvolvimento econômico a partir de soluções de *design*. O bairro da *Cité du Design 2025* era uma antiga fábrica de armas da Revolução Francesa, transformada em bairro de *design* em 2025. O *marketing* destaca o valor histórico do lugar e a garantia de preservação dessa herança integrada ao desenvolvimento, unindo a arquitetura do passado e a do presente em um espaço aberto a todos, com 18 hectares de áreas verdes e instalações intensivas em tecnologias de mídia, projeto, criação de produto e espaços de entretenimento, educação e expositivos (Chassaubéné; Petreto, 2024). O projeto é ambicioso, mas não tão inovador, tendo em vista que em muito se parece com o conceito do Centro Metropolitano de Diseño (CMD) de Buenos Aires, em uma escala bem maior.

Os pavilhões (Figura 27, p. 125) são dedicados à cultura, à educação sociocultural, à economia criativa, ao ensino e pesquisa, à restauração/hotelaria e a outros serviços. O documento também menciona a importância de eventos como a *Biennale Internationale Design Saint-Étienne* e a inclusão de iniciativas que combatem o desperdício alimentar, como a *Fabuleuse Cantine*. O projeto *Cité du design 2025* é uma iniciativa que visa revitalizar a área e consolidar Saint-Étienne como um centro de *design* reconhecido nacional e internacionalmente, ao mesmo tempo em que promove a inclusão e a sustentabilidade. Mesmo fora do complexo, nas ruas de Saint-Étienne há esculturas que interagem com o espaço urbano e edifícios monumentais, como o Zénith, concebido pelo arquiteto britânico Norman Foster, a estação Châteaureux e o edifício Îlot Grüner, projetado por Manuelle Gautrand.

Figura 27 — Projeto *Cité du Design 2025* — informações de setembro de 2024

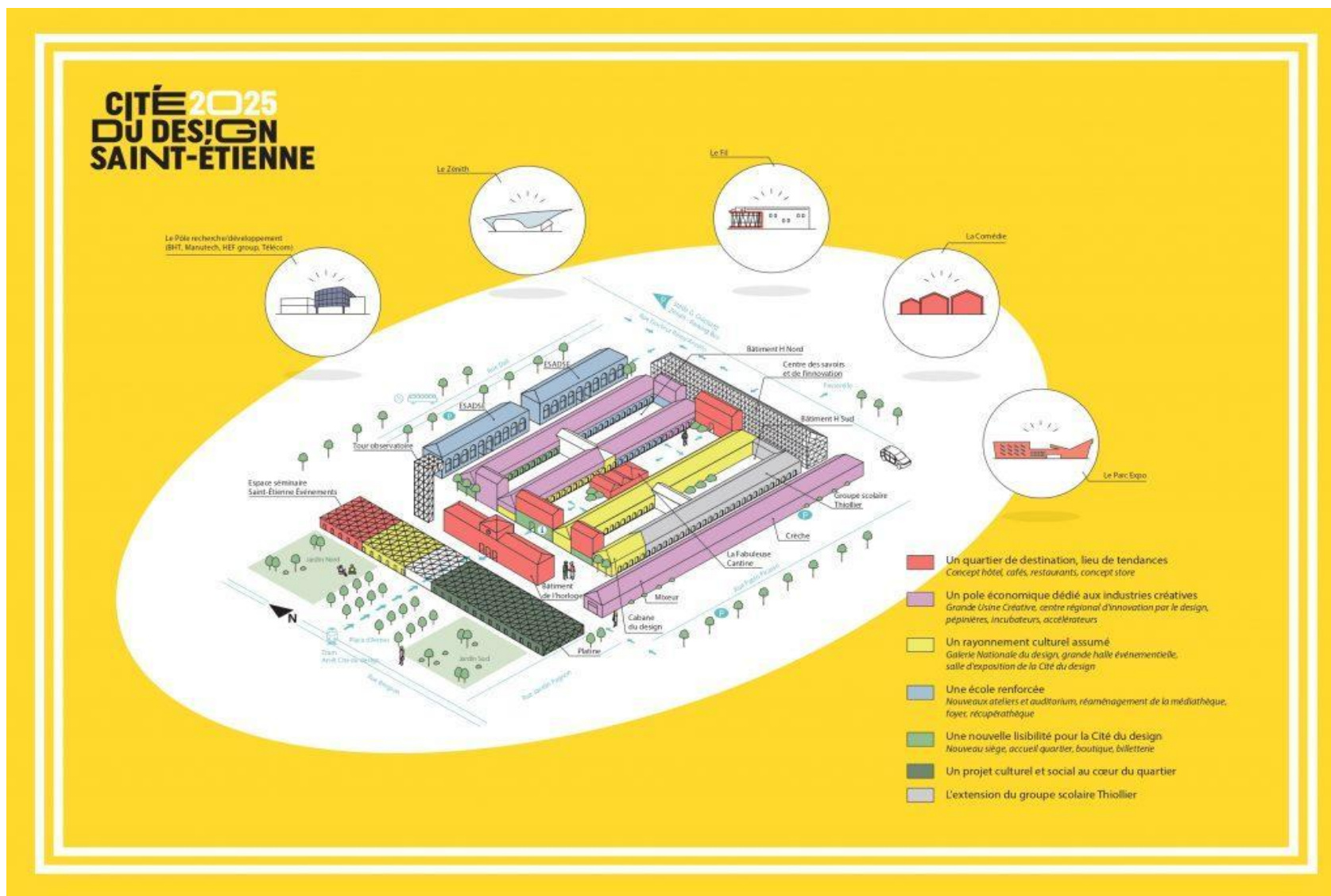


Fonte: Chassaubéné; Petreto (2024).

Entretanto, os esforços parecem ainda não alcançar os desafios da NAU, ao menos como recurso para os efeitos climáticos que chegam à região²⁴.

²⁴A mídia noticiou tempestades que deixaram centenas de desabrigados na França em 2024. Saint-Étienne não foi afetada diretamente, mas a mobilidade para a região foi afetada. Outras informações: <https://www.metropoles.com/mundo/tempestades-atingem-a-franca-e-deixam-centenas-de-desabrigados>.

Figura 28 — Projeto *Cité du Design 2025*, Saint-Étienne — funções do projeto

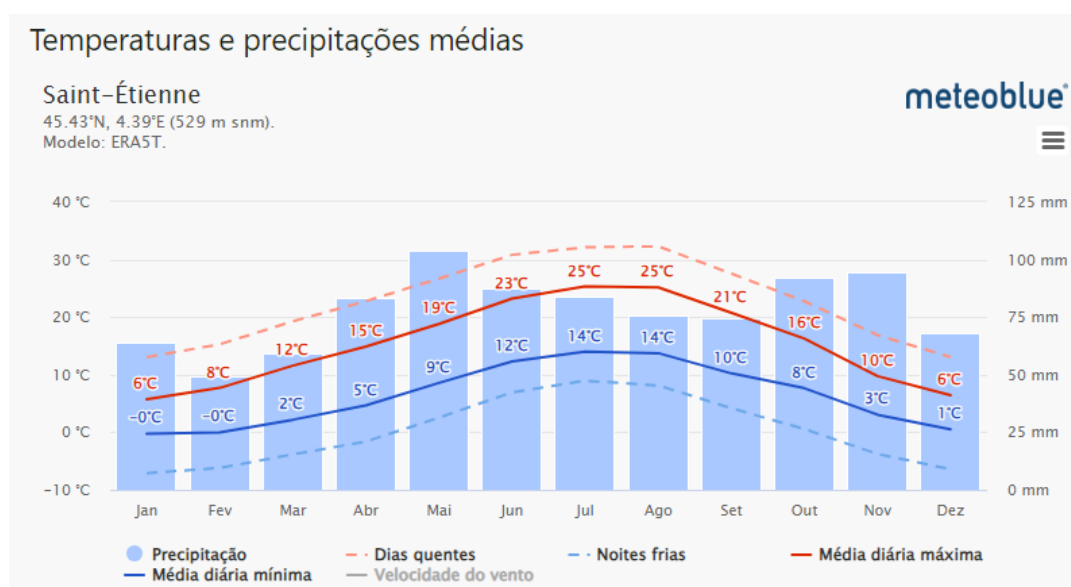


Fonte: <https://www.if-saint-etienne.fr/culture-loisirs/projet-cite-du-design-2025-une-veritable-revolution-urbaine>, acesso em 17 fev. 2025.

O caso de Saint Étienne é um exemplo antagonista do *design* como agente regenerativo do espaço e novas formas de produção e consumo do espaço. O Gráfico 3 mostra a variação média de temperatura e precipitação em Saint-Étienne. A linha vermelha contínua exibe a média da temperatura máxima de um dia para cada mês, e a linha azul contínua, a média da temperatura mínima. Os dias quentes e as noites frias (linhas vermelhas e azuis tracejadas) mostram a média do dia mais quente e a da noite mais fria de cada mês nos últimos trinta anos (Meteoblue, 2025).

A sequência de gráficos demonstra que existem dados disponíveis para o planejamento urbano resiliente, diferentemente de outros países. Todavia, essas informações não são utilizadas para os planos de cidade criativa do *design*.

Gráfico 3 — Variações de temperatura e precipitações médias em Saint-Étienne (2024)



A simples observação do gráfico demonstra que as temperaturas estão cada vez mais quentes, e a precipitação é cada vez menor. A cidade é a única francesa em *design* da UCCN (*Cité du Design Saint-Étienne*, 2025). Portanto, conta com monitoramentos que poderiam subsidiar o desenvolvimento de soluções para realidades francesas de adaptação.

Em outro ângulo, cidades da UCCN adotam soluções para adaptação climática exemplares em outras instâncias, como demonstra a Figura 29 (p. 128), mas não como boas práticas no âmbito da Rede. Das seis cidades, três são da UCCN: Medellín, em música; Singapura, em *design*; e Sydney, em cinema. A análise dos relatórios desses três casos dá luz à desconexão entre as ações para resiliência climática, na Figura 29,

empreendidas por essas três cidades. Apesar de suas boas práticas, nenhuma das três cidades vincula a qualidade de cidade criativa aos ODS.

Figura 29 — Boas práticas de cidades para maior resiliência climática



Fonte: *Política por inteiro*, acesso em 15 fev. 2025.

Medellín, Colômbia, é chancelada em música na UCCN desde 2015. O relatório de monitoramento como membro da rede (2016-2019) destaca os esforços de gestão para a cidade se projetar pelas oportunidades da economia da cultura “para todos os cidadãos” (p. 2). No período de quatro anos, as políticas fortaleceram o empreendedorismo ao longo da cadeia de produção da indústria musical, com destaque para a cadeia produtiva do *design* desde espaços públicos para espetáculos de aglomeração até a divulgação de artistas locais (Alcaldia de Medellín, 2020).

Além de tudo, o relatório de Medellín baseia-se nas artes, na cultura, na inovação e na criatividade como fatores aliados e potentes para a inclusão e o desenvolvimento sustentável. As políticas buscam garantir o acesso à cultura como um direito ativo dos cidadãos, independentemente do local de residência, e ao orçamento participativo, em que a sociedade participa das decisões e das prioridades de investimento em cada comunidade. As decisões da governança são direcionadas por itens-chave para o fortalecimento do setor cultural, como agenda cultural, formação artística e cultural; e memória e patrimônio, o que enriqueceu a diversidade em cada “comuna” e o patrimônio cultural da cidade. Os impactos do programa são notáveis no que diz respeito ao aumento de participantes, à qualificação e ao alto nível de criatividade nas propostas apresentadas nos processos seletivos e à participação da comunidade nos eventos artísticos e culturais. Além disso, a redução de espaços onde antes perduravam a violência e a insegurança aumentou a convivência e os sentidos de pertencimento e identidade, contribuindo para a construção de um outro tecido social (Alcaldia de Medellín, 2020).

No entanto, os “corredores verdes” sequer são citados, mesmo a cidade se destacando pela inovação e pelo *design* para resolver problemas urbanos, especialmente na transformação de áreas vulneráveis. A conexão com os ODS apresenta perspectivas de educação de qualidade, igualdade de gênero, redução de desigualdades, saúde e bem-estar, sem aparente conexão direta entre as agendas urbanas. As ações compromissadas no plano da cidade para os quatro anos seguintes (2020-2024)²⁵ (p. 26) avançam nas estratégias políticas e orientam o plano cultural para o desenvolvimento urbano por meio de um plano de trabalho colaborativo entre os setores privado, público e cultural (Alcaldia de Medellín, 2020).

Singapura, Singapura, é uma cidade de *design* na UCCN desde 2015. O relatório de monitoramento mais atual da cidade na rede é do período de 2016-2019. Nele, a cidade se compromete a contribuir para a implementação da Agenda 2030 e para o desenvolvimento sustentável por intermédio de iniciativas locais e inter-cidades de *design* na rede. Ela adotou uma abordagem em que o *design* é elemento central para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais para um futuro mais sustentável. Contudo, das ações elencadas no Quadro 11 (p. 130), apenas a *Thrust 4: bring design into the community* está relacionada a uma ação urbana indiretamente. Há outras atividades, como o *Sigapure urban design festival* (2018-2019), quando temporariamente espaços públicos, ruas e estacionamentos são transformados para maior conscientização do *design* (Design Singapore Council, 2020).

²⁵Este relatório não estava disponível até novembro/2024.

Quadro 11 — *Design de Singapura e o desenvolvimento sustentável (2020)*

SINGAPORE DESIGN AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

An overview of how Singapore is achieving the 2030 Agenda for Sustainable Development by design.



Fonte: Design Singapore Council (2020, p. 43).

Sydney, Austrália, é cidade de cinema na UCCN desde 2010. Como em muitos outros países, na Austrália o setor cinematográfico emprega significativamente menos mulheres do que homens. A Screen NSW é a agência do governo de New South Wales responsável pelo último relatório periódico para a UCCN, de 2021, para o período 2017-2021, e ganhou destaque nas publicações da cidade como criativa (Screen NSW, 2021; Culture Lab 2030, 2023).

Corroborando o relatório de avaliação da UCCN (Unesco UCCN, 2024) e os desafios de implementação da NAU, Sydney é um exemplo de cidade da rede que também se destaca em ações da Agenda 2030, embora não a relacione. O Screen NSW liderou o compromisso de combater o viés de gênero e incentivar a representação igualitária das mulheres na indústria cinematográfica. A iniciativa *50/50 by 2020* conta com o financiamento de diversos programas focados em aumentar o número de mulheres no setor, particularmente em cargos criativos, como diretora, roteirista e produtora. A meta de paridade foi alcançada em 2018 para os cargos de produtora e roteirista, com a participação de escritoras aumentando de 32% em 2015, quando o projeto foi lançado, para 53%. A Screen NSW continua a perseguir esses esforços e recentemente lançou a iniciativa *#SheDirects* para aumentar o número de mulheres dirigindo dramas televisivos (Culture Lab 2030, 2023, p. 7; Screen NSW, 2021).

O exemplo dessas três cidades da UCCN que contribuem para a Agenda 2030 e para a NAU, mas não são citadas em seu relatório periódico de monitoramento, comprova o que está no documento de avaliação da rede (2004-2024). Independentemente da importância dessas agendas no âmbito das Nações Unidas, elas ainda não se internalizaram no âmbito da UCCN, mesmo com os casos de boas práticas aqui apresentados. Em contrapartida, o caso de Saint Étienne merece a ressalva simbólica do planejamento voltado para o turismo e a economia. O conceito de atratividade da cidade com base no *design* materializa-se com o sucesso da Bienal de *Design*, uma ação política tipicamente promocional.

A importância da criatividade como fator transformador nas cidades é reconhecida, mas ainda carece de orientações mais claras para a implementação da NAU de forma coletiva — uma lacuna que esta pesquisa tenta preencher a partir da relação da economia criativa com as dimensões da sustentabilidade que também orientam a Agenda. As dimensões interconectadas servem como orientação metodológica para o levantamento dos novos programas de necessidades urbanas para o planejamento e o *design* urbanos, em que a criatividade é um recurso fundamental para a adaptação urbana como foco do urbanismo do século XXI.

Entre outros *brandings* urbanos contemporâneos, o criativo ingressou na agenda da Unesco exatamente na esteira da relevância econômica da cultura como oferta de serviços para o turismo. Esta atividade é fundamentada nesta agência sobretudo pelos patrimônios cultural material e imaterial e natural das cidades, que alavancam uma série

de serviços, inclusive de artistas (Banco Interamericano de Desenvolvimento; Unesco, 2021; ONU UNCTAD, 2013).

As análises das subseções de 4.1.1 a 4.1.7 corroboram o mesmo senso crítico do relatório de avaliação da UCCN (Unesco UCCN, 2024), que observa serem os planos das cidades mais focados em turismo e economia do que na implementação da Agenda 2030 e da NAU. Na seção 4.2 apurou-se o papel da cultura na NAU, ilustrando como as culturas locais e o conhecimento tradicional são fontes de conhecimento e transformação.

A arena de debates da sustentabilidade do passado, das ciências ambientais, é um contexto contemporâneo para o planejamento urbano integrado socialmente e resiliente ambientalmente da NAU. Como visão de futuro, a referência é a escala de Wahl (2020) (Gráfico 2, p. 6), em que as dimensões são critérios, uma contribuição a uma cultura de *design* regenerativo que atenda às necessidades atuais e também garanta um futuro sustentável para as próximas gerações.

A busca pelas dimensões da sustentabilidade nas cidades criativas revela que o desafio da governança continua sendo uma diretriz política fundamental no âmbito das agências da ONU, desde a Agenda 21 até a NAU. A análise de índices e teorias de cidades demonstra que o tema carrega significados ligados à inovação e foco em comunidades de *design* para promover a transformação e a regeneração urbanas. Entretanto, o conceito de *branding* urbano criativo absorveu mais conteúdos voltados ao turismo, frequentemente a serviço da especulação imobiliária, do que ao planejamento urbano sustentável.

Na seção 4.4 investigam-se as dimensões da sustentabilidade na NAU como meio para explorar o potencial de intercâmbio da UCCN para sua implementação.

4.4 INTEGRAÇÃO SISTÊMICA DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CIDADES CRIATIVAS

Esta seção retoma os debates apresentados nas seções 4.1 a 4.3 e propõe uma reflexão integrada sobre as potencialidades e as limitações dos índices e das teorias que fundamentam o conceito de cidades criativas. Partindo da análise das oito dimensões — ambiental, econômica, social, cultural, ética, tecnológica, territorial-espacial e político-jurídico-institucional —, esta seção busca sintetizar as principais discussões e oferecer um caminho para a aplicação de critérios sistêmicos no planejamento urbano.

O debate a respeito da sustentabilidade urbana e da criatividade tem se consolidado como um dos temas centrais na discussão contemporânea de planejamento urbano (Scott, 2014). Em um cenário marcado por desafios como a emergência climática,

o adensamento populacional e a transformação digital, torna-se imperativo repensar o modelo tradicional de urbanização e desenvolver práticas inovadoras que integrem dimensões econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e éticas.

Inicialmente, a investigação dos índices de cidades criativas (ver seção 4.1) evidenciou a forte ênfase na competitividade econômica e na geração de capital a partir da cultura, enquanto a dimensão ambiental frequentemente permanece subvalorizada. As teorias de Florida, Hartley *et al.* e Landry e Hyams, por exemplo, destacam aspectos como talento, tecnologia e tolerância – elementos que, se bem articulados, podem potencializar a regeneração urbana –, mas também apontam lacunas na integração das demandas ecológicas e sociais. Essa perspectiva ressalta a necessidade de se repensar o conceito de cidades criativas para que estas reflitam a capacidade de promover ambientes urbanos inclusivos, resilientes e culturalmente ricos, enfatizando a implementação da NAU.

Assim, no desenvolvimento do debate, a seção 4.2 aprofundou a dimensão cultural na NAU, demonstrando que a cultura se configura como um elemento transformador que pode gerar soluções inovadoras para os desafios do adensamento urbano e das emergências climáticas. Por sua vez, a seção 4.3 destacou a distância entre as práticas sustentáveis pretendidas e as políticas de cidades criativas, evidenciando a necessidade de uma crítica mais rigorosa dos relatórios e direcionada dos planos aos postulados da ONU.

Ao integrar essas discussões, o propósito é considerar os critérios sistêmicos como um conjunto ordenado de parâmetros a programas de necessidades urbanas para o planejamento, a regulamentação e o *design*. Essa articulação pode servir como base para a formulação de políticas urbanas mais holísticas, que incorporem estratégias facilitadoras da preservação ambiental, da inclusão social e do fortalecimento da cultura local. Essa perspectiva alinha-se à ideia de que “as unidades expressas encadeiam sintaxes que são processadas como mensagens” (Santos, 2017, p. 45), ressaltando a importância da análise sistêmica para captar a complexidade do debate urbano contemporâneo.

A necessidade de repensar o planejamento urbano no século XXI impõe desafios e oportunidades inéditas para a arquitetura e o urbanismo. Aqui se propõe uma reflexão crítica acerca da NAU que enfatize a importância de integrar essas dimensões ao planejamento e à regulamentação territorial sustentável das cidades. Partindo da constatação de que apesar dos esforços para a criação de culturas regenerativas a humanidade não está caminhando para “salvar o planeta”, estabeleceu-se como tese que a transformação do espaço urbano passa necessariamente por uma reconfiguração das relações sociais e institucionais: uma nova cultura.

Historicamente, a Revolução Industrial desencadeou um modelo de desenvolvimento centrado na produção capitalista, que ainda influencia a organização das cidades contemporâneas. Porém, o advento da internet e a emergência da economia digital trouxeram novas dinâmicas para o espaço urbano, desafiando as tradicionais práticas de planejamento e *design*. Essa transformação implica a incorporação de perspectivas éticas e a inclusão de pessoas de diferentes contextos sociais, ampliando o debate para além do mero crescimento econômico.

No cenário atual, a NAU reconfigura as relações entre o trabalho, a cultura e a tecnologia, estabelecendo conexões inéditas entre os campos do *design* urbano e das novas oportunidades econômicas. Autores como Wahl (2020) e Landry (2012; 2018) enfatizam que a dimensão cultural pode ser tanto um meio de regeneração quanto um eixo econômico fundamental para as cidades. A NAU reforça que os desafios impostos pelas desigualdades sociais e pela necessidade de garantir habitabilidade, resiliência ambiental e mobilidade eficiente são oportunidades de desenvolvimento econômico, resiliência, inclusão e bem-estar.

Destaque-se aqui a percepção de Reis (Cainha) a respeito das economias intangíveis, que vertem para a economia criativa. A autora apresenta novas perspectivas econômicas com outro caráter de produção e de consumo, o que também se encontra entre os postulados da NAU.

Por fim, a integração dos critérios de sustentabilidade demanda uma revisão crítica do conceito de cidades criativas para a implementação da NAU e conjuntamente criar modelos que unem, de forma equilibrada, aspectos econômicos, culturais, ambientais, tecnológicos, espaciais e sociais. Essa abordagem sistêmica potencializa a eficácia do planejamento urbano e propicia a criação de espaços verdadeiramente regenerativos e inclusivos. Assim, o desenvolvimento de cidades criativas passa a ser visto como um processo dinâmico no qual a colaboração entre diferentes setores – do *design* à política pública – é fator central para a construção de um futuro urbano sustentável. Reafirma-se, então, a importância de um planejamento urbano que equilibre o desenvolvimento econômico com a justiça social e a sustentabilidade ambiental, integrando os saberes do *design*, da tecnologia e da cultura para uma abordagem sistêmica de resiliência para espaços urbanos inclusivos, acessíveis, resilientes e seguros.

4.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Este capítulo investigou a relação entre cidades criativas e a Nova Agenda Urbana (NAU), uma relação que se mostra complexa diante da ausência de metodologias que alinhem práticas criativas a objetivos amplos de desenvolvimento sustentável. As críticas às abordagens neoliberais e à gentrificação são cruciais para garantir que as iniciativas de cidades criativas não perpetuem desigualdades, mas, ao contrário, promovam um desenvolvimento urbano inclusivo, equitativo, resiliente e sustentável. Assim como a ética, a cultura deve ser integrada de forma holística às políticas urbanas como um elemento central de transformação social e ambiental, e não somente como um recurso econômico. Com base nas análises e nos debates apresentados nas seções 4.1 a 4.4, emerge uma compreensão integrada das complexidades que envolvem o conceito de cidades criativas e sua relação com a sustentabilidade urbana. Os índices e as teorias analisados revelam que, embora haja uma forte ênfase na competitividade econômica e na geração de capital, essa abordagem frequentemente subestima dimensões essenciais, como o meio ambiente e a inclusão social.

No decorrer das discussões, observou-se que a cultura, longe de ser apenas um ativo econômico, desempenha um papel transformador ao oferecer soluções inovadoras para os desafios do adensamento urbano e das emergências climáticas. As análises realizadas demonstram que o desenho se configura como a ferramenta mais eficaz para a transformação da produção e do consumo da cidade. Também o *design* gráfico permite outra compreensão dos discursos estudados.

Constatou-se, aqui, que a cultura, longe de ser apenas um ativo econômico, como nas dinâmicas de cidades da UCCN, desempenha um papel transformador ao oferecer soluções inovadoras para os desafios do adensamento urbano e das emergências climáticas. Nesse contexto, o desenho destaca-se como uma ferramenta eficaz para interpretar e integrar os discursos analisados, possibilitando uma compreensão mais robusta. Paralelamente, os índices e as teorias de cidades criativas, mesmo diante de críticas, são uma nova articulação competitiva, na qual o desenvolvimento urbano passa a ser um centro fortemente marcado pela dependência tecnológica que caracteriza a sociedade atual.

Os dados indicam ainda que, apesar de a produção cultural estar, em muitos casos, a serviço do capital, a dimensão social se expande à medida que a cultura é incorporada ao debate sobre desenvolvimento urbano. A literatura sobre cidades criativas e culturais sugere que o fortalecimento da cultura é fundamental para a sustentabilidade,

funcionando como base para o conceito de *triple-bottom-line* da NAU, que propõe uma nova cultura ao urbanismo para o desenvolvimento equilibrado.

Conquanto a tecnologia seja indissociável de qualquer cenário futuro, Florida está entre os poucos autores que a nomeiam diretamente. Vale sublinhar que as referências sugeridas pelo autor a esse indicador (Quadro 7, p. 76) servem mais para mensurar ganhos econômicos a partir de inovações tecnológicas do que para melhorias urbanas.

Nesse cenário, os profissionais do conhecimento e as empresas de alta tecnologia, associados às classes criativas por Florida, permanecem em classificações recentes, ainda que limitadas aos setores intensivos em tecnologia. Essa reestruturação reflete o desafio intrínseco da internet, que permeia todas as profissões – inclusive as artísticas – e impulsiona a ascensão dos nômades digitais. Esses evidenciam a atração de talentos ao meio urbano, onde o reconhecimento global se traduz em capital simbólico.

Na síntese do ordenamento das narrativas de Florida por Hartley *et al.* (2012), o talento artístico é complementar ao índice boêmio e à cultura associada à Tolerância. Além disso, Hartley *et al.* (2012) reconheceram a necessidade de um quarto T, de Território, que associaram justamente à cultura, aos recursos naturais, aos bens territoriais e comunitários e aos indicadores quantificáveis. Os autores acrescentam que nas teorias entusiastas de Florida faltaram conteúdos urbanos essenciais no contexto, como universidades, sítios de valor histórico, qualidade e disponibilidade de água, excelência em transportes, ferrovias e aeroportos, habitações acessíveis e proximidade dos empregos e da natureza (Hartley *et al.*, 2012, p. 39-40).

Nessa conjuntura, reconhece-se aqui outro “T” na teoria de Florida, o mesmo apontado no relatório de avaliação da UCCN: o turismo. Os dados de giro de capital e emprego de pessoas dessa atividade se misturam às narrativas de cidades criativas principalmente a partir desse autor, que criou em 2002 o *branding* 3 Ts da classe criativa. Os conceitos são ao mesmo tempo inovadores e reducionistas, mais ainda diante do paradigma da NAU.

O conceito de cidades criativas difundido por Florida (2002) é associado a cidades globais, que dependem de trabalho intelectual e criativo para o desenvolvimento de uma nova economia baseada em inovações e conexões internacionais. O autor amplia, assim, o cenário contemporâneo de competição entre as cidades, onde novas vias de aproximação entre artistas e plateia possibilitam que os primeiros se tornem símbolos de origem e valor às marcas de cidades.

As críticas de Pratt (2008) à classe criativa de Florida (2002) tratam da abrangência em profissões e da fragilidade em argumentos ao reunir uma controversa lista de profissões liberais mais associadas à economia do conhecimento do que às artes. Pratt (2008) foi preciso ao perceber a confusão por trás do entusiasmo de Florida, que convergiu para a mesma classe artistas, profissionais do conhecimento e profissões emergentes a partir de novas possibilidades de visibilidade e negócios pela internet. Entre os méritos de Florida estão o reconhecimento da tecnologia como dimensão inseparável ao futuro das cidades e a atenção sobre a tolerância entre cidadãos como imprescindível nesse contexto.

As teorias de Richard Florida sobre a economia urbana e a classe criativa, a despeito de terem contribuído significativamente para o entendimento das dinâmicas das cidades contemporâneas, revelam severas limitações quando confrontadas com os desafios da NAU. A ênfase de Florida nos fatores econômicos, como talento, tecnologia e tolerância, tende a obscurecer a importância das dimensões sociais e ambientais, cruciais para a sustentabilidade urbana. Dessa maneira, a interseção entre criatividade e sustentabilidade deve ser reavaliada, reconhecendo-se a cultura não apenas como um ativo econômico, mas como um elemento essencial para a regeneração social e ambiental das cidades.

Em contrapartida, a literatura revisada sinaliza que a cultura local e as novas organizações sociais, impulsionadas pela internet, são frequentemente vistas mais como atrativas de excedente econômico do que como contribuintes para a sustentabilidade urbana. Os índices e as teorias de cidades criativas tendem a reconhecer a dimensão cultural primariamente como um eixo econômico, distanciando-se da proposta de regeneração social e ambiental defendida por Wahl (2020).

O GPCI é mais um dos índices pesquisados que promove a competição entre as cidades, uma característica observada na literatura institucional investigada. Este índice enfatiza o público-alvo, composto por profissionais do conhecimento, artistas e governantes, além de considerar a relevância de visitantes e residentes para o desempenho da cidade. A política local desempenha papel crucial nos resultados obtidos pelas cidades em relação aos fatores que compõem o GPCI (2022).

Além disso, Mould (2015) critica a cidade global sob a fachada da criatividade, perpetuando filosofias neoliberais e estruturas de governança que favorecem o empreendedorismo. Isso catalisa um tipo de urbanismo privatizado e a competição exacerbada entre cidades, com a produção cultural passando a ser vista como um

elemento necessário para sustentar a urbanização capitalista. Desse modo, a cidade criativa, na visão desse autor, é um passo lógico dessa ideologia para a privatização do espaço público e a valorização do privado.

Uma análise comparativa com os registros iniciais de uma nova cultura produtiva na *Third Italy*, conforme discutido por Piori e Sabel, revela que Florida (2002) rearticula o trabalho urbano com base na cultura e no conhecimento. A noção de economia urbana de Florida alinha-se a uma sociedade globalizada pela informação e pela tecnologia, estas voltadas para a exploração do patrimônio e para as atividades artísticas e turísticas.

A importância dos ganhos turísticos e dos trabalhadores do conhecimento, na teoria de Florida, justifica sua popularidade entre gestores municipais porque o turismo é uma atividade que aumenta a arrecadação de impostos e a geração de emprego e renda, mote político para revitalizar áreas urbanas. Assim, a análise das teorias de Florida, juntamente com as críticas de Pratt (2008) e Mould (2015), reitera a noção de *branding* urbano em que a cidade é o produto, perspectiva em que a dimensão econômica prevalece sobre a política urbana. Esses autores evidenciam a confusão entre os conceitos de cidades criativas a partir de Florida, em que a dimensão econômica, mais do que a política, prevalece nas narrativas dos índices e das teorias de cidades criativas.

Hartley *et al.* (2012) reconhecem que as cidades criativas são impulsionadas por um ambiente dinâmico, em que a inovação, a diversidade e a troca de conhecimento entre diferentes atores são essenciais para o sucesso. No entanto, a pesquisa carece de uma abordagem mais equilibrada que leve em conta as dimensões culturais e ambientais das cidades, além da competitividade econômica. Esse aspecto, mesmo presente em algumas categorias, não é explorado de maneira suficiente para oferecer um modelo integral de cidade criativa e sustentável.

O *site* da UCCN dá publicidade aos relatórios das cidades-membro, que a cada quatro anos informam os avanços nos compromissos e nas ações assumidos na candidatura ou no relatório do período anterior. As publicações da Agência pesquisadas entre 2019 e 2021 têm relevo devido ao seu papel de documentação da memória e preservação dos patrimônios natural e cultural material e imaterial mundial. Esta tese confirma os achados no relatório de avaliação da UCCN (Unesco UCCN, 2024).

Em países como o Brasil, a Rede vem representando um incentivo à adoção do *branding* criativo por municípios brasileiros, resultado do esforço voluntário de setores do turismo. No âmbito da Rede, a relação do município com a Agência é direta, sem necessidade da participação do governo nacional. Por trás desse pacto estabelecem-se

narrativas de governança e governabilidade a cidades criativas, que recebem chancela monotemática da Unesco em determinado setor da cultura e/ou da tecnologia. Contudo, desde 2018 o governo federal fomenta candidaturas de cidades brasileiras, e em 2022 o Ministério do Turismo criou a Rede Brasileira de Cidades Criativas²⁶ para o desenvolvimento urbano, mais para o turismo do que para o urbanismo.

Como visto aqui, o eixo de cidades sustentáveis influenciou na articulação de *brandings* como cidades inteligentes, criativas e *smarts*. Assim como a Agenda 21, a NAU elenca diferentes adjetivos para as cidades sustentáveis do futuro, um conjunto de narrativas colhidas no texto brasileiro para a Agenda (ONU-Habitat, 2022b).

A NAU elenca um conjunto de diretrizes internacionais sobre como devem ser estruturadas as agendas urbanas contemporâneas, particularmente princípios para o enfrentamento de desafios urbanos anunciados, multidisciplinares e interconectados com a Agenda 2030. Todavia, a implementação da NAU ainda é um desafio significativo para as agências da ONU, como aponta o relatório de avaliação da UCCN de 2024. Esse documento destaca que as cidades-membro se concentram mais em planos estratégicos de desenvolvimento econômico e turístico do que em ações complementares aos ODS ou à NAU (Unesco UCCN, 2024). A multidisciplinaridade da Agenda, notável como referência às ciências das cidades, possivelmente é um dos obstáculos que vêm merecendo a atenção de pesquisadores.

Na inter-relação entre as dimensões ambiental, social, econômica, territorial, cultural, tecnológica, político-jurídico-institucional e ética encontra-se uma possível sistematização para a análise de políticas, planejamentos e projetos em cidades criativas. Essas dimensões são como um roteiro para a implementação da NAU, quando as cidades continuam a ser principalmente ecossistemas de trocas, sublinha-se aqui a habitabilidade como um eixo fundamental no campo do urbanismo para cidades criativas pulsantes, com foco nas pessoas (Figura 30, p. 141). Nesse cenário, o urbanista precisa dialogar com a participação social representativa, que se tornou fundamental para políticas urbanas desde a Agenda 21, sendo assim capaz de ser o interlocutor de criações coletivas de políticas, planejamento, regulamentação, normativa de projetos inovadores, inclusivos e regenerativos para a cidade.

²⁶Mais informações em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-do-turismo-cria-rede-brasileira-de-cidades-criativas>, acesso em: 13 dez. 2021.

Na dimensão tecnológica, da Figura 30, foram classificados os *brandings* de cidades inteligentes, o tema de planejamento e *design* de implementação da NAU (ONU-NAU-Habitat, 2022b), áreas conhecimento que são centrais na agenda e intensivas em tecnologia. Ademais, a dimensão territorial-espacial é profundamente impactada por esse tema da agenda, que recebe orientações para cidades policêntricas, acessíveis e compactas.

A interconexão entre as dimensões vai se tornando gradualmente mais evidente, uma vez que as noções de cidades policêntricas e compactas são, em sua origem, predominantemente econômicas. Contudo, a ideia de cidade próspera adquire novos significados quando associada a recomendações de inclusão, acessibilidade e mobilidade, de caráter social, diversidade cultural e soluções baseadas na natureza (SbN), voltadas para cidades verdes e resilientes, de cunho ambiental; e ao reconhecimento da diversidade cultural, que articula distintas dimensões (ONU-NAU-Habitat, 2022b).

A dimensão tecnológica se evidencia nas diretrizes de cidades inteligentes e de planejamento e *design*. Na conjuntura da NAU, a dimensão territorial-espacial observa-se nas orientações para cidades policêntricas, acessíveis e compactas, que contam sobretudo com o urbanismo e a tecnologia para serem habitáveis e economicamente vibrantes.

Ademais, a dimensão cultural, conforme observada na NAU, não se limita ao reconhecimento da diversidade e do patrimônio cultural e natural: aponta para a urgência de reconfigurar os padrões de consumo e produção urbanos por meio da adoção de regras e políticas capazes de fomentar a prosperidade econômica com base em soluções para a regeneração urbana.

Ainda que cultura e criatividade estejam presentes na NAU, o ponto cego na conexão entre essa Agenda e a UCCN, identificado no relatório de avaliação da Rede (2004-2024), parece estar justamente aí: a economia da cultura em cidades criativas ainda não compreendeu que as “comunidades de *designers*”, anunciadas por Landry e Hyams (2012), são também uma chave para a promoção contínua e de longo prazo da regeneração urbana.

Figura 30 — *Brandings* urbanos na Nova Agenda Urbana nas dimensões da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora com base na Nova Agenda Urbana brasileira (2022).

A distância entre a atuação da UCCN e a implementação da NAU revela-se na ausência de articulação entre as ações das cidades criativas e os eixos de identidade promovidos pela Agenda, que enfatiza cidades resilientes, inteligentes e inclusivas, integradas às agendas verde (relacionada a áreas verdes) e azul (relacionada à gestão da água em termos de quantidade e qualidade).

A falta de articulação entre as agendas da ONU e a UCCN é um esforço desperdiçado na implementação das novas culturas de criatividade que se inauguram para o urbanismo e para a gestão urbana com a NAU, que recomenda as cidades criativas entre os *brandings* (Figura 30, p. 141). A economia criativa projeta-se no cenário das cidades a partir do turismo, da globalização e da cultura local, mas ainda não pelo planejamento urbano resiliente e inclusivo. Essa contradição pode ter motivado estar fora da NAU, o

que ainda coincide com a escassa crítica acadêmica voltada aos impactos sociais e ambientais dessa economia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se debruçou sobre a potência da criatividade como recurso estratégico do planejamento e do *design* urbanos no enfrentamento dos desafios contemporâneos, tais como mudanças climáticas, desigualdades sociais, desarticulação institucional, fragmentação territorial e fragilidade das políticas urbanas sustentáveis. Buscando a interseção entre sustentabilidade e economia criativa sob a lente da Nova Agenda Urbana (NAU), formulou-se uma proposta metodológica de integração orientada por oito dimensões — ambiental, social, econômica, cultural, territorial-espacial, político-jurídico-institucional, tecnológica e ética —, que constituem uma arena teórica e prática para o planejamento urbano contemporâneo.

A investigação exibiu quatro resultados principais:

1. a fundamentação das dimensões orientadoras para a implementação da NAU;
2. a localização temática na NAU dos papéis contemporâneos do urbanista;
3. uma proposta metodológica de integração entre sustentabilidade e criatividade para:
 - revisar conceitos da UCCN e da sustentabilidade urbana;
 - subsidiar políticas públicas e programas de necessidades em projetos urbanos;
4. a constatação da necessidade urgente de adaptação curricular das escolas de arquitetura e urbanismo à complexidade do novo paradigma urbano.

A crítica central desta tese reside na constatação de que as políticas de cidades criativas são frequentemente superficiais e desvinculadas de seu potencial de promoção do desenvolvimento urbano sustentável, conforme recomendado na missão da UCCN. Ainda que mobilize importantes ativos simbólicos e culturais, a Rede opera prioritariamente sob lógicas de especialização econômica e *marketing* territorial, centradas na competição entre cidades por visibilidade, investimentos e turismo.

A arena teórica incorpora oito dimensões da sustentabilidade como matriz metodológica para planejar cidades criativas e regenerativas, porque a sustentabilidade, de soma zero, já não atende aos desafios futuros, oferecendo um novo quadro teórico-prático para orientar ações urbanas integrativas. Nesse sentido, a tese reconhece a NAU como o marco civilizatório do urbanismo no século XXI, cuja implementação requer ferramentas metodológicas coerentes com sua complexidade. Essa arena, influenciada

pelos postulados de Sachs (2002), é apresentada como método sistêmico de análise, integração e avaliação de políticas urbanas.

Entre os principais aportes da pesquisa destaca-se a incorporação do conceito de *design* regenerativo como elemento transversal para a implementação da NAU, porque este amplia o entendimento de sustentabilidade ao incluir a restauração de ecossistemas sociais e ambientais. Nessa perspectiva do planejamento urbano, o urbanismo deve se tornar agente ativo da regeneração territorial, cenário em que se ergue a proposta de cidades criativas regenerativas. Reposiciona-se, assim, a criatividade como recurso transversal de inovação para a inclusão social e a resiliência urbana — um agente de integração social para o pertencimento e a proteção da biodiversidade.

Embora a UCCN tenha catalisado debates sobre criatividade e cultura, suas cidades-membro têm priorizado estratégias de desenvolvimento econômico e turístico, pouco alinhadas à localização dos ODS, menos ainda à implementação da NAU. Os resultados da pesquisa apontam que o conceito dominante de cidade criativa carece de compromissos com dimensões socioambientais e éticas, lacuna que compromete o potencial da criatividade para a regeneração urbana.

A crítica metodológica à UCCN reforça que as atuais ações apresentadas pelas cidades precisam ser revistas à luz dos postulados da NAU. A arena das dimensões proposta aqui constitui uma possível referência para revisar os conceitos e as práticas e formular indicadores para cidades criativas, orientando-as para a implementação efetiva da NAU e dos ODS em nível local. Assim, a tese propõe uma revisão metodológica de diretrizes para a atuação da UCCN a fim de contribuir para a implementação da NAU. A criatividade não deve ser apenas um *branding* competitivo entre cidades para qualidade de receptivo turístico, mas um instrumento colaborativo de regeneração urbana. Para isso, as dimensões fornecem critérios práticos para articular programas de necessidades, políticas públicas, planejamento e *design* urbanos alinhados à sustentabilidade e à criatividade como práticas regenerativas. Trata-se de uma transformação epistemológica na forma como a cidade é pensada, projetada e gerida, o que envolve abordagens interdisciplinares e integrativas da regeneração urbana na cultura local sob uma ótica holística e sistêmica.

Nesse sentido, esta pesquisa sugere que a UCCN incorpore as oito dimensões da sustentabilidade como critérios na produção de indicadores e nos relatórios e planos de ação das cidades-membro de qualquer categoria. Este é um contexto que favorece a transformação de cada cidade em um agente ativo na implementação da NAU, cenário

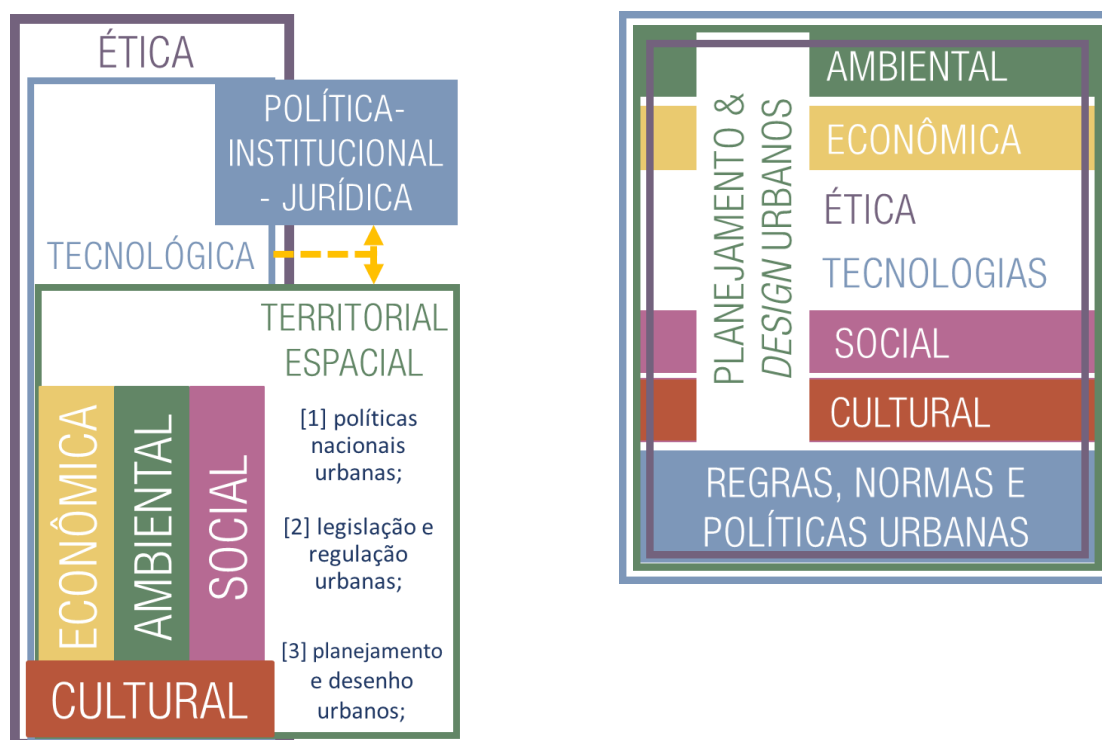
em que o reposicionamento do urbanista é fundamental no século XXI, convertendo-se sobretudo em um agente de integração entre técnica, ética, cultura e políticas urbanas e em ator fundamental das dimensões territorial-espacial e político-jurídico-institucional de atuação.

Uma economia criativa regenerativa pode ser uma estratégia concreta para o desenvolvimento sustentável, desde que ancorada na cultura, na ética e na resiliência. Em vez de servir à mercantilização simbólica dos espaços urbanos, a criatividade pode promover soluções integradas que aliem inovação cultural, coesão social, justiça espacial e recuperação ambiental.

A integração interdisciplinar entre criatividade e sustentabilidade — sob critérios sistêmicos, éticos e regenerativos — oferece caminhos inovadores para o planejamento urbano contemporâneo. Essa convergência, se adotada pelas redes globais como a UCCN, pode transformar a competição em colaboração, reorientando as cidades criativas para que deixem de ser vitrines do mercado e passem a ser laboratórios vivos da regeneração urbana. A cidade do século XXI, resiliente, plural e regenerativa, necessita de criatividade não para se vender, mas para se reconstruir. E o urbanismo, como disciplina e prática, precisa assumir o desafio de desenhar com técnicas aliadas a critérios éticos um futuro sustentável, em que se possa reconsiderar o resultado de soma zero.

A arena teórica proposta incorpora as oito dimensões da sustentabilidade de Sachs como matriz metodológica para planejar cidades criativas sustentáveis, oferecendo um novo quadro teórico-prático para orientar ações urbanas integrativas. Nessa conjuntura, a tese reconhece a NAU como o marco civilizatório do urbanismo no século XXI, cuja implementação requer ferramentas metodológicas coerentes com sua complexidade, ilustrada na Figura 31 (p. 146). Nessa leitura, as fronteiras espaciais e legais no território devem ser éticas, voltadas para as pessoas e para a resiliência ambiental. Os limites dessas duas dimensões imperativas são do território: a ética é a linha externa, e a última camada é também a tecnológica.

Figura 31 – Eixos e temas norteadores do urbanismo na arena da Nova Agenda Urbana



Fonte: elaboração da autora com base na Nova Agenda Urbana (2019).

A maturidade técnica e política que se vem alcançando com o debate da NAU aponta um norte para esse movimento, em que o papel da UCCN pode ser um potente catalisador. Caberá às instituições internacionais, aos gestores públicos e às escolas de formação incorporarem os avanços conceituais de forma sistêmica para que os resultados a serem alcançados sejam efetivos.

Além disso, a pesquisa aponta que os cursos de arquitetura e urbanismo precisam urgentemente atualizar seus currículos para preparar profissionais capazes de lidar com os desafios da sustentabilidade urbana e do planejamento criativo integrado. Esse é um passo estratégico para formar novos perfis de urbanistas mais apropriados para os desafios ecológicos e sociais do século XXI.

De um lado, a UCCN teve sua primeira avaliação em 2024; de outro, a NAU será reavaliada em 2026. A proposta metodológica aqui sustentada fornece subsídios para essas avaliações em políticas, planejamento e *design* urbanos locais, especialmente no Brasil, onde associações municipais se mostram as partes mais interessadas em traduzir a NAU em ações práticas. As novas perspectivas estruturantes da Agenda associam o urbanismo como prática regenerativa, que projeta com a natureza e com a sociedade, para que se obtenham impactos positivos da urbanização. Trata-se de um cenário de

redefinição e fortalecimento do papel técnico e político do urbanista, o que influencia diretamente na formação, na capacitação e na atuação do profissional. A reformulação curricular nas escolas de arquitetura e urbanismo é imperativa para preparar profissionais para os desafios contemporâneos e futuros das cidades.

Como contribuição, esta tese resgata das ciências ambientais oito dimensões da sustentabilidade que se relacionam com a economia criativa e com os postulados da NAU. A arena da sustentabilidade urbana, apresentada aqui, é uma possibilidade metodológica para a revisão do conceito de cidades criativas no âmbito da UCCN, precisamente como auxiliar ao desafio da NAU. Essas dimensões servem à análise da sustentabilidade nos dois contextos, uma revisão necessária do conceito da UCCN para a implementação da NAU. A integração de conceitos dessa arena permite outra compreensão, contexto que pode auxiliar escolhas no planejamento urbano que fortaleçam a construção de cidades resilientes, integradas e inclusivas.

Articula-se também o conceito de cidade criativa regenerativa, que une resiliência ambiental e social a partir da cultura, sob uma convergência entre dimensões como uma possibilidade para a ação complementar da Unesco para inovações necessárias na promoção da regeneração social e ambiental nas cidades. A economia criativa regenerativa pode ser uma estratégia para o desenvolvimento sustentável, o recurso que pode transformar cidades adequadamente alinhadas aos princípios da ONU, em vez de apenas uma política de *marketing* urbano.

A integração das dimensões da sustentabilidade é uma proposta que consiste em um método sistêmico de critérios para a implementação da NAU, apresentado como contribuição para o fortalecimento das práticas de planejamento urbano inclusivo e resiliente em cidades criativas. Esse *branding* dialoga com economias urbanas, mas não sustenta as agendas de desenvolvimento da ONU.

Assim, alinha-se a capilaridade da Unesco, a potência das políticas internacionais da ONU e os postulados da ONU-Habitat como vertentes para uma agenda criativa e regenerativa para cada lugar. A arena da sustentabilidade converge esforços entre as agências da ONU, o que pode tanto alcançar escalas desejáveis para os objetivos globais, das Nações Unidas, quanto orientar a revisão do conceito de cidades criativas para a implementação da NAU, outro posicionamento para a Unesco como agente no nível local.

Um conjunto holístico de critérios dialoga com teorias de impacto da literatura de cidades criativas, como visto no Capítulo 4, bem como esclarece o interesse predominantemente econômico de países como o Reino Unido no conceito. Porém, a

UCCN não se apropriou do conceito como auxiliar ao desenvolvimento urbano sustentável. Os diversos papéis endereçados ao urbanista nesse contexto recebem aqui um norte para o complexo de novas formas e funções das cidades no século XXI. Portanto, a arena de dimensões serve como referência para orientar análises, diagnósticos e a formulação de perguntas coletivas que possam conduzir o planejamento urbano a respostas mais harmônicas com o meio ambiente e a sociedade, comungando com a Agenda.

Uma limitação desta pesquisa foram as experiências de campo, frustradas pela pandemia da covid-19, que seriam realizadas em Porto, Portugal, entre março e abril de 2020. Seria realizada uma oficina experimental para localização de ODS em *clusters* criativos, precisamente a área de influência da região de Matosinhos, local de pescadores de sardinha que se transformava em um local turístico. Prevvia-se também um experimento no Brasil, no Distrito Federal.

As sugestões de pesquisas futuras a partir desta tese são a construção da NAU com base na dimensão da criatividade e da cultura por meio das redes de cidades da Unesco, sobretudo as criativas — uma revisão de conceitos a respeito do papel das cidades criativas para a implementação dessa agenda da ONU, a NAU, uma política pública com diretrizes acessíveis a gestores, planejadores e *designers* urbanos. Essa construção é gradativa, e os desafios são localizar indicadores adequados à ação política integrada no território, com qualidade de espaço. Há um descompasso entre as diretrizes internacionais e a implementação efetiva da NAU nas cidades, uma vez que as políticas urbanas ainda são frequentemente subordinadas a interesses econômicos de curto prazo.

A integração das dimensões da sustentabilidade da NAU com a economia criativa não é apenas desejável, mas um caminho possível para o desenvolvimento urbano sustentável no âmbito da UCCN. A análise sistêmica em dimensões amparada na NAU e associada aos termos da economia criativa é um método possível de ser aprimorado para que cidades criativas tenham uma agenda compatível com os postulados da ONU. Integrar os dois conceitos diz respeito à regulamentação, ao planejamento, ao *design* e a programas de necessidades de projetos urbanos.

As dimensões interconectadas, integradas e transversais podem orientar ações de implementação da NAU nos campos do planejamento, da regulamentação e do *design* urbanos. A convergência desses dois conceitos, analisada pelo conjunto de critérios em vez de cada um individualmente, permite outra percepção da criatividade como recurso transversal para a resiliência urbana. A revisão de conceitos de cidades criativas na UCCN foi a lacuna que esta pesquisa buscou preencher.

A revisão da NAU é prevista para 2026, quando deverá ampliar seu impacto e aprimorar sua influência sobre as ciências urbanas, consolidando novos paradigmas para o urbanismo e a gestão das cidades. Espera-se que esta tese contribua com o debate da missão do desenvolvimento urbano sustentável da UCCN.

REFERÊNCIAS

- ACUTO, M. Global urban politics: informalization and transnational mobilization. *In*: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. (org.). **The routledge handbook on cities of the global south**. Routledge, 2018.
- ALCADE, A. G. C. **Proyecto de Acuerdo Plan “Mellín un hogar para la vida”** 2012-2015, Medellín, 2012. Disponível em: <http://iep.udea.edu.co:8180/jspui/bitstream/123456789/135/1/PD%20Med%202012-2015.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- ALCADIA DE MEDELLÍN. Medellín Unesco City of Music Membership Monitoring Report 2016-2019. **Relatórios periódicos de monitoramento da UCCN**, Medellín, n. 2016-2019, p. 28, 2020. Disponível em: https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2025/01/Medellin_Monitoring_Report_2019.pdf?hub=80094. Acesso em: 26 jan 2025.
- AMERICANS. Americans for the arts. **Creative industries**, 2017. Disponível em: <http://www.americansforthearts.org>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- AMIN, A.; ROBERTS, J. **Community, economic creativity and organisation**. [S.l.]: Oxford Univesity, 2008.
- AMIN, A. The good city. **Urban Studies**, v.43, p. 1009-1023, maio 2006. Acesso em: 18 mar. 2022.
- AMODEO, W. *et al.* Conceitos de sustentabilidade em arquitetura S.O.S. ARQ. – Sistema de orientação em sustentabilidade na arquitetura brasileira. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NUTAU, 2006, São Paulo **Anais** [...].
- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. cap. 1, p. 11-74.
- ARGENTINA. Buenos Aires Ciudad. **Economia creativa**, 2020. Disponível em: <http://www.buenosaires.gob.ar/economiacreativa>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ARGENTINA PEBPA. **Plan Estratégico Participativo Cultural Buenos Aires 2035:** cuaderno 4. 1. ed. Buenos Aires: Consejo de Planeamiento Estratégico de la Ciudad de Buenos Aires, Cuaderno 4 — Plan Cultural, 2018. 170 p. ISBN 978-987-673-377-9. Disponível em: https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/pebpa2035_4_cultural.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

ARGENTINA, Sinca. Sistema de Información Cultural de la Argentina, 2017. Disponível em: <http://www.sinca.gob.ar/>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ARTOPOULOS, A. Desarrollo 2.0. El desafío de las industrias creativas. *In:* ARGENTINA, Sinca. **En la ruta digital:** cultura, convergencia tecnológica y aceso. 1. ed. Buenos Aires: Secretaria de Cultura de la Presidencia e la Nación, 2012. p. 135-146. Disponível em: <http://www.sinca.gob.ar/sic/publicaciones/libros/EnlaRutaDigital.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2016.

ASHTON, M. S. G. Cidades criativas: contexto histórico e conceitual. *In:* ASHTON, M. S. G. (org.) **Cidades criativas:** vocação e desenvolvimento. Novo Hamburgo: Feevale, 2018. cap. 1, p. 13-29. ISBN 978-85-7717-230-6. Acesso em: 18 dez. 2020.

AUSTRÁLIA. **Creative nation:** Commonwealth Cultural Policy. [S.l.]: [s.n.], 1994. Disponível em: <http://pandora.nla.gov.au/pan/21336/20031011-0000/www.nla.gov.au/creative.nation/contents.html>. Acesso em: 13 nov. 2016.

AUSTRÁLIA. **Creative industries, a strategy for 21st century Australia.** Attorney-General's Department; Department of Broadband, Communications and the Digital Economy; Department of Innovation, Industry, Science and Research; Department of Foreign Affairs and Trade; and Department of Education, Employment and Workplace Relati. [S.l.], p. 23. 2011.

AUSTRÁLIA. **Creative Australia:** National Cultural Policy. <http://creativeaustralia.arts.gov.au/>, 17 abril 2013. Disponível em: <http://creativeaustralia.arts.gov.au/assets/Creative-Australia-PDF-20130417.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

AUSTRÁLIA. **Creative economy**, 26 maio 2015. Disponível em: <https://www.creativeeconomy.com.au>. Acesso em: 25 mar. 2017.

AUSTRÁLIA. **Revive**: a place for every story, a story for every place: national cultural policy. Canberra: Department of Infrastructure, Transport, Regional Development, Communications and the Arts, 2023. Disponível em: <https://www.arts.gov.au/sites/default/files/2023-01/revive-national-cultural-policy.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ÁVILA, L. V.; MADRUGA, L. R. R. G.; BEURON, T. A. Planejamento e sustentabilidade: o caso das Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade — GeAS**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 94-109, jan./abr. 2016. ISSN 2316-9834. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306325376_Planejamento_e_Sustentabilidade_O_Caso_das_Instituicoes_Federais_de_Ensino_Superior/figures?lo=1. Acesso em: 9 mar. 2022.

AYRES, R. U.; AYRES, L. W. **A handbok of industrial ecology**. London, UK: Edward Elgar Pub Lmt., 2002. 680 p.

BALBIM, R. A Nova Agenda Urbana e a geopolítica das cidades. *In*: COSTA, Marco Aurélio et al. (org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil**. Brasília: Ipea, 2018. p. 13-28.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **A economia laranja**: uma oportunidade infinita. Washington, DC: BID, 2013. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/publications/portuguese/viewer/A-Economia-Laranja-Uma-oportunidade-infinita.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; UNESCO. **Cities, culture, criativity**: Leveraging culture and creativity for sustainable urban development and inclusive growth. [S.l.]: Unesco, v. 1, 2021. 112 p. ISBN 978-92-3-100452-0. Disponível em: <file:///C:/Users/lucas/OneDrive/Documentos/2021/Unesco%20Cidades%20Criativas/Cities-Culture-Creativity-Leveraging-Culture-and-Creativity-for-Sustainable-Urban-Development-and-Inclusi.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BANKS, M. **The politics of cultural work**. 1. ed. Londres: Palgrave MacMillan, 2007. 228 p. ISBN 978-0-230-28871-3. Acesso em: 20 mar. 2017.

BAUMAN, Z. **A modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

BELL, D. **The coming of post-industrial society: A venture in social forecasting**. 1. ed. Nova York: Basic Books, v. 53, 1974. 528 p.

BENDASOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **RAE — Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, p. 143-159, mar./abr. 2011. ISSN 0034-7590. Disponível em: <http://www.pedrobendassolli.com/textos/stic.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

BENDASOLLI, P. F. *et al.* Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **RAE — Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 10-18, mar. 2009. Disponível em: <http://rae.fgv.br/rae/vol49-num1-2009/industrias-criativas-definicao-limites-possibilidades>. Acesso em: 8 maio 2016.

BENHAMOU, F. **L'économie de la culture**. Paris: La Découverte, 2004.

BERTAUD, A. **Order without design: How markets shape cities**. [S.l.]: MIT Press, 2018.

BEUKEALER, C. de. Friction in the creative city. **Open Cultural Studies**, p. 40-53, 12 mar. 2021.

BIANCHINI, F. The third Italy: model or myth? **Ekistics**, v. 58, p. 336-345, set./out./nov./dec. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i40146008>. Acesso em: 7 maio 2022.

BIANCHINI, F. Cultural planning for urban sustainability. *In*: NYSTROM, L. (org.). **Culture and sustainable development in the city**. Stockholm: European Academy for the Urban Environment, 1995.

BIANCHINI, F.; PARKINSON, M. **Cultural policy and urban regeneration: The west european experience**. Manchester: Manchester University Press, 1993.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. The production of belief: contribution to an economy of symbolic goods. **Media, Culture & Society**, v. 2, p. 261-293, 1980. Tradução: Richard Nice.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Acordo de Paris. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Agenda21%20Brasil.pdf. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**. Brasília-DF, 2021. p. 180.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional de Economia Criativa. Brasília-DF: Ministério da Cultura do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+D+A+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>. Acesso em: 14 nov. 2015. BRASIL MMA. Ministério do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL TURISMO. Ministério do Turismo. **Portaria MINC nº 99, de 17 de outubro de 2018**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos-secult/2018/portaria-minc-no-97-de-17-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Sustentabilidade urbana**: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo e a urbanização e países emergentes. Textos para as discussões da Rio+20/2012. Brasília-DF: ONU-Habitat, v. 3, 2015. 270 p. ISBN 978-85-7738-254-5. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/noticia/242/sustentabilidade-urbana-impactos-do-desenvolvimento-economico-e-suas-consequencias-sobre-o-processo-de-urbanizacao-em-paises-emergentes#prettyPhoto>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Ministério do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria MINC nº 99, de 17 de outubro de 2018**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-secult/2018/portaria-minc-no-97-de-17-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRITISH COUNCIL, CEDE. **Mapeo de las Industrias Creativas Bogotá y Soacha**. Bogotá, p. 208. 2002.

BRITISH COUNCIL, ODAI. **A economia criativa: um guia introdutório**. Tradução: www.puntoaparte.com.co Puntoaparte Editores. London: British Council, Unidade de Economia Criativa, v. 1, 2010. 82 p. ISBN 978-958-8575-30-8. Disponível em: http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf. Acesso em: 12 abr. 2016.

BROOK, D. **A history of future cities**. Nova York: W.W. Norton & Company, 2013.

CAIADO, A. S. C. (coord.). **Economia criativa na cidade de São Paulo: diagnóstico e potencialidade**. São Paulo: Fundap, 2011. 160 p.

CAMPANS, R. Empreendedorismo urbano entre o discurso e a prática. **O empreendedorismo público urbano**. São Paulo: Unesp, 2005. cap. 2.

CARDOSO, R. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 264 p. ISBN 978-85-405-0098-3.

CARVALHO, C. L. de. Cidade criativa e a transformação. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (org.) **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. p. 176.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. [S.l.]: [s.n.], 1999.

CASTELLS, M.; HALL, P. **Technopoles of the world**. Londres: Routledge, 1993.

CEZAR, V.; JUNIOR, C. S.; OLIVEIRA, V. D. Cidades afetivas: uma via ecológica para o bem-estar. @metropolis — revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, n. 32, ano 9, p. 40-48, mar. 2018. ISSN 2177-2312. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/243?name=cidades-afetivas>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CHASSAUBÉNÉ, M.; PETRETO, É. **Cité du design 2025 Saint-Étienne**: Saint-étienne Metropole, set. 2024. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/00054411314caf12f4e9e>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CHRISTAKOU, L. D. B. M. As cidades. In: RAMOS, Isaac A. (org). **Sarau Brasil 2018 — Concurso Nacional Novos Poetas**. Série Novos Poetas. ed. [S.l.]: Vivara Editora Nacional, v. 27, 2018. p. 257.

CIC. Research & Publications. **UK Creative Industry Council**, jun. 2016a. Disponível em: <http://www.thecreativeindustries.co.uk/uk-creative-overview/facts-and-figures/research-and-publications>. Acesso em: 2 fev. 2017.

CLOS, J. “Temos que trazer de volta a habitação ao centro das cidades”: Joan Clos, diretor da ONU-Habitat. Nicolás Valencia. **Entrevista com o presidente da ONU Habitat III**, 7 nov. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/798536/temos-que-trazer-de-volta-a-habitacao-ao-centro-das-cidades-joan-clos-diretor-da-onu-habitat>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CNODS. **Relatório de atividades 2017-2018**. Presidência da República. Brasília-DF, p. 80. 2018. (CDU 338.1(81)).

COCIÑA, C. *et al.* **Knowledge translation in global urban agendas**: a history of research-practice encounters in the Habitat Conferences. [S.l.]: World Development, v. 122, p. 130-141, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X19301287>. Acesso em: 14 nov. 2024.

COLIN, S. O movimento City Beautiful. **Coisas da arquitetura**, 2011. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2011/03/13/o-movimento-city-beautiful/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

COLOMB, C. Pushing the urban frontier: temporary uses space, city marketing, and the creative city discourse in 2000s Berlin. **Journal of Urban Affairs**, p. 131-152, fev. 2012.

COLÔMBIA, CONPES. **Lineamentos para la Sostenibilidad del Plan Nacional de Cultura 2001-2010 “Hacia una ciudadanía democrática cultural”**. Ministerio de Cultura. Bogotá, p. 37. 2002.

COLÔMBIA CULTURA. **Compendio de Políticas Culturales**. 1a. ed. Bogotá: Ministério da Cultura de Colombia, 2010. 656 p. ISBN 978-958-9177-33-4. Disponível em: <http://www.mincultura.gov.co/areas/fomento-regional/Documents/Compendio-Pol%C3%ADticas-Culturales.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

COMUNITAS. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)**. In: SEMINÁRIO FORTALECENDO A SOCIEDADE E PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO: DIÁLOGO A PARTIR DE EXPERIÊNCIA E IDEIAS, 2004. **Anais** [...]. São Paulo: BID, p. 8.

CONVERSA, C. **Águas Urbanas: Expansão do Território e Drenagem da Serrinha do Paranoá DF**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. 298 p. ISBN 978-65-5531-722-0. Acesso em: 22 mar. 2022.

COSTA, M. A.; THADEU, M.; FAVARÃO, C. B. (org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília-DF: Ipea, 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

COSGROVE, D. Geography is Everywhere: culture and symbolism in human geography. In: GREGORY, D.; WALFORD, R. (org.) **Horizons in human geography**. Londres: MacMillan, 1989. p. 126.

CULLEN, G. **Concise townspace**. Londres: Routledge, 1961.

CULTURE LAB 2030. **Voice of the city**. [S.l.]: ONU Unesco SDG, 2023.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.

CURI, R. Finanças municipais, sistema fiscal local e estratégias de desenvolvimento econômico urbano. *In*: COSTA, Marco Aurélio *et al.* (org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil**. Brasília: Ipea, 2018. p. 75-82.

CURITIBA. Agência de Notícias de Curitiba. **Agência Curitiba**, 2016. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em: 1º mar. 2017.

DANTAS, S. C. Resenha. **Resgate**, Itu-SP, v. XIX, p. 97-102, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/download/8645709/13009/18432>. Acesso em: 9 abr. 2022.

DAVIDSON, K.; HÅKANSSON, I.; COENEN, L.; NGUYEN, T. M. P. Municipal experimentation in times of crises: (Re-) defining Melbourne's innovation district. **Cities**, 136, 2023, 104290. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.104290>

DAVIS, M. Planeta favela: a involução urbana e o proletariado informal. *In*: DAVIS, Mike. **Planeta favela**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 272. ISBN 9788575590874. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4126351/mod_resource/content/1/Mike%20Davis%20-%20Planeta%20de%20Favelas.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

DCMS. Department for Digital, Culture, Media and Sport. gov.uk, 1998. **Creative industries mapping**. Disponível em: http://www.culture.gov.uk/global/publications/archive_1998/Creative_Industries_Mapping_Document_1998.htm. Acesso em: 20 maio 2017.

DCMS. Department for Digital, Culture, Media and Sport. **gov.uk**, 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/department-for-culture-media-sport>. Acesso em: 26 dez. 2016.

DCMS. Department for Digital, Culture, Media and Sport. gov.uk. **Creative industries worth almost £10 million an hour to economy**, 26 jan. 2016a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/creative-industries-worth-almost-10-million-an-hour-to-economy>. Acesso em: 1º fev. 2017.

DCMS. Department for Digital, Culture, Media and Sport. Official statistics — creative industries: 2016 Focus on. **gov.uk**, 20 jun. 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/statistics/creative-industries-2016-focus-on>. Acesso em: 7 fev. 2017.

DCMS UKTI. Department for Digital, Culture, Media and Sport. UK Trade & Investment, p. 28, jun. 2014. ISSN URN UKTI/14/911. Disponível em: http://www.thecreativeindustries.co.uk/media/252528/ukti_creative_industries_action_plan_aw_rev_3-0_spreads.pdf. Acesso em: 12 jun. 2016.

DCMS. Department for Digital, Culture, Media and Sport. **Creative industries mapping document**, 2022. Disponível em: http://www.culture.gov.uk/global/publications/archive_1998/Creative_Industries_Mapping_Document_1998.htm. Acesso em: 20 maio 2017.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. [S.l.]: [s.n.], 1967.

DEFILLIPPI, R.; GRABHER, G.; JONES, C. Introduction to paradoxes of creativity: managerial and organizational challenges in the cultural economy. **Journal of Organizational Behavior**, p. 511-521, 2007. Disponível em: www.interscience.wiley.com. Acesso em: 8 fev. 2021.

DESIGN SINGAPORE COUNCIL. Singapore: by design. **Relatórios de monitoramento UCCN**, Singapura, p. 32, 2020.

DUXBURY, N.; JEANNOTTE, M. S. Introduction: culture and sustainable communities. **Culture and Local Governance**, v. 3, n. 1-2, p. 10, 2011. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15682/1/Culture%20and%20Sustainable%20Communities.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

EMMENDOERFER, M. L. Inovação e empreendedorismo no setor público. 1ed. Brasília: **ENAP**, 2019. v. 1.

ESPANHA. Centros de Investigación. **Portal Iberoamericano de Gestión Cultural**, 2000. Disponível em: http://www.gestioncultural.org/centros_investigacion.php?id_institucion_empresa=3518. Acesso em: 24 nov. 2013.

EVANS, G. Creative cities, creative spaces and urban policy. **Urban Studies**, v. 46, n. 5-6, p. 1003-1040, 2009.

FELIZOLA, M. P. M.; MARQUES, J. A.; SILVA, A. L. S. Ecosistema de inovação e a indústria criativa: uma revisão sistemática. **Revista Ibict P2P & Inovação**.

FERNANDES, A. Decifra-me ou te devoro: urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do urbanismo no Brasil. *In*: GONZALE, S. F. N.; PAVIANI, A.; FRANSICONI, J. G. **Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira**: objeto, teoria e prática. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

FERNÁNDEZ, L. Gentrificación digital: nuevas formas de exclusión en la ciudad creativa. **Revista de Estudios Urbanos**, v. 12, p. 45-67, 2023.

FLORIDA, R. **The rise of the creative class**: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. Basic Books, 2002. p. 404.

FLORIDA, R. **Cities ant the creative class**. Nova York: Routledge, 2005. ISBN ISBN 0-415-94887-8.

FLORIDA, R. Ascensão da classe criativa. **O capital de risco encontra a alta tecnologia**, Washington, v. 13, p. 30-32, abr. 2008. ISSN 5. Disponível em: <http://www.america.gov/publications/ejournals.html>. Acesso em: 20 nov. 2016.

FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano**. Porto Alegre: LPM, 2011.

FLORIDA, R. **The rise of the creative class, revisited**. Nova York: Basic Books, 2012.

GABRIELA, P. Notícia: “Cidades criativas da Unesco: edital publicado”. **Painel Urbano**, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://painelurbano.com/cidades-criativas-da-unesco-edital-publicado/>. Acesso em: 18 maio 2019.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução: Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005. Título original: L'immatériel: connaissance, valeur et capital.

Global Power City Index (GPCI). Tokyo: **The Mori Memorial Foundation**, 2022. Disponível em: https://mori-m-foundation.or.jp/pdf/GPCI2022_summary.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

GOMYDE, A., FREES, C.; DORIA, F.; CAMPOLARGO, M. **O futuro é das CHICS: como construir agora cidades humanas, inteligentes, criativas e sustentáveis**. 1. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas e sustentáveis, 2020. 410 p. ISBN 978-65-87770-00-0.

GRESSLER, S. C.; GUNTHER, I. A. Ambientes restauradores: definição, histórico, abordagens e pesquisas. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2013.

GRODACH, C. Cultural economy planning in creative cities: discourse and practice. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n. 5, p. 1747-65, 2013.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. 11. ed. Campinas: Papirus, 2001. ISBN 85-308-0106-7. Édition Galilée, 1989.

HALL, E. T. **The hidden dimension**. [S.l.]: [s.n.], 1971.

HARTLEY, J. *et al.* The CCI: creative city index. Final Report. ed. Beijin: **Cultural Science Journal**, v. 5, 2012. 144 p. ISBN 1836-0416. Disponível em: file:///C:/Users/lucas/Downloads/Creative_City_Index.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023. Prepared by the CCI, QUT, for the Beijin Academy of Science and Technology (BIAST), Beijin Research Centre for the Science of Science (BJSS).

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Tradução: Armando Correia da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2012

HARVEY, D. **A economia política da urbanização**. Brasília-DF, 24 jun. 2015.

HATUKA, T. *et al.* The political premises of contemporary urban concepts: The global city, the sustainable city, the resilient city, the creative city, and the smart city. **Planning, Theory and Practice**, v. 19, n. 5, p. 1-20, abr. 2018.

HEALEY, P. Creativity and urban governance. **DISP**, p. 11-20, 2004.

HENDERSON, M. Creative economy to have its year in the sun in 2021. **ONU Unctad**, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://unctad.org/news/creative-economy-have-its-year-sun-2021>.

HENRICH, J. A.; MEZA, M. L. F. G. de. Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, 2017.

HESSE, M.; LANGE, B. Paradoxes of the creative city, contested territories and creative upgrading: the case of Berlin, Germany. **Die Erde**, Berlin, p. 351-371, 2012.

HOSAGRAHAR, J. Cultura: o coração dos ODS. **Correio da Unesco**, p. 12-14, abr.-jun. 2017. ISSN 2179-8818 (por). Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248116_por. Acesso em: 7 fev. 2024.

IAQUINTO, B. O. A sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da Esmesc**, v. 25, n. 31, p. 157-178, 2018.

IASBECK, L. C. A. Imagem e reputação na gestão da identidade organizacional. **Organicom-USP**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 84-97, 2007. Acesso em: 24 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). **www.ibge.gov.br**, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Plataforma ODS Brasil**, 2019. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2019; 2021; 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC)**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20Pre%C3%A7os%20da%20Cultura%20%E2%80%93%20IP%20Cult%20%28em,para%20uso%20pessoal%20%28em%20formato%20xlsx%20e%20ods%29>. Acesso em: 27 nov 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura**. Brasília: Ipea, 2010. 148 p. ISBN 978-85-7811-053-6. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/idecultweb.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cadernos ODS** /publicacoes, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 15 jul 2020, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — Avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil**. Brasília: [s.n.], 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14135/1/Agenda_2030_ODS_11_Tornar_as_cidades_e_os_assentamentos.pdf. Acesso em: 06 nov 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). OLIVEIRA, J. M.; ARAÚJO, B. C.; SILVA, L. V. **Panorama da Economia Criativa no Brasil: 1880**. Texto para discussão. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2013. 54 p. ISBN 1415-4765. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). /publicacoes, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 2020, 2019.

INTERNATIONAL BUSINESS MACHINE CORPORATION. **Smarter cities for smarter growth**: How cities can optimize their systems for the talent-based economy. Nova York: IBM Institute for Business Value, IBM Global Services, 2010. Disponível em: <https://www.ibm.com/downloads/cas/8NEWPLZ1>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JACKSON, D. J. **What is an innovation ecosystem?** Arlington: National Science Foundation, 2011.

JACOBS, J. **Cities and the Wealth of Nation**. Nova York: Random House, 1984.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: [s.n.], 2014. ISBN 978-85-7827-421-4.

JUNQUEIRA, L. D. M.; ANJOS, F. A. dos. Cidades criativas: um panorama à luz dos conceitos e das características. *In*: ANJOS, F. A. dos; ANGELI, N. P.; RUIZ, T. C. D. **Turismo e cidades criativas**. 1. ed. Itajaí: Univali, 2018. p. 25-46.

KAGAN, S.; HAHN, J. Creative cities and (un)sustainability: From creative class to sustainable creative cities. **Culture and Local Governance**, v. 3, n. 1-2, p. 11, 2011. ISSN 1911-7469. Disponível em: <https://doi.org/10.18192/clg-cgl.v3i1.182> 1911-7469. Acesso em: 12 nov. 2021.

KAREN, T. E. Wounded cities: Memory-work and a place-based ethics of care. **Political Geography**, p. 3-14, jan. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0962629811001806>. Acesso em: 12 abr. 2022.

KIRCHBERG, V.; KAGAN, S. The roles of artists in the emergence of creative sustainable cities: Theoretical clue and empirical illustrations. **City, culture and society**, p. 137-152, 2013.

KUHNER, T. **Development of indicator set for implementation of international urban agendas in cities of the Global South**. Doctoral Thesis, Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília-DF: UnB, 2023.

LANDRY, C. **The creative city**: A toolkit for urban innovators. [S.l.]: [s.n.], 2008. 350 p. ISBN 978-1-84407-598-0. Acesso em: 1º jun. 2021.

LANDRY, C. Cidade criativa: a história de um conceito. *In*: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (org.) **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. p. 6-15. 176 p. Disponível em: https://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/cultura/livro_70516/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf.

LANDRY, C. **Origens e futuros da cidade criativa**. São Paulo: Sesi-SP, 2013.

LANDRY, C. **The ethical frame of the civic city**. Revista eletrônica no *site* do autor. Londres, p. 22, jan. 2018. Disponível em: <https://charleslandry.com/blog/the-ethical-frame-of-the-civic-city/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LANDRY, C. <https://charleslandry.com>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LANDRY, C.; BIANCHINI, F. **The creative city**. Londres: Demos, 1995. ISBN 1 898309 16 7.

LANDRY, C.; HYAMS, J. **The creative city index: measuring the pulse of the city**. Near Stroud: Comedia, v. 3, 2012. 64 p. ISBN 978-1-908777-02-7. Disponível em: <https://charleslandry.com/panel/wp-content/uploads/downloads/2021/09/3.-The-Creative-City-Index.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

LANDRY, C.; MURRAY, C. **Psychology and the city: the hidden dimension**. [S.l.]: Comedia Publications Limited, 2017. 84 p.

LEES, L.; SLATER, T.; WYLY, E. **Gentrification**. Nova York: Routledge, 2008.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], 2006. do original: *Laproduction de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. (2008), reimpressão (2010, 2011). São Paulo: Centauro, 2011. ISBN 978-85-88208-97-1. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

LEFF, E. La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, recionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. **Debates: Neoliberalismo de guerra y recursos naturales**. [S.l.]: OSAL, v. 17, 2005. cap. 1, p. 263-273. Disponível em: <http://www.hechohistorico.com.ar/trabajos/osal/osal/osal17/org/dleff.pdf>.

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. 5. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2011. ISBN 978-85-01-06851-4. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnc2NvbGFjb25zdHJ1Y2FvY2l2aWx8Z3g6M2M3MDZjNDcxMjBINjAzOA>. Acesso em: 4 mar. 2022.

LERNER, J. Qualquer cidade pode ser criativa. *In*: KAGEYAMA, Peter; REIS, Ana Carla Fonseca –(org.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. cap. 3, p. 38-43.

LETAIFA, S. B. How to strategize smart cities: Revealing the smart model. **Journal of Business Research**, 2015. 1414-1419. LIST, F. **Système National D'Économie Politique**. [S.l.]: Elibron Classics, 1841.

MADEIRA, M. Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2014.

MAGALHÃES, M. T.; PINTO, C. V. da S. Estratégias espaciais urbanas: mercado de terras e segregação. *In*: COSTA, Marco Aurélio *et al.* (org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil**. Brasília: Ipea, 2018. p. 91-118.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR., A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, p. 7-20, 2008.

MAPOTECA ARGENTINA. Mapa turístico de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **gifex.com**. Disponível em: https://gifex.com/images/OX0/2019-01-29-15710/Mapa_turistico_de_la_Ciudad_de_Buenos_Aires.jpg?zn_l=es. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAREQUE, M.; CREO, E. de P.; ÀLVAREZ-DIAZ, M. **Exploring Creative Tourism Based on the Cultural and Creative Cities (C3) Index and Using Bootstrap Confidence Intervals**. Sustainability, Basel, 2021. p. 1-17.

MARICATO, E. Introdução a David Harvey: # o direito à cidade e as cidades rebeldes. Antonio Martins (**Outras Palavras**). **TV Boitempo**, São Paulo, 9-12 jun. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U3UQeag1GLo>. Acesso em: 30 mar. 2022. “Cidades Rebeldes”. Disponibilizada em 20 de outubro de 2021.

MARICATO, E. Por um projeto para as cidades brasileiras. **Outras Palavras**, Antonio Martins, São Paulo, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U3UQeag1GLo>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MARIÑO, D.; ROZENBLAT, C. Stakeholders power in the networking structuration processes of the urban resilience concept in Habitat III agenda (2012-2016). **Geography and Sustainability**, v. 3, n. 1, p. 18-28, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S266668392200013X>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Papirus, 2000. ISBN 85-308-0698-4.

MEADOWS, D. L. *et al.* **Limites do crescimento**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MÉDA, D. **Qu'est-ce que la richesse?** Paris: Flammarion, 2000. 423 p. ISBN 978-2080814623.

MENEZES, P. Notícia: “MTur vai implementar Rede Brasileira de Cidades Criativas no Brasil”. <https://www.mercadoeventos.com.br/>, 2021. Disponível em: https://www.mercadoeventos.com.br/_destaque_/slideshow/mtur-vai-implementar-rede-brasileira-de-cidades-criativas-no-brasil/. Acesso em: 10 fev. 2022.

MERCADO, P. Creative economy for sustainable development. **inquirer.net**, 16 janeiro 2021. Disponível em: <https://opinion.inquirer.net/137031/creative-economy-for-sustainable-development>.

MESSIAS, F. B. **O pentagrama da sustentabilidade na visão da economia criativa: um estudo da economia criativa na Austrália, no Reino Unido, na Argentina, na Colômbia e no Brasil**. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, v. 1, 2017. 246 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31461/1/2017_FernandaBocornyMessias.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

MESSIAS, F. B.; NASCIMENTO, E. do; SILVA, C. A economia criativa na arena da sustentabilidade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e**

Urbanismo da Fauusp, São Paulo, v. 27, n. 50, p. 1-19, maio 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/161954/160326>.

METEOBLUE. Mudança Climática Saint-Étienne, 2025. Disponível em: <https://www.meteoblue.com/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MOBILIZE. Portal de Mobilidade Urbana. **Programa Ciclovário do DF**. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/mapas/71/programa-ciclovuario-do-df.html>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MOLLENKOPF, J. H.; CASTELLS, M. **Dual city**: Restruturing New York. Nova York: Russell Sage Foundation, 1991.

MOORE, J. E. Predators and prey: A new ecology of competition. **Harvard Business Review**, v. 71, n. 3, p. 75-83, 1993.

MORAES, I. A. de. Economia criativa e desenvolvimento sustentável na América Latina: potencialidades e desafios. **Diálogos com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 22-43, 2018. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadec-rj/article/view/159/pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

MORI FOUNDATION. **Global Power City Index 2024**. Mori: [s.n.], 2024. 32 p. Disponível em: https://mori-m-foundation.or.jp/pdf/GPCI2024_summary.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente**: tecnologias urbanas e democracia. [S.l.]: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. 159 p. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/10/smart_city-web.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

MOSÉ, V. **O que é a sociedade em rede? — E agora?** Com Viviane Mosé, 2020. Disponível em: <https://www.bing.com/videos/search?q=manuel+castells+sociedade+em+rede&view=detail&mid=26D3E582CED34E92FE6C26D3E582CED34E92FE6C&FORM=VDQVAP&ru=%2Fvideos%2Fsearch%3Fq%3Dmanuel%2520castells%2520sociedade%2520em%2520rede%26qs%3DMM%26form%3DQBVVR%26%3D%2525eM>. Acesso em: 4 maio 2023.

MOULD, O. Tactical urbanism: the new vernacular os the creative city. **Geography Compass**, p. 529-539, 2014. Acesso em: 20 mar. 2022.

MOULD, O. **Urban subversion and the creative city**. 1. ed. New York: Routlegde, 2015. 218 p. <https://doi.org/10.4324/9781315757469> NASCIMENTO, Elimar. Um novo paradigma civilizacional? **Revista Será? — penso, logo duvido (online)**, v. Artigo n. 2, p. 2, 9 ago. 2024. Disponível em: <https://revistasera.info/2024/08/um-novo-paradigma-civilizacional/>.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 74, p. 51-64, 2012. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/revista/autores/nascimento-elimar-pinheiro-do>. Acesso em: 7 maio 2017.

ONU-NAU-HABITAT III. **A Nova Agenda Urbana**. Ilustrada em português (2019). Ed. Quito: Nações Unidas, v. Português, 2019. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NATIONAL ENDOWMENT OF SCIENCE, TECHNOLOGY AND THE ARTS (NESTA). **A dynamic mapping of the UK'S creative industries**. London: Centre od Excellence for Creative Industries and Innovation (CCI), 2013. 79 p. Disponível em: http://www.nesta.org.uk/sites/default/files/a_dynamic_mapping_of_the_creative_industries.pdf. Acesso em: 08 fev. 2017.

O GLOBO. População urbana global passou de 38% a 55% do total em 40 anos, Rio de Janeiro, 20 out. 2016. Sem numeração. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/populacao-urbana-global-passou-de-38-55-do-total-em-40-anos-20319443#ixzz4n65kGnjw>. Acesso em: 17 jul. 2017.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/>. **Observatório das Metrôpoles**, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/>. Acesso em: 20 maio 2020.

ONU. **Relatório Brundtland**: our common future. [S.l.], United Nation, 1987. p. 318.

ONU AGENDA 2030. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** [S.l.]: [s.n.], 2016. 42 p.

ONU-HABITAT III. **The New Urban Agenda: Policy units.** Preparatory-process, 2014. Disponível em: <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/preparatory-process/policy-units/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ONU-HABITAT III. **UN Habitat**, 2016. Disponível em: <https://unhabitat.org/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ONU-HABITAT, 2018. Disponível em: <https://unhabitat.org/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ONU-HABITAT. <https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/07/>. **World Cities Report. Chapter 1: the diversity of cities and Vision for Urban Future**, 2022. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/07/chapter_1_wcr_2022.pdf. Acesso em: 8 maio 2023.

ONU-HABITAT. **Nova Agenda Urbana.** Tradução: Thiago Amaral. Nairobi: ONU Habitat, 2022a. 194 p. ISBN 978-92-1-132869-1. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/11/20221027_nova_agenda_urbana_portugues.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

ONU-HABITAT. **Action framework for New Urban Agenda.** Implementing the New Urban Agenda. ed. [S.l.]: [s.n.], v. 0 draft for interagency input, 2022b. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/04/afinua_digital_a.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

ONU-HABITAT; UCLG, PNUD. **Roteiro para a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: implementação e acompanhamento no nível subnacional.** Brasília: ONU Brasil, 2016. 82 p.

ONU MMA. **Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Plano de Implementação de Joanesburgo).** Ministério do Meio Ambiente, 2002. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Plano_de_Implementacao_de_Johannesburg.pdf. Acesso em: 23 nov. 2019.

ONU RIO+20. O futuro que queremos. **www.onu.org.br**, Rio de Janeiro, jun. 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/cidades.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ONU UNCTAD. **Creative Economy Report 2013 — special edition — Widening Local Development Pathways**. New York, 2013, p. 190. (978-92-3-001211-3).

ONU UNCTAD. Creative Economy Programme. **UNCTAD Prosperity for all**, 2021. Disponível em: <https://unctad.org/topic/trade-analysis/creative-economy-programme/2021-year-of-the-creative-economy#:~:text=In%202019%20at%20the%2074th%20session%20of%20the,Australia%2C%20China%2C%20India%2C%20Indonesia%2C%20Mongolia%2C%20Philippines%20and%20Thailand>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ONU UNESCO. **Culture urban future**: Global report on culture for sustainable urban development (summary). Paris: Unesco, 2016. 31 p. Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity/publication/culture-urban-future>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ONU UNESCO WTC. Unesco World Heritage and Sustainable Tourism Programme. **Cultura e Desenvolvimento no Brasil**, fev. 2022. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-669-7.pdf#:~:text=The%20UNESCO%20World%20Heritage%20and%20Sustainable%20Tourism%20Programme,are%20valued%20and%20protected%2C%20and%20appropriate%20tourism%20developed>.

PECK, J. **Constructions of Neoliberal Reason**. Oxford, 2010.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. Nova York: Basic Books, 1982. 335 p.

PORTER, M. E. **The competitive and advantage os nations**. [S.l.]: [s.n.], 1990.

PRATT, A. C. Creative cities: the cultural industries and the creative class. **Geofradiska Annaler**, v. 90, n. 2, p. 107-117, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40205039>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PRATT, A. The cultural contradictions of the creative city. **City, Culture and Society**, v. 2, Issue 3, p. 123-130, sep. 2011. Acesso em: 1 maio 2022.

PRATT, A. C. **Cities: The cultural dimension**. Londres: Foresight, Government Office for Science, 2014. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/366138/14-821-cities-cultural-dimension.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REINO UNIDO. The future of the cities program. **futureofcities.blog.gov.br**, 2013. Disponível em: <https://futureofcities.blog.gov.uk/2013/11/12/the-future-of-cities-project/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. [S.l.]: Instituto Pensarte, 2006. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-da-Cultura-e-Desenvolvimento-Sustenta%CC%81vel-o-Caleidosco%CC%81pio-da-cultura-Ana-Carla-Fonseca-Reis.pdf>.

REIS, A. C. F. (org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, A. C. F. Cidades criativas, turismo cultural e regeneração. **Economia da cultura: ideias e vivências**. [S.l.]: Publit Soluções Editoriais, 2009a. p. 235-248.

REIS, A. C. F. **Cidades criativas**. São Paulo: Sesi-SP, 2012.

REIS, A. C. F.; URANI, A. Cidades criativas: perspectivas brasileiras. *In*: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (org.) **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. p. 30-37. ISBN 978-85-63303-03-5. Disponível em: http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf. Acesso em: 9 set. 2016.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Our common future (The Brutland Report)**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RIBEIRO, A. C. T. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **Observatório Social de América Latina (Osai)**, Buenos Aires, n. 21, p. 2-11, 2006. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osai/20110408105720/3TorresRibeiro.pdf>.

Acesso em: 16 ago. 2019. Anõ VII.

RIBEIRO, C. Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico? **Arquitextos**, São Paulo, v., ano 16, n. 189, 3 fev. 2016. ISSN 1809-6298. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5953>. Acesso em: 1º maio 2021.

RIBEIRO, L. A.; CÂMARA, I. P. How technologies contribute to urban sustainability: The case of Curitiba-Brazil. In: SARAIVA, P. P. *et al.* (org.). **Lifelong learning and education in healthy and sustainable cities**. Springer, 2018.

RODRIGUES, M.; FRANCO, M. Networks and performance of creative cities: A bibliometric analysis. **City, Culture and Society**, v. 20, março 2020.

ROMERO, M. A. B.; SILVA, G. Urbanismo sustentável no Brasil e a construção de cidades para o novo milênio, Brasília, p. 12, jan. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343167328_URBANISMO_SUSTENTAVEL_NO_BRASIL_E_A_CONSTRUCAO_DE_CIDADES_PARA_O_NOVO_MILENIO. Acesso em: 10 abr. 2022.

ROMERO, M. A. B. Urbanismo Sustentável. (*live*) Anotações de aula. **LaSUS-FAUUnB**, Brasília, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bBPzHG4Jvos>. Acesso em: 3 mar. 2022. Aula. In: *Disciplina Urbanismo Sustentável 02/2021*.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984. p. 335.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. 3. ed. São Paulo: Vértice, 1986. 208 p. ISBN 13: 9788585068219.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152 p.

SAMPAIO, C. C.; PHILIPPI, A. Jr.; SOBRAL, M. C. **Impacto das ciências ambientais na Agenda 2030 da ONU**. São Paulo: USP, v. II, 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; BAPTISTA LUCIO, M. P. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010. 555 p. ISBN 978-85-7897-022-2.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa e fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, M. Entrevista à revista **Caros Amigos**. Marina Amaral; Sérgio Pinto de Almeida *et al.* **Revista Caros Amigos**, 1 abr. 1997.

SANTOS, M. **Geografia & Poesia**. Milton Santos, ago 1998. Disponível em: <https://www.oocities.org/br/madsonpardo/ms/entrevistas/mse13.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo, 2006.

SANTOS, M.. Geografia e planejamento: o uso do território. **Geopolítica: Tempo, Técnica, Território**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 1-49, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15414>

SANTOS, F. A. Comunicação visual e design como índice da complexidade semiótica do espaço urbano. In: CÂMARA, R.; SANTOS, F. A. dos (org.) **Urbanidades e mediações**. [S.l.]: [s.n.], 2017. p. 45-68.

SANTOS, J. F. F.. **As cidades criativas como modelo dinamizador do destino turístico**. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. Escola Superior de Gestão, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/5733/1/As%20Cidades%20Criativas%20como%20modelo%20dinamizador%20do%20destino%20tur%C3%ADstico.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021. Dissertação de mestrado.

SANTOS, M. V. **O Parlamento e os acordos multilaterais**: estudo de caso: Projeto de Lei n. 132/2017, de uso e ocupação do solo no Distrito Federal, no contexto da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana. Monografia Especialização. Brasília. [S.l.]: Câmara dos Deputados, 2018.

SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SASSEN, S. **Expulsions**: brutality and complexity in the global economy. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

SCOTT, A. J. Beyond the creative city: cognitive–cultural capitalism and new urbanism. **Regional Studies**, v. 48, n. 4, p. 556-578, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00343404.2014.891010>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SEBRAE NACIONAL. Guia do empreendedor criativo. Brasília-DF: Sebrae, 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/\\$File/5442.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/$File/5442.pdf).

SELDIN, C. **Imagens urbanas e resistências**: das capitais de cultura às cidades criativas. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017. 228 p. ISBN 978-85-9497-001-4.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. [S.l.]: [s.n.], 2000.

SENNETT, R. **Building and dwelling**: ethics for the city. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Building_and_Dwelling.html?id=nAJNDwAAQBAJ. Acesso em: 6 maio 2025.

SILVA, G. J. A.; ROMERO, M. A. B. **Cidades sustentáveis**: uma nova condição urbana. Estudo de caso: Cuibá-MAT, jul. 2010.

SILVA, C. L. da; FRANZ, N. M. Análise de *brandings* urbanos contemporâneos na ótica da sustentabilidade: abordagens centrais, potencialidades e limitações. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, p. 60-89, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5708/570864728004/html/index.html>.

SKLAIR, L. **The transnational capitalist class**. Oxford: Blackwell, 2001.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre a natureza e suas causas. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1988. 471 p. ISBN 85-351-0827-0. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Smith,%20Adam/A%20Riqueza%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Sobre%20Sua%20Natureza%20e%20Suas%20Causas%20-%20Vol.%20I.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

THOMAS, Y. F.; BOUFFORD, J. I.; TALUKDER, S. H. Focusing on health to advance sustainable urban transitions. **Journal of Urban Health**, v. 93, n. 1, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11524-016-0037-x.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

THROSBY, D. **The economics of cultural policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/economics-of-cultural-policy/FA5A6D457EA62666F3CFA93F9D876A29>. Acesso em: 5 jun. 2025.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010**. São Paulo: Nações Unidas, 2010. 423 p. Disponível em: http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 02 jan. 2017.

UNCTAD. CREATIVE ECONOMY OUTLOOK AND COUNTRY PROFILE: Trend in international trade in creative industries. **unctad.org**, 13 julho 2015. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webditcted2016d5_en.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

UNESCO. **Rede de Cidades Criativas**. Unesco, 2004. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities>. Acesso em: 24 nov. 2016.

UNESCO. **Understanding creative industries**: statistics for public-policy making. [S.l.]: [s.n.], 2006. 8 p. Disponível em: http://acpculturesplus.eu/sites/default/files/2015/03/25/unesco_cultural_statistics_for_public_policy_making.pdf. Acesso em: 8 jun. 2017.

UNESCO UCCN. creative-cities/buenos-aires. **Rede de Cidades Criativas da Unesco**, 2015. Disponível em: <http://en.unesco.org/creative-cities/buenos-aires>. Acesso em: 18 dez. 2016.

UNESCO UCCN. Creative Cities Network, Paris, 2022. Disponível em: <https://fr.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/creative%20cities%20for%20web.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNESCO UCCN. **Red Ciudades Creativas de la Unesco (UCCN)**: Evaluación. [S.l.]: [s.n.], 2024. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388996_spa. Acesso em: 9 dez. 2024.

UNESCO; WORLD BANK. **Unesco**. [S.l.]: [s.n.], 2021. ISBN ISBN 978-92-3-100452-0. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377427>. Acesso em: 24 maio 2021.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. **Agenda 21 da Cultura**: um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural. Tradução: Sesc-SP. Barcelona: The Global Network of Cities, Local and Regional Governments, 2004. 12 p. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/146/13759000391889842866.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. **Culture**: Fourth Pillar of Sustainable Development. UCLG — United Cities and Local Governments. Barcelona, p. 8. 2011. (1911-7469). Resultado do 3rd World Congress o UCLG, México-DF, consolidado em 17/11/2010.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. **Culture in the sustainable development goals**: a guide for local action. [S.l.]: Culture 21 UCLG Committe, 2018. 40 p. Disponível em: https://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culture_and_sdgs.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. **La localización de las agendas mundiales**: cómo la acción local transforma das ciudades y territorios. [S.l.], p. 120. 2019.

VAINER, C. M. P., empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento**: desmanchando conceitos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 220 p.

VIVANT, E. **O que é uma cidade criativa?** Tradução: Camila Fialho. 1. ed. São Paulo: Senac, v. 1, 2012. 83 p.

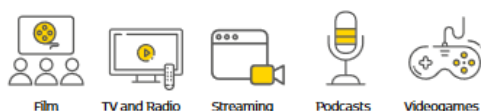
WAHL, D. C. **Design de culturas regenerativas**. 2. ed. [S.l.]: Bambual, 2020. 376 p. ISBN 978-85-9441-08-7. Do original em inglês Designing Regenerative Cultures.

WATSON, V. Planning and the “stubborn realities” of Global South-east cities: Some emerging ideas. **Planning Theory**, v. 12, n. 1, p. 81-100, 2012.

WORLD CITIES REPORT. **Chapter 1: the diversity of cities and Vision for Urban Future**, 2022. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/07/chapter_1_wcr_2022.pdf. Acesso em: 08 mai. 2023.

Anexo A – Compêndio de quadros referências da tese — distintos autores

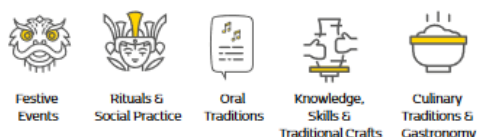
1. Audiovisual and Interactive Media



2. Performing Arts



3. Intangible Cultural Heritage



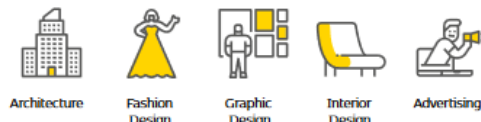
4. Literature and Press



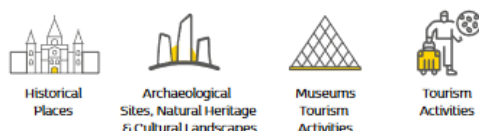
5. Visual Arts and Crafts



6. Design and Creative Services



7. Heritage and Tourism Activities



Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento; Unesco (2021, p. 31).

Quadro 12 — Comparativo entre os modelos de cidade tradicional e cidade criativa

MODELO DE CIDADE TRADICIONAL	MODELO DE CIDADE CRIATIVA
Políticas de desenvolvimento local/regional	Políticas de desenvolvimento local/ regional integradas
Planejamento e gestão urbana	Planejamento e gestão urbana integrada
Urbanismo e arquitetura	Urbanismo funcional e arquitetura inovadora
Conexões verticais, hierárquicas	Conexões horizontais, não hierárquicas
Políticas setoriais de apoio à cultura com oferta limitada de atividades	Políticas culturais e oferta diversificada de atividades
Economia	Economia da cultura e do conhecimento
Turismo cultural	Turismo cultural e criativo
Marketing territorial	Marketing territorial e branding
Gestão pública dos bens culturais	Inovação tecnológica, criatividade artística e boa gestão empresarial dos produtos culturais
Criatividade pouco incentivada e reconhecida	Estímulo à criatividade e seu reconhecimento
Visão dominante do setor público, apartada do setor privado e da sociedade civil	Construção de uma visão partilhada – setor público, setor privado e sociedade civil
Classe institucional	Classe criativa

Fonte: Santos (2012, p. 16), reproduzido pela autora.

Quadro 13 A matriz de futuro das cidades e da cultura: temas e abrangência

Box F: The matrix of future cities and culture: topics and range	
a. Education/Training	Cultural spending, increasing debt
b. Migration/Movement	Restrict immigration, selection by wealth, open immigration
c. Technology	Dominance by technologies, mediation, cultural shaping of technologies
d. Governance	Centralised planned, market demand, democratic culture, control of movement by technologies
e. Space	Hierarchical urban system, fragmentation by city type, polarisation within cities

Fonte: Pratt (2014, p. 26).

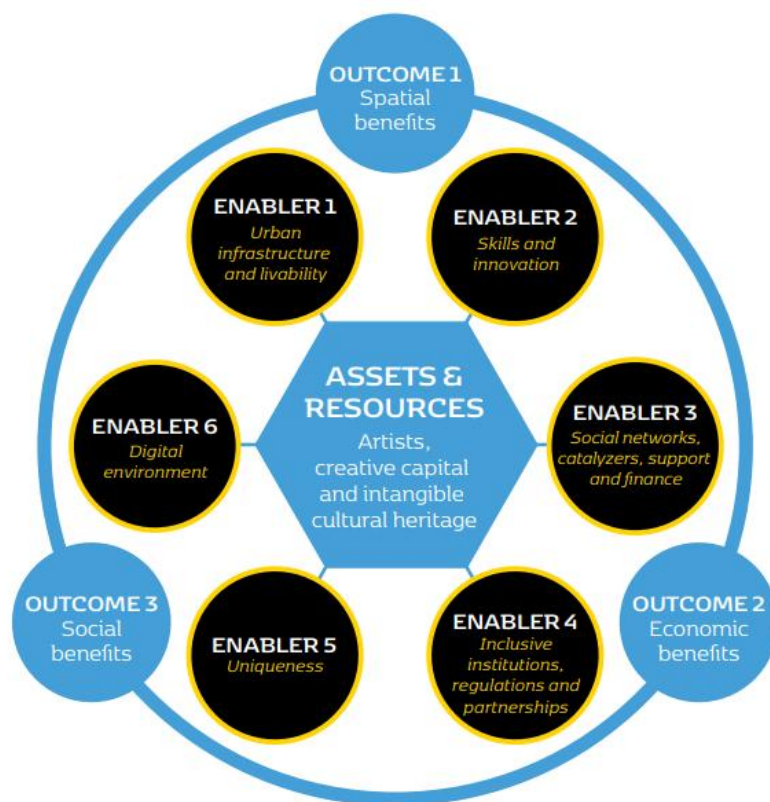
Quadro 14 — Dimensões e indicadores para o ICC de Florida segundo Hartley *et al.* (2012)

Florida's Creative Cities Index	
TALENT	
Human capital (e.g. number of university graduates, ranking of local universities, concentration of people with Bachelor's degrees)	
Creative class (e.g. percentage of workforce defined as the 'creative class', 'creative occupations' ISCO-88)	
Researchers (number of people working in R&D-intensive jobs; creative core)	
TECHNOLOGY	
Innovation (e.g. number of registered patents, patents per capita)	
High-tech innovation (e.g. number of registered high-tech patents, high-tech patents per capita)	
High-tech industry (e.g. Milken Institute's Tech Pole Index, number of technology-heavy companies, share of workforce employed in high-tech industry)	
TOLERANCE	
Foreign-borns (e.g. percentage of foreign-born population, size of foreign student population, number of international schools)	
Diversity Index (e.g. fragmentation index based on ethnic background of foreign born population $1 - \sum \text{pop. share}^2$)	
Gay Index (e.g. fraction of gay people living in a region divided by the fraction of the total (US) population living in the area, tolerance surveys)	
Bohemian Index (e.g. concentration of workforce engaged in artistic or avant-garde - experimental - activities)	

Fonte: Hartley *et al.* (2012, p. 39).

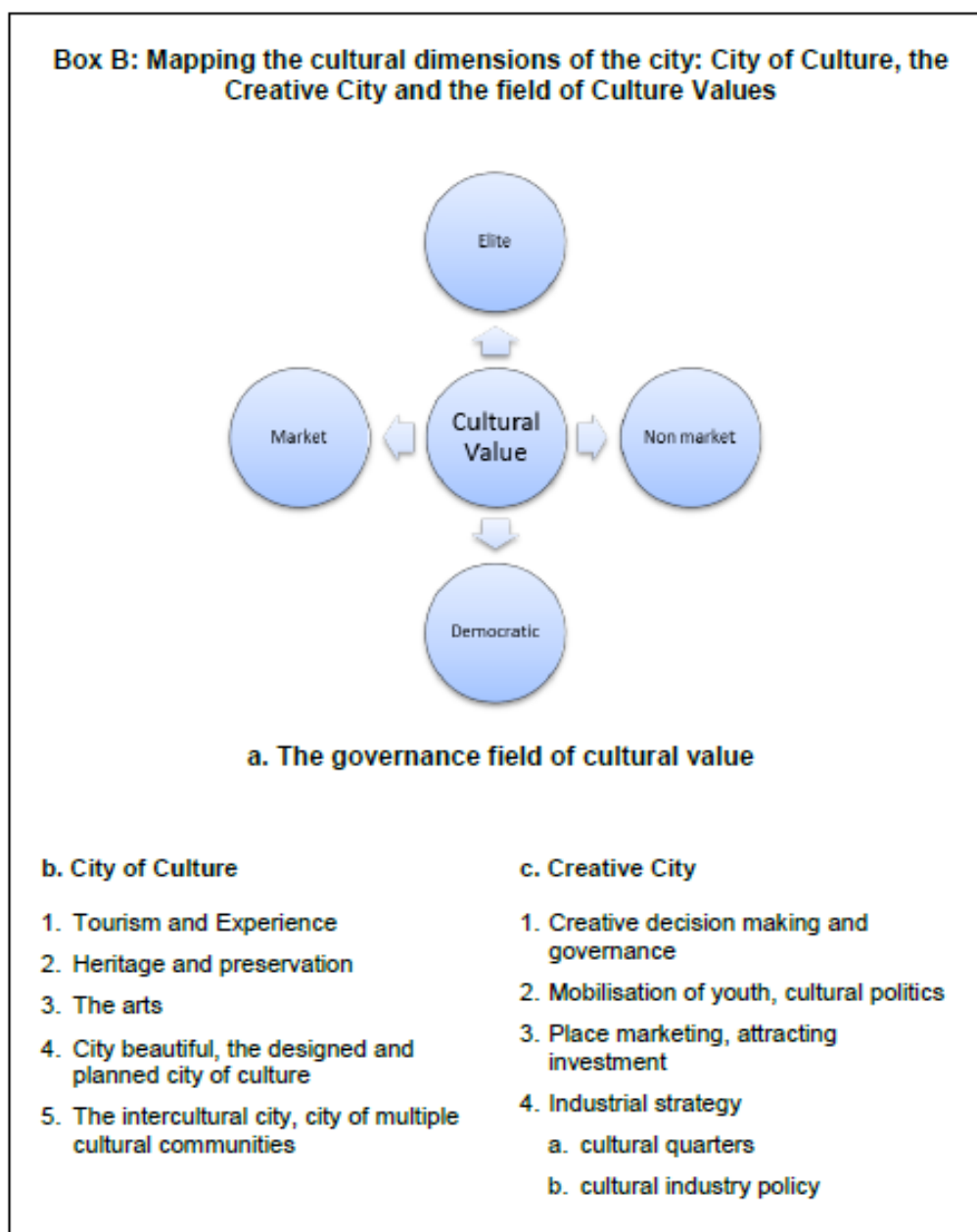
Anexo B – Compêndio de diagramas referências na tese

Figura 32 — Diagrama de recursos, ativadores e resultados esperados em cidades culturais e em cidades criativas (diagrama original)



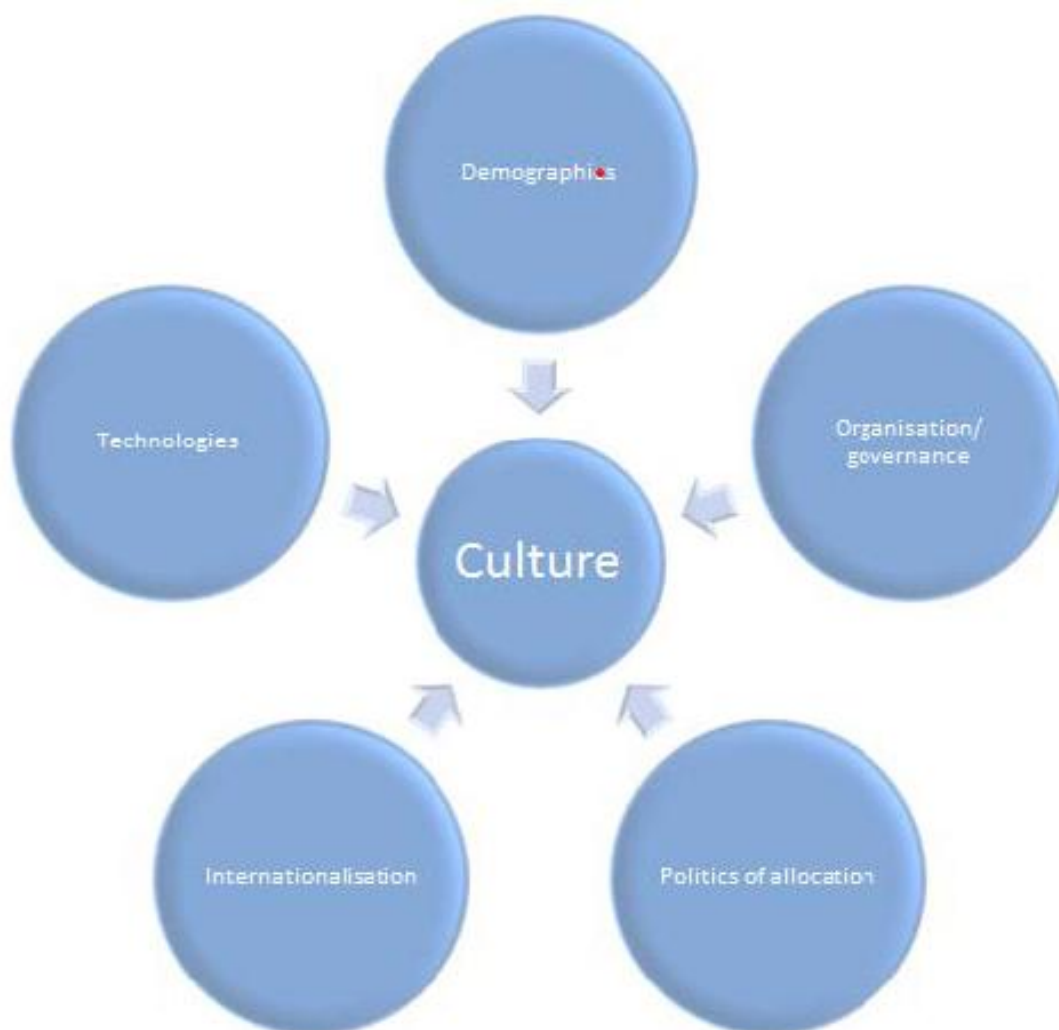
Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento; Unesco (2021, p. 15).

Figura 33 — Campos de valores culturais de cidades da cultura e das cidades criativas (diagrama original)



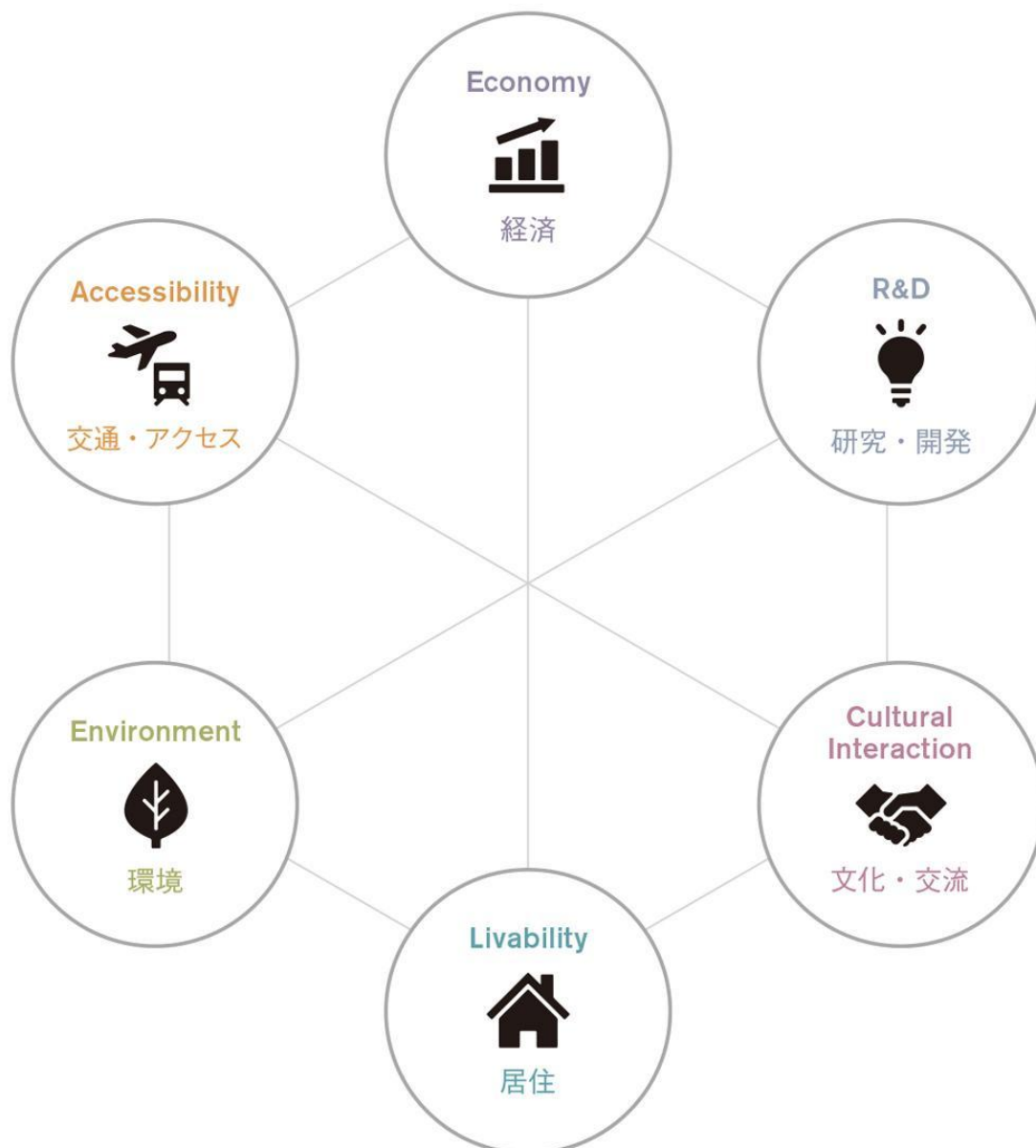
Fonte: Pratt (2014, p. 9).

Figura 34 — *The five drives of cultural change* (diagrama original)



Fonte: Pratt (2014, p. 20).

Figura 35 — Seis fatores de análise do índice *Global Power Cities Index* (GPCI, 2022) (diagrama original)



Fonte: GPCI (2022, *online*).

Apêndice A – Carta convite para visita técnica na Universidade do Porto, Portugal



CARTA CONVITE


Exma. Sra. Dra. Fernanda Bocorny Messias,

Amélia Maria Polónia da Silva, Professora associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e coordenadora científica do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», vem por este meio convidá-la a participar de uma visita técnica ao CITCEM-FLUP, no decorrer do mês de março de 2020, no âmbito do projecto de Doutoramento sobre a sustentabilidade de cidades criativas (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

A sua colaboração será certamente relevante para o enriquecimento das atividades de investigação e difusão no âmbito desta Unidade ancorada no domínio das Humanidades e Ciências Sociais e que atua como plataforma de investigação transdisciplinar, explorando temas relacionados com a Memória e Património, em articulação com a construção interativa e evolutiva de identidades e espaços económicos, sociais, políticos e culturais. Este enfoque abrange o estudo de memórias identitárias, património cultural nas suas formas materiais e imateriais, história ambiental, paisagens rurais e urbanas, mobilidade populacional, práticas religiosas, assim como outros tópicos de investigação relacionados.

Porto, 11 de novembro de 2019

A Coordenadora Científica do CITCEM


Prof.ª Doutora Amélia Maria Polónia da Silva

Apêndice B – Programação de atividades para visita técnica à Universidade do Porto, Portugal

Atividade prevista para localização de ODS em território criativo em torno da arquitetura de Matosinhos. Não realizada em face da emergência sanitária provocada pela pandemia de covid-19.



PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

O CITCEM encontra-se organizado em 8 Grupos de Investigação e os seus membros atuam de forma complementar e cruzada em 5 linhas de investigação. Neste sentido, e tendo em consideração os objetivos de investigação da doutoranda Fernanda Messias, o CITCEM organizou a seguinte programação para sua visita técnica:

1. Apresentação do CITCEM [de 02 a 06 de março de 2020]
 - a. Apresentação das atividades da Unidade de I&D;
 - b. Reuniões com investigadores responsáveis de projetos competitivos financiados ou candidatos a financiamento, nomeadamente, no âmbito do *H2020 Science with and for Society* para 2018-2020 e da *Agenda 2030*.
2. Reuniões de trabalho com Coordenadores dos Grupos de Investigação [de 09 a 13 de março de 2020]
 - a. Conhecimento da composição de cada grupo, temáticas abordadas e investigadores associados a cada grupo.
3. Interação com as Linhas de Investigação do CITCEM: "Transições em Mudança" e "Alterações Ambientais" [de 16 a 20 de março de 2020]
 - a. Tendo por base uma amostra das linhas de investigação do CITCEM, pretende-se perceber como funcionam, como se articulam entre elas e com os grupos, bem como as suas principais atividades/projetos.
4. Realização de Conferência e Workshop/ Encerramento e considerações finais [de 23 a 27 de março de 2020]
 - a. Conferência no âmbito da sustentabilidade em cidades criativas.
 - b. Workshop no âmbito da Unidade Curricular de Gestão Cultural e Patrimonial.

Porto, 11 de novembro de 2019

A Coordenadora Científica do CITCEM

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA
Prof. Doutora Amélia Maria Polónia da Silva

Apêndice C – Artigo: A economia criativa na arena da sustentabilidade (2020)